

MEDIATIZACIÓN, SOCIEDAD Y SENTIDO:

Diálogos entre Brasil y Argentina

Coloquio del Proyecto "Mediatización, sociedad y sentido: aproximaciones comparativas de modelos brasileños y argentinos". Programa de Cooperación Científico-Tecnológico MINCYT-CAPES 2009-2010. Cod. BR/08/21

Departamento de Ciencias de la Comunicación
Escuela de Comunicación Social
Facultad de Ciencia Política y RRH
Universidad Nacional de Rosario
Rosario – Agosto 2010

Antonio Fausto Neto y Sandra Valdettaro
(directores)

José Luiz Braga / Mario Carlón / Ricardo Diviani / José Luis Fernández
Jairo Ferreira / Pedro Gilberto Gomes / Mariana Maestri
Natalia Raimondo Anselmino / María Cecilia Reviglio

ISBN (de la versión impresa): 978-950-673-835-8

ÍNDICE

<i>A circulação além das borda</i> Antonio Fausto Neto	2
<i>Subjetividades y digitalización: bosquejo de un estado de la cuestión</i> Sandra Valdetaro	18
<i>Discurso y mediatización: para un análisis no-intencional de las estrategias discursivas</i> Natalia Raimondo Anselmino	36
<i>Comunicação, disciplina indiciária</i> José Luiz Braga	56
<i>Campo de la comunicación y procesos de mediatización. Reflexiones sobre la formación de los estudios de comunicación en la Argentina, sus derivas y las preguntas sobre su estatuto disciplinar</i> Ricardo Diviani	74
<i>Buscando o objeto para encontrar a metodologia (ou fenomenologia da midiatização)</i> Pedro Gilberto Gomes	91
<i>Explorações sobre a construção de hipóteses: entre o método e os contextos de produção</i> Jairo Ferreira	107
<i>Sobre las hiperaudiencias</i> Mariana Maestri	127
<i>Estudiantes y pantallas. Un caso de mediatización del discurso académico en el umbral de ingreso a la universidad</i> María Cecilia Reviglio	138
<i>La mediatización del sonido respecto de Internet y la vida musical. Revisiones</i> José Luis Fernández	157
<i>La mediatización del “mundo del arte”</i> Mario Carlón	187
<i>O lugar do poético na sociedade das mídias: Convergências de sensações, saberes, linguagens</i> Goiamérico Felício C. dos Santos	216

A CIRCULAÇÃO ALÉM DAS BORDAS

Antonio Fausto Neto

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Professor Titular do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação
Projeto de Pesquisa “Mutações nos processos de noticiabilidade: novas estratégias de enunciação do discurso jornalístico”

Resumo:

Examina-se o conceito de circulação tomando-se como ângulo os processos crescentes de mediatização da sociedade, partindo-se da hipótese segundo a qual a existência de novos processos de circulação de mensagens e, de modo especial de produção de sentidos, organizam uma nova arquitetura comunicacional, afetando as condições de vínculos entre produtores e receptores, ensejando novos modos de interação entre instituições, mídias e atores sociais. Propõe-se ainda que mutações envolvendo os dispositivos de circulação afetam não só modelos com os quais se examina práticas comunicacionais e as condições de suas manifestações de sentido, como o próprio âmbito da investigação acerca dos estudos de uma temática que se desloca “sociedade dos meios” para as “sociedades em vias de mediatização”.

Palavras-Chave: *Mediatização, circulação, interface, interpenetração, sentido*

Resumen:

Se examina el concepto de circulación tomando como ángulo los procesos crecientes de mediatización de la sociedad, partiéndose de la hipótesis según la cuál la existencia de nuevos procesos de circulación de mensajes y, de modo especial de producción de sentidos, ordenan una nueva arquitectura comunicacional, afectando las condiciones de vínculos entre productores y receptores, ensejando nuevos modos de interacción entre instituciones, medios de comunicación y actores sociales. Se propone, todavía, que las mutaciones envolvendo los dispositivos de circulación afectan no sólo modelos con los cuales se examina prácticas comunicacionales y las condiciones de sus manifestaciones de sentido, como el propio ámbito de la investigación acerca de los estudios de una temática que se desplaza desde una “sociedad de los medios” para las “sociedades en vías de mediatización”.

Palabras Clave: *Mediatización, circulación, interfaz, interpenetración, sentido*

Abstract:

The concept of circulation considering the increasing processes of mediatization of society is examined, starting from the hypothesis that the existence of new processes of message circulation and, especially, of meaning production, organize a new communicational architecture, affecting the conditions of links between producers and receivers, giving rise for new modes of interaction among institutions, media and social actors. It is further proposed that mutations involving the circulation devices affect not only models with which communicational practices and the conditions for their manifestations of meaning are examined, but also the scope of research regarding studies on a topic that moves “media society” to the “societies in the process of mediatization”.

Key-words: *Mediatization, circulation, interface, interpenetration, meaning*

Breve nota introdutória

A nova “arquitetura comunicacional midiática”, envolvendo novas relações entre produtores e receptores de mensagens, deve levar em conta as transformações havidas no âmbito da circulação. Sofrendo as injunções dos processos de midiatização crescente, a circulação complexifica seus papéis, ao organizá-los segundo novas dinâmicas de interfaces. Este fenômeno enseja que novas hipóteses sejam formuladas acerca da existência deste “terceiro pólo”, no processo comunicacional. A circulação deixa de ser um elemento “invisível” ou “insondável” e, graças a um trabalho complexo de linguagem e técnica, segundo operações de dispositivos, explicita sua “atividade construcionista”, gerando pistas, instituindo novos objetos e, ao mesmo tempo, procedimentos analíticos que ensejem a inteligibilidade do seu funcionamento e dos seus efeitos. Face a esta paisagem, o propósito deste artigo visa refletir sobre as operações do “trabalho da circulação” que incidem sobre novos protocolos e dispositivos, ao articular sob novas condições, produtores/receptores de discursos.

1. A recepção e o acesso às bordas

As noções sobre a recepção (apesar das diferentes nomenclaturas conceituais utilizadas ao longo das últimas quatro décadas) surgem com a emergência das tecnologias e sua conversão em meios de comunicação, fato que repercute sobre a organização social e seus processos de interação. Interrogações várias acompanharam a evolução do lugar da recepção e organizaram respostas sobre a questão dos efeitos. Muitos modelos utilizados se apoiaram em teses segundo as quais os vínculos entre emissores e produtores resultariam de dinâmica entre dois sujeitos: o primeiro como acionador e o segundo como receptor. A problemática dos efeitos resultaria de uma noção de calculabilidade, ou seja, consequência de ações organizadas aparentemente, em situação de equilíbrio e de confiável previsibilidade entre as intenções motivantes de emissores e a confirmação das suas expectativas emissoras, por parte do receptor. Dizendo de outra forma, a ação tecno-simbólica organizada pelo lugar da produção de mensagens se efetivaria na instância da recepção de modo causal, segundo intencionalidade a partir da qual inexistiria qualquer outra ocorrência, que pudesse complexificar ou mesmo, contrariar a natureza do fluxo transmissional. A construção das relações entre produção e recepção repousava em torno de hipóteses para as quais dimensões

de complexidade e indeterminação estariam fora de cena. Considerava-se a ênfase ao aspecto consciencial dada por este processo, o qual, por seu turno desconsiderava também o âmbito da circulação. A existência de uma “zona” que se estabelecia no fluxo entre produção/recepção, era naturalizada como apenas uma “passagem” automática, espécie de intervalo sobre o qual diferentes tradições de pesquisa desconhecera ou, mesmo denegaram, a sua existência de uma outra perspectiva. Sobre tal intervalo desconheceu-se a amplitude de sua problemática. Se o âmbito de produção de mensagem obtinha o seu reconhecimento como um lugar formal e explícito – realizador de certa ação técnico-discursiva – o da recepção existia como um efeito do trabalho que se voltava às “massas amorfas” e “sem espírito”, concebidas como coletivos homogêneos, nas formas de públicos e audiências. E, nestas condições, se detinha da circulação uma compreensão desta apenas, praticamente nula.

2. As massas das estatísticas, os primeiros receptores, enquanto objetos

As “massas” que foram os primeiros candidatos a “interlocutores” das mídias, foram convertidas em primeiros objetos para pesquisas sobre produção dos efeitos. Fazendo repousar os fundamentos do ato comunicativo sobre aspectos norteados pelas “teorias das intenções”, tal “paradigma” funcional cuidou de enfatizar os processos de captura das audiências e de conferir, mediante formalizações estatísticas, a efetividade de suas relações com o aparelho produtivo. Sob às expensas das hipóteses sustentadas pelas “teorias das intenções”, as audiências e públicos perderam suas materialidades e os entornos de suas especificidades, sendo re-situados, ou mesmo capturados por desenhos metodológicos que, deixando de fora intentos e pistas que ajudassem a compreender a própria “alma” das audiências, apenas ratificariam os pressupostos em torno dos quais se nutriria o próprio ato investigativo e, de suas respectivas intenções. Mas, rastros delas, oferecem seus *restos* sinalizando seus modos de existência. Primeiras observações qualitativas revelaram descompassos entre intenções das emissões e suas contrariedades receptoras. Algo se poderia dizer mai sobre a “Multidão Solitária”: esta age deixando marcas de um trabalho distinto em relação aos protocolos das intencionalidades.

3. A recepção age...

Nossa hipótese é a de que o balanço da trajetória dos primeiros estudos, de tradição funcionalista, sobre a constituição das audiências e dos efeitos de mensagem sobre elas, ao invés de apontar para o fechamento de um ciclo de preocupações sobre a recepção, sugere – ainda que de modo involuntário – sinalização sobre a existência de um trabalho da recepção. Ou seja, a formulação de outros capítulos e pistas de investigação avançam um pouco mais em relação às proposições anteriores, indicando que recepção *existe e age*.

Novas percepções evoluem sobre a questão através da qual as interações mídias e receptores passam a ser rastreados, sob o signo de novas interrogações. O modelo tecno-funcional com que se examinava estas interações perde força, na medida em que se reconhece que a ação das mídias é condicionada a uma multiplicidade de fatores que tratavam de relativizar convicções segundo as quais os receptores recebiam as mensagens midiáticas em condição de total desprovemento. Da existência de um cenário técnico, com capacidade supostamente irradiadora e transmissional, as mídias passam a ser situadas em uma problemática mais complexa, a dos campos sociais ambiente nos quais dividiam as cenas das interações. No âmbito da “sociedade dos meios” desenvolvem um trabalho peculiar, o de superintender, por sua competência discursiva, as interações entre os demais campos sociais (RODRIGUES, 2000). Trata-se de papel central, mas não exclusivo, uma vez que é neste contexto dos campos sociais ocorrem novas modalidades de disputas de sentidos entre diferentes campos e os seus atores sociais. Sabe-se que as grandes teorias sobre o poder da técnica (leia-se mídias) são elaboradas, no âmbito do funcionalismo (como é o caso da teoria do *agente setting*), mas desconfia-se, acerca, da simetria de vínculos gerados por estes protocolos. Este sintoma ganha força com o impacto das formulações de teorias denunciadoras sobre a qualidade desta “arquitetura comunicacional”.

Formulações teóricas outras indicam assimetrias, evidenciando as diferenças entre produtores e receptores de mensagens. São matrizes analíticas que tentam superar as “disposições funcionalistas” e passam a reconhecer de modo mais complexas a existência do receptor e do seu respectivo trabalho.

4. Circulação, conceito naturalizado?

Sem dúvida, que a constituição de campos sociais e as lutas tecno-discursivas neles travadas pelo trabalho de produção de sentido, complexificam-se com a intervenção em suas dinâmicas de novos processos e dispositivos, como os midiáticos. O limiar das transformações da “sociedade dos meios” para uma “sociedade em vias de midiatização” gera novas estruturas e dinâmicos feixes de relações entre produtores e receptores de discursos. Na “sociedade dos meios” os estudos sobre a recepção mostram que o receptor faz tantas coisas outras, distintas daquelas que são estimadas pelos produtores. Na “sociedade em vias de midiatização” o receptor é re-situado em outros papéis na própria arquitetura comunicacional emergente.

Quais as relações destes aspectos com a circulação? Explicando de outra forma: em ambas sociedades a problemática da circulação é um desafio para pesquisa. Na primeira, a circulação, de um fenômeno naturalizado, avança para algo que é reconhecido como um “intervalo”, para se transformar em “ponto de contato” para depois se constituir em “uma zona de articulação”, mas sem deixar ver, com clareza sua dinâmica e seus efeitos. Na “sociedade em vias de midiatização” estamos diante de um novo cenário sócio-técnico-discursivo que constitui as novas interações entre produção/recepção. Estas resultam diretamente, de novas formas de organização de circulação dos discursos. A problemática dos efeitos de sentido assume uma nova complexidade, requerendo dispositivos analíticos, especialmente procedimentos refinados que possam descrever como a circulação deixa se mostrar em novos cenários.¹ Nesta, a circulação re-situa além das interações, conceitos clássicos ao processo da comunicação, como por exemplo o de notícia e o de acontecimento.

¹ Este texto dialogou em diferentes momentos de sua construção com alguns escritos de Eliseo Verón no sentido de mostrar a construção do conceito de circulação. Assim indicamos algumas referências sobre as quais apoiamos esta reflexão: VERÓN, Eliseo; BOUTAUD, J.J. *Sémiotique ouverte. Itinéraires sémiotiques en communication*. Paris: Lavoisier, Hermes Science, 2007. VERÓN, Eliseo. *Os públicos entre produção e recepção: problemas para uma teoria do reconhecimento*. In: *Televisão: das audiências aos públicos*. Lisboa: Livres Horizontes, 2006. VERÓN, Eliseo. *Etnographie d'une exposition. L'espace, le corps, le sens*. Paris: Centre culturel Georges Pompidou, 1989. VERÓN, Eliseo. *Semiosis de l'idéologie et du pouvoir*. In: *Revista Communications*. N28. Paris: Du Seuil, 1978. VERÓN, Eliseo. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980. VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

5. Circulação: primeiras noções

Como se sabe, na tradição causalista os estudos que examinara a força dos meios enfatizaram a oferta midiática de onde emanariam as intencionalidades sobre as quais se realizaria a recepção da mensagem. A noção de circulação estava condicionada uma ação tecnodiscursiva desferida pela instância produtiva. Ou seja, é “*a partir do ponto de vista do ator e de suas intenções que se deve ter um discurso sobre a totalidade da circulação do sentido*”² (VERÓN, 2005: 84). O destino dos sujeitos em recepção não seria mais do que aquele de consumir os meios e o de se submeterem aos efeitos por eles presumidos. A circulação será uma zona automática de passagem de discursos.

Pensamos que, de alguma forma este modo de examinar a problemática de efeitos, repercute entre alguns trabalhos desenvolvidos no ambiente das “ciências das linguagens”, ao subsumir a problemática da circulação àquela do sistema produtivo. Alguns ângulos de estudos sobre as “gramáticas de produção” trazem sequelas destas preocupações. Estudamos funcionamento textual para recuperar como, no nível das gramáticas, se estruturariam as intencionalidades do discurso. Também, como através deste expediente se poderia inferir a produção dos seus efeitos sobre a recepção. Ou seja, tais motivações buscavam compreender, a partir de estudo de gramáticas, como discursos procuram constituir em suas fronteiras, noções e operações sobre a existência da recepção. O texto passa a se constituir num dos estágios da pesquisa semiológica que examina a existência da recepção, porém submetida à uma determinada lógica de fundo acionalista³.

Neste contexto o conceito de circulação tem sua existência, de certa forma, naturalizada em decorrência das angulações centradas sobre o âmbito produtivo. Nele também são localizadas algumas operações discursivas que poderiam fazer alusão a existência de marcas de existência da recepção. Porém, veremos que é no deslocamento da ênfase dos estudos semiológicos das

² VERÓN, Eliseo. Pós-Modernidade e teorias da Linguagem: o fim dos funcionalismos. In: *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

³ FAUSTO NETO, Antonio. A deflagração do sentido; estratégia de captura da recepção. In: *Sujeito, o lado oculto da recepção*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

gramáticas em produção para os da recepção que se faz emergir a existência da circulação e, de sua respectiva complexidade.

6. A circulação como “terceiro”

São modelos equidistantes à teoria da ação que vão situar a problemática da recepção em um outro patamar.

É o deslocamento do exame do ato comunicacional de uma problemática instrumental para aquela da dimensão discursiva (da enunciação) que vai oferecer os “insumos” da perspectiva do ângulo da complexidade. O conceito de enunciação chama atenção para o fato de que o ato discursivo se constitui em um complexo trabalho, uma vez que o sujeito apropria-se da linguagem para referir-se, referir o mundo e referir o seu *socius*. Essa construção evidencia a produção discursiva como uma questão relacional, e não só de caráter transmissional. O sujeito lida com várias injunções, de modo voluntário, ou não, nas quais a linguagem age sobre ele, produzindo surpresas e também dissabores. Nestas condições, o sujeito individual ou institucional, não seria o mestre da atividade discursiva, mas efeito do seu funcionamento na medida em que se encontra “constrangido” ou “mobilizado” por ordem que o transcende, como sendo algo complexo como é a instância da interdiscursividade. Defronta-se com uma “questão ternária”, pois a possibilidade de enunciar, ou de se constituir na co-enunciação, subentende a “submissão” da enunciação à uma ordem que o transcende e que remete seus pedidos e intenções, à dimensão interdiscursiva. Trata-se da complexificação do processo da comunicação, e não de sua desobjetivação. Disso não pode resultar a supressão dos lugares de produção e da recepção de discursos, mas sua subordinação à uma nova configuração de regimes de discursividades nos quais o trabalho enunciativo está preso. Trata-se da ordem interdiscursiva onde a circulação se aloja – como “terceiro” – e se oferece como um novo lugar de produção, funcionamento e regulação de sentidos.

7. A circulação e /nas “Zonas de Indeterminação”

Desta perspectiva, o conceito de circulação distancia-se da problematização anteriormente que a concebia como “zona insondável”, “intervalo” ou “passagem”. Passa a funcionar como uma “zona de indeterminação” enquanto dispositivo, ou espaço gerador de potencialidades. Retira

das gramáticas a soberania das intenções, na medida em que os discursos se contatam, pelo contágio da força e dinâmica deste novo espaço. As intenções de origem perdem força, uma vez que estão entregues à outras dinâmicas que fazem com que produção e recepção não possam mais controlá-las, bem como os efeitos que presumem estabelecer sobre discursos. A linearidade dá lugar à heterogeneidade. Dissolve-se no ato da enunciação a existência de uma noção de equilíbrio, especialmente vínculos possíveis de simetridade, na medida em que as intenções que os engendram não são controláveis. Não podem os mesmos se impor unilateralmente, apesar de estarem submetidos às regras e processos produtivos aparentemente coerentes, que visam orientar a atividade racional dos lugares de enunciação. No lugar das regras, emergem estratégias e cujas lógicas apontam mais para diferenças do que para convergências. Queremos insistir sobre este aspecto: a problemática dos efeitos se complexifica porque a atividade de produção de sentido realiza-se no âmbito de complexas zonas de enunciação – ou por elas responsáveis – como é o caso da circulação – sugerindo expectativas previsionais acerca do ato de troca. Deriva de um trabalho cuja realização e resultados não são produtos de uma atividade intencional, instaurando pactos simetrizantes entre os sujeitos. Os intervalos, enquanto regra naturalizada, deve ser lido como complexa processualidade, enfeixando relações sobre as quais não se detêm o controle de suas dinâmicas. A própria existência, trajetos e efeitos dos vínculos que reúnem produção e recepção, resultam do “aparelho circulatório”, enquanto efeito de suas próprias disposições, na medida em que é este último quem define e impulsiona sobre as quais condições se fundam as operações de sentidos. É por força deste *aparelho* que estes lugares se constituem, ou são mobilizados para lidar com o que lhes destinam, ou estabelecer seus respectivos protocolos de reconhecimento: no lugar da passagem automática – da produção à recepção, conforme pleiteava a “teoria das intenções” – emerge uma nova zona. Nasce das franjas das fronteiras. E no lugar de contornos claros entre suas delimitações fronteiriças, as transformam em interfaces. A soberania das gramáticas – em produção e em reconhecimento – teve suas marcas discursivas dissolvidas pela força de co-enunciações que se constituem no contexto (e pelos efeitos) deste novo dispositivo circulatório. Este as põe em contato, e suas marcas somente produzem sentido através do trabalho que fazem, mas no interior destas zonas de interfaces.

8. Circulação como diferença

As possibilidades de formalização da circulação como um dispositivo constituinte das interfaces, são inspiradas em um território epistemológico-teórico mais próximo às formulações sócio-semiótica que estuda a comunicação midiática a partir de novas complexidades. Suas hipóteses apontam a circulação como resultado de diferenças entre lógicas de processos de produção e de recepção de mensagens. De um lado, gramáticas fortemente estruturadoras, no seio de instituições, de discursos midiáticos. E de outro, a emergência de multiplicidades de gramáticas que se fundam e se orientam em diversidades de lógicas oriundas do mundo dos atores e dos indivíduos, articulando-os a um trabalho. No lugar da homogeneização de sentidos, a diversidade e heterogeneidade de estratégias. No lugar da convergência, inevitáveis defasagens crescentes entre gramáticas de produção e de reconhecimento; desvios de lógicas que viriam a mostrar complexas articulações entre estas duas instâncias, produção e recepção. Porém, neste conceito, que pertence aos anos 70, o conceito de circulação aparece ainda envolvido em incertezas.

Em um primeiro momento, os dispositivos e as diferenças lógicas de sentidos no âmbito da interface, produziram inquietações e motivações regulatórias. Por outras palavras, como fazer para que a (inevitável) defasagem entre gramáticas de produção/reconhecimento não produzissem efeitos que desarticulassem estruturas vinculantes de comunicação, gerando desequilíbrio em suas relações? Como evitar a radicalização da defasagem, especialmente seus efeitos sobre receptores que situados nestes fluxos de dissonâncias, só lhes restariam desenvolver “estratégias desviantes” ou construir “pontos de fuga” capazes de lhes deslocar deste tal ambiente, quebrando elos e os possíveis protocolos de fidelização para com as instituições midiáticas?

9. Contratos e os “pontos de articulação”

Podemos admitir o que neste quadro que aparecem os estudos sobre “contratos de leitura”, cujos objetivos visariam, grosso modo, descrever as possibilidades de construção de vínculos entre produção/recepção, levando-se em conta suas diferenças no trabalho de produção enunciativa. Admitida a inevitável defasagem, como efeito do “dispositivo circulatório”, os

“contratos de leitura” seriam entendidos como uma instância “reduzora de complexidade”. Não podendo enfrentar a indeterminação, desenvolve-se estratégias que possam manter produtores/receptores em possíveis “zonas de contatos” ou, de “pontos de articulação”. Entretanto, pesquisas estudaram os “contratos”, mas a partir da problemática das gramáticas em produção. Outras observaram tais pontos de articulação entre produtores/receptores a partir de marcas de “pontos de contatos”, nos quais se encontravam. Para tanto, trataram de reconstituir tais operações através de processos observacionais vários, que pudessem indicar como estratégias de ofertas de sentidos, apropriadas por outras estratégias, poderiam gerar pistas sobre as modalidades como os receptores transformariam tais ofertas. Nestas condições, remodela-se a compreensão do conceito de circulação: este deixa de ser um conceito associado à defasagem – ou simplesmente de diferença – e passa a ser compreendida como “pontos de articulação” entre produção e recepção. Avança como um novo objeto, pois a circulação é transformada em lugar no qual produtores e receptores se encontram em “jogos complexos” de oferta e de reconhecimento. É nomeada como dispositivo que é levado em conta para realização do trabalho de negociação e de apropriação de sentidos, regidos por divergências e não por linearidades. Este esforço analítico se volta para formalizar um nível de existência da problemática da circulação, desta feita como um conceito que avança observações sobre a sua própria complexidade.

A circulação não seria apenas um conceito que remeteria à noção de intervalo, conforme se considerava inicialmente, ou a de defasagem conforme se supunha depois. Mais que isso, é o âmbito de uma complexa articulação entre “propriedades do discurso proposto e as estratégias de apropriação do sujeito” (VERÓN, LEVASSEUR, 1986: 32).

10. Entre lógicas de contratos x lógicas de interfaces

O conceito de circulação complexifica-se percorrendo um caminho longo, e somente o avanço das transformações dos regimes sócio-técnicos engendrados pela midiatização e suas repercussões sobre a organização social atual, a existência de uma dinâmica visível de um trabalho que a circulação, enquanto dispositivo, realize nesta arquitetura comunicacional.

A associação do conceito de circulação associado à noção de dispositivo tem a ver com as profundas alterações tecnológicas, na forma de meios e de discursos que engendram a “arquitetura comunicacional”, hoje. Os mídias não são apenas compêndios de um processo interacional, mas oferecem seus postulados e lógicas para a própria organização social. Instituem, por suas novas feições, zonas complexas de intensos *feed-backs* entre os atores removendo posições, redefinindo protocolos de comunicação, estabelecendo novas concepções e natureza de vínculos, alterando espacialidades e temporalidades sobre as quais se funda o ato comunicativo. A circulação ao deixar de ser uma problemática de intervalos entre elementos de um determinado processo de comunicação, passa a se constituir em um dispositivo central, uma vez que as possibilidades e a qualidade das interações sócio-discursivas se organizam cada vez mais em decorrência da natureza do seu trabalho em dar forma à arquitetura de processos comunicacionais. As lógicas dos “contratos” são subsumidas por outras “lógicas de interfaces”. As lógicas sobre as quais se fundam as enunciações deslocam os sujeitos discursivos para novos (inter) espaços ou dispositivos singulares: mídias como o rádio, a tevê, o jornal, parecem desaparecer para se transformar em “superfícies multimidiáticas” controladas pelo receptor. Haverá sempre, supostamente, múltiplos produtos audiovisuais (os meios são antes de tudo um mercado), mas não haverá mais “programação”. Esta superfície operatória abarcará tudo: informação, entretenimento, computação, telefonia, comunicação interpessoal. Conheceremos, pois a “convergência” tecnológica que o *iPod* torna possível e que coincide, paradoxalmente, com a máxima “divergência” entre oferta e demanda na história dos meios “(VERÓN, 2007: 12).

A instância de produção, torna-se receptora – ou presa – de certos sistemas de produção enunciativa. O receptor é situado segundo novos desenhos à nova problemática dos dispositivos circulatórios. Muda o seu status e suas relações com os nichos em produção, a partir de uma específica inserção que resulta das disposições e das injunções do trabalho da circulação: “*O receptor não é meramente ativo: será o operador/programador de seu próprio consumo multimidiático. De um certo ponto de vista, se poderia dizer que assistimos a*

culminação natural, no mercado dos meios, do individualismo da modernidade”⁴ (VERON, 2007: 14, op.cit).

Outros efeitos decorrem dos modos como complexos dispositivos vão dinamizando este ambiente e suas dinâmicas: de um lado, os meios concentrados em processos de complexas convergências tecnológicas; por outro lado, os receptores perambulam por várias mídias, migrando em seus contatos com os mesmos, e quebrando zonas clássicas de fidelização com vários deles. Trata-se de um “desajuste” introduzido pelo fato de que cada vez mais o maior número de pessoas vê cada vez menos os mesmos programas, na medida em que as especificidades dos seus contatos com um determinado meio são potencializadas e desdobradas com vários outros, face a natureza do próprio ambiente e funcionamento dos dispositivos midiáticos. É a ameaça de sua permanência em uma “zona de solidão”, provocada pela circulação, que leva as mídias a redesenhar seus produtos e, sobretudo, seus protocolos de interação com os seus consumidores. Desenvolvem vários expedientes: desde o “sistema social de resposta” (Braga, 2006); aos “convites” – ou transformação de cidadãos em jornalistas – para estes entrarem na lógica de processo produtivo, participando em vários níveis de suas secções. Tornam-se co-gestores destes processos, ainda que o controle sobre novas modalidades de interfaces e dos processos decisórios, em termos editoriais, esteja com os neo-gate-keepers. Tais injunções circulatórias não deixam de ser novas formas de situar os receptores junto ao âmbito do próprio sistema de produção tecno-discursiva das mídias. Não mais mantidos a distância, os receptores se tornam em co-operadores destes processos passando a integrar a própria cena produtiva midiática, nos seus mais variados formatos e gêneros. A complexificação tecnológica expõe o trabalho da circulação, muda os ambientes, as temporalidades, as práticas sociais e discursividades, o status dos sujeitos (produtores e receptores), as lógicas de contatos entre eles e os modos de envio e reenvio de discursos entre eles, diluindo fronteiras outrora cristalizadas, em favorecimento desta nova “zona de contato”,

⁴ VERÓN, Eliseo; BOUTAUD, J.J. *Sémiotique ouverte. Itinéraires sémiotiques en communication*. Paris: Lavoisier, Hermes Science, 2007.

VERÓN, Eliseo. A televisão, este fenômeno ‘massivo’ que conhecemos, está condenada a desaparecer. In: *MediaAmérica Semiótica e análise del media e América Latina Cartamn Edizioni*. Italia, 2007. Versão em castelhano para Digitalismo.com. Mexico, 2007.

mas também de indeterminações. As convergências não geram apenas homogeneizações, pois as mídias apontam para seus medos de “trafegar na solidão”, diante das lógicas de heterogeneidades que caracterizam o novo caminhar dos receptores. Sintoma desta realidade é o fato das mídias trabalharem cada vez mais com estratégias de autorreferencialidades, postulando sua existência, ao descrever as suas operações de produção da realidade, numa espécie de ação que visa capturar os receptores, compartilhando com eles o mundo desta realidade particular. Converte-se, por este processo de circulação e dos seus efeitos, o deslocamento do leitor à cena discursiva algo que deixa de ser privilégio das rotinas produtivas. Mas, tal ato sinaliza também para aspectos efeitos contraditórios impostos pela própria lógica sócio-técnica discursiva da midiatização crescente: ao instituir a diversidade de formas, possibilitando que o receptor estabeleça outras possibilidades de contatos com novos dispositivos, põem em risco velhas fidelizações e “contratos de leituras”. Este fenômeno gera a adoção de esforços regulatórios que possam administrar a complexidade do funcionamento da midiatização. Portanto, o receptor não se fecha em torno da “lógica da convergência”, mas também, segundo outras lógicas particulares ao mundo dos indivíduos e não assina cheque em branco prometendo a sua fidelização incondicional.

11. Uma nota em conclusão

Mesmo que visitadas de modo breve, estas questões deixaram algumas pistas para o avanço de outras hipóteses ou formulações teóricas, acerca deste tema. Ficaram de modo proposital, algumas angulações de caráter mais empírico sobre o funcionamento da circulação, por se entender que pertenciam a um recorte distinto do que se propunha desenvolver neste texto.

Nossa intenção neste ensaio de natureza teórica foi mostrar que as novas condições de circulação afetam as lógicas de instituições produtoras e sujeitos-receptores, por força da ambiência da midiatização, situando-os, pelo menos, em duas dinâmicas. De um lado os põem em contato, mas por outro lado faz com que eles se movam em dinamicidades próprias, afastando-os e os instalando em realidades distintas e divergentes. Tal pluralidade de lógicas trata de lembrar a complexidade crescente destes novos processos de comunicação, particularmente os desafios que oferecem para o trabalho da pesquisa. São muitos – e impossíveis de serem aqui refletidos – os diferentes efeitos desta problemática sobre o lugar

do observador (pesquisador). Como ele está na ambiência da midiaticização, e mesmo que não “jogue o jogo” das estratégias de sentido – produção e recepção – o seu trabalho se passa inexoravelmente na “zona de interpenetração” que é constituída pelo trabalho da circulação. Nela, trata de descrever a especificidade desse lugar, as operações desenvolvidas por produtores e receptores; a compreensão de respectivas lógicas sobre as quais se daria instalações da interface por elas tecidos.

A circulação pode ser um óbice, na medida em que parte do seu trabalho permanece entre sombras. Mas, ao mesmo tempo, deixa pistas que se oferecem no plano das linguagens para que algo possa ser descrito e dito sobre seu trabalho. Parece ser este o ofício que nos desafia daqui para frente: investigar a complexidade da circulação para além de suas próprias bordas.

Referências Bibliográficas

BASTIAN, Mariana (2005) *Efeitos da cura telerreligiosa*. Trabalho apresentado no VIII Comsaúde São Leopoldo, Unisinos.

BOUTAUD, Jean-Jacques; VERÓN, Eliseo (2007) *Sémiotique ouverte. Itinéraires sémiotiques en communication*. Paris: Lavoisier, Hermes Science.

BRAGA, José Luiz (2006) *A sociedade enfrenta sua mída*. São Paulo: Paulus.

CARLÓN, Mario; SCOLARI, Carlos A (Orgs.) (2009) *El fin de los medios masivos: el comienzo de un debate*. Buenos Aires: La Crujía.

CHAISE, Maria Joana Chiodelli (2009) *A participação do público no espaço leitor-repórter*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo.

CHAUVEL, Lucrecia Escudero (2010) *Quién es el autor de las noticias? Acerca del contrato mediático de la información*. Disponível em <http://www.narrativas.com.ar/Apuntos/CM.doc> acesso em 07/07/2010.

DAYAN, Daniel (Org.) (1997) *En busca del publico*. Barcelona: Gedisa.

.....; KATZ, Eliu (1995). *La historia em directo – La retransmisión televisiva de los acontecimientos*. Barcelona: Gili.

ECO, Humberto (1987) *La estrategia de la ilusion*. Buenos Aires: De La Flor.

FAUSTO NETO, Antonio (2007) *Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos*. In: Revista Diálogos Possíveis, Ano 6, n.2 (jul/dez) Salvador: FSBA.

..... (2007) *Enunciação, auto-referencialidade e incompletude*. In: Famecos, N.34. Porto Alegre: PUC/RS, dez.

..... (2008) *Ombudsman: A interrupção de uma fala transversal*. Intercom – VIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal.

..... (2008) “*Nada tira, nada envolve, nada completa*” *Leituras em recepção do discurso midiático religioso*. In: Revista Famecos, n.36, Porto Alegre: Famecos, agosto.

..... (2009) *Enunciação e “contratos de leitura”*: novos ‘modos de dizer’ dos discursos jornalísticos. Projeto de Pesquisa. Unisinos.

..... (2009) *Enunciação mediática e suas “zonas de pregnâncias”*. In: VELÁZQUEZ, Teresa. Revista Designis 13. Buenos Aires: La Crujía.

..... (2009) As bordas da circulação. Trabalho apresentado no “GT Estudos de Recepção”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho.

..... (2010) As bordas da circulação. In: *Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política*. V.10, n.20, jan/jun.

GIDDENS, Anthony (1991) *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.

JOHNSON, Steven (2003) *Emergência: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

JOST, François. *Promesses et territoires des genres télévisuels*, Urbino, Centro internazioale di semiótica, Document de travail.

LUHMANN, Niklas (2009) *Introdução à Teoria dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes.

MANCHADO, Mauicio (2007) *Conferencia de Eliseo Verón – Regreso al futuro de La Comunicación*. In: Cuadernos de Comunicación.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza Nogueira (Orgs.) (2008) *Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Experiência, modernidade e campo dos media*. In: SANTANA, R.N.Monteiro de (Org.) (2000) Reflexões sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Revan, PI: Universidade Federal do Piauí.

SCOLARI, Carlos; BERTETTI, Paolo (2007) *La televisión, esse fenómeno ‘masivo’ que conocimos, está condenada a desaparecer*. In: Mediamerica – Semiótica e análise dei media a America Latina. Torino: Cartman Edizioni.

VALDETTARO, Sandra (2009) *Audiências: de las “redes sociales” a las “asociaciones en red”*. Paper apresentado no Foro Ibermedia, FIA (Fundación de Investigación del Audiovisual). Valencia, Espanha.

VERÓN, Eliseo (1980) *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix/Ed.Universidade de São Paulo.

.....; LEVASSEUR, Martine (1989) *Ethnographie de l'exposition: l'espace, le corp et le sens*. Paris: Centre Georges Pompidou.

..... (1997) *Esquema para el análisis de la mediatización*. In: Revista Diálogos de La comunicación, n.48, Lima: Felafacs, Outubro.

..... (1997) *Semiosis de lo ideológica y del Poder*. In: La mediatización, 2a. ed., Buenos Aires, Oficina de publicaciones del CBC-UBA.

..... (1998) *Semioses de La mediaizacion. Conferência Internacional Mídia e Percepção Social*. Rio de Janeiro, 18, 19 e 20 de maio.

..... (2006) Os públicos entre produção e recepção: problemas para uma teoria do reconhecimento. In: *Televisão: das audiências aos públicos*. Lisboa: Livres Horizontes.

..... (2007) *Sémiotique ouverte: itinéraires sémiotiques em communication*. Paris: Lavoisier.

..... (1978) *Semiosis de l'idéologie et du pouvoir*. In: *Revista Communications*. N28. Paris: Du Seuil.

WESCHENFELDER, Aline (2005) *A cura como pretexto de arrebanhamento*. Trabalho apresentado no VIII Comsaúde. São Leopoldo, Unisinos.

SUBJETIVIDADES Y DIGITALIZACIÓN: BOSQUEJO DE UN ESTADO DE LA CUESTIÓN

Sandra Valdetaro

Directora del Departamento de Ciencias de la Comunicación

Facultad de Ciencia Política y RRII, UNR.

Directora del proyecto “Interfaces en Pantalla: Mapas y Territorio”

Resumen:

En este texto se retoman tópicos trabajados anteriormente, con el propósito de avanzar comentarios acerca de las modalidades de construcción de subjetividades en la actual era de post-mediatización. Se revisan, al respecto, algunas perspectivas actuales del campo de la antropología y de los estudios cuantitativistas. Se detiene luego en consideraciones del campo de la socio-semiótica. El objetivo general es formular un esbozo preliminar sobre los presupuestos teóricos del estado de la cuestión sobre los estudios de la recepción en la actualidad.

Palabras claves: *Subjetividades, complejidad, digitalización, investigación social*

Abstract: This text takes up topics previously worked in order to coment the modalities of construction of social subjectivities in the present era of post-mediatization. We review some current perspectives in the field of anthropology and quantitativits studies. After we consider topics of socio-semiotics. The general objective is to present a preliminary outline of the theoretical concepts of the state of the studies on the reception today.

Key-words: *Subjectivities, complexity, digitalization, social research*

El presente texto retoma tópicos de trabajos anteriores, y su propósito es incorporar algunos comentarios acerca de la comunicación en la actualidad, principalmente en lo referente a los abordajes del ámbito de la recepción y al fenómeno nombrado como “redes sociales”.

Señalábamos en otro lugar (Valdetaro 2009) las características generales de los cambios acaecidos en la mediatización, y la insuficiencia de los procedimientos clásicos de medición de audiencias de base cuantitativa, así como de las descripciones etnográficas de los consumos mediáticos, para estudiar dichos cambios.

La principal dificultad de ambos enfoques estriba en la epistemología del sujeto-social que suponen. Ya sea en términos de constructos de agregados estadísticos, o de individuos y grupos haciendo uso de sus decisiones de consumo/recepción empíricamente situados, ambos puntos de vista se apoyan en una hipótesis “simplista” de la naturaleza de las subjetividades sociales incapaz de explicar la complejidad del vínculo producción-reconocimiento.

A dicha limitación, presente en los abordajes cualitativos del ámbito de los consumos de los “medios de masas” en situaciones de cotidianidad, la progresiva instalación de Internet en la vida social agrega nuevos desafíos.

Recientes estudios antropológicos señalan claramente las dificultades con que la investigación etnográfica se encuentra al tratar de indagar ese meta-medio que es Internet. Desde finales de la década de 1990, se perfila una nueva subdisciplina en el campo de la antropología, nombrada indistintamente como “etnografía virtual”, “etnografía digital”, “etnografía en/a través de Internet”, “etnografías de Internet”, “etnografía conectiva”, “etnografía de la red”, “ciberetnografía”, “estudio etnográfico de Internet”, “network ethnography”, “etnografía online”. En todas estas nominaciones, el denominador común es que el encuentro inevitable con el “trasfondo cultural” de Internet, las prácticas y experiencias asociadas, la fisonomía de sus textualidades, y las relaciones sociales que habilita, “suponen un reto para los investigadores sociales y abren nuevos campos para el análisis en el terreno de la metodología cualitativa” (Dominguez y otros 2007: 1).

Desde un punto de vista epistemológico, se deja constancia de las dificultades que presentan Internet y los lenguajes de la sociedad post-masiva en relación con una ambivalencia que se aprecia como constitutiva, dada por su doble carácter de “objetos de estudio” e “instrumentos integrados en la práctica científica” (Ardèvol y otros 2008: 10). Si bien las paradojas que presenta el trabajo científico cuando el espacio-tiempo del investigador coincide con el del objeto de estudio constituyeron siempre motivos de reflexión y autocontrol en las ciencias sociales, el encuentro con Internet parece visibilizarlas de un modo inequívoco. Los presupuestos clásicos ligados al control de la construcción de conocimiento son puestos en cuestión de una nueva manera. No sólo aparecen problemas relacionados con la búsqueda de objetividad, el posicionamiento del investigador y las técnicas de contrastación de datos, sino que son las propias definiciones de partida las que se deslizan hacia una zona de indecibilidad. Por ejemplo, las dificultades en relación con definir los colectivos estudiados, los tipos de interacciones que median las relaciones, la delimitación de contextos. El “dominio de objetos” de la investigación aparece, de este modo, desdibujado, con lo cual se ponen en riesgo tanto los conceptos y presupuestos mínimos de partida, como los métodos de abordaje. Es decir, lo

que se pone en riesgo es el propio estatuto “científico” del conocimiento producido por las disciplinas sociales.

Es en el caso de los intentos de definición del concepto de “campo” donde nos parece que estas vacilaciones encuentran su principal expresión. “¿Cuál es el *campo* en el análisis de una sala de chat?”, se preguntan, por ejemplo, Ardèvol y otros (2008: 10), y, concomitantemente, ¿cómo establecer las condiciones de presencia y participación del “etnógrafo” en el “campo”? En sus propias palabras: “¿qué significa *estar presente* al analizar un grupo de bloggers?” o “¿qué significa *participar* cuando se analizan las relaciones que se establecen a través de una red social de contactos?” (Ibidem, las cursivas son nuestras). El mismo tipo de conjeturas vale para el concepto de “informante”, ya que cómo se distinguiría un informante si todos -incluidos los investigadores- estamos en posición de usuarios, y, por lo tanto, en posición “informante”. Estos interrogantes implican asumir un nuevo posicionamiento investigativo que desde la semiótica se define a partir del desafío que supone situarse en producción y reconocimiento a la vez (volveremos sobre el tema).

Para seguir con los desarrollos en el ámbito de la antropología, podemos decir que es este tipo de preguntas el que fue guiando hacia la búsqueda de nuevos métodos y técnicas específicos para la etnografía virtual, como el “websphere analysis” de Schneider y Foot por ejemplo (en Ibidem); pero la mayoría de las veces nos encontramos con el traslado simple de técnicas tradicionales al ámbito de estudio de Internet, como las entrevistas por correo electrónico o los grupos de discusión ad hoc a través de foros.

Entonces, por un lado, vemos que en la llamada “etnografía virtual” se asumen puntos de vista que se hacen cargo de los desafíos que presentan estos nuevos objetos, y que podríamos sintetizar en los siguientes puntos:

- la doble dimensión de Internet y las TICs como un punto de partida inevitable, es decir, la problematización de su carácter de mediadores tanto de las relaciones de los colectivos que se investigan, como de la propia práctica de producción del conocimiento etnográfico;

- el concepto de “mediación” para, justamente, “señalar las transformaciones que se producen cuando objetos e individuos entran en relación” a la manera en que lo plantea Latour (Ibidem: 11-12);
- concomitantemente, una noción de las tecnologías no como simples artefactos o instrumentos sino como configuradores relacionales y perceptivos en una línea que va de Vertov a Benjamin recuperando las tradiciones de la antropología visual y el cine etnográfico (Ibidem: 12),
- la puesta en tensión de la fisonomía audiovisual de la época actual con el carácter escriturario de la antropología retomando la reflexión sobre el componente retórico del informe etnográfico realizada por Geertz, y la excepcionalidad de una producción de conocimiento por imágenes que ubica en Margaret Mead sus antecedentes más importantes (Ibidem: 13).

Por otro lado, desde el punto de vista de los aspectos metodológicos de las investigaciones concretas de o con Internet y TICs, notamos, como decíamos anteriormente, una tensión entre la simple aplicación de métodos tradicionales y la búsqueda de nuevos tipos de abordajes. Entre estos últimos, el uso de la cámara para obtención de registros audiovisuales, por ejemplo, supone una presencia “discreta” del investigador en el campo orientada a “captar paisajes sonoros y visuales intentando retratar la urbanidad en movimiento”, y constituyéndose en un dispositivo revelador de vínculos y flujos, sustrayéndose así a la búsqueda de reflexividad al prescindir de las entrevistas, es decir, del discurso verbal de los sujetos implicados (Nadja Monnet en Ibidem). Otro ejemplo es apelar a la práctica de bloguear como articulación entre trabajo de campo y proceso de escritura, que produce una suspensión de la tradicional distancia espacio-temporal entre esas dos instancias (Estalella 2008 en Ibidem). Incluso cuando se trata del uso de recursos más tradicionales -por ejemplo, la distribución de un cuestionario por la web con fines investigativos- es posible un aprovechamiento de ciertas condiciones de Internet -en este caso, el anonimato- para relevar prácticas de difícil acceso por otros medios (cfr Pichardo en Ibidem, sobre prácticas de “bondage”, dominación, sumisión, sadomasoquismo). En casos como estos u otros similares, lo que destacan los investigadores es que Internet y las tecnologías son agentes co-partícipes

en la producción de conocimiento, y que se hace necesario reflexionar sobre este nuevo estatuto (Ibidem 21).

Este nuevo estatuto está relacionado, genéricamente, con las incertidumbres que en la investigación social de corte antropológico generan las condiciones de la investigación “delante de la pantalla”, que obligan a replantear tanto la definición de “campo” que ya indicáramos, como el carácter de la recolección y análisis de datos, ya que, por un lado, se constata la ventaja de una accesibilidad ilimitada a la información y, simultáneamente, la dificultad epistemológica que supone redefinir la naturaleza y los límites adecuados del recorte de objeto y de la participación del investigador en el objeto de estudio, es decir, la legitimidad de la incidencia de su perspectiva y experiencia en la construcción de conocimiento.

Retomando lo que decíamos en relación con las dificultades de definición del concepto de “campo” en la llamada etnografía virtual, creemos que las vacilaciones derivan del hecho de que, justamente, el “campo” coincide con el “delante de la pantalla”, y por supuesto los etnógrafos y los antropólogos saben -como ya lo demostramos presentando sus puntos de vista teóricos y sus intentos metodológicos- que la pantalla no sólo es una superficie luminosa contenida en algún tipo de artefacto rectangular. Me parece que ese “delante de la pantalla”, en su propia mención, es todo un síntoma; la pantalla, así dicha, no tiene nada de superficial, y se presenta, al contrario, como un punto ciego, como un espacio insondable y profundo que no se sabe cómo nombrar. Cuando se la trata de nombrar en su propia especificidad, aparece como determinante su naturaleza “virtual” como oposición a “físico” o, incluso, “real”. Cito: “... un objeto de estudio que deja de ser enteramente físico” (Dominguez y otros, 2007). Esta naturaleza que se percibe como no-enteramente física –ni virtual, por tanto- constituye el núcleo traumático de la etnografía virtual. Por eso algunos parecen encontrar una solución a este ambiguo estatuto reclamando completar el análisis mediante “la observación física en múltiples sitios, a fin de explorar cómo las actividades mediadas por internet se insertan en el mundo de la vida cotidiana de sus integrantes” (Ibidem). Es decir que las “interacciones off-line” siguen siendo el criterio de demarcación específico de los abordajes antropológicos como modo de legitimación del conocimiento, porque, claro está, cómo hacer una ciencia

empíricamente fundada con un objeto virtual cuando lo virtual se entiende como sinónimo de ideal y abstracto, y opuesto a real y concreto. Entiendo que en este punto se produce, entonces, el principal equívoco. Si bien en algunas de las experiencias relevadas es posible consignar una sospecha subyacente acerca del carácter ya meramente concreto de lo virtual, lo cierto es que no termina de cuajar en una definición consolidada. Es la escasa claridad en relación con la comprensión de lo virtual lo que produce el principal obstáculo en el diseño de las investigaciones. Dicha comprensión se encuentra teñida de una mirada anacrónica con respecto a lo virtual al suponerlo actuar en un nivel de funcionamiento abstracto e ideal, y por lo tanto indeterminado e impreciso. Es por ello que para legitimar el on-line (universo de lo virtual) se recurre al off-line (la realidad) y que, por lo tanto, la vida cotidiana se encuentre aun como separada de lo virtual que sin embargo se desarrolla en el ámbito de la cotidianeidad. Es que lo virtual está, aun, para la mirada etnográfica, como fuera de foco; está ahí, en ese espacio de la realidad de los actores sociales, pero borroso como un espectro. En realidad, lo que se encuentra fuera de foco es la propia mirada investigadora, ya que el objeto que está tratando de mirar -eso “virtual”- está, qué duda cabe, absolutamente presente y concreto, de manera ambiental, real y constatable, en la vida natural, física, de cada uno de nosotros. Por lo tanto, se tendría que aplicar acá una fuerte intervención terapéutica de vigilancia epistemológica y suspensión de la creencia a la manera clásica de Bourdieu, para que el “oficio” de los científicos sociales pueda producir conocimientos verosímiles y no simples extravagancias. En definitiva, el propósito de la etnografía de “explorar cómo las actividades mediadas por internet se insertan en el mundo de la vida cotidiana” suena tan extraño como preguntarse cómo las actividades mediadas por el oxígeno, por ejemplo, se insertan en el mundo de la vida cotidiana. Las preguntas por el oxígeno -como por otros elementos naturales de la vida- por supuesto son absolutamente vigentes en la actualidad, pero su valor de interrogación deriva de la sospecha de presencia de elementos de toxicidad. Tal vez con el ambiente tecnológico suceda algo parecido; es probable que algo tóxico aun se suponga como consustancial al mismo. Pero, a pesar de ello, y por lo tanto de que las conceptualizaciones que tratan de explicarlo estén lejos de lograr una estabilidad, lo cierto es que lo virtual se encuentra absolutamente naturalizado en la vida concreta de todos los días, o, dicho de otro modo, reificado.

Al contrario de las investigaciones cualitativas-etnográficas, las que sí parecen hacerse cargo de esta naturaleza física, concreta, ya absolutamente integrada a la sociedad, de lo virtual, son las investigaciones cuantitativas que se realizan en la actualidad en algunos ámbitos, que han logrado un alto nivel de sofisticación comparadas con las técnicas más clásicas que nombrábamos más arriba. Ya sea mediante el análisis de datos complejos (Moscoloni 2005) como del tratamiento sistemático y continuo de una gran masa de variables e indicadores (cfr., por ejemplo, entre otros, Nielsen 2001, 2004, 2006), los abordajes cuantitativos parten de lo virtual como, justamente, un dato de base de la realidad. Incluso es en esta área de investigación donde se nota el mayor grado de sutileza en el tratamiento de la información, y requiere por parte de los investigadores sociales de un ejercicio muy potente tanto de imaginación sociológica como de conocimiento técnico para su interpretación. Parte de esta masa de información suele no estar disponible en el campo académico ya que muchas de las agencias productoras están asociadas a empresas u organizaciones cuyos propósitos no tienen que ver solamente con un interés cognitivo. En muchos casos estos resultados suelen ser “confidenciales” y por lo tanto no apropiables para el conocimiento público; pero incluso en los casos en que la accesibilidad no es un problema, sucede que tanto la circulación como la apropiación de dichos procedimientos y resultados en las ciencias sociales resultan complicadas, por lo menos en nuestro ámbito. Constituye, en definitiva, un campo de conocimiento no fácilmente transmisible a cierta doxa “interpretativista” de las ciencias sociales, con lo cual se desaprovecha la oportunidad de potenciar los análisis.

Estas diferencias entre las investigaciones cualitativas y cuantitativas referidas a Internet y las tecnologías en la actualidad, tienen también consecuencias directas en la conformación de una posible “e-science”, que en el caso de las llamadas ciencias duras parece ser ya una realidad. La necesidad de revisar métodos y explorar nuevos diseños que produce el encuentro de la investigación con la web es abordada por una derivación de la sociología del conocimiento científico propuesta como “sociology of cyber-social-scientific knowledge” (Hine, en Dominguez y otros 2007 : 23). Sus temas son las transformaciones en la producción de conocimiento en las ciencias sociales, y las posibilidades que dichas transformaciones abren. Con los conceptos de “e-science” -originado en Gran Bretaña y luego expandido al resto de Europa-, de “cyberscience” -europeo-, o el de “cyberinfrastructure” –Estados Unidos-, se

apunta a las transformaciones derivadas del hecho de compartir recursos informáticos y plataformas digitales para una producción colaborativa y global del conocimiento científico (cfr Wouters y Jankowski en *Ibidem*: 23). Tomando la definición de Wouters (2006 en *Ibidem*: 23), la “e-science” es una “construcción discursiva que se sitúa en la encrucijada entre las prácticas tecnocientíficas, el diseño de la tecnología y la política científica, y que toma forma a través de nuevas infraestructuras materiales, la demanda de nuevas habilidades sociotécnicas para la investigación y la presión sobre las prácticas científicas y académicas ya existentes”.

El hecho es que las ciencias sociales se encuentran prácticamente excluidas de este contexto de producción científica (*Ibidem*: 24). Por ejemplo, no aparece su mención en el “Libro Blanco de la e-Ciencia en España”, publicado en 2004 por la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología, y tampoco en el sitio de la Red española de e-Ciencia (<http://www.e-ciencia.es>) que arrancó en febrero de 2008 (cfr. nota 2, en *Ibidem*: 24). Sin embargo, algunas experiencias incipientes en Europa y EEUU apuntan a explorar estas posibilidades, bajo el nombre de “e-social science”, pero hasta ahora en general se limitan a exportar el modelo de las ciencias llamadas duras que consiste, básicamente, en el análisis masivo de datos. Sólo un par de proyectos apunta en otro sentido, como el del Oxford Internet Institute del National Centre for e-Social Science (Gran Bretaña, desde finales de 2004), o el Virtual Knowledge Studio de Holanda, de la Academia de Artes y Ciencias de los Países Bajos -inaugurado a finales de 2006, que propone como una salida a este dilema de exclusión o traslado de métodos de las ciencias naturales a la “e-research”, donde la “e” ya no apunta a lo electrónico sino a “enhanced”, es decir, “aumentado” o “mejorado”, con lo cual estaríamos ante la posibilidad de una investigación social intensificada por medio de las tecnologías- (*Ibidem*: 24-25).

Estos interrogantes y dilemas presentes en la etnografía virtual creemos que no están ausentes de los enfoques sociosemióticos, aunque en dicho ámbito -como en las investigaciones cuantitativas- la “realidad” de las tecnologías y lo virtual constituye una hipótesis de partida que implica asumir un nuevo posicionamiento investigativo que podríamos sintetizar, como decíamos más arriba, en la necesidad de situarse en producción y reconocimiento a la vez.

En relación con dicho vínculo entre producción y reconocimiento, en el ámbito de la sociosemiótica se encuentra totalmente legalizada la hipótesis acerca de su asimetría radical, y mediante el concepto de “interfaz” se intentó completar lo que el de “dispositivo” se había ganado como nivel de análisis privilegiado para dilucidar la complejidad de dicha asimetría (cfr Valdettaro 2007, 2008a y 2008b). Se ligaban, de este modo, el linaje prestigiado por citas de autoridad filosófica del concepto de “dispositivo”, con la genealogía técnica e ingenieril del de “interfaz”, en una operación intelectual que tal vez pueda, a su vez, ubicarse en la necesidad de articulación de las humanidades con las ciencias ingenieriles reclamada por Mitcham para el estudio de lo que él nombra como meta-tecnología (Mitcham 2003-2004). El punto de vista sistémico en su versión luhmanniana (Verón 2007) se propone como la base epistemológica necesaria a los fines de acercarse a la progresiva errancia de la recepción cuya fisonomía ya no lograban captar de manera plena, decíamos nosotros, los clásicos conceptos de “lector modelo” o “contrato de lectura” por ejemplo, necesariamente situados en producción. En ese texto, Verón señalaba la pertinencia de las teorías de los sistemas complejos a los fines de evaluar los niveles de interdependencia entre el sistema de medios y el sistema psíquico y, con ello, la “interfaz producción-reconocimiento” (Ibidem).

Desde un punto de vista sistémico, la relación entre ambos sistemas -la comunicación social y el sistema psíquico- se caracteriza como de “interpenetración”. El sistema de los medios de masas incluye, en la teoría de Luhmann (2000: 104 y stes), distintos “campos programáticos” -todos ligados aun a la comunicación masiva¹- cada uno con una clausura operativa específica. La razón por la cual estos distintos campos programáticos, y su específica diferenciación, quedan incluidos en un solo sistema funcional (los “medios de masas”), se debe a que “los motivos personales², en la sociedad moderna” se hacen “accesibles” como “comunicación”. Cito: “Precisamente porque se trata de representaciones de comunicación, entonces estamos en el campo de procesos de atribución comunicacional referida a individuos”. En el campo de las noticias y reportajes, los medios simultáneamente

¹ Los campos programáticos del sistema de los medios de masas son noticias/reportajes, publicidad y entretenimiento (Luhmann 2000).

² Los “motivos” no se entienden ni de manera psíquica, ni como factores neurofisiológicos que efectúan procesos de causalidad: “La comunicación debe encontrar un medio en el que transcurran los motivos, ya que en la realidad no se puede llegar a conocer ni a verificar la verdadera causalidad de la motivación” (Luhmann 2000: 105).

“estandarizan” a los individuos situándolos como observadores o espectadores distantes - pasivos- que sólo “excepcionalmente” confirmarán su “propia individualidad”, y los “singularizan” al “presentarlos” como “causas de su propia actuación” (Ibidem: 105). La publicidad, por su parte, en el marco de un proceso histórico de larga duración de abstracción del concepto de “motivo económico” en el curso de instalación de la monetarización, esencializa al individuo mediante la idealización de un “patrón de motivos” universal en tanto “cálculo utilitario” (Ibidem: 105/106). En este caso también se encuentra la lógica de uniformización y singularización del individuo, en tanto sujeto guiado en sus decisiones por sus propios intereses (idealizados). Pero es el campo de lo que Luhmann llama “entretenimiento” (el “medio de la ficción narrativa”) el ámbito cuya funcionalidad diferencial se atribuye específicamente “para individualizar la disposición de los motivos”. Luhmann ubica dicha atribución en una tradición histórica que se inicia con el teatro moderno, pasando por la novela y “el aburguesamiento de la cultura narrativa”, la “metanarración psicoanalítica” y “la leyenda de la energía psíquica doméstica inventada por la economía”. Es en dicho campo donde a los individuos se les atribuye, específicamente, una “biografía”: “...son sus problemas, sus mentiras, sus represiones, su inconsciencia ... su necesidad de latencia. El medio de la ficcionalidad tiene la pretensión de volver concretos los motivos”, dice Luhmann (Ibidem: 106/107). La adecuación de estos campos programáticos con los motivos individuales tiene, entonces, una estructura: “Se trata de «interpenetración», es decir, de la posibilidad de hacer justicia, en la comunicación social, a la conformación de la conciencia individual”, y tiene la forma de una paradoja: “los individuos, al tomar parte en la comunicación, se individualizan, y se desindividualizan; se uniforman y se ficcionalizan, para que la comunicación pueda proseguir en referencia a los individuos” (Ibidem: 107/108). Dice Luhmann: “Como acontece siempre con los acoplamientos estructurales, estas relaciones son sumamente complejas como para hacer de ellas una exposición precisa con ayuda de conceptos como el de causalidad o el de representación. Estos acontecimientos psíquicos ni son arbitrarios, ni tampoco se pueden modificar de manera pretendida. La coevolución de sistemas sociales y psíquicos ha encontrado formas que reproducen a ambos sistemas de manera altamente compleja y que sin embargo son, para cada uno de ellos, formas específicas: abiertas a la evolución” (Ibidem: 109). Dicha evolución, en relación con lo que Luhmann nombra como los “medios técnicos que reproducen imágenes”, provoca un

enriquecimiento de las “ofertas de sentido” por su utilización de “caras conocidas (cuerpos y movimientos) y nombres”. “Se trata -concluye Luhmann- de un logro evolutivo exitoso de hacer compatible la autorreferencia y la heterorreferencia, bajo condiciones extremadamente estrechas de los sistemas” (Ibidem: 110). Si los medios de reproducción de imágenes suponen, entonces, un logro evolutivo exitoso en esta coevolución de sistemas sociales y psíquicos al reforzar la potencia selectiva de la comunicación, cabe preguntarse sobre las consecuencias de esta última generación de medios y tecnologías interactivos.

Podrían interpretarse a los medios post-masivos como un incremento tal de novedad cualitativa que producen la instauración de un orden emergente, ya que parecen producirse cambios en todos los niveles, tanto en la estructura como en la composición y el mecanismo del sistema de medios (Bunge 2004: 106). El concepto de emergencia, desde un punto de vista sistémico, remite a la novedad, es decir, al establecimiento de propiedades de las que previamente el sistema carecía, y explica su evolución y cambio³ en un proceso general de autoensamblado que implica tanto ocurrencia como extinción de propiedades (Ibidem: 107/108). El autoensamblado como proceso generativo remite a la naturaleza espontánea de las relaciones que pueden establecer las propiedades de un sistema, o, dicho de otro modo, y parafraseando a Bateson, a un adosamiento tal de información que produce una nueva “diferencia”. La interrogación a plantear es, entonces, si dichos adosamientos de complejidad en el sistema de medios garantizan o no su supervivencia en tanto sistema, justamente, diferenciado. Si la generación de novedades puede entenderse, asimismo, desde el punto de vista del sistema, como autopoietica, es decir, como autónoma, entonces el orden emergente garantizaría, para nuestro caso de análisis, la continuidad de la coevolución del sistema de medios y el sistema psíquico ya que me parece que, en las actuales condiciones, sigue operando su diferenciación específica que consiste, tal como mencionábamos más arriba siguiendo a Luhmann, en la accesibilidad de los “motivos personales” como “comunicación”.

³ Bunge (2004) entiende el punto de vista evolucionista ni de manera gradualista ni saltacionista, ya que reconoce tanto cambios graduales como saltos en la formación de los sistemas. Del mismo modo, su perspectiva es determinista pero no causalista, dado que reconoce tanto la aleatoriedad como la persecución de metas como procesos que coexisten con los causales (pag 109).

Me interesa detenerme, entonces, en esta diferenciación funcional que apunta Luhmann *-la accesibilidad de los motivos personales como comunicación-* y en el tópico de la *individualización de la disposición de los motivos*, que atribuye particularmente al campo del “entretenimiento” en tanto -según su perspectiva- “medio de la ficción narrativa”, porque constituye el núcleo de mi presunción.

Creo que es, justamente, este nivel el que, al garantizar la continuidad operativa del vínculo sistema de medios/sistema psíquico, promueve, simultáneamente, las principales mutaciones que, sin embargo, encuentro funcionales a tal continuidad.

Una de las principales mutaciones en la evolución de esta diferenciación funcional de “los motivos como comunicación” me parece que tiene que ver con lo que Verón llama el “esbozo de una tercera etapa en la historia de la televisión de masas” que ubica en “el pasaje al tercer milenio” (Verón 2009: 239).

Dice Verón: “Desde el punto de vista de las estrategias enunciativas (es decir, desde el punto de vista de la producción) el interpretante que se instala progresivamente como dominante es *una configuración compleja de colectivos definidos como exteriores a la institución televisión y atribuidos al mundo individual, no mediatizado, del destinatario*” (Ibidem: 239, las cursivas son del autor). Podría entenderse que es ésta la configuración de la diferenciación funcional que nombramos, recuperando los conceptos de Luhmann, como *accesibilidad y disponibilidad de la individualización de los motivos personales para la comunicación*, y que descansa en la función pática y expresiva que es “una dimensión estructural de la televisión, la dimensión del contacto” (...) “.. la relación de mirada es la condición estructurante genérica de todos los géneros propiamente televisivos” (Ibidem: 232) y, a su vez, “el eje de la mirada tal vez derive del hecho de que, de manera muy natural -dice Verón (cfr nota 7 en Ibidem: 232)-, se le dio imagen a la voz de la radio. Por fin la voz de la radio tenía alguien a quien mirar”. Ahora bien, es preciso señalar que dicha relación de mirada como dispositivo de individualización de motivos que remite, ya, al “cuerpo significativo” (Ibidem: 231) -esto es, a la “mediatización del orden segundo” (Ibidem: 236-237)- se produjo en los géneros noticiarios y no de ficción como apuntaba Luhmann, con lo cual Verón habilita a reconstruir una genealogía distinta. No se trata, meramente, de un enriquecimiento de las “ofertas de sentido” por su utilización de “caras conocidas (cuerpos y movimientos) y nombres”, como

decía Luhmann (ver más arriba), sino de una evolución que fue -siguiendo a Verón-, desde los años 80 del siglo xx, y mediante los géneros típicos de la llamada neo-televisión como los talk shows y los juegos, crecientemente ganando en personalización. De este modo, la pantalla de televisión pasa a ser un eminente espacio de “conversación” y la vida cotidiana su principal referente (Ibidem: 234). Si la tecnología era lo que diferenciaba a los medios de masas del contexto de la vida cotidiana de los individuos (Luhmann 2000: 104), lo cierto es que la coevolución sistémica parece haber producido una indiferenciación creciente entre tecnologías y medios interactivos, y vida cotidiana. Esta podría ser, entonces, una de las principales mutaciones -“siempre dentro del marco del vínculo indicial que caracterizó desde el principio el dispositivo” (Verón 2009: 238)- en la cual están involucrados, junto a la transformación de los interpretantes, la de los colectivos de identificación (cfr Verón 2009: 237 y *stes*). El fin de lo masivo involucraría, entonces, una dilución de los medios en la vida cotidiana. Del Estado-Nación, pasando por la propia televisión como interpretante, hasta el “mundo del destinatario” como representante del “afuera” (Ibidem: 240), lo que ha sucedido es una mediatización de todas las dimensiones del individuo, con lo cual la individualización de “motivos” propia de la diferenciación sistémica a la que apuntaba Luhmann alcanza su completud⁴. En definitiva, la historia de la televisión demuestra que ésta “... instala a nivel colectivo procesos semióticos que, antes de la mediatización, estaban confinados en el plano microscópico de las relaciones interpersonales entre los actores sociales” (Ibidem: 241).

La convergencia de medios y tecnologías mediante el protocolo de Internet produce a su vez transformaciones tanto en la composición como en la estructura del sistema, siendo la disponibilidad de fragmentos textuales que se programan en recepción y la progresiva multiplicidad de consumos (Ibidem: 245), una de las más importantes. El funcionamiento de estos textos y fragmentos de textos -interactivos, virtuales-, lejos de ser uniforme, supone un “poliglotismo cultural y semiótico” (Lotman [1981] 1993: 3-7) donde resulta adecuado entender al texto como lo hace Lotman, como “un generador informacional que posee rasgos de una persona con un intelecto altamente desarrollado” (Ibidem: 6-7). Ante esta

⁴ “Si en el nivel estructural se la puede definir como fundada en el vínculo indicial del contacto, la televisión histórica de masas comporta, a su vez, *mediatizadas*, las tres dimensiones de la semiosis de los actores individuales: la primeridad de los afectos e imágenes, la secundariedad de los hechos y relatos, la terceridad de las reglas encarnadas en el lenguaje” (Verón 2009: 241).

disponibilidad de textualidades, no es posible entender al consumidor como un mero descifrador, sino estableciendo distintos tipos de contactos con ellas; la fórmula adecuada sería, según Lotman: “el consumidor *trata* con el texto” (Ibidem: 7, la cursiva es nuestra), ya que su “desciframiento se complica extraordinariamente, pierde su carácter de acontecimiento finito que ocurre una sola vez, tornándose más parecido a los actos, que ya conocemos, de trato semiótico de un ser humano con otra persona autónoma”. Si esto, desde el punto de vista de la semiótica de la cultura, es así para cualquier tipo de texto, creo que se torna evidente al tratar con textualidades interactivas.

La web 2.0 es la que ofrece toda una serie de posibilidades y trayectorias a partir de sus distintos recursos (cfr Cobo Romaní y Pardo Kuklinski 2007), que habilitan el *remixing* y los procesos de creación colaborativa de nuevas formas (Manovich 2005). Los antecedentes más cercanos de esta *remixability* se encuentran en la música electrónica de los 80, en la cual el *remix* era el método por excelencia. Pero también es posible hablar de una especie de cultura-Lego con una desarrollada performance para el ensamblado de toda clase de objetos culturales. Esta capacidad para la modularidad adquiere un nuevo estatuto con las computadoras: “In other words, if pre-computer modularity leads to repetition and reduction, post-computer modularity can produce unlimited diversity” (Ibidem: 2). Dicha modularidad - que Manovich llama “real-time or on-demand modularity”- está asentada en la posibilidad de la web 2.0 de partir la información en unidades de micro-contenidos que pueden ser distribuidos desde y a innumerables dominios. La perspectiva es, entonces, de “a potential future of «ultimate modularity/remixability»” (Ibidem: 3). Lo nuevo es que esta modularidad y *remixability* se encuentran ahora disponibles para todos los participantes de Internet (Manovich 2005: 3)⁵. En la existencia de dichos recursos y procedimientos se basan las ideas

⁵ Aunque no es el motivo central de este trabajo, vale aclarar algunas cuestiones sobre la modularidad. Manovich dice que habiendo sido el principio organizativo de la producción de masas desde que Ford instaló su primera línea de montaje en 1913, se expandió al resto de la cultura tardíamente, aunque Adorno y Horkheimer hayan escrito sobre la industria cultural en la década del 40; no era entonces -y no lo es hoy, dice Manovich- una verdadera industria moderna, ya que aun no alcanzó el carácter sistemático de la estandarización industrial de 1913. Señala que la modularidad cultural tiene una lógica distinta a la modularidad industrial. Por un lado, la cultura de masas es posible gracias a una completa modularidad en los niveles de packaging y distribución; todos los contenidos culturales fueron estandarizados, pero la actual producción de contenidos no fue nunca estandarizada en el mismo sentido. Trae a colación una cita de Adorno en la que aclara que la expresión “industria” fue tomada demasiado literalmente. En “Culture industry reconsidered,” Adorno escribe: “The expression «industry» is not to be taken too literally. It refers to the standardization of the thing itself -such as

acerca de la liberación total del consumidor del ámbito de la producción; ya la videocasetera y el control remoto habían producido “una distancia creciente entre el tiempo de la oferta y el tiempo del consumo”, y “una decreciente importancia del directo y del consumo en «tiempo real»” (Verón 2009: 246). Dichos mecanismos implicarían, entonces, una profunda mutación de la experiencia de la temporalidad, ya que, por un lado, como apunta Verón, el tiempo de la oferta y el tiempo del consumo tienden a no coincidir poniendo en entredicho la importancia del directo, pero, a su vez, la experiencia del directo pasa totalmente al ámbito de la recepción dadas las condiciones del *remixing* en tiempo real. Es decir que la tendencia es que la gestión de la temporalidad, y las experiencias asociadas, depende ahora totalmente del receptor o usuario.

Las transformaciones de las condiciones del reconocimiento se expresa, entonces, en dicha pluralidad y creciente libertad en el consumo, aunque el carácter creativo de la actividad de los usuarios no puede derivarse directamente de esta cuestión de hecho, porque en realidad lo que parece darse es una actividad más centrada en la agregación que en la producción de novedades por parte de los usuarios de Internet. Es la interactividad lo que sí produce un nuevo estatuto a las lógicas del contacto. Así como los conceptos de “contrato de lectura” o “lector modelo” necesitan ser rearticulados con un momento investigativo del reconocimiento, lo mismo sucede con la hipótesis de la “agenda-setting”, ya que en las actuales condiciones no es posible inferir esa relación estrecha que se suponía entre agendas mediáticas y agendas públicas (principalmente política). Al contrario, como dice McCombs, la fragmentación de las audiencias y la creación de agendas mediáticas exclusivas, hacen a la emergencia de agendas individualizadas: “... se trata de una visión del futuro fundamentada en una multitud de agendas mediáticas y agendas personales, con escasa

that of the Western, familiar to every movie-goer- and to the rationalization of distribution techniques, but not strictly to the production process... it [culture industry] is industrial more in a sociological sense, in the incorporation of industrial forms of organization even when nothing is manufactured -as in the rationalization of office work- rather than in the sense of anything really and actually produced by technological rationality” (Adorno, Th., “Culture Industry Reconsidered,” *New German Critique*, 6, Fall 1975, pp. 12-19). Resulta interesante detenerse en la reflexiones de Manovich acerca de que, en realidad, todavía no se produjo un cambio en relación con la lógica pre-industrial. El carácter individual de cada producto es, según Adorno, la “ideología” de la cultura de masas: “Each product affects an individual air; individuality itself serves to reinforce ideology, in so far as the illusion is conjured up that the completely reified and mediated is a sanctuary from immediacy and life” (Adorno, *Ibidem*: 9). Recomendamos la lectura del texto de Manovich, y señalamos su conclusión: “In short: in culture, we have been modular already for a long time. But at the same time, «we have never been modular» - which I think is a very good thing” (Manovich 2005).

cohesión social ... Esta perspectiva del futuro es la antítesis de la situación de la comunicación de masas de toda la vida, caracterizada por grandes audiencias que reciben de los medios una agendas muy redundantes” (McCombs 2006: 276-277)⁶.

El tópico de la escasa cohesión social que señala McCombs lleva a la pregunta acerca del estatuto de las redes sociales. En trabajos anteriores (Valdettaro 2009) nos preguntábamos acerca del carácter “social” de las mencionadas redes, y concluíamos -siguiendo a Latour- que el carácter de estabilidad que supondría pensar en términos de “sociedad” aun no estaba dado para las redes, con lo cual se podrían pensar en términos de “asociaciones en red” -nuevamente Latour-. Que tampoco haya un acuerdo acerca de cómo nombrar estos colectivos emergentes en el campo, por ejemplo, de la filosofía política, también puede ser tomado como un síntoma de la inestabilidad que se percibe en los fenómenos actuales, políticos y sociales. Con el concepto de “multitud” (Valdettaro 2008c) se intenta realizar esta operación de especificación. Las condiciones de producción de dichas multitudes son, decíamos en ese texto, las tecnologías interactivas del contacto en una era que ya podríamos caracterizar como de post-mediatización, pero con ello también destacábamos la naturaleza episódica, intersticial, difícilmente institucionalizable, de la emergencia de las multitudes. Lo cierto es que las promesas de la interactividad distan mucho de estar vigentes. La teoría se desvela, así, entre las “asociaciones en red” y las “multitudes”, en un espacio cuya complejidad se percibe, por momentos, como inefable.-

Bibliografía

Ardèvol, E., Bertrán, M., Callén, B., & Pérez, C. (2003) “Etnografía virtualizada: la observación participante y la entrevista semiestructurada en línea” en *Athenea Digital*, 3. En <http://antalya.uab.es/athenea/num3/ardevol.pdf>

....., Estalella, A. y Domínguez, D. (2008) *La mediación tecnológica en la práctica etnográfica*. En http://mediaciones.es/wp-content/uploads/05_volumen_mediaciones.pdf

⁶ Cfr, al respecto, los planteos desarrollados por Daniel Mazzone en “Imágenes del lector en el ciberperiodismo. Estudio comparativo de la discursividad de *The New York Times* y *The Huffington Post*”, Tesis de Maestría en Periodismo (Director Dr. José Luis Fernández), Universidad de San Andrés/Grupo Clarín, Bs As, 2010.

Bunge, M. (2004) *Emergencia y convergencia. Novedad cualitativa y unidad del conocimiento*, Barcelona, Gedisa.

Cobo Romani, C. y Pardo Kuklinski, H. (2007) *Planeta Web 2.0. Inteligencia colectiva o medios fast food*. Barcelona/México DF, GRID, UVic/Flacso México. En <http://www.planetaweb2.net>

Domínguez, D., Beaulieu, A., Estalella, A., Gómez, E., Schnettler, B., y Read, R. (2007) *Etnografía virtual*. Forum Qualitative Social Research, 8(3). En <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/issue/view/8>

Lotman, I (1993) “La semiótica de la cultura y el concepto de texto”, en *Escritos*, Revista del Centro de Ciencias del Lenguaje, Número 9, enero-diciembre de 1993, pags. 15-20. Tomado de “Semiotika kul’ tury i poniatie teksta” en *Semeiotiké. Trudy po znakovym sistemam*, núm. 12, Tartu, Tartu Riikliku Ülikooli Toimetised, 1981, pp. 3-7.

Luhmann, N. (2000) *La realidad de los medios de masas*, México/España, Universidad Iberoamericana/Antrophos, (primera edición 1996).

Manovich, L. (2005) “Remixing and remixability”, en <http://imlportfolio.usc.edu/ctcs505/ManovichRemixModular.pdf>

Mazzone, D. (2010) “Imágenes del lector en el ciberperiodismo. Estudio comparativo de la discursividad de *The New York Times* y *The Huffington Post*”, Tesis de Maestría en Periodismo (Director Dr. José Luis Fernández), Bs As, Universidad de San Andrés/Grupo Clarín.

McCombs, M. (2006) *Estableciendo la agenda. El impacto de los medios en la opinión pública y en el conocimiento*, Barcelona, Paidós.

Mitcham, C. (2003-2004) “Apuntes para una filosofía de la metatecnología”, revista *Artefacto* Nro. 5, Bs As, verano 2003-2004.

Moscoloni N. (2005) *La nube de datos. Métodos para analizar la complejidad*, Rosario, UNR Editora.

Nielsen, J. (2001) “Usability Metrics” en *Alertbox*. En <http://www.useit.com/alertbox/20010121.html>

..... (2004) “Risks of Quantitative Studies” en *Alertbox*. En <http://www.useit.com/alertbox/20040301.html>

..... (2006) “Quantitative Studies: How Many Users to Test?” en *Alertbox*. En http://www.useit.com/alertbox/quantitative_testing.html

Valdettaro, S. (2007) “Notas sobre la «diferencia», aproximaciones a la «interfaz»”, en Dossier de Estudios Semióticos del Anuario del Departamento de Ciencias de la Comunicación, *La Trama de la Comunicación*, Volumen 12, Rosario, UNR Editora..

..... (2008 a) “¿Del desenfreno a la sensibilidad? Relaciones entre cismogénesis y autocorrección en la comunicación social en la actualidad”, en Aguirre Moreno, J. M^a. (ed.), *Gregory Bateson*, Col. Márgenes nº 2, Madrid, Universidad Complutense.

..... (2008 b) “Estudios de Interfaz: hacia una metodología como «sensibilidad» a «la pauta que conecta»”, en Fausto Neto y otros (orgs) *Midiatização e processos sociais na américa latina, aspectos metodológicos*, Programa de Pos-Graduação em Ciências da Comunicação, UNISINOS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - Rio Grande do Sul, Brasil, CNPq-UNISINOS.

..... (2008 c) “Midiatização e Multidões: reflexões sobre os vínculos entre sociosemiótica e filosofia política na atualidade”, en Fausto Neto y otros (orgs.) *Midiatização e processos sociais na américa latina*, São Paulo, Editorial Paulus.

..... (2009) “Audiencias: de las «redes sociales» a las «asociaciones en red» Ponencia presentada en el *Foro Ibermedia*, FIA (Fundación de Investigación del Audiovisual), Valencia, España, 2009. Publicado en www.ciseco.org.br, febrero de 2010.

Verón, E. (2007) Cap. 8, « Du sujet aux acteurs. *La sémiotique ouverte aux interfaces* » (Del sujeto a los actores. La semiótica abierta las interfaces), en Boutaud, J.J. y Verón, E., *Sémiotique ouverte. Itinéraires sémiotiques en communication*, Paris, Lavoisier, Hermès Science, 2007 (Traducción: Gastón Cingolani, para la cátedra de Medios y Políticas de la Comunicación, Área Transdepartamental de Crítica de Artes, Instituto Universitario Nacional del Arte, 2008).

..... (2009) “El fin de la historia de un mueble”, en Carlón M. y Scolari C. editores, *El fin de los medios masivos. El comienzo de un debate*, Bs As, La Crujía.

DISCURSO Y MEDIATIZACIÓN: PARA UN ANÁLISIS NO-INTENCIONAL DE LAS ESTRATEGIAS DISCURSIVAS

Natalia Raimondo Anselmino

Docente de la Universidad Nacional de Rosario

Becaria Doctoral CONICET

Integrante del proyecto “Interfaces en Pantalla: Mapas y Territorio”

Resumen:

En el marco de un proyecto de tesis doctoral que tiene por objetivo el estudio del vínculo diario-lector en la prensa digital nacional, se reflexiona sobre las implicancias teórico-metodológicas del concepto de *estrategias discursivas* propuesto por Eliseo Verón, que dicha investigación pretende aplicar. Desde el punto de vista de la *teoría de los discursos sociales*, las estrategias mencionadas permiten abordar las “variaciones” que tienen lugar al interior de un mismo tipo de discurso, sin consideración alguna del aspecto intencional.

El artículo revisa, por lo tanto, las discusiones que el concepto de *estrategias discursivas* desencadena respecto de la recuperación o no de la dimensión “intencional”, atendiendo al contexto de estudio de los discursos mediatizados y a la necesidad de contemplar la *interdiscursividad* de los mismos.

Palabras clave: *Discurso social, estrategias discursivas, intención, mediatización.*

Abstract:

In the frame of a doctoral thesis project that has the aim of studying the newspaper - reader link in the digital national press, it is thought the theoretical - methodological implications of the concept of *discursive strategies* proposed by Eliseo Verón , that the above mentioned research tries to apply. From the point of view of the *theory of the social discourses*, the mentioned strategies allow to approach the “variations” that take place within the same type of discourse, without any consideration of the intentional aspect.

The article revises, therefore, the discussions that the concept of discursive strategies unleashes respect of the recovery or not of the “intentional” dimension, attending to the context of study of the mediatized discourses and to the need to contemplate the *interdiscursivity* of the same ones.

Key-words: *Social discourse, discursive strategies, intentionality, mediatization*

Introducción

Nos proponemos aquí un ejercicio de reflexión, que consiste en someter a consideración algunos de los supuestos teórico-epistemológicos de una investigación que tiene por objetivo

analizar el vínculo diario-lector en la prensa digital de alcance nacional¹. Se presentará, para tal fin, un cúmulo de preguntas (y algunas pocas respuestas), centradas especialmente sobre una noción que tempranamente se posicionó como categoría nodal en el marco teórico-metodológico de este estudio: la noción de *estrategia discursiva*. Esto implica revisar las discusiones que dicho concepto desencadena respecto de la recuperación o no de la dimensión “intencional” de los discursos.

La investigación mencionada se asienta en una teoría de los discursos de carácter *sociosemiótico*, por lo que se considera al *discurso* como sistema organizado de significaciones articuladas y articuladoras del sentido social (VERÓN; 1998), como “configuración espacio-temporal de sentido” (IBID: 127). Esta manera de concebir el sentido que se produce y circula —y que es socialmente compartido— se ha ganado un lugar en un escenario sólo posible de ser pensado a partir de los cambios en la manera de entender la relación lenguaje-realidad que han sido promovidos por lo que se denominó como “giro lingüístico”, así como por los intentos por *comprender* e *interpretar* al “hombre” y sus producciones simbólicas desde una mirada hermenéutica. Antes de que imperase esta (no tan) nueva manera de conocer, el “discurso” no figuraba entre los objetos de estudio favoritos dentro del campo del saber caratulado como “científico”. Para la filosofía, el estudio de los enunciados —lejos estábamos por entonces de considerar la “enunciación”²— se limitaba a distinguir los criterios a partir de los cuales era posible traducir por medio del lenguaje, poner en palabras, las certezas a las que se había accedido por fuera de él. Allí, el “sujeto cartesiano” aún ocupaba su trono. Para la lingüística, la búsqueda de la significación se centraba en unidades de análisis más pequeñas como la palabra o la frase y la inmanencia era la regla.

Ahora bien, en nuestra tesis nos planteamos analizar, específicamente, el vínculo diario-lector en la prensa digital a partir de una de sus cualidades más sobresalientes y distintivas: los

¹ Se trata de un proyecto de tesis doctoral cuyo título es: *El vínculo diario-lector en los periódicos “en línea”. Análisis sociosemiótico de los espacios de participación del lector en los diarios argentinos de alcance nacional*. Este trabajo se realiza en el marco del Doctorado en Comunicación Social de la Facultad de Ciencia Política y RRII de la UNR, bajo la dirección de Luis Baggiolini y la co-dirección de Rubén Biselli.

² En tanto pensar la *enunciación* significó centrarse ya no en “lo que se dice” sino en las “modalidades” de ese decir.

diversos espacios de intervención del lectorado –tales como los rankings de noticias, las encuestas, los comentarios sobre notas y los foros, entre otros– que se han multiplicado de forma progresiva y exponencial con la llegada de la prensa diaria a Internet. Parte de nuestro trabajo consiste en distinguir las *estrategias discursivas* del medio que subyacen en la particular disposición, que hace cada periódico “en línea”, de los espacios de intervención y opinión del lector. Analizar las *estrategias discursivas* nos permitirá, desde una perspectiva veroniana, explicar las “variaciones” que tienen lugar entre los distintos modos de gestionar los espacios de intervención del lector que tiene cada periódico.

Recordemos que para Eliseo Verón, las *estrategias discursivas* se definen como “las variaciones atestiguadas en el interior de un mismo tipo de discurso o de un mismo género-P” (VERÓN; 2004: 197) ; entendiendo “género-P” como una noción que nos permite designar y clasificar tipos de “productos”, por ejemplo, el género “periódicos de información general” entre los que, por pertenecer a un mismo “tipo” podemos encontrar ciertos elementos invariables de contenido (IBID). En este sentido, la “estrategia” que lleva adelante cada periódico, contribuye a construir su “personalidad” (personalidad que es diferencialmente distinta que aquella que asumen los otros periódicos con los que el anterior compite) y, por lo tanto, a modelar la manera en que el medio se “vincula” con sus destinatarios, en este caso sus lectores. Aquí vemos cómo la noción de *estrategia discursiva* o *enunciativa* se enlaza con otro término que detenta para nosotros la misma relevancia: el concepto de *contrato de lectura*. Dice Verón: “Lo que crea el *vínculo* entre el soporte y su lector es el contrato de lectura” (2004: 174); “el contrato de lectura corresponde al orden de la estrategia” (IBID: 199). Como podemos ver, además, ambos conceptos están asociados con la manera en que cada medio logra construir su singularidad frente a sus “competidores”: la *estrategia enunciativa* vendría a ocupar el lugar de “lo que lo singulariza en relación con sus competidores. (...) La singularidad es lo que permite justificar, a los ojos de los inversores publicitarios, el hecho de anunciar en esa publicación antes que en su competidora” (IBID: 200). La noción de *contrato* “pone el acento en las condiciones de construcción del vínculo que *en el tiempo* une a un medio con sus consumidores (...). Un medio debe administrar ese vínculo en el tiempo, mantenerlo y hacerlo evolucionar (...) El objetivo de este contrato (...) es construir y conservar el hábito de consumo” (IBID: 223).

No obstante, vale advertir la trampa que la misma noción de “estrategia” nos tiende por los diversos sentidos que ella arrastra. Etimológicamente se presenta asociada al ámbito militar y, por lo tanto, alude a operaciones y procedimientos que se llevan a cabo para la consecución de algún fin propuesto. Por lo cual, al pensar en términos de estrategias, sobre todo en el terreno del análisis discursivo, es muy fácil ceder a la tentación de imaginar la siguiente situación prototípica: existe un sujeto (empírico) que produce un discurso con cierta “intención” (consciente o inconsciente). Ergo, vislumbrar la estrategia de ese discurso implica inferir qué se propuso ese sujeto al pronunciarse de determinada manera y no de otra. Es decir, a simple vista la noción de estrategia pareciera estar emparentada con la idea de que la puesta en escena del “decir” se desprende de una actividad estratégica y, por lo tanto, supone la comprensión del acto de comunicación como un juego de significación particular, como una interacción de intencionalidades³.

Contrariamente a lo que puede suponerse, para la mirada teórica en la cual nosotros nos posicionamos⁴ no debe ser preocupación del analista-observador el “ponerse en el lugar de” el agente creador del discurso —de hecho, el lugar del sujeto empírico queda completamente desdibujado—. De modo que, aquí radicará el nudo problemático sobre el que quisiéramos cavilar en esta exposición: la perspectiva sociosemiótica, aún cuando en parte es deudora de los logros obtenidos por la ciencia de fe hermenéutica, propone desentenderse de algunas reglas del juego establecidas al interior de las Ciencias Sociales o Humanas.

³ Julio C. Sal Paz y Silvia Maldonado (2009) han rastreado el modo en que la noción de “estrategia” es recuperada y definida por diversos autores en el marco del análisis textual o discursivo. En dicho compendio (que retoma definiciones formuladas tanto desde la lingüística del texto o la teoría de la argumentación como desde el análisis crítico del discurso, la lingüística cognitiva y la sociolingüística interaccional), puede observarse hasta qué punto el término en cuestión está asociado a los procedimientos intencionales (conscientes o inconscientes) que lleva adelante un sujeto cuando se propone arribar a un determinado fin: “El término ‘estrategia’ acompañado de distintos atributos (discursiva, argumentativa, de cortesía, etc.) ha sido ampliamente utilizado por los estudios lingüísticos para referirse a los usos intencionados de procedimientos encaminados a conseguir los objetivos comunicativos que se propone el enunciador” (IBID: 8). De hecho, esta misma égida es la que detenta la definición que presentan los autores: “Consideramos las estrategias como mecanismos y procedimientos lingüísticos (sintácticos, semánticos, pragmáticos, estilísticos) y extralingüísticos que de modo intencional emplea un enunciador para incrementar la efectividad de la interacción comunicativa” (IBID). Lo que en dicha exposición nunca queda claro es cómo accedería el analista-observador de un discurso a las intenciones mencionadas.

⁴ El artículo de Sal Paz y Maldonado antes referido dedica sólo unas pocas líneas al tratamiento que la sociosemiótica veroniana hace del término “estrategia enunciativa”. Se limita a citar dicho concepto pero sin recaer en la profunda diferencia que separa este planteo de los otros recuperados (que como los mismos autores enuncian representan “muestras paradigmáticas” dentro de los subcampos y disciplinas de los estudios del discurso), todos los cuáles parecerían referir, en las antípodas del planteo de Verón, a la dimensión intencional del acto de comunicación.

En el marco de lo expuesto nos propondremos: recuperar muy brevemente las consecuencias epistemológicas generadas a partir del giro lingüístico y hermenéutico que tuvo lugar en el campo del saber científico desde mediados del siglo XX y en adelante, para luego revisar las objeciones que se han formulado a la noción de “intención”⁵, desde el ámbito de estudio de la circulación del sentido opuesto a la visión racionalista instrumental.

Cuando el lenguaje se convirtió en centro

Karl-Otto Apel (2008) sostiene que el “giro hermenéutico-lingüístico-pragmático-semiótico” que sacudió a la reflexión sobre el hacer científico tuvo lugar a partir de la convergencia de un conjunto de planteos teóricos de distinta raíz y procedencia: I) la hermenéutica postheideggeriana encarnada en la figura de Gadamer; II) la teoría de los juegos del lenguaje propuesta por Wittgenstein; III) la teoría de los actos de habla desarrollada tanto por Austin como por Searle; IV) la pragmática constructivista del lenguaje y V) la semiótica pragmatista que inaugura Charles S. Peirce. De aquí en más, propone uno de los representantes actuales más influyentes de la Escuela de Frankfurt, el lenguaje debe ser considerado como una condición *a priori* e “irrebasable”, central para el acuerdo intersubjetivo: “el lenguaje es precisamente aquella institución constitutiva de todo lo que pertenece al sentido intersubjetivamente válido” (IBID: 71).

Gran parte de los cambios acaecidos tuvieron lugar a partir de las reflexiones propiciadas por los teóricos enmarcados en la Filosofía Analítica del Lenguaje. Este estilo de reflexionar filosóficamente que tiene su origen en el siglo XX, estuvo influenciado fuertemente por los escritos del matemático y filósofo alemán Gottlob Frege. Los filósofos ingleses George Edward Moore y Bertrand Russell fueron los fundadores de esta vertiente analítica y lingüística contemporánea. Pero es en la figura del austriaco Ludwig Wittgenstein en quien

⁵ Cabe aclarar que, para no complicar más el feliz desarrollo de nuestro argumento, no nos detendremos a explicar el sentido que dicho término recubre para el pensamiento filosófico. Sólo recordamos que la noción de *Intencionalidad*, considerada como fenómeno mental, debe su origen a los planteos de Brentano que son luego recuperados por Husserl. En su aspecto filosófico, la *Intencionalidad* remite tanto al contenido de la mente (en su “tender hacia”) como a la relación entre dicha conciencia y el mundo. Este concepto de *Intencionalidad* es, a las claras, más amplio que el de la “intención” de voluntad.

nos interesa detenernos⁶. En su primera obra importante, *Tractatus logico-philosophicus*, en el que presentaba su teoría del lenguaje, Wittgenstein afirmaba que toda filosofía era una crítica del lenguaje y que, por lo tanto, debía aspirar a la aclaración lógica de los pensamientos. De modo que, las proposiciones constatativas, que representan hechos, son consideradas “significativas” de una forma objetiva. Las oraciones metafísicas, teológicas y éticas se juzgan como objetivamente insignificantes, puro “sin sentido”. Dicho esto, el único lenguaje con sentido e informativo sería el de la ciencia natural. No obstante, más tarde esta postura “restringida” cayó y sobrevino una mucho más amplia en la que Wittgenstein vuelve a desempeñar un papel central con otra de sus obras, de publicación póstuma: “Investigaciones filosóficas”. Allí, el autor dirige su atención al uso del discurso corriente y llega a sostener que las proposiciones no se limitan tan sólo a representar hechos, reconocimiento que cuajó en su noción de *juegos del lenguaje*. A partir de este nuevo concepto se considera que el significado de un enunciado debe ser interpretado a la luz de su contexto de generación, es decir, contemplando las reglas del juego dentro de las cuales el mismo ha sido producido⁷.

Los planteos de este segundo Wittgenstein serán revalorados por los teóricos que proponen la teoría de los “actos de habla” según la cual “decir” es también “hacer”. El universo de los enunciados con sentido, afirma Austin, ya no debe restringirse a aquellas proposiciones constatativas, sino a un conjunto de otros enunciados que no afirman ni sostienen nada que pueda ser empíricamente validado. He aquí las oraciones “realizativas” o “performativas”⁸. El horizonte del interés de la filosofía —y del campo del “Saber” — por el lenguaje se amplía así al infinito.

He aquí que desde la década del '70 no hubo análisis del discurso de corte semiótico que pudiera desentenderse de los postulados “pragmáticos” que, junto con los principios formulados por la “teoría de la enunciación”, permearon el terreno de los estudios sobre el sentido.

⁶ Algunos de estos planteos referidos a la manera en que la Filosofía Analítica consideró al lenguaje, han sido expuestos anteriormente en HERENÚ y RAIMONDO ANSELMINO (2003).

⁷ Scavino sostiene que esta nueva manera de concebir al lenguaje trae aparejada dos consecuencias fundamentales. Por un lado, cada “juego” es considerado como autónomo con respecto a los otros, cada cual detenta sus propias reglas. Y, por otro lado, se borra la identidad pre-lingüística del “sujeto”: “el sujeto ya no tiene una identidad anterior al papel que protagoniza en un determinado juego de lenguaje” (1999: 69).

⁸ Para analizar la formulación de John Austin ver el compendio de sus conferencias en AUSTIN; 2008.

Cabe aclarar que los estudios anglosajones mencionados no son, necesariamente, los únicos que pueden ser caracterizados como “pragmáticos”, si consideramos a la pragmática como el estudio de los principios que regulan el uso del lenguaje. También podemos considerar como aporte de este tipo, desde la Europa Oriental, las disquisiciones del Grupo Bajtín que, influenciados por una “filosofía de la vida” de corte bergsoniana, desarrollan conceptos como el de “género discursivo” para pensar el modo en que ciertas maneras de utilizar el lenguaje se relacionan con las distintas esferas sociales de uso de la lengua. Incluso, si ponemos el acento sobre la idea de “acción” comunicativa que la dimensión pragmática privilegia y excedemos el terreno de lo individual, podemos llamar también pragmática a la propuesta semiótica del norteamericano Charles Sanders Peirce⁹.

Es gracias a todos estos cambios que por entonces se producen —seguimos temporalmente ubicados en la segunda mitad del Siglo XX—, que tiene lugar dentro de la semiótica otro desplazamiento: se pasa del mundo finito de la oración o de la frase al universo profuso del *texto*¹⁰. Entendiendo por texto al “(...) lugar donde el sentido se produce y produce” (LOZANO, Et. Al.; 1982: 16). Por lo cual, el texto se convierte en el operador central de una analogía fértil para pensar todo tipo de prácticas significantes; se aplica tanto a los mensajes como a cualquier fenómeno social portador de significado¹¹. Clifford Geertz se detiene en este último aspecto cuando analiza la reconfiguración del pensamiento social contemporáneo: “Concebir las instituciones, costumbres y cambios sociales como fenómenos de algún modo ‘legibles’ supone alterar completamente nuestra percepción de lo que es tal interpretación, así como dirigir dicha percepción hacia modos de pensar bastante más familiares al traductor, al

⁹ Según Germán Pérez “(...) podríamos resumir el impulso pragmático como el intento por desplazar el interés de la reflexión filosófica de la teoría del conocimiento a una analítica del significado partiendo de la interacción comunicativa” (SCHUSTER; 2002: 267). Aclara también Verón (1998: 153): “El pragmatismo de Peirce es una manera de considerar el dominio de los signos en su conjunto, y no un pretendido capítulo de la semiótica que se ocupa de las relaciones entre ‘los signos y quienes lo utilizan’”.

¹⁰ Pensar el texto como proceso semiótico impide soslayar su aspecto discursivo; es decir, requiere evitar la búsqueda de la significación en unidades más pequeñas, como la palabra o la frase: “Es el discurso, y no sus componentes frásticos o lexemáticos, donde se ha de describir el funcionamiento semiótico” (LOZANO, Et. Al.; 1982: 33). Así, Julia Kristeva concibe al texto como “aparato translingüístico”, dando lugar a una dimensión *transfrástica* en la que “(...) el significado global de un texto (...) resulta superior a la suma de las significaciones de las frases que lo componen...” (IBID: 36).

¹¹ “La interpretación, en el sentido pertinente a la hermenéutica, constituye un intento de aclarar, de comprender, un objeto de estudio. Por lo tanto, el objeto debe ser el texto, o un análogo al texto, que sea en algún modo confuso, incompleto, nebuloso o aparentemente contradictorio; de una manera u otra, poco claro. La interpretación se propone revelar un sentido o una coherencia subyacente” (TYLOR; 1985: 1).

exegeta, o al iconógrafo que al analista de test, al analista de factores o al encuestador” (GEERTZ; 1994: 45).

Por otro lado, a medida que el lenguaje gana terreno, el ámbito del conocimiento científico se ve invadido por ciertos modos de acceder al saber de corte “comprensivo”, que señalan las limitaciones del monismo metodológico sólo circunscrito a la lógica de la explicación¹². Como reacción a la primacía absoluta de la mirada positivista, durante el siglo XX se multiplican también los llamados por re-pensar la manera en que deben conducirse las ciencias del hombre. Tal como lo explica Federico Schuster, “es Dilthey quien comienza a hablar, en sentido estricto, de “*verstehen*” o comprensión” (SCHUSTER y otros; 2001: 17) y, desde entonces, se reivindica la intención hermenéutica por considerar el punto de vista del actor o agente, el “ponerse en lugar de”, a la hora de interpretar sus actos y sus producciones simbólicas. Pero ¿cómo se accede al estado mental de un individuo? ¿son, efectivamente, las obras y acciones de una persona cristalizaciones de ese estado psicológico inaccesible? Es así como encontraremos dentro de esta impronta tanto posturas de corte psicologistas como otras miradas comprensivistas que han sabido sortear, en diferentes grados, este escollo, como lo ha sido la obra de Max Weber o la de Alfred Schütz. El primero con su teoría de la acción social y los tipos ideales; el segundo con el pasaje de la fenomenología al ámbito sociológico —recuperando la fenomenología filosófica de Husserl— al sostener que la conciencia individual es social. Como bien lo resume Daniela Soldano: “De lo que se trata es de construir y legitimar una ciencia social capaz de captar comprensivamente ese sentido subjetivo producido por los actores en el mundo de la vida cotidiana” (SCHUSTER; 2002: 60).

Ocaso del modelo intencional

La pragmática de los “actos de habla” postula un modelo de análisis según el cual deben contemplarse tanto los elementos de naturaleza “material” (entidades objetivas tales como la dupla emisor-destinatario, el enunciado y la situación espacio-temporal en que se realiza la acción), como los de naturaleza “inmaterial”. Dentro de este último conjunto, que comprende los diferentes tipos de relaciones que se establecen entre los elementos “materiales” de la

¹² Ver el artículo de Jorge Lulo “La vía hermenéutica: las ciencias sociales entre la epistemología y la ontología”, en SCHUSTER, F. (2002).

actividad lingüística, se ubica la *intención* (ESCANDELL VIDAL; 1996). Todo discurso implica una acción —aseverar, preguntar, cuestionar, prometer, ordenar, etc. — cuya intención puede ser recuperada por el analista gracias a las marcas de la misma presentes en el enunciado. Esta mirada supone considerar, en cierto modo, la actividad discursiva como un acto voluntario y consciente, “como reflejo de una determinada actitud de un sujeto ante su entorno” (IBID: 34). Por lo tanto, si se desea arribar a la correcta interpretación de un enunciado, deberá reconocerse la intención de su interlocutor. He aquí un postulado pragmático que ha cosechado varias críticas, de las cuales pretendo recuperar sólo algunas que considero significativas para mi trabajo.

Cuando Apel construye los cimientos de su “pragmática trascendental del lenguaje”, manifiesta la necesidad de polemizar con autores como Paul Grice o John Searle, quienes, según su visión, elaboraron teorías que recuperan las bases corroídas de los presupuestos de la filosofía de la conciencia —y, por lo tanto, de sus intenciones prelingüísticas, dado que se concibe al lenguaje como instrumento de acción del sujeto sobre otros—¹³. El sujeto cartesiano es aquí desterrado por la recuperación del sujeto trascendental kantiano.

Así, se propone Apel desarrollar una concepción del lenguaje que se aleja completamente de la abogada por la lógica de la racionalidad instrumental, aunque no desecha la noción de intencionalidad. Al proponer la integración de la semántica y la pragmática llega a considerar posible la *comprensión comunicativa de las intenciones de sentido* pero no a partir de hipótesis sobre las *intenciones perlocutivas de la acción* (esto es mediante explicaciones de comportamientos estratégicos comprendidos de acuerdo a la racionalidad teleológica en el sentido de Max Weber), sino gracias a considerar que la fuerza ilocucionaria puede estar convencionalmente predeterminada¹⁴ y que, por lo tanto, podría ser inferida de las huellas presentes en las notas semánticas (que ya no son sólo semánticas, sino semántico-

¹³ John Searle realiza una revisión crítica de la teoría austineana sobre la dimensión realizativa de los enunciados, que publica en su libro “Actos de Habla”. Más tarde edita otra obra, “Intencionality”, mediante la cual incurre, según Apel, en un “giro intencionalista”, que lo llevaría a “retomar los estados intencionales prelingüísticos y precomunicativos de la representación del mundo” (APEL; 2008: 192) y, consecuentemente, a recaer en “el ‘solipsismo metodológico’ de la filosofía del espíritu o de la conciencia desde Descartes hasta Husserl” (IBID). Una idea similar sobre el trabajo de Searle puede verse en MARTÍNEZ GUZMÁN (1992), que será abordado más adelante.

¹⁴ Dice Austin: “el acto ilocucionario es un acto convencional; un acto hecho en conformidad con una convención” (2008: 149).

pragmáticas)¹⁵. Según Apel, el contenido semántico que pueda atribuírsele a una unidad de sentido es necesariamente trascendental.

Este tipo de críticas tiene también sus fuentes latinoamericanas, abocadas al estudio de fenómenos complejos de producción de sentido, como los que tienen lugar en el marco de las actuales sociedades mediatizadas. Este es el caso tanto del académico brasileiro Antonio Fausto Neto, como del semiólogo argentino Eliseo Verón.

Fausto Neto revisa el funcionamiento del concepto de *enunciación* en el ámbito de los medios de comunicación, proponiendo alejarse de una concepción de enunciación¹⁶ ligada a la actividad u operaciones que desencadena un sujeto —la idea de “sujeto hablante” no sería útil para pensar los discursos mediáticos, absolutamente polifónicos—. Para el autor, el análisis de los discursos periodísticos, por ejemplo, debe sortear los cánones impuestos por las teorías consciencialistas del sujeto y del lenguaje, centradas en ver de qué modo la materia significante es puesta al servicio de una intencionalidad estratégica, y que ponen al lenguaje en el lugar de una especie de instrumento adecuado a la voluntad del sujeto. Se expresa también una reprensión explícita al concepto de *intención*: “Formulada no final dos anos 60, vai se apresentando como um conceito central, pelo fato de sua manifestação se complexificar no interior das práticas discursivas midiáticas, em decorrência da emergência de novos dispositivos de produção de sentidos, no âmbito da sociedade da midiatização. (...) Este conceito veio para tensionar, particularmente o modo de entender de outra forma a problemática da produção de sentido, não calcada na noção de intenção, e na performance do

¹⁵ Apel se esfuerza por reconsiderar la relación entre los tres puntos angulares de la comprensión de significado en relación con los problemas de la referencia: *extensionalidad*, *intensionalidad* e *intencionalidad*. La última sería aquí considerada no desde la acepción lingüística propuesta por Searle, sino en su concepción filosófica. Con respecto a la diferencia entre *extensión* e *intensión*, recordemos brevemente que, para Rudolf Carnap, la primera está relacionada con aquello a lo que puede referirse un nombre (clase, especie), es decir con la *denotación*, mientras que la segunda remite a las notas de contenido semántico, a la *connotación*. Así, ambos términos son inversamente proporcionales, es decir, cuanto mayor sea la extensión de un término menor es su intención, y viceversa. He aquí un clásico ejemplo: “animal” es más extenso que “hombre” (puede aplicarse a un número mayor de objetos), pero su intención es menor (posee, en comparación con el segundo, menor cantidad de rasgos semánticos).

Para Apel, la *intensionalidad* está estrechamente relacionada con el “significado público”, por su condición trascendental.

¹⁶ Recordemos que para Benveniste, “la enunciación es este poner a funcionar la lengua por un acto individual de utilización (...) Es el acto mismo de producir un enunciado (...) Este acto se debe al locutor que moviliza la lengua por su cuenta (...) La enunciación supone la conversión individual de la lengua en discurso” (1976: 83-84).

sujeito que fala, e que controlaria o seu próprio discurso — e o do seu destinatário, mas atravessada por problemáticas de indeterminações. Ou seja, a questão do sentido resultaría de feições de enunciações e não no poder específico de um ato enunciativo em si mesmo” (2008: 7).

Superada la cuestión de la “intencionalidad”, la enunciación mediática es concebida como co-enunciación, ya que gracias a su inherente complejidad —dada no sólo por el hecho de que su discurso remite al producido desde otros campos, sino también porque en ella se manifiestan operaciones de reenvío interdiscursivo entre los mismos medios—, se constituye y funciona en el ámbito de una red interdiscursiva, “e não apenas por força do trabalho exclusivo e determinado pelo ‘sujeito falante’” (IBID: 10). Incluso, el modo de ser y de enunciar de campos sociales distintos a los medios también se ve afectado; la mediatización convierte a las prácticas mediáticas en macro-procesos de funcionamiento discursivo, “operando em transversalidade e permeando o modo de enunciar, enquanto operações significantes, de diferentes práticas sociais” (IBID: 13). Se recupera así lo propuesto un tiempo antes por Eliseo Verón: la unidad mínima de análisis debe ser la interdiscursividad (FAUSTO NETO; 2008: 12).

Verón dedicó una parte de su *Semiosis Social* (1998) a cuestionar los presupuestos deterministas que sostienen los modelos pragmáticos centrados en la cuestión del enunciado, con un conjunto de textos escritos durante la primera mitad de la década del 80¹⁷. No obstante, algunos de sus planteos ya habían sido formulados por él en el transcurso del período que va entre 1962 y 1965¹⁸, y se vieron sistematizados con la publicación de su libro “Conducta, estructura y comunicación” (1968), cuando dirigía el Centro de Investigaciones Sociales del Instituto Torcuato Di Tella. En la introducción de dicho libro aclara que sus reflexiones se orientan a “elaborar las bases de una teoría de la comunicación social”, pero ubicando su escrito en el marco de la “literatura sociológica”, en tanto, argumenta, representa

¹⁷ Algunas de sus reflexiones al respecto también fueron publicadas en 1986 con la primera edición del libro “Perón o muerte” (2008) que escribió en compañía de Silvia Sigal.

¹⁸ Verón mismo comenta (1968: 20) que los ensayos que tuvieron lugar en ese momento son fruto, de alguna u otra manera, de la experiencia que le brindó su estadía en el Laboratorio de Antropología Social del Collège de France, que realizó bajo la tutela de Claude Lévi-Strauss. Sobre su residencia en París y el influjo del estructuralismo levistrausseano en su pensamiento ver SCOLARI y BERTETTI (2008). Recordemos que por entonces es, justamente, el momento en que se está refundando la semiología de la mano de Barthes, Metz, Kristeva, Eco y Fabri, entre otros.

un aporte al “tratamiento científico de los fenómenos de significación”, lo cual requiere, desde su punto de vista, revisar algunos de los supuestos teórico-metodológicos de la teoría sociológica imperante. Allí comienza a esbozar los fundamentos de su crítica a la intencionalidad, en los que puede ya observarse el cuestionamiento a la “acción socialmente orientada” porque en ella subyacería “una concepción subjetivista del sentido” que considera al significado como una propiedad intrínseca de la acción¹⁹. Como se ve, sus argumentos están por entonces centrados en despegarse tanto de la cuestión del “sujeto”²⁰ como de la lógica de la “inmanencia” del sentido. Sin embargo, a diferencia de lo que se evidenciaría luego en la Semiosis Social, aún no tenía cabida la invectiva que más tarde emprenderá contra los representantes de la pragmática²¹.

Desde su perspectiva, recuperar la “intención” implicaría adoptar “el punto de vista del actor”, arribar al “fin consciente” del mismo. Pero, según Verón, “resulta claro que sólo el actor tiene acceso a sus intenciones (a condición, por supuesto, de que sean conscientes). Más allá del acceso a la representación del objetivo de la acción²² (que es privilegio sólo del agente), para que la intención se convierta en un fenómeno de ‘comunicación’ (...) hace falta que el actor

¹⁹ “Es necesario entonces eliminar de la teoría sociológica la concepción subjetivista del sentido que, heredada del idealismo filosófico, cristalizó en Max Weber, persistió sin modificaciones en la teoría de la acción de Talcot Parsons y, en general, contaminó el sentido común sociológico sobre la acción social. La teoría subjetivista del sentido se intrudujo también repetidas veces en el pensamiento marxista” (VERÓN, 1968: 12-13).

²⁰ Tal como sucede con otros autores, como es el caso de Michel Foucault y de otros “posestructuralistas”, su aproximación estructuralista al lenguaje lo lleva a negar la existencia del sujeto. Es interesante, en este aspecto considerar los planteos que le permiten pasar del concepto de sujeto al de “actores de la comunicación” (BOUTADU, JJ y VERÓN, 2007). Posteriormente seguirá sosteniendo esta descentración del sujeto gracias a los planteos peirceanos que permiten, también, enfrentar el *ego cogito* cartesiano, a partir de la trascendentalización del sentido en la que, la concepción comunitaria del logos y la significación ocupan un lugar nodal. Para esclarecer la concepción sobre el sujeto en Peirce Cfr. ROMÉ (2009). “Para Peirce (...) la mediación funda la conciencia sobre una condición comunitaria y un *fundamento* —discontinuo y vago— propio de la operación semiótica (...) La conciencia supone la comunidad de *enquirers*, en su infinitud trascendental, en la medida en que la propia existencia de la conciencia está condicionada por su cognoscibilidad, y esta es, a su vez, comunitariamente mediada. El dominio subjetivo de la conciencia es, para Peirce, desbordado por el propio talante comunitario de la representación” (ROME; 2009: 102)

²¹ Incluso denuncia expresamente la necesidad de recuperar esta dimensión o nivel de análisis: “el estructuralismo ha tendido a concentrarse en el análisis semántico de los mensajes, sin preocuparse demasiado por los problemas de la *pragmática* de la comunicación”. Además, afirma que “Uno de los intereses básicos que están detrás de los trabajos reunidos en este volumen es en cambio el de la pragmática: el estudio de la relación de los mensajes con emisores y receptores” (VERÓN; 1968: 14-15).

²² El objetivo remitiría al “fin” de la acción, a su propósito. Para la teoría de la acción orientada, el postulado del *estado-fin* de la acción (el ‘para qué’) se suma al postulado de la *motivación* (el ‘por qué’) y ambos conforman lo que se denomina como “elementos internos” (y, como tales, no observables) que, después de todo, remitirían a “contenidos de conciencia” (VERÓN; 1968: 77 y ss.).

‘expresé’ su intención de una manera u otra. En otras palabras: para un *observador*, el problema planteado por el empleo de la noción de ‘intención’ sólo es el de la *atribución* de intenciones a los actores sociales. Dicho de otra manera: *para un observador, la noción de ‘intención’ sólo tiene sentido en el marco de una gramática de reconocimiento*” (1998: 192). Es decir, no alcanza con la verbalización explícita de una intención, dado que, “resulta claro que el problema ya no es saber cuál es la intención del actor (...) cuando dice o hace x, pues este problema es, hablando con propiedad, indecidible, salvo para el actor mismo y a condición de que se trate de una intención consciente; el problema es determinar cómo, sobre qué bases, un actor A2 —es decir, otro actor— atribuye intenciones a un actor A1, a partir de lo que hace o dice A1” (IBID: 193). Condición que, por lo tanto, implica necesariamente una situación de *intercambio* entre dos actores. He aquí un nuevo principio: “el sentido de una enunciación está dado por la respuesta que provoca” (IBID); principio que permite reubicar el lugar del analista-observador como “tercera posición”. Este tercer actor —que no es ni el sujeto enunciativo ni el destinatario del enunciado—, no haría conjeturas sobre las “verdaderas” intenciones del enunciativo. De hecho, parte de la confusión a que nos ha llevado la pragmática de los actos de habla radicaría, según Verón, en que la misma no se ha preguntado jamás por el lugar que ocupa el analista de las enunciaciones, “porque la pregunta entraña consecuencias que son, a sus ojos, desagradables” (1998: 194). Interrogarse por el status del observador requiere aceptar la imposibilidad que tiene una persona de atribuir sentido a un enunciado considerado aisladamente. Si todo discurso es *reconocimiento* de otro discurso, no puede ser el enunciado la unidad mínima de estudio, sino el “interdiscurso”, es decir, el intercambio discursivo entre actores²³. Toda esta reflexión lleva al semiólogo argentino a sostener que la noción de intención —y los inconvenientes que la misma genera— debe ser enmarcada en una problemática más amplia: la de la “teoría de la acción social” que,

²³ En cierto modo podía anunciarse ya en los ensayos publicados en 1968 su defensa por la “interdiscursividad” (aunque todavía no era tal porque, como él mismo lo expresa en SCOLARI y BERTETTI 2008, tenía por entonces puesto el sombrero de “sociólogo” y no el de “semiólogo”) al considerar el carácter “supraindividual” del sentido.

La infertilidad de la teoría de la acción para el pensamiento sociológico radica en la imposibilidad de extrapolar sus planteos sobre la acción del individuo a la acción colectiva, es decir, para poder dar cuenta de formas más complejas de organización social, en las que “los contenidos de conciencia individual se han perdido, porque se habla de la acción social colectiva” (VERÓN, 1968: 86). El análisis sociológico exige gestar un concepto de sentido de la acción aplicable a la acción “de muchos”, tarea para la cual serían de utilidad ciertas características presentes en los modelos que usan los lingüistas para estudiar el lenguaje (IBID: 120-122); he aquí otra vez su deuda estructural.

Aquí Verón afirma: “el sentido es ‘supraindividual’, social y objetivo, y no subjetivo” (IBID: 93).

durante mucho tiempo, reinó en los dominios de la sociología. En una teoría de los discursos sociales como la propuesta en la Semiosis Social, “el modelo de la acción orientada no tiene ningún papel teórico que jugar (...) Si permanecemos en la posición del enunciador, es decir ‘si adoptamos el punto de vista del agente’, estamos condenados a la tautología” (IBID: 204-205), a limitarnos a la mera y trivial posibilidad de repetir la expresión de la intención según su autor.

Podríamos sostener que la diferencia central entre Karl-Otto Apel y Eliseo Verón radica en que, aún cuando en ambos se observa la recuperación de la teoría de la semiosis peirceana para pensar la producción de sentido, cada uno de ellos considera de una manera completamente distinta el postulado pragmático de la *convencionalidad*. Como vimos al comienzo de este apartado, el primero asocia la *convencionalidad* con la posibilidad de arribar a la validez intersubjetiva — trascendental— del sentido. El segundo, en cambio, afirma que conceptos como el de *norma* o *convención* “no parecen proveer un buen modelo de la necesidad que rige una gramática. Decir que la lengua es una institución social no resulta, en efecto, muy útil, dado que ella no se parece a ninguna otra institución social” (VERÓN; 1998: 161). Esto es así porque, en la discusión que Verón realiza sobre la naturaleza de las reglas que determinan la significación lingüística (su disquisición sobre si las mismas son sociales o naturales) puede observarse explícitamente la influencia de la teoría lingüística de Noam Chomsky.

A su vez, Verón funde a la “teoría de los actos de habla” y a la “teoría de la acción orientada” bajo el rótulo de “funcionalismos” (1998: 162), explicando que ambas pretenden recuperar el sentido a partir de la “función” (del para qué) y lo hacen, ineludiblemente, restaurando las “intenciones concientes del actor”. No obstante, consideramos que este último argumento es erróneo al menos en parte, si recuperamos algunos aspectos de la teoría austineana y la diferenciamos de lo propuesto por Searle.

Es verdad que, tal como el mismo Austin lo admite, su doctrina de las *fuerzas ilocucionarias* es una “doctrina de los distintos tipos de función del lenguaje” (AUSTIN; 2008: 144) y, por lo tanto, se acusa el carácter instrumental del lenguaje que subyace a la filosofía del teórico de

Oxford²⁴. Pero queda bastante claro que, para la égida convencionalista de los actos de habla, la *fuerza* de una expresión está incluida “totalmente” en el acto ilocionario mismo (AUSTIN; 2008: 32). Es decir que, la “intención” se ubica en este caso como parte de las circunstancias necesarias para llevar a cabo un acto (IBID: 56). Pero lo central de la fuerza ilocutiva no está en la conciencia del agente locutor. Veamos cómo funciona esta teoría en el análisis que Austin realiza del tipo de *infortunio* que representa el “abuso” en el caso de los actos de habla que él denomina “comportativos”²⁵, específicamente del acto de prometer. Según Austin, “quien usa la fórmula ‘te prometo que...’ *promete*” (IBID: 52), más allá de cuál sea su verdadera intención (si bien “lo apropiado”, diría el autor, sería que quien expresa la promesa tenga esa intención) e, incluso el acto, la promesa, nunca es siquiera *nulo* sino, cuanto mucho se considera que fue hecho de “mala fe”. Pero, ¿cómo inferir la *fuerza* del acto mismo? Porque existirían ciertos “recursos lingüísticos” (AUSTIN; 2008: 118) que nos permiten captar (sobre todo para el caso más complejo de los “realizativos implícitos”), es decir, inferir a partir de la expresión misma (y no de las suposiciones sobre la conciencia del sujeto creador) la fuerza de la expresión: modo, tono de voz, cadencia, énfasis, adverbios y frases adverbiales, partículas conectivas, elementos que acompañan a la expresión (tales como gestos, guiños, encogimiento de hombros, ceños fruncidos, etc) y las circunstancias de la expresión. Sin embargo, el planteo de John Searle es bastante diferente en este aspecto y, creemos, sí le cabe la denuncia que realiza Eliseo Verón.

La reelaboración de los actos de habla que realiza Searle distorsiona ciertos aspectos de la teoría de Austin, sobre todo, como se ha señalado más arriba, a partir de su obra “Intencionalidad” y de la recuperación de la noción de “contenido proposicional” de Frege. Según Martínez Guzmán (1992), el planteo de Searle “hace pensar que los ‘enunciados de intención’ [como es el caso de la expresión “te prometo que...”] son signos externos y visibles de un acto espiritual interno” (IBID: 70), es decir, que lo dicho remitiría a —sería la expresión de— una dimensión intencional interior a la conciencia del sujeto generador del acto.

²⁴ Ver al respecto la nota preliminar a la edición de 2008 realiza por Genaro R. Carrió y Eduardo A. Rabossi (AUSTIN; 2008: 7-35).

²⁵ Se denomina como “comportativos” a “un tipo de realizativos que (...) se refieren a reacciones frente a actos humanos y a comportamientos hacia los demás, y que están dirigidos a exhibir actitudes y sentimientos” (2008: 127).

Con la creación de la noción de *estados Intencionales*²⁶, dentro de la que podríamos ubicar, por ejemplo, la “intención” de cumplir una promesa, se imputa con razón a Searle de caer en un “modo psicológico” e incrementar el peligro de “mentalismo”. En Austin, en cambio, la intencionalidad no remite al *estado Intencional* expresado, sino a la intención con que se ejecuta el acto de habla, que tiene que ver con la *fuerza* de la emisión y con la comprensión por parte del oyente de esa intención del hablante. Y aclara Martínez Guzmán: “Austin también reconoce que hay ocasiones en que podemos decir que, al menos en parte, ciertas emisiones son ‘descripciones de mi actitud, estado de ánimo o creencia’. Pero recordemos que distanciar la descripción de lo descrito es un ejemplo más de la falacia descriptiva...” (1992: 77). Ese “en parte” es clave en Austin, ya que en rigor “no podemos aislar ni el contenido proposicional, ni el estado psicológico, porque ni ‘yo’ mismo tengo un acceso peculiar a ese estado psicológico”. Es decir, “no hay (...) distinción entre ‘expresión’ y ‘estado’” (IBID). Por lo tanto, Martínez Guzmán acepta que es Austin quien prefiguró la apelación a la “condición de sinceridad” que posibilitó, más tarde, algunos de los errores en los que incurre Searle. Aunque, “tampoco esta condición de sinceridad separa el respectivo estado mental (creencia o tener la intención) del acto de habla total en la situación total de comunicación (...) [Según lo propuesto por Austin] si hago el enunciado implícito que lo creo, como si hago una promesa implícito que tengo la intención de cumplir. Pero eso no alude a ‘estados psicológicos’ distantes de la realización del acto de habla total en la situación de comunicación” (IBID: 77-79).

Por otro lado, la embestida que realiza el semiólogo argentino contra la mirada pragmática de la atribución de sentido, recae también en la desconsideración que la misma ha mostrado con respecto al estudio de los “efectos” de los actos de habla, al pensar que la dimensión perlocutiva es no-convencional y, por lo tanto, que las “consecuencias” de los actos de hablar son completamente “imprevisibles”²⁷. La falta en que se incurre, en este caso, sería el hecho

²⁶ Que serían “estados mentales” con directividad (por ejemplo: el amor, el odio, la creencia, el deseo), es decir que están dirigidos a objetos o estados de cosas.

²⁷ De hecho, Austin afirma (2008: 145-148) que su interés consiste en aprehender el acto ilocutivo, porque prefiere centrarse en lo que puede inferirse de la propia expresión o, cuanto mucho, de la relación entre ésta y su contexto de realización. Aquí, tal vez, se evidencia la influencia de la impronta aristotélica que se le ha atribuido a Austin. Recordemos la importancia de la distinción entre “objeto” y “fin” que realiza Aristóteles a la hora de distinguir las operaciones de la técnica retórica. Así, por ejemplo, en su *Arte de la Retórica* concluye Aristóteles

de que se desgarra el modelo en dos partes sin relación: “por un lado consecuencias, no teorizables por ser aleatorias; y por otro la intención, que define por sí sola la naturaleza del acto y que no tiene ninguna relación con los ‘efectos’ producidos” (VERÓN; 1998: 174). La propuesta veroniana de la semiosis social es completamente diferente: éste considera que en un análisis en *producción* puede distinguirse, al menos, un *campo de efectos de sentido*. De ahí que se ocupe justamente por tratar de elucidar lo que ha denominado de tantas diversas maneras: el desfase, desajuste, la relación, la circulación que se da entre las *condiciones de producción y de reconocimiento* de los discursos sociales²⁸.

Estrategias discursivas y mediatización

El ocaso del modelo intencional acarrea el desafío de abandonar definitivamente la conciencia ingenua de la actividad de lenguaje, reconsiderando el lugar que ocupa el investigador del discurso y las condiciones de su observación. Porque, como concluye Verón, “El universo del sentido es, felizmente, mucho más complicado; lo cual hace que nuestra tarea sea, desgraciadamente, mucho más difícil” (IBID: 207). El análisis de los discursos mediatizados requiere un modelo teórico-metodológico que permita explicar el proceso de significación que tiene lugar no gracias a la actividad de un sujeto individual, sino a partir de organismos colectivos mucho más complejos. Desde este punto de vista, las *estrategias discursivas* organizan el texto mismo más allá de las intenciones del o los actores que lo formulan.

que el objeto de la retórica no es persuadir (lo que sería su “fin”), sino encontrar en cada caso lo que es apto para persuadir, dado que el oyente conserva siempre la libertad de creer o no creer, por lo que no podría juzgarse la capacidad de un orador por los efectos de su discurso. “Porque ni es propio de la medicina devolver la salud, sino conseguirla hasta donde se pudiere, pues es posible curar bien aún a los que no pueden recuperarla” (ARISTÓTELES; 2005: 43).

²⁸ Denuncia, incluso, a la teoría de los actos de habla de haberse abocado —en su interés por realizar una limpieza de los medios de expresión— a la definición de un modelo “que permitiera *anular* la indeterminación entre producción y reconocimiento, es decir, que le permitiera *deducir* el efecto de sentido (un solo efecto de sentido) a partir de la descripción de enunciados aislados considerados como producidos por medio de actos de enunciación” (VERÓN; 1998: 189).

Es cierto que cuando Austin sostiene la importancia de la remisión al *contexto* en que se realiza el acto (Cfr. AUSTIN; 2008: 144-145) para “explicar” la expresión emitida, puede deducirse que propone la posibilidad de encontrar un sentido (“el” sentido) de la expresión. También se entrevé allí que su planteo se centra en la actividad que debe llevar a cabo un destinatario (el actor A2 para Verón) para tratar de comprender “el” sentido de lo dicho por el emisor (el actor A1) y que, por lo tanto, no se ocupa del análisis de la significación que podría realizar un observador en su condición de tercera posición (como actor A3). Este último, desde la mirada veroniana, no debe interesarse por el sentido que le atribuye A1 a lo dicho, sino, más bien, por lo que sucede en la *circulación*.

Para terminar, resta decir que el estudio de las estrategias discursivas que subyacen en la particular disposición que hace cada medio de los espacios de intervención de lector, deberá cuidarse de no caer en el reduccionismo señalado por Verón. El examen de aquellos sectores presentes en los periódicos digitales que le permiten al lector intervenir en el universo noticioso —ya sea comentando una nota, participando de una encuesta o siendo parte del recuento de un ranking de lectura— es, desde su esencia, un espacio interdiscursivo, en el cual es posible observar la trama compleja que se teje entre las gramáticas de producción y de reconocimiento, articulando estos dos niveles diferentes de la semiosis social²⁹.

Bibliografía referida

APEL, K-O. (2008) *Semiótica filosófica*, Prometeo, Buenos Aires.

ARISTÓTELES (2005) *El arte de la retórica*. Traducción, introducción y notas de E. Ignacio Granero, Eudeba, Buenos Aires.

AUSTIN, J. (2008) *Cómo hacer cosas con palabras*, Paidós, Buenos Aires.

BENVENISTE, E. (1976) “El aparato formal de la enunciación”, en *Problemas de Lingüística General*, Siglo XXI, México.

BOUTAUD, JJ y VERÓN, E. (2007) “Del sujeto a los actores. La semiótica abierta a las interfaces”, en *Sémiotique ouverte. Itinéraires sémiotiques en communication*, Paris, Lavoisier, Hermès Science. Traducción de Gastón Cingolani.

ESCANDELL VIDAL, M. (1996) “La pragmática” y “Conceptos básicos de pragmática”, en *Introducción a la pragmática*, Ariel, Barcelona.

²⁹ En otros trabajos hemos desarrollado la particularidad que asume la distinción de las *gramáticas de reconocimiento* en el caso de los discursos que circulan en los periódicos digitales (Cfr. RAIMONDO ANSELMINO; 2009). Allí se menciona la necesidad de realizar una salvedad a los planteos de Verón sobre las posibilidades metodológicas de incursionar en el ámbito de la recepción. Mirando a la prensa tradicional, Verón sostenía que estudiar el reconocimiento de estos discursos mediatizados requería realizar un estudio sincrónico que analizara el discurso de los lectores, discurso que sólo podía ser recuperado en situación de entrevistas abiertas, dado que era la única manera de acceder a dicha significancia. Pero hoy, son numerosos los espacios del diario que permiten la emergencia de la discursividad del lector, recuperables gracias a la propia interfaz del periódico. Consideramos, por lo tanto, que las características distintivas de la materialidad significativa propia del corpus digital, permite recuperar, al mismo tiempo y en un mismo espacio (el de la *interfaz* del diario), no sólo las condiciones de producción de los discursos generados por el diario, sino también ciertas *gramáticas de reconocimiento* de esos discursos. Esto último es posible gracias a la presencia de indicios de la actividad de “lectura” que se materializan en los espacios que permiten que efectivamente emerja la intervención, la programación y la participación del lector. Como es evidente, la puesta en pantalla del diario (y con ella, el surgimiento de los espacios a partir de los cuales se hace presente el discurso del lector) trae aparejada nuevas posibilidad de reconocer el *reconocimiento*.

FAUSTO NETO, A. (2008) “Enunciaçao midiática: das gramáticas às ‘zonas de pregnâncias’”, en *Cuaderno del Seminario “Midiatizaçao e Processos Sociais. Aspectos Metodológicos”*, UNISINOS, Sao Leopoldo.

GEERTZ, C. (1994) *Conocimiento local. Ensayo sobre la interpretación de las culturas.*, Paidós, Buenos Aires.

HEREÑÚ, V. y RAIMONDO ANSELMINO, N. (2003) “Epistemología. La ciencia entre paréntesis”, *La Trama de la comunicación. Anuario del Depto. de Ciencias de la Comunicación*, Vol. 8, Escuela de Comunicación, Fac. de Ciencia Política y RRII de la UNR, UNR Editora.

LOZANO, J., PEÑA-MARÍN, C., ABRIL, G. (1982) *Análisis del discurso. Hacia una semiótica de la interacción textual*, Cátedra, Madrid.

MARTÍNEZ GUZMÁN, V. (1992) “J. R. Searle: de los actos de habla a la Intencionalidad. Una valoración fenomenologicolingüística”, en *Revista de filosofía*, Universidad Complutense de Madrid, 3ª época, Volumen V, Nº 7, España . Disponible en: <http://revistas.ucm.es/fsl/00348244/articulos/RESF9292120067A.PDF>

RAIMONDO ANSELMINO, N. (2009) “Formas de pensar la relación de los medios con su público: reflexiones preliminares de una investigación sobre diarios digitales”, en *Revista Question* Nº 23, sección “Ensayos”, Publicación Académica de la Facultad de Periodismo y Comunicación Social de la UNLP, La Plata. Disponible en: http://perio.unlp.edu.ar/question/numeros_anteriores/numero_anterior23/files/raimondo_1_en_sayos_23invierno2009.htm

ROMÉ, N. (2009) *Semiosis y subjetividad. Preguntas a Charles S. Peirce y Jacques Lacan desde las ciencias sociales.*, Prometeo, Buenos Aires.

SAL PAZ J. y MALDONADO, S (2009) “Estrategias discursivas: un abordaje terminológico”, en *Espéculo*, Revista de Estudios Literarios, Universidad Complutense de Madrid. Disponible en: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero43/abotermi.html>

SCAVINO, D. (1999) “El giro lingüístico”, en *La filosofía actual. Pensar sin certezas*, Paidós, Buenos Aires.

SCHUSTER, F. comp. (2002) *Filosofía y métodos de las Ciencias Sociales*, Manantial, Buenos Aires.

SCHUSTER, F. y otros (2001) *El oficio de investigador*, Homo Sapiens, Rosario.

SCOLARI, C. y BERTETTI, P. (2008) “Entrevista a Eliseo Verón: ‘La televisión, ese fenómeno masivo que conocimos, está condenada a desaparecer’”, *Revista Alambre. Comunicación, información, cultura.*, Nº 1, Buenos Aires. Disponible en:

<http://www.revistaalambre.com/Articulos/ArticuloMuestra.asp?Id=13>

SIGAL S. y VERÓN, E. (2008) *Perón o muerte. Los fundamentos discursivos del fenómeno peronista.*, Eudeba, Buenos Aires.

TAYLOR, Ch. (1985) “Interpretation and Sciences of Man”, en *Philosophy and the Human Sciences*. CUP, Cambridge. Traducción de uso interno.

VERÓN, E. (1968) *Conducta, estructura y comunicación*, Editorial Jorge Alvarez, Buenos Aires.

----- (1998) *La semiosis social*, Gedisa, Barcelona.

----- (2004) *Fragmentos de un tejido*, Gedisa, Buenos Aires.

COMUNICAÇÃO, DISCIPLINA INDICIÁRIA

José Luiz Braga

Professor Titular no PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos (RS) desde 1999
Doutor em Comunicação pelo Institut Français de Presse (1984)
Pesquisador no Instituto de Pesquisas Espaciais (Projeto Saci) e professor na UFPB e na UnB
Presidente da COMPÓS, gestão 1993-95

Resumo:

O artigo reflete sobre a presença de estudos de caso na pesquisa comunicacional, relacionando-os ao paradigma indiciário. Explicita como características desse modelo epistemológico: o estudo de casos; a busca de indícios para percepção de fenômenos mais complexos; a distinção entre indícios essenciais e acidentais; e a articulação entre indícios para elaboração de inferências. Sobre os indícios articulados, considera a construção de modelos interpretativos em dois níveis de inferências: sobre regras internas de funcionamento do caso e sobre sua inserção em contextos de interesse do pesquisador. A articulação de diferentes estudos de caso viabiliza inferências de ordem mais geral, relevantes na constituição do campo de estudos. Nessa perspectiva, considera a Comunicação uma disciplina indiciária.

Palavras-Chave: *Campo da comunicação, paradigma indiciário, modelos epistemológicos, inferências*

Abstract:

This article is a reflection upon the presence of case studies in research on the field of communication, relating them to the evidentiary paradigm. It considers as traits of this epistemological model: case studies; the search for evidence in order to grasp more complex phenomena; the distinction between essential and accidental evidence; and the articulation among different pieces of evidence in order to build inferences. As for the articulated evidence, it considers the construction of interpretative models on two levels of inference: about the internal working rules of a case and about its inclusion into contexts that might be of interest to the researcher. The articulation of different case studies makes it possible to build inferences of a more general order, which may be relevant in constituting a field of studies. Within this perspective, communication may be considered as an evidentiary subject.

Key-words: *Field of communication, evidentiary paradigm, epistemological models, inference*

Introdução

Debati algumas vezes, com estudantes, um texto de Jean Piaget (1971) em que o autor examina as Ciências Sociais a partir do modelo epistemológico que estas adotam em sua construção de conhecimento, categorizando as disciplinas como nomotéticas¹, históricas,

¹ Refere-se às disciplinas voltadas para a investigação de leis e regularidades (naturais ou sociais).

normativas e filosóficas. Dois pontos são interessantes nesse debate: o problema de “situar” os estudos da Comunicação; e o de saber se podemos, ainda, caracterizar uma disciplina, como um todo, dentro de um único modelo epistemológico.

Uma resposta simples para a primeira questão é que os estudos de Comunicação estariam mais provavelmente em um âmbito não referido por Piaget, o das disciplinas interpretativas². Mas justamente, a perspectiva que temos sobre a segunda questão é a de reconhecer, hoje, que cada uma das Ciências Humanas e Sociais se desdobra, nas suas pesquisas próprias e nas interfaces com as demais, em uma variedade de modelos epistemológicos – em função dos objetivos específicos de cada pesquisa, das sub-áreas de especialização disciplinar, dos enfoques teóricos que adotam e/ou constroem e das relações que elaboram com a realidade social pesquisada.³

Mais que “categorizar” disciplinas, trata-se de refletir sobre os usos que fazem de determinados modelos de produção de conhecimento. O título do presente artigo não corresponde à afirmação de que “a Comunicação é uma disciplina indiciária”; mas sim se refere à intenção de examinar algumas questões conceituais e/ou metodológicas quando as pesquisas do campo assumam essa perspectiva: Comunicação *quando* disciplina indiciária.

* * *

Uma contribuição importante do paradigma nomotético, na construção do conhecimento, é fornecer percepções verificáveis sobre regularidades processuais nos fenômenos sociais. Na área da Comunicação, entretanto, dificilmente encontramos pesquisas nomotéticas. Vamos buscar nossas proposições abstratas gerais, com as quais damos sustentação ao trabalho de investigação, em três fontes principais:

a) leis e regularidades expressas em teorias de áreas vizinhas – mormente sociologia e lingüística, mas eventualmente também em outras ciências nomotéticas do Homem (demografia, economia, psicologia,...);

² Joël Candau (2004, 6) observa, porém, sobre essa categoria, que “[é] preciso ainda se interrogar sobre as modalidades de interpretação” (tradução nossa).

³ No campo da Sociologia – uma disciplina originalmente nomotética – estão os estudos etnometodológicos, que se voltam para estudos singulares. No campo Psi, convivem conhecimentos diferenciados, como uma psicologia experimental, nomotética; e uma psicologia clínica, que desenvolve conhecimentos indiciários.

b) conhecimentos sobre o mundo, derivados de outros modos de observação e análise, em disciplinas não-nomotéticas (normativas, etnográficas, históricas, interpretativas,...) que, abordando ou não questões comunicacionais, lograram constituir espaços de reconhecimento sobre fenômenos humanos e sociais suficientemente abrangentes para serem usados como conhecimento estabelecido e como fundamento teórico-metodológico transferível a questões de Comunicação;

c) proposições abrangentes derivadas de elaborações ensaísticas ou de especulação filosófica – gerados diretamente “na área” ou a partir de áreas vizinhas quando estas pensam questões de seu interesse, mas que confluem com preocupações da área da Comunicação.

É claro que estes aportes são relevantes e têm fornecido fundamentação pertinente para pesquisas da área. Por outro lado, uma estrita dependência em relação a tais aportes apresenta problemas. As regularidades percebidas – que efetivamente existem e aparentemente foram as primeiras que impressionaram os pesquisadores da área – parecem hoje insuficientes na sua exposição abrangente para, sozinhas, dar conta da complexidade dos fenômenos. Oferecem afirmações “gerais” onde, hoje, precisamos perceber distinções finas.

As teorias das áreas vizinhas, mesmo quando tratam diretamente de comunicação, o fazem com atribuição de maior relevância a questões habituais da área própria, perante as quais os fenômenos comunicacionais são coadjuvantes – o que não ajuda no esforço de desentranhamento do “objeto comunicacional” e das questões pertinentes para o campo.

As perspectivas derivadas de formulação ensaística ou especulativa – reconhecendo-se sua relevância em apropriações macro – não viabilizam a elaboração de distinções entre fenômenos específicos dentro da apreensão abrangente; nem se prestam, tipicamente, à construção de relações expressas entre proposição abstrata e realidade concreta específica.

Tais limites sugerem a possibilidade de que, ao lado destes âmbitos de referência, a área desenvolva também outros espaços de elaboração teórica, não primariamente voltada para a formulação de regularidades abrangentes; mas, sim, mais perto dos fenômenos de seu interesse, procurando desenvolver aí, na concretude de “particulares”, fundamentações relacionadas à construção do campo de estudos.

Com uma dupla preocupação, de construção do campo comunicacional por desentranhamento de seu objeto, diretamente no âmbito da sociedade, e de busca de espaço no qual se desenvolvam articulações entre realidades específicas e geração teórica, os estudos de caso e o “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg parecem compor um modelo epistemológico bem ajustado a necessidades da área.

Estudos de caso

Nos projetos enviados às agências de fomento, em artigos de periódicos, nos debates em congressos, nos projetos de candidatos à pós-graduação, notamos um número significativo de estudos de caso – evidenciando que essa modalidade de pesquisa tem interessado os pesquisadores da área. Por outro lado, não tenho encontrado muitas reflexões sistematizadas sobre o sentido epistemológico desse âmbito de estudos para o Campo da Comunicação; nem indicações metodológicas derivadas diretamente de pesquisas comunicacionais.

Howard Becker observa, sobre estudos de caso, que “o método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso” (1993, 117).

Em contraste com os estudos de caso, as pesquisas de recorte nomotético envolvem a busca e o estabelecimento de leis e regularidades abrangentes, que se manifestam em diferentes objetos e situações (os quais se reúnem exatamente por tais regularidades detectadas). Trabalham com poucas variáveis e se baseiam em uma “redução” dos objetos e situações, abstraindo os elementos considerados singulares ou episódicos com relação às regularidades de interesse – exatamente por não terem relevância para a *constituição* da regularidade observada.

Na Comunicação, a escassez de pesquisas nomotéticas parece derivar da dificuldade de eliminar traços singulares e de concentrar a preocupação em elementos comuns a uma classe de eventos (o que permitiria a determinação de regularidades abrangentes) – dificuldade decorrente da complexidade do fenômeno interacional. Entre os processos comunicacionais, seus objetivos, suas circunstâncias e seu contexto, há relações que, omitidas, impediriam a percepção clara do fenômeno.

Além disso, os fenômenos comunicacionais, na sociedade contemporânea, apresentam uma diacronia muito dinâmica – não apenas em consequência do avanço tecnológico, mas também dos processos sociais interacionais que se diversificam correlatamente.

Os estudos de caso, portanto, se prestam particularmente à produção de conhecimento nas condições atuais de constituição da disciplina. Encontramos *uma variedade dinâmica de fenômenos* que claramente solicitam uma apreensão de seus aspectos propriamente comunicacionais; e *não dispomos de uma provisão suficiente de grandes regras* básicas próprias ao campo, com formalizações teóricas transversais à generalidade do objeto, nem suficientemente consensuais, que permitam fazer reduções preliminares.

Voltados para a análise de fenômenos singulares, os estudos de caso parecem poder ser direcionados a pelo menos quatro finalidades articuladas:

a) gerar conhecimento rigoroso e diversificado sobre uma pluralidade de fenômenos que são intuitivamente percebidos como de interesse para a área (o conhecimento dos casos em si);

b) assegurar elementos de articulação e tensionamento entre situações de realidade e proposições abstratas abrangentes prévias (situações particulares *versus* conhecimento estabelecido);

c) pela lógica própria dos processos indiciários, gerar proposições de crescente abstração *a partir de realidades concretas*;

d) caracterizar-se como âmbito de maior probabilidade de sucesso no “desentranhamento” de questões comunicacionais diretamente relacionadas ao fenômeno “em sociedade” (ver Braga, 2004).

Entretanto, a ausência de uma clara reflexão e de debates sobre as possibilidades epistemológicas dos estudos de caso para a constituição da área de conhecimento leva ao risco de alguns aportes potenciais não se realizarem plenamente. Isso pode ocorrer seja porque a própria natureza da modalidade de análise (enfocada em situações singulares) leve à dispersão dos estudos em meio à variedade dos objetos; ou porque, na ausência de teorias mais próximas do campo comunicacional, as teorias de áreas vizinhas que se põem como auxiliares

de nossa pesquisa exerçam uma atração desviante, quando se trata de elaborar declarações teóricas mais gerais.

Ao lado destes riscos, de dispersão e de derivação centrífuga, outros direcionamentos de estudos de caso podem resultar em reduzida contribuição para desenvolvimentos na constituição da área de conhecimento. Um desses “desvios” ocorre quando o caso estudado serve apenas para confirmar uma teoria: fala-se abstratamente *sobre um objeto*, com base em teorias aprioristicamente escolhidas, mostrando que este se conforma às perspectivas expressas por estas.

Outro desvio ocorre quando o caso é trabalhado apenas na apreensão empírica da coisa singular – evidenciando seu funcionamento *descritivamente*, sem fazer inferências, ou fazendo apenas inferências técnicas. Detalham-se “todos” os ângulos percebidos, intuitiva ou sistematicamente levantados⁴, sem estabelecer ordens de relevância, ou apenas de modo impressionístico, não expressamente justificado. Embora isso possa ter utilidade prática, não representa avanço de conhecimento. Aqui, não há tensionamento do objeto por perspectivas teóricas nem destas pelo objeto. Trata-se de riscos opostos: na primeira alternativa, não se dá suficiente atenção ao caso em sua singularidade empírica; na segunda, não se faz o esforço de avançar das constatações empíricas para o desenvolvimento teórico.

Os quatro riscos assinalados (dispersão, derivação centrífuga, empirismo e apriorismo) podem ser enfrentados através de alguns encaminhamentos relativos ao paradigma indiciário.

Os indícios e a coisa indiciada

O artigo “Sinais, raízes de um paradigma indiciário”, de Carlo Ginzburg (1989, 143-179), oferece uma reflexão aprofundada sobre a história e características do paradigma indiciário. Inferimos das perspectivas do autor, relacionando-as a considerações sobre estudos de casos (em Howard Becker, 1993) e a métodos de pesquisa (em Peter Burke, 2000), que os seguintes elementos podem ser tomados como centrais: o estudo de casos singulares; a busca de indícios que remetem a fenômenos não imediatamente evidentes; a distinção entre indícios

⁴ Não ocorrendo, então, um trabalho de distinção entre indícios essenciais e acidentais.

essenciais e acidentais; o tensionamento mútuo entre teoria e objeto; o trabalho de articulação entre indícios selecionados; e a derivação de inferências.

A própria lógica do trabalho com situações singulares relaciona diretamente o paradigma indiciário com os estudos de caso. Ginzburg observa, em diferentes formas de saber que tradicionalmente se caracterizam como indiciárias, “uma atitude orientada para *a análise de casos individuais*, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas, indícios” (1989, 154 – grifo nosso). Estas formas de saber tradicionais apresentam como substrato básico o seu envolvimento com a concretude da experiência.

Apesar da proximidade com o concreto, o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico. A base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências. Uma perspectiva empiricista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos.

Uma questão relevante é essa articulação entre os dados empíricos e proposições de ordem geral. “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, *remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente*” (idem, 152 – grifo nosso).

Depois de referir os processos da caça primitiva como provável origem desse modelo de conhecimento, Ginzburg observa seu desenvolvimento histórico através de variados saberes práticos e de disciplinas de conhecimento – sempre com base na relação fundamental entre indícios e percepções mais gerais. Mostra assim como se chegou, a partir de indícios concretos, em circunstâncias específicas, a um conhecimento de ordem superior ao descritivo, levando à percepção de realidades mais complexas sobre o fenômeno singular.

Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário [...], penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas (Ginzburg, 1989, 177).

Há sempre uma relação entre indícios e um ângulo das coisas para o qual aqueles indícios serão “reveladores”. Mas não automaticamente: é preciso fazer articulações entre pistas; e fazer inferências. Dois níveis de percepção, então, são necessários. Perceber o próprio indício (ou seja: que um dado aparentemente irrelevante pode ser significativo); e desenvolver relações com uma proposição buscada: fazer inferências. Isso envolve distinguir entre indícios essenciais e acidentais.

Essenciais & acidentais

Como os indícios são os elementos perceptíveis do caso a ser estudado, trata-se, logicamente, de fazer levantamento extensivo e detalhado dos traços que caracterizam o objeto. Entretanto, a proliferação de fatos, processos e detalhes torna evidente que uma tarefa que se pretendesse exaustivamente descritiva seria impossível. Não cessaríamos de acrescentar dados, dos mais óbvios aos mais insignificantes.

É preciso então (como sempre, em ciência) operar seleções – *reduzir* o objeto a seus elementos mais significativos. Esse gesto de abstração apresenta dificuldades. As ciências nomotéticas fazem uma redução sistemática e generalizada de elementos assumidos (por uma teoria) como irrelevantes. Saussure funda sua lingüística em um gesto radical de abstração, separando a língua da fala (nesta última encontramos os fatos singulares proliferantes) e podendo, assim, pesquisar regularidades do código lingüístico.

No estudo de singulares, como é evidente, não podemos ter regras *gerais* apriorísticas que determinem as “eliminações” a serem feitas⁵. Temos então que derivar critérios *ad-hoc* e portanto tentativos, para fazer a separação entre indícios essenciais e acidentais.

As distinções entre indícios dependem de pelo menos três determinantes:

a) o problema da pesquisa – ou seja, o tipo de percepção que buscamos a respeito de nosso caso;

b) as estruturas e processos próprios do objeto ou situação – suas “lógicas” de articulação interna, de desenvolvimento, de relações com o contexto;

⁵ No máximo, podemos pretender a derivação de regras de abstração para *determinados tipos* de caso, dentro de um âmbito teórico-metodológico específico. Mas isso já nos coloca em um território produzido por estudos de caso anteriores.

c) o conhecimento disponível sobre o tipo de objeto e sobre os âmbitos em que este se processa – o que envolve principalmente, mas não exclusivamente, o conhecimento teórico.

Esses três determinantes se afetam mutuamente. Mesmo as lógicas da situação singular em exame, que pareceriam à primeira vista “objetivas” (pois fazem parte do objeto em si), não são exclusivamente determinantes – um objeto complexo funciona segundo múltiplas lógicas, relacionadas a aspectos internos e contextuais diferenciados. Conforme nossa pergunta de pesquisa, estaremos interessados em ressaltar algumas dessas lógicas e daremos menos relevância a outras. Segundo as teorias disponíveis, podemos perceber algumas processualidades e sequer ter acesso a outras, histórica ou conjunturalmente “impensáveis”.

Essa situação exige processos tentativos, através de idas e vindas entre os três determinantes, utilizando indicações de cada um deles para questionar e testar os outros – em um processo de tensionamento mútuo.

Estaremos então procurando descobrir relações entre indícios (ainda não definidos como válidos para a pesquisa: poderíamos chamá-los de “indícios-candidatos”) e a “coisa indiciada” – também ainda não calculada, uma vez que depende dos processos de seleção e articulação dos indícios. Isso leva a riscos e problemas para o rigor da pesquisa – não há relações biunívocas evidentes entre indícios e situação indiciada. Um mesmo indício pode ser pista para diferentes possibilidades interpretativas; e uma situação complexa “expõe” indícios diversos, sem distinção clara entre essenciais e acidentais. Arriscamos, então, atribuir relevâncias não pertinentes e tomar um indício como pista equivocada para uma inferência insustentável.

Ginzburg estuda processualidades comuns entre o método de Giovanni Morelli (no final do século XIX) para atribuição de autoria de obras de arte antigas; e a psicanálise de Freud (relacionando-o também com o uso de pistas para desvendar mistérios policiais, nas obras de Conan Doyle). Morelli propõe examinar, nos quadros, “os pormenores mais negligenciáveis” (Ginzburg, 1989, 144) como o desenho do lóbulo de orelhas, as unhas, a forma dos dedos dos pés. Nestes detalhes, o pintor expressaria estilo pessoal menos influenciado por características da escola de pertencimento – e menos atentamente observado por um imitador.

É interessante assinalar a ênfase no “negligenciável”. Quando estamos buscando os elementos essenciais, isso poderia parecer uma contradição. Entretanto percebemos aqui, justamente, a interveniência de fatores que ultrapassam a mera concretude empírica do objeto em si. Quando Morelli propõe “examinar os pormenores mais negligenciáveis”, está sugerindo, em função de sua problematização do “caso” – distinguir cópias e autênticos, fazer atribuições corretas de autoria – uma clivagem entre essenciais e acidentais diferente da habitual. A clivagem “mais evidente” era determinada por *outro* problema – o de assinalar, em um conjunto de quadros previamente assumidos como autênticos, determinados indícios que atravessam o conjunto e se demarcam de modo relevante como elementos de estilo caracterizadores do gesto do autor.

Na psicanálise freudiana, a busca de elementos “despercebidos” (que surgem como emanção direta do inconsciente) é essencial para descobrir estruturas profundas da psique do indivíduo – enquanto os traços mais evidentes da personalidade, sendo conscientes, podem ser “trabalhados” intencionalmente para ajustar-se aos padrões culturais aceitos. Estes últimos indícios seriam pistas para outra questão – a do comportamento cultural expresso pelo indivíduo em sociedade – por exemplo, nas pesquisas de psicologia social.

Além desse trabalho de busca da pertinência entre as pistas e os objetivos da pesquisa, devemos sublinhar também que os indícios não remetem *de modo direto* à realidade a ser capturada. É do conjunto de indícios relacionados pela pesquisa que se podem inferir lógicas, processos e estruturas que caracterizam o caso. Eventualmente alguns indícios podem parecer irrelevantes – e só adquirem valor indiciário por sua articulação com os demais.

É preciso ainda perceber os tensionamentos entre os próprios indícios. “Para compreender o sentido de um autor é necessário concordar todas as passagens contrárias” (Pascal, Fragmento 694 – citado por Goldmann, 1970, 95). Isso corresponde também à proposição do detetive Hercule Poirot, personagem de Agatha Christie, como critério para julgar “soluções” propostas para um crime: a boa solução deve explicar não apenas as pistas que concorrem para uma interpretação, mas também as que parecem contradizê-la.

Faz parte, então, dos estudos de caso, o trabalho de (a) levantar indícios; (b) decidir de sua relevância para o objeto e para a pergunta da pesquisa; e (c) articular conjuntos de indícios

derivando, daí, inferências sobre o fenômeno. Isso pode ser feito através de um tensionamento triangular entre situação empírica, bases teóricas e problema de pesquisa.

Tensionamento mútuo entre teoria e objeto empírico

Para além dos processos de observação e levantamento de indícios, precisa-se, naturalmente, de fundamentos teóricos na base de um estudo de caso. Uma visão empiricista que pretendesse extrair conhecimento diretamente do material ou situação observada, “a olhos nus”, não iria muito além de descrições superficiais, de senso comum ou em perspectivas idiossincráticas.

Por outro lado, chegar ao caso de estudo rigidamente aparelhado de teorias irremovíveis também não promete grandes avanços de conhecimento. A tendência, aí, seria a de “demonstrar” que a visão teórica pré-adotada é capaz de explicar totalmente o caso singular selecionado. Nesse caso, a pesquisa se limitaria a ilustrar a teoria com mais um caso. Nem se desenvolve a teoria, nem se amplia o conhecimento do caso *em sua singularidade* – limitando o resultado do estudo a uma descrição do objeto “nos termos da teoria tal” ou a uma categorização do caso em um sistema classificatório apriorístico.

Se pesquisamos um caso singular, para além de sua inscrição possível em um âmbito teórico ou sua categorização com base em um sistema classificatório estabelecido, temos sobretudo a expectativa de encontrar “restos”: ângulos ainda não plenamente esclarecidos, espaços não totalmente cobertos pelas teorias solicitadas. É nesse espaço que o estudo de caso é particularmente produtivo. Esse tipo de esforço reflexivo é que pode ser caracterizado como de tensionamento mútuo entre teoria e objeto.

Mais do que “aplicar” teorias e conceitos para apreender, categorizar ou “explicar” completamente um objeto ou situação empírica, trata-se de *problematizar* o caso em estudo a partir dos fundamentos adotados. Este é o tensionamento do objeto pela teoria. Se determinados conceitos, premissas, hipóteses forem adotadas, que desafios e questões dirigem a esse tipo de caso?

Paralelamente, o objeto pode sempre desprender questões, desafiar a teoria nos âmbitos do concreto. Sendo abstração, e sendo provavelmente desenvolvida a partir de outras questões e

materiais do mundo, é pouco provável que uma teoria, na área das Ciências Humanas e Sociais, possa dar conta integralmente de todos os aspectos que se desdobram de casos específicos outros. Aliás, se as teorias adotadas lograssem “explicar” completamente (isto é, à nossa satisfação) os casos que nos interessam, não haveria razão para pesquisá-los. É assim que o objeto pode sempre, de algum modo, tensionar as teorias adotadas. Não no sentido de negá-las, mas de complementar com ângulos específicos; de observar diferenças na semelhança (realizações singulares ainda não percebidas na proposição geral), ultrapassando o nível “geral” da proposição abstrata e buscando perceber “variações internas” desta. Tais tensionamentos permitem outras proposições gerais hipotéticas para apreensão do objeto – que, sem necessariamente negar a proposição geral de partida, podem assinalar perspectivas mais interessantes para o exame de casos daquele tipo.

Além disso – uma vez que nossas “teorias de partida” são, em geral, recebidas de áreas vizinhas – quando se está preocupado com a construção do campo da Comunicação, deve-se buscar ângulos de especificidade de campo não plenamente trabalhados naquelas disciplinas fornecedoras de proposições gerais. Há então um tensionamento “de campo”, para o qual nossas pesquisas deveriam estar particularmente atentas.

Construção de modelos

Os indícios articulados e as inferências assim viabilizadas sobre o fenômeno podem ser expressos na forma de um “modelo explicativo” do caso.

A construção de modelo, em um estudo de caso, corresponde a uma *descrição reconstitutiva* do objeto ou situação, baseada não na soma superficial do maior número de detalhes, mas sim, em perspectiva oposta a esta, em um número reduzido de indícios relevantes (pistas, sintomas) que – articulados pelo pesquisador – aproximam o olhar sobre as lógicas processuais básicas que fazem o objeto “funcionar”, tanto em sua organização interna (articulação entre as partes); como nas relações com contextos e outras situações com que este entra relevantemente em relação, na perspectiva do pesquisador.

Jean-Philippe Uzel (1997, 26) afirma que “cada caso particular contém em si uma regra *sui-generis* que pede para ser inferida”. Podemos considerar que, nesse primeiro patamar de construção de modelos, o que o pesquisador pretende é justamente explicitar a “regra” interna de funcionamento do caso, através dos indícios a que teve acesso.

Conforme Howard Becker, “[o] modelo fornece respostas para as questões teóricas do estudo e demonstra a contribuição de cada parte da estrutura para a explicação do fenômeno em questão” (1993, 127).

A tarefa que se coloca para o pesquisador é a de fazer a passagem da série material (indícios relacionados entre si) à série indiciada (a realidade percebida indiretamente, através dos indícios). Como tal articulação não é evidente por si mesma, depende da elaboração de inferências. As dificuldades a serem enfrentadas nessa tarefa são de pelo menos três ordens:

a) não há processos lógicos (algorítmicos) para a descoberta de relações entre os indícios *em seleção*⁶ e a situação e seu contexto social. Estas relações devem, portanto, ser tentativamente elaboradas;

b) fenômenos diversos podem produzir indícios similares – de modo que não é possível remontar diretamente do indício ao fenômeno (a sua “causa” no fenômeno) por processos estritamente indutivos (do efeito à causa, da experiência a seu princípio, do conseqüente ao antecedente);

c) as hipóteses iniciais de apreensão geral do caso – sua própria definição inicial, enquanto “caso” – provavelmente se baseiam nos indícios *inicialmente* mais evidentes; e/ou em premissas dependentes do conhecimento estabelecido (teorias) sobre a classe de fenômenos em que inscrevemos o caso. Isso quer dizer que já partimos de idéias prévias que, de algum modo, conduzem a reflexão, devendo, portanto, ser tensionadas pela pesquisa.

Assim, a *démarche* básica em um estudo de caso, no que se refere ao tratamento de suas hipóteses, corresponde a assumir que as percepções “de partida” são excessivamente simples ou mesmo equivocadas. O trabalho de pesquisa envolve (em perspectiva oposta à nomotética,

⁶ E não: “selecionados”. O particípio faria supor que os indícios essenciais teriam sido completamente distinguidos, quando se começa a relacioná-los entre si e com processos a detectar no fenômeno. Na verdade, o jogo da seleção de essenciais, das articulações e das inferências se desenvolve de modo imbricado, através de idas e voltas reiteradas entre os três processos.

que quer confirmar ou infirmar uma proposição rigorosa e específica inicial) desenvolver, tornar mais complexas, aprofundar, ajustar ou mesmo substituir as hipóteses de partida por outras, mais adequadas ao conjunto de indícios disponíveis, sistematicamente levantados e articulados.

Os modelos produzidos sobre o conjunto de indícios, através de inferências e construção descritiva, permanecem hipotéticos. Tais “hipóteses finais” serão, entretanto, submetidas a dois níveis de “teste”. Em um primeiro nível, pela observação de sua própria competência para efetivamente estabelecer relevância de indícios e para articular esses indícios em um “quadro perceptivo” do objeto. Assim, podemos dizer que se trata de um bom modelo se articula coerentemente os indícios, confirmando sua relevância; e se faz inferências evidentemente derivadas dos dados assim organizados. Nesse sentido, o modelo explicativo e as inferências desenvolvidas devem gerar uma “impressão de obviedade”.

Entretanto, as inferências devem passar por um segundo nível de teste: o enfrentamento da falseabilidade decorrente de objeções. Não se trata, aí, de propostas de desacordo a partir de tal ou tal teoria estabelecida – uma vez que o desacordo seria mútuo, entre o modelo singular e a teoria, restando em suspenso e dependente de avanços posteriores saber qual estaria mais próximo de uma visão rigorosa das coisas. A falseabilidade depende de se assinalar, no objeto, indícios contraditórios com o modelo; ou indicar incoerência da articulação hipotetizada. As objeções mais interessantes são aquelas que evidenciam a insuficiência da modelização proposta para o caso, discutindo a coerência da articulação ou a pertinência do que foi inferido.

* * *

Em função daquelas dificuldades assinaladas acima, fazer inferências sobre um fenômeno dado, a partir dos indícios de um caso singular, exige um trabalho de “descoberta” ou “invenção” que é, inevitavelmente, um processo de risco.

Conforme indica Ginzburg, “trata-se da inferência que Peirce chamou de ‘presuntiva’ ou ‘abdução’, distinguindo-a da indução simples” (1989, nota 38, 264). Jean-Philippe Uzel, por sua vez, observa:

A abdução, que Peirce descreve como “a única operação lógica que introduz uma idéia nova (5.171)”, corresponde de fato ao momento preciso da criação

da hipótese explicativa, hipótese que deve ser validada em seguida de modo empírico (indução), e depois verificada (dedução) pela multiplicação de experiências ou de enquêtes (1997, 27 – tradução nossa).

A modelização do caso particular é que permite a passagem a esse outro nível referido por Uzel – através da comparação de modelos de casos singulares. Nesse nível, o estudo do caso particular ultrapassa a produção de conhecimento pontual para servir de base a teorias mais abrangentes.

Inferências transversais

As “descrições” indiciárias de casos singulares – exposição de suas regras internas e de articulações com o contexto – não se limitam estritamente ao âmbito do caso empírico. O conhecimento aprofundado de caso único, em sua modelização, se articula (através de recurso ao conhecimento social estabelecido) a proposições de ordem geral.

Howard Becker observa que:

o estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo [...]. Ao mesmo tempo, [...] também tenta *desenvolver declarações teóricas mais gerais* sobre regularidades do processo e estrutura sociais (1993, 118 – grifo nosso).

É possível prever, então, em um estudo de caso, dois níveis principais de inferências:

a) aquelas referentes às lógicas específicas do caso singular, suas “regras de funcionamento” internas;

b) e aquelas referentes à inserção do caso em determinados contextos sociais de interesse da pesquisa – em que o estudo das condições concretas, relacionadas ao conhecimento estabelecido, permite proposições de ordem geral sobre o contexto.

Em “O queijo e os vermes” (1987 - um dos textos fundadores da micro-história), Carlo Ginzburg desenvolve, a partir da análise de caso da condenação do moleiro Menocchio por heresia, um estudo alentado sobre a cultura popular do século XVI. Trata-se do esforço

abdução de “enxergar o geral no específico” (Burke, 2000, 16) – o que é um movimento inverso ao de “classificar” o específico na regra geral já estabelecida.

A derivação de conhecimento mais amplo com base em pesquisas indiciárias não se baseia na premissa de “tipicidade” ou de “representatividade” do caso singular – mas sim na constatação da *possibilidade de existência* do fenômeno – ainda que de baixa frequência ou mesmo única. É possível, então, pesquisar e teorizar sobre as condições sociais dessa possibilidade. Pode-se, assim, fazer “declarações teóricas mais gerais” – isso completa a “teoria do caso”, ao lado da elucidação das regras internas e das lógicas de contextualização.

As ampliações de abrangência das proposições desenvolvidas a partir de um caso não são “generalizações” – pelo menos não no sentido dos estudos quantitativos por amostragem, ou no sentido nomotético. Não se trata, naquela ampliação de abrangência das proposições, de afirmar de todos os casos de um conjunto o que se descobriu para o caso específico. Mas sim de fazer inferências abstratas (“genéricas”) sobre o mundo *em que aquele caso pode ocorrer*.

Aqueles dois níveis de produção de inferências (sobre o caso singular e sobre seu contexto) são elaborados no espaço específico de cada pesquisa. Considerando agora o conjunto de pesquisas no âmbito de uma disciplina, podemos entrever um terceiro nível de proposições. Trata-se das inferências *transversais* a uma pluralidade de casos comparáveis (por semelhança ou por diferenciação) – que permitam derivar proposições gerais sobre *classes* de fenômenos e *tipos* de lógicas e processos em ação.

O cotejo de casos singulares – gerando conhecimentos transversais através de uma modelização de ordem superior à do caso individual – permite utilizar o conhecimento indiciário, assim desenvolvido, como base para formulação de proposições gerais da área e como fundamentação teórico-metodológica para estudos subsequentes de casos ⁷.

Nesse terceiro nível de inferências, que atravessa o conjunto de casos pesquisados na disciplina, encontra-se em processo a própria constituição do Campo de Estudos em Comunicação. Uma pergunta geral pode se colocar no horizonte dos estudos de caso que

⁷ Essa processualidade pode ser verificada na história do conhecimento antropológico.

tenham algum interesse para a construção da disciplina – *o que há, aí, de propriamente comunicacional?*

Em artigo anterior (Braga, 2004), observamos que a “construção [da disciplina] parece demandar um *desentranhamento* do objeto de perspectivas outras, ao mesmo tempo que uma elaboração propriamente dita, que não ‘deixe de fora’ aspectos do objeto que são fundamentais para [sua] *compreensão*” (p. 225). Os estudos de caso oferecem essa possibilidade, por recusar a redução apriorística de elementos contextuais – relevantes para a percepção “em situação” dos fenômenos comunicacionais.

Ao fazer um estudo de caso, o pesquisador que o inscreva em reflexões sobre o campo perguntará que lógicas interacionais são relevantes para seu funcionamento; e como essas lógicas se relacionam com processos sociais outros que caracterizam o fenômeno. Para poder perceber tais relações, será preciso inferir, através do exame de indícios pertinentes para isso, o que é propriamente comunicacional e o que deriva de circunstâncias sociais de outras ordens, “modulando” a comunicação.

Encontramos toda uma diversidade de estudos de caso na área – abordando processos de produção, produtos, instâncias de recepção, processos de circulação, dispositivos críticos, mediatização de processos sociais e culturais; e ainda casos de enfoque comunicacional sobre objetos no âmbito de outros conhecimentos assim como de enfoques pertinentes a outras áreas sobre fenômenos de comunicação. Toda essa diversidade evidencia a *possibilidade e o interesse* da produção de conhecimento geral através do estudo de objetos e situações singulares.

Para além desse interesse diversificado, o que assinalamos, sobretudo, é que essa produtividade pode e deve ser pensada enquanto modo gerador de conhecimentos mais amplos – constitutivos de um acervo de proposições teóricas *no âmbito próprio à disciplina da Comunicação*. É nesse âmbito que podemos considerar a Comunicação uma disciplina indiciária.

Referências

- BECKER, Howard S. (1993) *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais* [1992], São Paulo, Hucitec.
- BRAGA, José Luiz (2004) “Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação”, *Contracampo*, vol 10/11, fascículo 2004/2.
- BURKE, Peter (2000) *História e Teoria Social* [1992]. São Paulo, UNESP.
- CANAU, Joël (2004) « Traces singulières, traces partagées ? », *Socio-Anthropologie*, n° 12, *Traces*, URL: <http://socio-anthropologie.revues.org/document.html?id=149> - mis en ligne le 15 mai.
- GINZBURG, Carlo (1987) *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras.
- (1989) “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, in *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história* [1986]. São Paulo, Companhia das Letras.
- GOLDMANN, Lucien (1970) “O Conceito de Estrutura Significativa na História da Cultura” – in *Dialética e Cultura* [1958]. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PIAGET, Jean (1971) *A situação das ciências do homem no sistema das ciências* [1970]. Lisboa, Livraria Bertrand.
- SEBEOK, Thomas A. e Jean Umiker-Sebeok (2004) “Você conhece o meu método: uma justaposição de Charles S. Peirce e Sherlock Holmes”, Umberto Eco e Thomas A. Sebeok (orgs.), *O signo de três* [1983]. São Paulo, Perspectiva.
- UZEL, Jean-Philippe (1997) “Pour une sociologie de l’indice”, *Sociologie de l’Art*, n° 10. URL : www.unites.uqam.ca/greso/pdf/spciologie_indice.pdf

**CAMPO DE LA COMUNICACIÓN Y PROCESOS DE MEDIATIZACIÓN.
REFLEXIONES SOBRE LA FORMACIÓN DE LOS ESTUDIOS DE
COMUNICACIÓN EN LA ARGENTINA, SUS DERIVAS Y LAS PREGUNTAS
SOBRE SU ESTATUTO DISCIPLINAR.**

Ricardo Diviani

Docente Epistemología de la Comunicación
Escuela de Comunicación Social. Fac de Ciencia Política y RRII
Universidad Nacional de Rosario
Integrante del proyecto “Interfaces en Pantalla: Mapas y Territorio”

Resumen:

Este trabajo intenta abordar unas series de problemáticas asociadas al estatuto disciplinar de la comunicación atendiendo a dos frentes. Por un lado, busca dialogar con un artículo presentado en un encuentro sobre Epistemología, en el año 2009, por el Profesor José Luis Braga denominado *Disciplina o Campo. El desafío de la consolidación de los estudios en Comunicación* (BRAGA, J L; 2009) en el que se apuesta a la consolidación a partir de algunas reflexiones teóricas y metodológicas que devienen en una propuesta programática. Por otro, repasa las características del proceso de formación histórica de los estudios de la comunicación y sus derivas en Argentina en relación a las singularidades de un campo que suele caracterizarse como difuso y complejo.

Palabras clave: *Comunicación, ciencias sociales, campo de estudio*

Abstract:

This work approaches some problematics associated with the disciplinary status of communication in two different ways. On the one hand, it seeks the dialogue with an article presented at a meeting on epistemology in 2009 by Jose Luis Braga. In the article, called *Disciplina o Campo. El desafío de la consolidación de los estudios en Comunicación* (BRAGA, J L; 2009), Braga started out with some theoretical and methodological reflections and proposed a program for the consolidation of the field. On the other, it seeks to revise the formation of the studies of communication, their characteristics and their historical development in Argentina. This development is related to the singularities of a field which is usually characterized as diffuse and complex.

Key-words: *Communication, social Sciences, field of study*

Introducción

Este trabajo intenta abordar unas series de problemáticas asociadas al estatuto disciplinar de la comunicación atendiendo a dos frentes. Por un lado, busca dialogar con un artículo presentado en un encuentro sobre Epistemología, en el año 2009, por el Profesor José Luis Braga denominado *Disciplina o Campo. El desafío de la consolidación de los estudios en Comunicación* (BRAGA, J L; 2009) en el que se apuesta a la consolidación a partir de

algunas reflexiones teóricas y metodológicas que devienen en una propuesta programática. Por otro, repasa las características del proceso de formación histórica de los estudios de la comunicación y sus derivas en Argentina en relación a las singularidades de un campo que suele caracterizarse como difuso y complejo.

La pretensión de ubicarse ante estos dos frentes no está libre de riesgos. En primer lugar, el peligro de caer en el reduccionismo y la superficialidad al relacionar aspectos que por su densidad deberían ser trabajados de manera independiente. Segundo, el de confundir niveles de abstracción distintos. Es claro que no es lo mismo reflexionar en relación a una propuesta – la del profesor Braga - que trasciende lo singular y por lo tanto establece orientaciones generales sobre la problemática disciplinar de la comunicación, que detenerse sobre su estatuto en relación a su formación y en un país determinado, en este caso el nuestro. A pesar de estos riesgos, situarnos desde el punto de vista de la historia de los estudios de comunicación en la Argentina nos permite adentrarnos en las disyuntivas en relación a su estatuto como campo disciplinar en el marco de un proceso más general referido a las ciencias sociales y humanas, al tiempo que nos interrogamos sobre sus derivas en una región del planeta en particular.

Sería pertinente aclarar que si ubicamos a la Argentina como un “caso” no es porque consideremos que el mismo funcione como una especie de expresión de un fenómeno más general – en realidad los procesos de conformación de los estudios y su consolidación académica e institucional en America Latina, hasta donde conocemos, han sido muy distintos - sino porque el mismo tiene algunos rasgos que, a los fines práctico de este trabajo, nos resultan relevantes.

Un campo de estudio adquiere un alto grado de legitimidad cuando se transforma en campo académico con sus sistemas de producción de conocimiento científico, sus formas de reproducción y sus titulaciones. Es en este momento que la disciplina construye sus fronteras hacia dentro y hacia fuera, delimitando de modo “performativo” lo que la distingue de las demás. La especificidad del campo de la comunicación, sin embargo, se ha presentado desde el inicio como una dificultad casi imposible de resolver, al encontrarse con la traba de no

poder definir de modo positivo sus rasgos identitarios que lo diferencian de las demás disciplinas. De todos modos, algunos aspectos de su historia de formación en el país pueden ayudar a iluminar, quizás de manera tenue, las problemáticas de su presente y las posibles preguntas sobre su consolidación.

Este ensayo se divide y desarrolla a partir de cuatro coordenadas. Primero, una breve introducción sobre la propuesta programática que realiza el profesor Braga para la consolidación de la comunicación que pone en entredicho la dicotomía campo-disciplina. En segundo lugar, la puesta en tensión de esta perspectiva a través de una historización condensada sobre la conformación de las ciencias sociales y sus transformaciones en los años 50 y el modo en que se inscribieron los estudios de comunicación en un contexto determinado. Tercero, una caracterización del proceso de formación de los estudios en Argentina. Por último, el análisis del estatuto de la comunicación en el marco de los procesos de transformación en el propio “sistema de medios” que implica, para utilizar una fórmula “veroniana”, el paso de las sociedades con medios a las *sociedades mediatizadas*.

Obviamente, abordar esta cantidad de temas necesariamente implica que se traten de una forma aproximativa, realizando un trazado general, muy sintético, con reflexiones provisorias y que están sometidas a la reformulación y revisión crítica. También es necesario aclarar que algunos de los aspectos trabajados son parte de una investigación más general referida a la formación de los estudios de comunicación en la Argentina entre 1960 y 1976.

El problema de la disciplina o el campo

El texto de Braga refiere a cuestiones con la que ha tenido que lidiar los estudios de comunicación desde el comienzo. Entre ellas, la discusión siempre candente entre si éstos son - o deberían ser - una disciplina o un campo. Es decir, entre la apuesta a conformar un área claramente delimitada por su objeto y metodología y que, por lo tanto, permita dar cuenta de su especificidad y la de un campo que se presenta a sí mismo como interdisciplinar. Estos dos modelos por separado atentarían, según Braga, contra su consolidación. El primero, sujeto a visiones positivistas, se ve imposibilitado de encontrar herramientas que permitan abordar la complejidad de la problemática de la comunicación de una manera abarcadora; mientras que

el otro, permanece indiferente ante la propuesta de consolidación ya que al reconocerse como interdisciplinar acepta el “status quo” tal cuál es. Es más, podríamos pensar a esta última opción como una formulación contradictoria respecto a la comunicación, si aceptamos, como sostiene Follari, que “(...) la interdisciplina supone poner a trabajar juntos a académicos que conozcan adecuadamente la disciplina en que están sistemáticamente formados” (FOLLARI, R; 2001). Por esto, si no está claro o delimitado qué constituye lo comunicacional no sería viable el trabajo interdisciplinario. La idea de Braga es salirse de estas disyuntivas excluyentes que no permiten la consolidación, para adentrarse en un programa que oriente el desarrollo de la investigación de los “fenómenos de la comunicación”. Por el momento no nos detendremos sobre el planteo realizado por el profesor, sino simplemente marcar que, si interpretamos correctamente, el aspecto nodal del mismo es la consideración de que los criterios para que se pueda pensar su especificidad no deberían ser definidos previamente y desde una perspectiva positivista, sino que la misma tendría que ser el resultado de un proceso. Para eso establece una serie de puntos en su programa, entre los cuales se destaca la necesidad de producir una “inversión programática” entre lo que es considerado esencial y secundario por las disciplinas vecinas que se ocupan de los fenómenos sociales desde sus propias perspectivas e intereses. Al ser la comunicación parte de todo proceso social, la inversión consistiría en considerar a esa dimensión comunicacional como un constituyente central del mismo. A partir de allí, sería posible la formulación de hipótesis heurísticas y no explicativas, es decir, que apunten a abrir líneas de reflexión que más que definir al fenómeno de forma rigurosa, estimulen la generación de nuevas preguntas.

El trabajo de Braga expresa una preocupación genuina por el devenir de los estudios de comunicación y lo hace a través de argumentos y propuestas teóricas, metodológicas y epistemológicas sólidas. Ahora bien, entendemos también que a las consideraciones planteadas por el autor y que expresan un alto grado de abstracción, sería interesante “historizarlas”. Pensar los problemas del campo de la comunicación, su pasado y su futuro, los criterios de especificidad y su consolidación como un proceso que involucra, por decirlo en un lenguaje escolarizado, la importancia de un abordaje epistemológico no sólo “internalista” sino que también que atienda a variables “externalistas”.

Ciencias sociales y comunicación: disciplinas, interdisciplinas y transdisciplinas

A tal fin, nos parece pertinente volver sobre un informe sumamente interesante de mediados de los años 90, resultado de una serie de deliberaciones entre diferentes académicos bajo la coordinación de Immanuel Wallerstein. Con el título *Abrir las ciencias sociales* (1996), el trabajo, que culmina con una serie de propuestas para avanzar en una reestructuración de las investigaciones, analiza el singular desarrollo de las ciencias sociales desde el siglo XVIII hasta finales del XX. De lo consignado en este informe tomaremos, en especial, el modo en que distingue las diferentes etapas de esta historia.

El primer momento, que va del siglo XIX hasta 1945, se caracteriza por la disciplinarización y la profesionalización de las ciencias sociales, donde fundamentalmente la ciencia política, la sociología y la economía, pero también aquellas no nomotéticas, como historia y antropología lograron un lugar destacado entre las ciencias (naturales) y las humanidades (filosofía y letras). Esto se dio particularmente a partir del afianzamiento de las universidades como ámbitos de producción y reproducción del conocimiento a través de sus estructuras institucionales, creadas fundamentalmente en el siglo XIX y que tuvieron como centro de irradiación los países de Europa central y los Estados Unidos. Este proceso no respondió sólo a la llamada “evolución” de las ideas que culminó ubicando a las ciencias sociales entre las denominadas “dos culturas”, sino más bien a la búsqueda de una racionalización y organización del cambio social operado a partir de la Revolución Francesa e industrial. “No sólo había espacio para lo que hemos llegado a llamar ciencia social, sino que había una profunda necesidad social de ella” (WALLERSTEIN, I; 2007:11), dice el informe. Todo sabemos el lugar que ocupó el positivismo en esta racionalización y de su carácter disciplinante en un contexto en donde, desde el punto de vista del conocimiento, la “ciencia (newtoniana) había triunfado sobre la filosofía (especulativa)” (WALLERSTEIN: 13).

Hasta 1945 ese campo se fue consolidando bajo el esfuerzo primordial de cada una de las disciplinas para distinguirse de las demás, sobre todo de aquellas que estudiaban también la realidad social, fundamentalmente, la historia. Como dice el informe: “La mayoría de las ciencias sociales nomotéticas acentuaban ante todo lo que las diferenciaba de la disciplina histórica: su interés en llegar a leyes generales que supuestamente gobernaban el

comportamiento humano, la disposición a percibir los fenómenos estudiables como casos (y no como individuos), la necesidad de segmentar la realidad humana para analizarla, la posibilidad y deseabilidad de métodos científicos estrictos (como la formación de hipótesis, derivadas de la teoría, para ser probadas con los datos de la realidad por medio de procedimientos estrictos y en lo posible cuantitativos), la preferencia por los datos producidos sistemáticamente (por ejemplo los datos de encuestas) y las observaciones controladas sobre textos recibidos y otros materiales residuales” (WALLERSTEIN, I; 2007:35).

Hasta mediados del siglo XX el proceso fue exitoso y estaban claramente marcados los límites entre las ciencias naturales que estudiaban sistemas no humanos, las ciencias humanas que se ocupaba de la producción cultural y espiritual y las ciencias sociales. “Pero dentro de estas últimas, también estaban deslindadas claramente las pertinencias: entre quienes estudiaban el mundo moderno/civilizado (historia, ciencia política, sociología, economía) y quienes se ocupaban del mundo no civilizado (antropología); dentro del mundo moderno, entre quienes se ocupaban del pasado, la historia, y el presente, las demás ciencias sociales y entre estas últimas, quienes se ocupaban del mercado (economía), el estado (política) y la sociedad civil (sociología)” (WALLERSTEIN, I; 2007:40).

Luego de la Segunda Guerra Mundial se produce un fuerte cuestionamiento no sólo a las líneas divisorias entre las ciencias, sino también al interior de las mismas. Las brechas que separaban cada campo comienzan a desvanecerse y emergen los llamados estudios interdisciplinarios. Ya estamos en otro momento histórico, con la consolidación de EEUU como potencia mundial, el despliegue de la hoy llamada globalización y la aparición de los estudios denominados de “áreas”, referidos a regiones de interés para la política de los Estados Unidos. Estos estudios fueron desde su comienzo multidisciplinar dado la necesidad de investigar, desde ciencias o perspectivas diferentes, “áreas” no demasiado trabajadas o conocidas hasta ese momento.

Si bien no vamos a profundizar sobre estos aspectos, es preciso señalar que esta etapa de transformación supuso, entre otras cosas, la expansión del sistema universitario, la puesta en

tensión el modelo newtoniano de ciencia, modificaciones en las estructuras institucionales, etc.

Si nos hemos extendido en lo relatado en el informe Wallerstein es porque consideramos importante indicar que al mismo tiempo que se produce este giro y se pasa del trabajo disciplinar al interdisciplinar, surge un campo de estudio novedoso: la comunicación. Los mismos tendrán diferentes características de acuerdo a las regiones y particularidades disímiles en cuanto a su proceso de institucionalización académica.

Podríamos decir que los estudios de comunicación en la búsqueda de su consolidación se han encontrado por lo menos con dos obstáculos constitutivos del campo muy difíciles de sortear: uno de tipo histórico y otro estructural. Por un lado, es evidente que su aparición en un momento en donde las disciplinas como campos claramente delimitados se diluían ha conspirado contra la posibilidad de lograr mayor autonomía y, por el otro, el propio carácter multifacético del concepto comunicación ha significado una traba para reconocer su especificidad y atentado contra las definiciones claras y unívocas del objeto.

Si la comunicación como afirman los teóricos de la Escuela de Palo Alto – para recurrir a una definición que goza de gran consenso – “incluye todos los procesos a través de los cuales la gente se influye mutuamente” y, por lo tanto, “la matriz en la que se encajan todas las actividades humanas” (BATESON, RUESCH; 1984: 13), es evidente que todo proceso social es al mismo tiempo un proceso de comunicación. Dejando entre paréntesis las cuestiones de la comunicación entre máquinas o entre otros seres biológicos no humanos, es indudable que nos encontramos igual con un concepto sumamente abarcador que atraviesa las diferentes especificidades de las demás ciencias sociales y humanas.

En este sentido, si la comunicación hubiera sido considerada en su momento como un “todo” – recordemos la máxima de Watzlawick que dice que “es imposible no comunicar” – la conformación de un campo de estudio con cierto grado de institucionalización habría sido imposible. Es decir, si se hubiesen abordado diferentes aspectos de ese “todo” sin algún

criterio de especificidad y desde perspectivas teóricas, epistemológicas y metodológicas diversas, el propio concepto de comunicación se habría convertido en un obstáculo insalvable.

Sin embargo este campo de estudio se ha ido desarrollando en los últimos cincuenta años hasta alcanzar una creciente autonomía, aunque todavía se discute si se trata de una disciplina, una interdisciplina o una transdisciplina y quede mucho que recorrer para su consolidación y legitimación como campo científico de estatus similar a otras disciplinas.

Entonces, si la conformación de una disciplina en el sentido positivista después de los años 50 ya no es el objetivo primordial –no solamente producto de los cambios en los criterios científicos, sino también debido a las transformaciones producidas en el mundo occidental que derivaron en sociedades sumamente complejas- y la interdisciplinariedad no parece ser el modo más adecuado para que el campo se autodenomine – en tanto sigue si resolverse cuáles serían sus aportes específicos al trabajo entre disciplinas - muchos han planteado que se trata de una transdisciplina. Aunque es cierto que en cualquier “fenómeno comunicacional” pueden analizarse diferentes niveles de realidad atravesados por lógicas disímiles, lo que hace necesario pensar más allá y a través de las distintas disciplinas, sigue pendiente la pregunta esencial: qué dimensión de un fenómeno social es propio del campo de los estudios de la comunicación.

Frente a esta pregunta perturbadora, es muy tentador ceder a las teorías “antidisciplinarias” o a las que ven a los estudios de comunicación como un claro ejemplo de “indisciplina”, o ante aquellas que sostienen que son una forma de “narrativa” para dar por resuelto el problema. Creemos que la insistencia de la pregunta debe aproximar respuestas que, si bien no den una solución definitiva a los interrogantes, puedan de modo positivo trazar algunas líneas de avance. En las últimas décadas la institucionalización académica en América Latina ha ido creciendo por medio de programas de investigación, conformación de maestrías y doctorados, etc. Por esto, sería pertinente que los profesionales e investigadores de la comunicación pudieran aportar desde su especificidad a los trabajos interdisciplinarios y transdisciplinarios que marcan una tendencia en la investigación social del nuevo siglo.

En este sentido retomar el análisis de sus orígenes quizás deleve algunas “claves” que permitan pensar el presente e interrogar su futuro. El surgimiento de los estudios de comunicación fue el resultado de un proceso por el cual distintas disciplinas comenzaron a reflexionar sobre una serie de objetos empíricos que le fueron otorgando ciertas marcas de identidad. En este punto, vale aclarar que no se deben confundir los diferentes objetos empíricos abordados de las construcciones de objetos teóricos realizados por las disciplinas vecinas (la antropología, la sociología, la lingüística, etc.).

Si consideramos que la comunicación es una dimensión constituyente de todo fenómeno social, el mayor desafío de los estudios de comunicación consistiría en la posibilidad de avanzar en la búsqueda de su especificidad. En este sentido la propuesta del Profesor Braga resulta por demás de interesante. Pero, al mismo tiempo, nos preguntamos si en este camino no sería pertinente reflexionar también sobre el lugar que tienen determinados objetos empíricos en el campo y su necesaria delimitación.

La formación de los estudios en Argentina y sus derivas como campo de estudio

En un trabajo anterior afirmábamos: “Es sabido que en Argentina, y en los denominados países periféricos, la producción social del conocimiento muchas veces no responde a los modelos extranjeros que circulan en el propio ámbito intelectual y académico. En una primera aproximación podríamos decir que ni la teoría de Pierre Bourdieu de los “campos” como entidades autónomas con reglas propias – modelo quizás más aplicable a experiencias europeas que a nuestro país – ni aquellas que plantean que el conocimiento social se desarrolla a partir de las necesidades de la burocracia estatal tendiente a la implementación de políticas sociales (NEIBURG, F ; PLOTKIN, M; 2004) – que fue en gran medida lo que pasó con la *Mass Communication Research* – pareciera explicar de manera acabada las condiciones en que surge este campo de estudio. En realidad, pareciera que en la Argentina se realizó a través de cruces y *mixturas* complejas que mezclaron lo formal y lo informal, lo académico y lo que está por fuera de esas instituciones, lo investigativo y lo ensayístico, lo político y lo científico, las “reglas propias del campo” y otros aspectos que lo trascendieron” (DIVIANI, R: 2010)

En la Argentina, el proceso de formación de los estudios de comunicación ha sido sintomático y se perfiló en base a conglomerados y problemas de índoles disímiles. Si se suele ubicar en los años sesenta la génesis de este campo, es porque en esa época se dan a conocer trabajos que manifiestan una preocupación creciente por temáticas vinculadas a la comunicación social y por todo lo referente a los “novedosos” medios masivos, sus productos y las particularidades de esa emergente cultura de masas. En este sentido, algunos ensayos, investigaciones y autores hoy son considerados emblemáticos y parte fundamental de la constitución de este campo. Quizás la figura más sobresaliente es la de Eliseo Verón, quien se ha ganado un lugar renombrado en esa historia. A principios de aquella década, sus trabajos se ocuparon de examinar la conducta en el marco de investigaciones científicas de índole psicosocial, en donde los trastornos neuróticos fueron abordados a través de la matriz comunicativa de la Escuela de Palo Alto. Luego sus producciones se orientaron, ya a fines de los 60, al análisis del discurso, fundamentalmente de la prensa escrita, desde una perspectiva semiológica. De formación sociológica, su posicionamiento teórico se caracterizó por su singularidad ya que, por un lado, adoptó la impronta de la “nueva sociología científica” ligada al grupo modernizador de Gino Germani en lo que hace a la tarea investigativa con base empírica (ejemplo es el estudio Estructuras de conductas y sistemas de comunicación social, realizado entre 1964 y 1969 en el Instituto de Sociología de la Universidad de Buenos) y a sus recurrentes preocupaciones por las cuestiones metodológicas y, por el otro, mostró un claro interés por apartarse de los modelos funcionalista de la acción que dominaban las ciencias sociales de esos años. En este sentido, el modelo de análisis veroniano combinó el estructuralismo y la teoría de la comunicación de Bateson, lo que demuestra la irreverencia con la que se adaptaron algunas de estas teorías en Argentina. Articulaciones que le valieron al semiólogo, como el mismo lo ha expresado, algunas críticas como la de su colega Greimas. (VERÓN, E; 1995)

También desde la semiología estructuralista, se destacó la trayectoria de Oscar Masotta y sus trabajos sobre historietas y medios de comunicación, como así también los de Oscar Steimberg que versaron sobre la “literatura dibujada”.

Pero más allá de la impronta estructuralista, existieron destacados analistas que provenían de tradiciones humanísticas, fundamentalmente de la crítica literaria, como Jaime Rest y sus ensayos sobre cultura de masas, arte y tecnología; Héctor Schmucler y sus trabajos sobre cuestiones literarias y Jorge Rivera que abordó el folletín y la gauchesca que van conformando una incipiente línea culturalista.

Es decir, en aquellos años sesenta se produjo un desplazamiento desde las inquietudes literarias o psicosociológicas hacia el interés por ciertos “artefactos” culturales que tuvieron como centro de gravedad los medios masivos y los productos simbólicos denominados populares y de masas. No hay duda de que en la Argentina, la convergencia de un proceso de modernización y renovación cultural, la aparición de un núcleo nuevo de intelectuales de izquierda y la radicalización política constituyeron las condiciones de emergencia de un incipiente campo de estudios de la comunicación.

Para los años setenta, los posicionamientos teóricos y metodológicos que surgieron en la década anterior habían conformado tres líneas claras de investigación y producción que se van a ocupar de problemáticas vinculada a los medios masivos de comunicación y a los productos de la cultura de masas. De hecho, aún hoy es posible identificar esas líneas que representan tendencias de gran predicamento dentro de los estudios de comunicación. Por un lado, encontramos la semiología estructuralista que tuvo su lugar de manifestación en la *Revista LENGUAjes.*, línea de la que se podría sentir deudora en la actualidad la sociosemiótica. Las otras dos tendencias fueron mas bien de tipo culturalista; una de tradición crítica marxista y latinoamericanista que se expresaba en aquel tiempo a través de la *Revista Comunicación y Cultura* y la otra, de “estirpe” nacional y popular. Dentro de esta última se encolumnaron autores como Aníbal Ford, Eduardo Romano, Jorge Rivera y Heriberto Muraro, en publicaciones como *Los Libros* y la revista *Crisis*. Es decir, desde el vamos y por lo menos durante un tiempo, el terreno de los estudios de comunicación, todavía no institucionalizados en la academia, estuvo en disputa entre dos perspectivas: una más cercana a la de las ciencias nomotéticas (la semiología estructuralista de alguna manera pretendía convertirse en la madre de las ciencias sociales) y otra más ligada a las disciplinas humanísticas, que provenían del análisis y la crítica literaria que con el tiempo se convirtió en análisis y crítica cultural. Es

importante destacar este último aspecto, ya que marca el comienzo de una corriente de pensamiento que luego, en los años ochenta, algunos asociarán con los Estudios Culturales¹. La tradición de los estudios culturales y su carácter flexible e híbrido a la hora de combinar objetos, perspectivas y metodologías, se encuentra en sintonía con una época marcada por la mezcla de disciplinas, al punto de presentarse a sí misma no sólo como interdisciplinar sino incluso como antidisciplinar.

Durante la década del ochenta, pasada ya la dictadura militar y con el auge a nivel global de los Estudios Culturales, los medios de masas pierden centralidad como objeto de análisis y los estudios de comunicación se convierten, en gran parte, en estudios de la cultura. En esta etapa se va a popularizar en la academia el slogan que propone “el paso de los medios a las mediaciones” (BARBERO, J; 1987). Tomando a esta frase como disparador, habría que evaluar no sólo los aspectos positivos que tuvo ese corrimiento, sino también sopesar hasta qué punto esas ganancias para las investigaciones en comunicación supuso algunas pérdidas.

La propia revista *Comunicación y Cultura* publicó en 1982, ya en su exilio en México, un artículo de Héctor Schmucler denominado “La investigación: un proyecto comunicación/cultura”. Allí se reconocía la imposibilidad de tratar por separado estas dos dimensiones, al tiempo que afirmaba el “salto teórico” que esto significaba. Decía Schmucler: “La relación comunicación/cultura es un salto teórico que presupone el peligro de desplazar las fronteras. Pero, justamente, de eso se trata: de establecer nuevos límites, de definir nuevos espacios de contactos, nuevas síntesis. En vez de insistir en una especialización reductora, se propone una complejidad que enriquezca. Nada tiene que ver esto con la interdisciplinariedad que, aun con las mejores intenciones, sólo consagra saberes puntuales. Se pretende lo contrario, hacer estallar los frágiles contornos de las disciplinas para que las jerarquías se disuelvan. La comunicación no es todo, pero debe ser hablada desde todas partes” (SCHMUCLER, H; 1997: 151).

¹ Aunque es necesario mencionar la notable distancia que separa los nacientes estudios de la cultura en Argentina de los de estirpe británicos, sobre todo porque la Escuela de Birmingham era casi desconocida en aquella época en esta parte del continente

Es evidente que, como lo anunciaba Héctor Schmucler, los estudios de comunicación ganaron en densidad y complejidad en un contexto social de grandes transformaciones en todos los ámbitos de la vida occidental pero, al mismo tiempo, perdieron en identidad y solidez al confundirse, hasta el punto de perderse, con disciplinas más antiguas y consolidadas.

¿No nos suele suceder que más de una vez leemos ensayos e investigaciones producidas desde el campo en dónde resulta casi imposible definir si se trata de un trabajo de antropología, arte, literatura o comunicación? ¿O más aún, la imposibilidad que muchas veces expresan esos trabajos de especificar de modo claro la pertinencia comunicacional?

Sin embargo, es interesante señalar que, a pesar de estos desplazamientos en los estudios de comunicación, una perspectiva que, en general mantuvo una preocupación central por los fenómenos relacionados a los medios y productos mediáticos fue la semiótica. En tanto la semiótica se ocupa de los procesos de producción de sentido, es indudable el lugar destacado que han tenido para ella los medios de comunicación de masas. Ahora bien, en las condiciones actuales de mediatización, resultaría sumamente productivo que esos abordajes pudieran dialogar, por los menos en algunos aspectos, con aquellos de herencia culturalista.

El desafío consistiría, entonces, en asumir que, si bien los estudios de comunicación se desarrollan a partir de perspectivas y teorías provenientes de múltiples disciplinas, y desde ese punto de vista son inter o transdisciplinar, es prioritario ubicar a los medios de comunicación, en las condiciones actuales, en un lugar de mayor centralidad. En síntesis, se trataría de establecer un diálogo más fructífero y de promover el encuentro entre las líneas de tradición semiótica y las de los estudios culturales.

De los medios a los procesos de mediatización. La apuesta a un “diálogo” entre semiótica y estudios culturales

Es obvio que esta pretensión de reposicionar a los medios en un lugar preponderante en el campo de la comunicación no aboga por la clausura o el cierre a otras problemáticas. Tanto la comunicación interpersonal o intersubjetiva, la institucional, los fenómenos comunicacionales desarrollados en el marco de procesos socio culturales más amplios, como así también las

investigaciones sobre cuestiones epistemológicas, metodológicas y hasta filosóficas corresponden a su área de interés. En la medida que el concepto de comunicación pueda ser construido para abordar determinados aspectos de todo proceso social, los estudios tienen la amplitud y versatilidad suficiente para ocuparse de una gran cantidad de fenómenos aunque, claro está, queda pendiente una demarcación más firme.

Como ya dijimos, los estudios de comunicación aparecieron al mismo tiempo que comenzó a conformarse un sistema de medios masivos que involucró profundas mutaciones en el orden social y cultural a nivel global. En la Argentina, estos estudios presentaron algunas singularidades que lo diferenciaron de aquellos que provenían, por ejemplo, del modelo administrado de la investigación norteamericana. Aunque los artefactos sobre los que se ocuparon, en general, fueron los mismos, las orientaciones teóricas y las demandas a las que respondieron fueron sumamente distintas. Sin embargo, a pesar de estas diferencias, podemos afirmar que, como ha sostenido Eliseo Verón, lo que caracterizó la reflexión sobre los medios en un primer periodo es haberlos interpretado desde una concepción representacional. Es decir, fueron entendidos como instrumentos orientados a la comunicación que funcionaban como espejos, más o menos deformantes, de un “real” exterior a ellos.

Pero a partir de las denominadas “revoluciones tecnológicas” cuyas repercusiones son ostensibles en las últimas décadas se produce un cambio de escala en relación al protagonismo de los medios en la esfera social que lleva a intelectuales y estudiosos a hablar de “sociedades mediatizadas”. “Una sociedad en vía de mediatización es aquella donde el funcionamiento de las instituciones, de las prácticas, de los conflictos, de la cultura, comienza a estructurarse en relación directa con la existencia de los medios”. (VERÓN, E, 2001:15). Estos cambios iluminan y acentúan las debilidades de las visiones representacionistas al volver insostenible la concepción de los medios como reproductores o “reflejo” del mundo exterior, al que copian de una u otra manera. En realidad, los medios, funcionan como “dispositivos de producción de sentido” (VERÓN, E, 2001:15). Si bien la perspectiva constructivista de la que se desprende esta concepción tiene algunas aristas sobre las que sería conveniente detenerse a pensar, lo que nos interesa aquí, más bien, son los aspectos de tipo

sociológico de ese proceso de transformación que va de las sociedades con medios a las sociedades mediatizadas.

Aquí se hace necesario una definición más precisa sobre qué entendemos por medios. Cuando hablamos de “medios”, nos referimos a aquellos soportes inscriptos en determinados modelos sociales que designan un conjunto constituido por una tecnología sumada a las prácticas sociales de producción, recepción y circulación pública de textos en el que no hay un contacto físico cara a cara. En este sentido consideramos que los medios de comunicación que tienen una gran centralidad en las condiciones de la mediatización actual son, la televisión (independientemente de sus pronósticos de defunción), la radio, el cine, los periódicos, revistas y algunos dispositivos que se encuentran dentro de ese gran “metamedio”, que es Internet. Es claro que la convergencia de estos medios “tradicionales”, junto a la telefonía, la informática y el audiovisual, está produciendo de forma acelerada y permanente nuevos interrogantes sobre la construcción del objeto difuso e híbrido de la comunicación en el marco de sistemas más complejos, pero lo dicho no le resta validez a la apuesta por lograr que tengan, independientemente de los abordajes, un lugar más destacado.

Decíamos que en la Argentina, dos líneas han sido las más activas en cuanto a la reflexión dentro del campo de la comunicación, aunque con intereses y posturas diferentes. Si bien es sabido que, por un lado, a la semiótica se la ha acusado de atender muy poco a las dimensiones históricas y sociales y de estar atada a los textos de modo excesivamente formalista, mientras que, por el otro, a los estudios culturales se le ha criticado por su inespecificidad, falta de rigurosidad teórica y sus carencias metodológicas, quizás es menester fomentar los espacios de diálogo y articulación entre ambas perspectivas. No necesariamente de forma programática ni formal, pero sí a partir de hacer confluir estrategias de lectura que en algún punto puedan afectarse, como un intento por superar las “debilidades” que se le adjudican a ambas corrientes. Steimberg, en un artículo del 2000, planteaba algunas coincidencias entre estudios culturales y semióticos como “espejos invertidos”. En el mismo decía: “La perspectiva semiótica privilegiará entonces la determinación de los efectos de sentido y de sus dispositivos de producción, mientras que la de los estudios culturales

intentará el desocultamiento de las relaciones sociales que se articulan con esos sentidos producidos o son definidas por ellos.” (STEIMBERG, O; 2000: 4)

Quizás, estas dos perspectivas no se articulen o complementen, pero sí puedan ser reapropiadas en un futuro de manera menos rígida y “ortodoxa” para trabajar sobre fenómenos comunicacionales centrados en las problemáticas de los medios que, en el marco de las sociedades mediatizadas, han adquirido un alto grado de complejidad y son actores fundamentales en la constitución de la vida social y cultural.

Como dice Steimberg “...tal vez no haya salida a través de la interdisciplinariedad, sino a partir de una particular transdisciplinariedad: no la de una crítica que se niegue a discutir sus límites, sino la de una lectura que parta del reconocimiento de su propia historia, y de su instalación en un Carrefour de época, en el que se cruzan distintos caminos y lenguajes de la investigación” (STEIMBERG, O; 2000)

Bibliografía

BARBERO, J (1987) *De los medios a las mediaciones*, G.Gilli, Barcelona.

BATESON, G, RUESCH, J. (1984) *Comunicación. La matriz social de la Psiquiatría*, Paidós, Barcelona.

BRAGA, J L. (2009) “Disciplina ou Campo?. O desafio da consolidacao dos estudos em Comunicacao”, en I Seminario de Epistemología e pesquisa em comunicacao, UNISINO, Sao Leopoldo, Brasil.

DIVIANI, R (2010) “Ciencias sociales y comunicación de masas. Algunos apuntes sobre la constitución del campo de estudio sobre comunicación en Argentina y sus derivas”, en *Revista Questión*, N° 26, Facultad de Periodismo y Comunicación Social de la Universidad Nacional de la Plata.

(http://www.perio.unlp.edu.ar/question/files/diviani_1_ensayos_26otono2010.htm)

FOLLARI, R, (2001) “Relevo en las ciencias sociales latinoamericanas. Estudios culturales, transdisciplinariedad y multidisciplinariedad” en *Diálogos de la Comunicación* Edición N.63. <http://www.dialogosfelafacs.net/articulos-teo-63RobertoFollari.php> (acceso junio 2010)

NEIBURG F y PLOTKIN M (2004) “Intelectuales y expertos. Hacia una sociología histórica de la producción del conocimiento sobre la sociedad argentina” Neiburg F, Plotkin, M, Comp,

en *Intelectuales y Experto. La constitución del conocimiento social en Argentina*, Buenos Aires, Paidós.

SCHMUCLER, H; 1997: “La investigación (1982): un proyecto comunicación/cultura” en *Memoria de la comunicación*, E Biblos, Argentina.

STEIMBERG, O; (2000) *Semiótica y estudios culturales*, en Jean Baetens (comp.), *The future of Cultural Studies*, Lonaina, Leuven University Press. (Disponible en http://www.catedrasteimberg.com.ar/contenido_autores/Semiotica%20y%20estudios%20culturales.pdf)

VERÓN, E; (1995) “Prefacio” en *Conducta, estructura y comunicación*, Amorrortu editores, Argentina.

.....; (2001) *El cuerpo de las imágenes*, Norma editores, Argentina.

WALLERSTEIN, I; (2007) *Abrir las Ciencias Sociales*, Siglo XXI, México.

BUSCANDO O OBJETO PARA ENCONTRAR A METODOLOGIA (OU FENOMENOLOGIA DA MIDIATIZAÇÃO)

Pedro Gilberto Gomes, sj

UNISINOS

Resumo:

Muitas questões estão emergindo desse processo de sociedade em midiatização. No trabalho de recolha que se está desenvolvendo, essas questões são restolhos que ficam no campo. Uma delas é o status da comunicação como ciência. Contudo, para se afirmar o status científico da comunicação é necessário identificar o objeto e definir a metodologia adequada para trabalhá-la e pesquisá-la. É nessa perspectiva que se insere o projeto ora em proposição.

Qual é, então, o método adequado para se pensar a comunicação em geral e a midiatização em particular? O método hoje utilizado é o adequado para compreender o fenômeno em questão? O que medeia o resultado do conhecimento científico? Será o método? Nesse caso, ele não pode ser determinado de uma maneira formal e abstrata, mas pelo objeto. Isto é, deve dele proceder e por ele legitimar-se.

Logo, pensamos que o conhecimento do objeto deve preceder a determinação do método. Desse modo, o correto dimensionamento desse objeto é condição ímpar e singular para o estabelecimento de uma metodologia adequada para compreendê-lo. A partir disso, é possível responder à interrogação de sua pertinência como ciência. Noutras palavras, indaga-se de cada ciência a essência de seu ser mais profundo. Questiona-se a sua fundamentação como ciência e o que faz com que tal ou qual ciência seja.

Palavras chave: *Objeto, método, midiatização, metodologia*

Introdução

A trajetória deste pesquisador, no estudo da relação mídia e religião, o tem conduzido pela mão na busca de uma inteligência mais acurada do que significa, para as Igrejas Cristãs, a sua ida ao mundo da comunicação eletrônica desde meados do século passado até os albores do século XXI.

O mergulho às raízes históricas do uso dos meios de comunicação pelas Igrejas consolidou luzes e sombras. No primeiro caso, foi possível identificar as motivações que direcionaram as confissões religiosas para a assunção dos modernos recursos midiáticos para dar conta do comedido histórico de sua missão de propagação da mensagem religiosa. No segundo caso, deixou a descoberto o fato de que essas Igrejas não contemplavam, no escopo de sua reflexão, a problematização do fato de ir aos meios eletrônicos e subsumi-los como instrumentos de potencialização da pregação evangélica. Para as Igrejas, os meios eletrônicos são apenas

instrumentos que devem ser aproveitados. Desse modo, não inquirim sobre as conseqüências dessa imersão no mundo da mídia.

Por conseguinte, elas ainda não despertaram suficientemente para o fenômeno da midiaticização e sua incidência no modo como as pessoas articulam hoje a sua vivência religiosa e a sua pertença a uma comunidade cristã. Falta a percepção de que o mundo midiático, e a sociedade que o conforma e é por ele conformada, está colocando em tela um novo conceito social e uma nova proposta de religião.

Por isso, a comunicação e o processo de midiaticização continuam a desafiar aos pesquisadores da área, na tentativa de encontrar uma gramática¹ para decifrá-los. Com a pesquisa que estamos realizando no PPGCom da Unisinos², objetivamos discutir a questão da midiaticização da sociedade, justamente a fragilidade advertida na reflexão e prática das Igrejas. Para isso, desenvolve-se um projeto que, partindo do estado da arte em midiaticização, passa pela revisitação aos clássicos da unidade e chega aos teóricos da complexidade e da comunicação hoje.

É importante apresentar as justificativas para a atual pesquisa, pois elas explicarão a escolha do próximo projeto de pesquisa. O levantamento do estado da arte sobre o processo de midiaticização na sociedade atual e a construção do referido conceito impunha-se porque ele configura a pedra angular projeto ora proposto. Os estudos realizados até agora significam a tentativa de superação do modo como a comunicação vem sendo considerada no momento atual. O ponto de chegada é o conceito de midiaticização que, segundo o nosso entendimento, expressa uma mudança de grande transcendência hoje. Ela é um princípio de inteligibilidade social, um novo modo de ser no mundo.

A necessidade da volta aos clássicos emergiu porque estamos considerando o processo de midiaticização como uma retomada moderna da visão unificadora da sociedade. Ora, a tal visão de totalidade encontra suas raízes em Platão e Plotino e nos platônicos posteriores, numa distinguindo-se do pensamento analítico de Aristóteles.

¹ Entendemos aqui por gramática os elementos que permitirão a correta compreensão do processo de midiaticização da sociedade. Não a entendemos como um conjunto de regras fixas.

² Cujo tema é: *O processo de midiaticização da sociedade e sua incidência em determinadas práticas sócio-simbólicas na contemporaneidade. A relação mídia e religião*. Sua previsão término é 28 de fevereiro de 2010.

O diálogo com os teóricos da complexidade hoje se explicava porque são eles os que mais se aproximam do projeto de visão complexa e sinérgica da sociedade. Na sociedade do conhecimento, a sociedade de redes, todo ponto é início para entrar no todo. Tanto Castels quanto Morin desenvolvem estudos que procuram superar a visão parcial e fragmentada da sociedade, considerando-a na sua totalidade. A hipótese de que o processo de midiatização possui uma vocação para a totalidade e constitui um princípio de inteligibilidade social indica a necessidade de que se revisitem esses teóricos.

O mundo da mídia exige e exige que se contemplem os teóricos da comunicação que procuram entendê-lo na sua complexidade e sistema. Pensamos aqui, principalmente, em Luhmann, Varela e Maturana. Muito embora não sejam teóricos da comunicação, a reflexão que realizam fornece elementos para a compreensão do processo de midiatização. Luhmann, inclusive, tem dedicado algumas de suas obras para pensar a comunicação. É dele a expressão de que a comunicação é o fundamento da sociedade.

Fechando o trabalho, o processo contempla as idéias de Marshall McLuhan e Pierre Teilhard de Chardin. O primeiro porque foi o que com mais propriedade intuiu o novo que significava o mundo da comunicação contemporâneo. O segundo porque traz elementos que permitem compreender a evolução social em termos de complexidade e consciência e apresenta o conceito de noosfera. Estamos vivendo hoje uma mudança epocal, com a criação de um bios midiático que incide profundamente no tecido social. Surge uma nova ecologia comunicacional³. É um bios virtual. Entendemos que mais do que uma tecno-interação, está surgindo um novo modo de ser no mundo, representado pela midiatização da sociedade.

Assumindo-se a midiatização como um novo modo de ser no mundo, supera-se, no nosso entendimento, a mediação como categoria para se pensar a comunicação hoje. Estamos numa nova ambiência que, se bem tenha fundamento no processo desenvolvido até aqui, significa um salto qualitativo, uma viragem fundamental no modo de ser e atuar.

O PPGCom da Unisinos, através da linha de pesquisa *Midiatização e Processos Sociais*, realiza um trabalho de busca do conceito de midiatização e sua relação com a religião. Nesse

³ As idéias que seguem e embasam a reflexão foram desenvolvidas em: GOMES, Pedro Gilberto. *A filosofia e a ética da comunicação no processo de midiatização da sociedade*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006. Ver, principalmente, o capítulo 6.

sentido, são ministradas aulas sobre o assunto, em cada semestre, foram realizadas dissertações e teses tanto sobre o conceito de midiatização quanto da relação mídia e religião.

Justificativa e Proposição do Projeto

Muitas questões estão emergindo desse processo de sociedade em midiatização. No trabalho de recolha que se está desenvolvendo, essas questões são restolhos que ficam no campo. Uma delas é o status da comunicação como ciência. Contudo, para se afirmar o status científico da comunicação é necessário identificar o objeto e definir a metodologia adequada para trabalhá-la e pesquisá-la. É nessa perspectiva que se insere o projeto ora em proposição.

Qual é, então, o método adequado para se pensar a comunicação em geral e a midiatização em particular? O método hoje utilizado é o adequado para compreender o fenômeno em questão? O que medeia o resultado do conhecimento científico? Será o método? Nesse caso, ele não pode ser determinado de uma maneira formal e abstrata, mas pelo objeto. Isto é, deve dele proceder e por ele legitimar-se.

Logo, pensamos que o conhecimento do objeto deve preceder a determinação do método. Desse modo, o correto dimensionamento desse objeto é condição ímpar e singular para o estabelecimento de uma metodologia adequada para compreendê-lo. A partir disso, é possível responder à interrogação de sua pertinência como ciência. Noutras palavras, indaga-se de cada ciência a essência de seu ser mais profundo. Questiona-se a sua fundamentação como ciência e o que faz com que tal ou qual ciência seja.

Dentro dessa perspectiva, qual é a metodologia correta para tratar da comunicação que se apresenta ao pesquisador em dois patamares? No plano mais profundo, é a epifania da pessoa. Não há outra maneira de ela se manifestar a não ser pela comunicação. No espaço do fenômeno, entretanto, ela é uma exteriorização da pessoa enquanto tal. Como o ser humano é sujeito da linguagem, ele é um ser em comunicação. A pergunta pela condição de possibilidade da comunicação só pode ser feita pela comunicação e por ela respondida.

Aqui está implícita a pergunta pelo objeto da comunicação. Como devemos tratar os dispositivos tecnológicos de comunicação, entendidos como extensões do homem⁴? Como é

⁴ Na terminologia de Marshall McLuhan.

possível a existência da comunicação como ciência? Só podemos responder a essas demandas se nos debruçarmos sobre o ser da comunicação, buscando o que faz com que a comunicação seja comunicação, para além do fenômeno e da aparência. Como auto-manifestação do ser humano, ela é agente da realização do conjunto de relações constitutivas do “nós” da sociedade. A manifestação do ser humano dá-se através da linguagem, que deve ser estudada dentro da perspectiva de sua exteriorização. Reflitamos um pouco sobre ela.

O estudo da linguagem, com tudo o que isso significa, constitui um tema fundamental para se pensar a comunicação. Nas relações com outros seres humanos, a comunicação dá sinais da própria existência. Daí que compreender estes sinais significa compreendê-la.

O homem é homem e existe com os outros em virtude da linguagem, enquanto juntos existem na linguagem. Por isso, pode-se captar o problema do homem no problema da linguagem. O homem não é só o ser que dispõe da palavra como de um instrumento, mas é a linguagem que possibilita ao homem criar uma existência humana com os outros no mundo (HERRERO, s.d., p. 76-77).

Os problemas humanos, desde os mais íntimos até os sociais e políticos, manifestam-se na linguagem. Ela não é algo periférico, mas põe em jogo o homem todo e suas relações com os outros no mundo. Como ser social e ser-no-mundo, o homem é aberto e capaz de acomodação. Na sua relação com o mundo, ele utiliza mediações. A mediação fundamental para a sua realização com os outros no mundo é a linguagem. É nela e através dela que o homem se mostra como um ser radicalmente aberto, verdadeiramente universal. Ele cria seu próprio mundo para viver humanamente.

Ao criar sinais, o homem se cria um mundo próprio de sentido, exprimindo, através deles, os dados e experiências presentes e tematizando o real ausente, o futuro e o passado, o abstrato e o fictício, o normativo e o jocoso.

Entretanto, com o mundo de sentido, o homem vê a possibilidade de um mundo aparente, num mundo do vazio, do sem-sentido. A comunicação situa-se no âmbito da intencionalidade e da necessidade social⁵.

⁵ Aqui poderia parecer que estamos sobrevalorizando a linguagem. Não é a intenção. É possível aceitar que a comunicação cria a linguagem, mas, analogicamente, podemos dizer que a relação entre comunicação e linguagem é a mesma do pai e do filho. O pai faz o filho, mas é o filho que constitui o pai enquanto pai. Não existe pai sem filho e não existe filho sem pai.

Em busca do objeto da comunicação, fundamentamos a sua essência a partir do próprio ser. Para isso, é necessário transcender ao sujeito em relação ao objeto para chegar ao ser como razão compreensiva que possibilita a dualidade de sujeito e objeto. A pergunta pelo objeto da comunicação só pode ser dirigida ao ser humano, pois este se caracteriza por aquele que pergunta, indaga, questiona.

Volta-se, nesse momento, sobre a questão do método, com a qual se iniciou essa reflexão. A pergunta pelo objeto da comunicação, pelo seu ser mais profundo, é realizada através da própria comunicação. O ser humano, como ser que pergunta, pode perguntar por tudo. Ele sabe que tudo aquilo pelo qual pode perguntar sempre é. Logo, tudo constitui o âmbito de possibilidade do seu perguntar: o ilimitado horizonte da existência.

Quando perguntamos pelo ser da comunicação, deixamos implícito certa pré-compreensão do que ele seja, pois a pergunta supõe conhecimento e ignorância. As condições para perguntar são: possuir um saber e um não-saber. Nesse sentido, tanto a ignorância absoluta quanto o conhecimento pleno impedem o ato de perguntar. Por isso, há sempre uma pré-compreensão daquilo, pelo qual se indaga. Segundo Heidegger, o homem é a pátria do ser (Cf. CORETH, 1964, p.13). Ora o ser é um *a priori*. Também o ser da comunicação.

A pergunta pelo objeto da comunicação envolve, necessariamente, a indagação pela mediação⁶ da sociedade. Esse aspecto faz a ligação com as pesquisas anteriores. Qual será a abordagem mais adequada para dar conta deste comedido? Nesse sentido é importante uma reflexão fenomenológica sobre os processos midiáticos e, por tabela, sobre o estatuto da comunicação a partir dos processos midiáticos (Cf. GOMES, 2004, cap.2), entendidos como conjunto de práticas comunicacionais pertencentes ao sistema de meios que opera segundo diferentes linguagens através de diversos dispositivos. Tais processos encontram-se potencializados com a emergência da tecnologia digital.

Numa dimensão holística que se estende para além da realidade imediata, o que se almeja é colaborar com a determinação do objeto da comunicação, contribuindo para a sua intelecção epistemológica, circunscrevendo-o no universo do sistema midiático.

São os processos midiáticos, tal como se manifestam na sociedade contemporânea, o foco aglutinador dos trabalhos desenvolvidos. Desse modo, há um descolamento e uma

⁶ Como afirmamos acima, entendemos que seja a maneira de ser da sociedade. Isto é, uma sociedade em mediação.

contradistinção com respeito às análises semelhantes levadas a cabo por outras áreas de conhecimento. Muito embora, no processo intelectual, possam ser utilizados conceitos oriundos de outras áreas de conhecimento, a identidade precípua dos estudos sobre comunicação é originada pela centralidade que repousa nos processos midiáticos. O estatuto da mídia como objeto de estudo torna-se um *locus* privilegiado para compreender a sociedade em seus diversos ângulos bem como os processos que a animam e a estruturam. Noutras palavras, a forma como o sistema midiático se constitui, com seus processos estruturantes e seus modos de produção, fornece ao pesquisador os elementos essenciais para elucidar os inter-relacionamentos sociais e humanos hodiernos. Nesse sentido, pode-se afirmar que centrar, epistemologicamente, a discussão e a pesquisa sobre a comunicação no domínio dos processos midiáticos significa realizar um percurso que objetiva identificar o seu objeto.

A pesquisa sobre comunicação no Brasil ainda não conseguiu deslanchar na análise e na dissecação do fenômeno que logrou configurar. O sistema midiático exerce, hoje, um papel primordial na inteligência da sociedade e reflete de forma ímpar os meandros dessa mesma sociedade, ao mesmo tempo em que se impõe como necessário às pessoas para que elas possam construir seu sentido de vida e sua localização no concerto da comunidade.

Suspeitamos, entretanto, que as pesquisas até agora produzidas sobre a comunicação eludiram tal inquirição, direcionando-se para dois caminhos paralelos. De um lado, foi privilegiada a análise do conteúdo e recepção da comunicação. De outro, contemplou-se o estudo dos dispositivos tecnológicos midiáticos.

Nesse sentido, os pesquisadores das ciências da comunicação permanecem ainda na descrição do fenômeno, nele não submergindo para compreendê-lo desde dentro, a partir de seus processos intrínsecos de estruturação⁷. Procedem, portanto, a uma história das peripécias, ficando na superfície e descrevendo efeitos ou condenando conteúdos, sendo obrigados a manejar conceitos provindos de outras ciências aos quais, freqüentemente, não dominam com a necessária habilidade e profundidade. Quando fazemos esta constatação não estamos afirmando nem desmerecendo o que se fez até agora em termos de pesquisa na área. Pelo contrário, o processo desenvolvido não pode nem deve ser descartado, pois foi graças a ele

⁷ É isso que se pode depreender do que diz Merleau-Ponty: *É verdade, como diz Marx, que a história não anda com a cabeça, mas também é verdade que ela não pensa com os pés. Ou, antes, nós não devemos ocupar-nos nem de sua "cabeça", nem de seus "pés", mas de seu corpo* (MERLEAU-PONTY, Maurice. 1994, p. 17).

que chegamos até esse momento. Mas, como resolver o problema? A questão da pesquisa centra-se na pergunta e na busca pelo objeto da comunicação. Pois, se desconhecemos o nosso objeto, ficamos impedidos, inclusive, de fazer os autores trabalharem para nós no desenvolvimento das pesquisas. Claro está que existe uma circularidade entre método e objeto. Talvez se deva falar de um *proto-objeto* que estaria na base na determinação do método e que seria mais bem precisado com a aplicação do método proposto.

A pesquisa em comunicação deve contribuir epistemologicamente para a identificação do seu objeto singular. Os esforços de argüição dos processos midiáticos almejam circunscrever a racionalidade da comunicação na especificidade de sua relação com o sistema midiático. A comunicação, quando referenciada aos meios, muito embora se estruture como algo distinto da comunicação como instrumento que nasce com o ser humano, dela é devedora seminal. Quando os pesquisadores se preocupam com os meios de comunicação de massa e quando os profissionais que trabalham nesses meios se afirmam como profissionais da comunicação, estão contemplando a área de uma forma muito específica, distinta das outras áreas de conhecimento. O sistema se estabelece executando processos complexos, muito embora sejam apresentados ao público como sumamente simples, flexíveis, isentos de conflitos e contradições. Isso faz com que empresas de comunicação⁸, com lógicas internas bem definidas, sejam decodificadas como meios de comunicação social, quando tal denominação seria mais adequada aos processos dialógicos na inter-relação pessoal.

Consoante isso, todas as produções resultantes dos processos de pesquisa em comunicação contribuem (ou deveriam contribuir) para a tarefa de estabelecer epistemologicamente o entendimento do objeto da comunicação. Com isso, delimitam-se as fronteiras, demarcam-se os espaços e se estabelecem os perfis do estatuto da comunicação como ciência e objeto de estudo. As chaves hermenêuticas para interpretar a comunicação e as metodologias específicas para abordar os seus objetos serão construídas a partir da pesquisa que se desenvolverá na área.

⁸ As empresas de comunicação são, ao mesmo tempo, instituições que exercem um bem público e empresas comerciais que se regem pelas leis do mercado, da concorrência e da necessidade de lucro para subsistirem. Essas duas dimensões convivem dialeticamente e se condicionam reciprocamente, fazendo com que seus processos internos sejam extremamente complexos.

Objetivos e hipóteses

Tendo como pano de fundo tais considerações, que nos mergulham no mundo metafísico da pergunta pelo ser da comunicação, nosso questionamento diz respeito ao estatuto da comunicação como ciência. Nossa hipótese consiste em afirmar que toda e qualquer indagação pelo objeto da comunicação deve transcender a consideração apenas dos dispositivos tecnológicos de comunicação, dos conteúdos, possíveis efeitos, recepção e mediação. As pesquisas levadas a cabo nessa linha possuem extrema dificuldade em afirmar a sua especificidade e sua identidade frente àquelas realizadas por outras ciências, com mais história e com conceitos e métodos mais consolidados. Permanecer nesse nível será colocar-se uma armadilha epistemológica da qual é muito difícil escapar.

Nosso objetivo é buscar o estatuto da comunicação como ciência. Nossa hipótese é que ele somente poderá ser estabelecido se o seu objeto transcender aos fenômenos individuais e se concentrar na análise dos processos midiáticos mais amplos, com suas inter-relações, interconexões na sociedade. Por isso, falamos de *sociedade em midiatização*, pois esse é um processo em desenvolvimento.

Metodologia

Para perscrutar os processos midiáticos como objeto da comunicação como ciência, aventamos a hipótese de que o método mais adequado para o trabalho é a fenomenologia, entendida como o estudo das essências e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências (MERÇEAU-PONTY, 1994, p. 1). Nesse sentido, podemos dizer que, também, a essência da comunicação. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que põe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua “facticidade” (idem ibidem). Ela é uma tentativa de descrever diretamente a experiência tal como ela é e está relacionada com o “mundo vivido”. Para Husserl, o mundo da vida (...) (se) apresentava como o tema primeiro da fenomenologia.

A comunicação e os processos midiáticos encontram-se no mundo da vida, no mundo vivido pelos seres humanos. Pode-se dizer que a análise dos processos midiáticos reivindica que se ultrapasse a compreensão do sistema, no seu conjunto e como integrante do corpo social, tal

como é configurado por Althusser: aparelhos ideológicos do Estado. A não realização dessa ultrapassagem faz com que os pesquisadores foquem de modo insuficiente os processos midiáticos.

Alguns autores referenciais para a metodologia

A contemplação dos processos midiáticos nos leva a considerar os trabalhos de Suzana Kilpp (2003), Fabrício Silveira (2003). Kilpp analisa os processos de molduração presentes na televisão brasileira, buscando a sua *ethicidade*⁹ na estruturação da grade televisiva. Ultrapassando o problema do conteúdo individual de cada programa e o agendamento¹⁰ dos assuntos que serão objetos das preocupações dos telespectadores, a autora desvenda a importância do agendamento das pessoas através da grade de programação das emissoras de televisão. A preocupação com a audiência e com o conteúdo ofusca o contorno real dos processos midiáticos que é a criação de um sentido identitário na TV por meio das moldurações homológicas e seus tensionamentos¹¹.

Por seu turno, Fabrício Silveira acompanha a trajetória do aparelho de televisão da oferta ao descarte, passando pelo consumo (da compra à recepção). À moda do *flanêur* benjaminiano, Fabrício passeia por diversos locais urbanos¹² olhando a televisão. Seu percurso desafia o leitor a aplicar sua visão aos processos midiáticos, contemplando a oferta, o consumo e o descarte.

⁹ Suzana afirma que *as ethicidades designam subjetividades virtuais (as durações, personas, objetos, fatos e acontecimentos que a televisão dá a ver como tais, mas que são, na verdade, construções televisivas), cujos sentidos identitários (éticos e estéticos) são agenciados num mix de molduras e moldurações de imagens, no qual, nas metrópoles comunicacionais, a televisão tem um papel importante* (2003, p. 33).

¹⁰ Aqui é importante deslocar o foco da *agenda setting*, olhando-a desde a perspectiva do receptor. Este receptor agenda o modo de ser e de falar dos comunicadores, canais e programas. Numa relação dialética, uma vez formado o gosto do público, o canal (programa, jornalista) deve responder às expectativas e ao papel que dele possui o público.

À guisa exemplificação, temos o *padrão Globo de qualidade*. Hoje, a Rede Globo de Televisão está refém de seu padrão. Uma série de programas e atitudes, tolerados e aceitos para outros canais, são interditados (pelo público e pela crítica) para a Rede Globo, em virtude da imagem que ela construiu. Parafraseando Jean Paul Sartre, *a Globo está condenada a ter qualidade*. Pode-se dizer que o público reage como querem os profissionais de tv e estes reagem conforme as expectativas do público

¹¹ É isso que afirma McLuhan quando diz que a atenção no conteúdo de um letrado luminoso faz com que não se perceba a luz e que o *meio é a mensagem*.

¹² De fato, Silveira passou pelos bares, salas de espera do aeroporto, táxis, etc., onde havia um televisor ligado para ver o modo como as pessoas que estavam nesses locais interagiam com a televisão.

É no cruzamento das intuições de Kilpp e Silveira que se encontram os elementos que possibilitarão compreender a especificidade dos processos midiáticos na sociedade contemporânea e, a partir daí, delimitar e circunscrever o espaço da comunicação como objeto de estudos acadêmicos.

Considerando-se o que Kilpp sugere como lugar de análise do processo midiático (no seu texto tipificado pela televisão), ver-se-á que ela se detém na complexidade do fenômeno. Um dos aspectos que deve ser analisado é a relação entre as emissoras televisivas e os canais de televisão. Muitas vezes, nas abordagens realizadas, essa distinção é deixada de lado, referindo-se às duas realidades como se fossem a mesma coisa.

Com respeito às emissoras, sublinha que *a ethicidade das emissoras, no entanto, é enunciada pelas próprias emissoras – pelos modos como produzem e veiculam os promos – como sendo, ao contrário, um caráter autônomo, independentemente da condição de cessionárias (KILPP, 2003, p. 7-8).*

Silveira traz à baila o fato de que a televisão não é somente a agente de vitrinização dos produtos da indústria, mas ela mesma, enquanto aparelho (aqui está outra contradistinção necessária), é vitrinizada. Enquanto emissora, é empresa; enquanto canal, é o lugar da fala; enquanto aparelho, é produto que realiza o percurso da produção, da oferta/consumo e do descarte. No consumo, ele se torna veículo para que o processo de recepção, na construção coletiva dessa realidade terceira, se complete.

Toda a complexidade dos processos midiáticos se impõe como objeto da contemplação dos pesquisadores das teorias da comunicação. Evidentemente, estamos conscientes de que aqui estão sendo esboçadas apenas questões preliminares sobre o desafio que nos traz a análise dos processos midiáticos. Os processos midiáticos podem ser considerados um objeto transdisciplinar por excelência? As diversas ciências necessitam realizar uma empreitada comum para compreendê-lo na sua complexidade. Cada uma delas, com a sua especificidade e método, se aproxima dos processos midiáticos¹³ para decifrá-los. Todavia, nenhuma delas, isoladamente, possui a abrangência suficiente para deles dar conta. Pelo contrário, é o objeto que a elas se apresenta, exigindo-lhes que se deixem tocar pela sua complexidade e,

¹³ Geradores da midiática, essa ambiência que expressa uma maneira de ser da sociedade.

conjuntamente, elaborem o método comum que lhes permitirá o acesso ao fenômeno. Assim como o método, fruto do esforço conjunto de todos, é uno (diferente dos métodos específicos de cada ciência envolvida no processo), igualmente o resultado obtido também é único. Logo, qual é a especificidade dos estudos comunicacionais?

Não são as diversas ciências que condicionam o objeto, mas é este que as condiciona, impondo-lhes a chave hermenêutica de sua compreensão. Como o espaço da comunicação poderá ser corretamente estatuído? Será que não se está pedindo aos pesquisadores da área que abram mão do seu exclusivismo e de sua miopia conceitual para colaborar com as outras áreas do saber para aproximar-se do espaço dos processos midiáticos?

A consideração dos processos midiáticos como um fenômeno complexo remete-nos à complexidade¹⁴. Não é intenção aqui discorrer exaustivamente sobre a teoria, como tal, mas apenas dar uma olhada geral sobre ela. José Renato Soethe (2003, p. 21-28) a situa no marco de uma nova epistemologia, em que *não somente a soma das partes pode ser maior ou menor do que o todo, como também não há soma, mas relações e conexões entre as partes* (SOETHE, 2003, p. 21). Nesse caso, o todo seria uma construção criativa a partir das relações e conexões entre as partes. Quando se formam padrões de conexões e interconexões, as partes vêm diminuída a sua importância para que brote a evidência dessas conexões e interconexões. Segundo ele, *as relações e conexões, que são parte de um fenômeno, não fazem parte de um objeto em si, enquanto um todo estruturado a ser estudado, mas das relações e conexões existentes entre as partes* (Idem, p. 22). Se aplicarmos isso aos processos midiáticos, podemos inferir que eles não podem ser vistos como *um objeto em si*, mas através de suas relações, conexões e interconexões, pois *a sua maior riqueza epistemológica advém de suas relações e conexões no contexto* (idem *ibidem*). Citando Capra, Soethe afirma:

(...) no novo paradigma, a relação entre a parte e o todo é mais simétrica. Acreditamos que as propriedades das partes só podem ser plenamente entendidas pela dinâmica do todo. O todo é coisa fundamental e, uma vez compreendida a sua dinâmica, pode-se então inferir, pelo menos em princípio, as propriedades e os padrões de interação das partes... Os físicos começam a perceber que a natureza, no nível atômico, não se apresenta como um universo mecânico composto de blocos de

¹⁴ Amplamente desenvolvida nos escritos do teórico francês Edgar Morin. Dentre suas diversas obras, convém destacar: MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 2ª. Ed. Lisboa: Europa-América, 1990; e MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. 2ª. Ed. Lisboa: Europa-América, 1996.

construção fundamentais, mas, sim, como uma rede de relações, e que, em última instância, não há quaisquer partes nessa teia de interconexões. O que quer que chamemos de parte é meramente um padrão que possui alguma estabilidade e, portanto, capta a nossa atenção (Apud SOETHE, 2003, p. 22-23).

A consequência dessa posição é uma mudança significativa não apenas na concepção do que possa ser um objeto de conhecimento, mas também *nos procedimentos de construção do objeto de estudo (idem ibidem)*. Logo, a consideração dos processos midiáticos como um objeto de conhecimento, nessa perspectiva, sofre uma mudança fundamental. Mais ainda, os próprios procedimentos de construção dos processos midiáticos como objeto de estudo sofre uma transformação radical. Eles devem ser tomados na sua totalidade, com suas relações, conexões e interconexões e não podem mais ser fragmentados em suas partes: produtor, produção, conteúdo, veículo, público, receptor, recepção.

Sintetizando, Soethe afirma:

Vale lembrar a tendência da cultura acadêmica racional de compreender e construir objetos científicos como algo-em-si, isto é, cercado e delimitado por sua própria estrutura constituinte a partir da abstração. A novidade, entretanto, é que com a diminuição da importância epistemológica das partes como fragmentos de um todo e a afirmação da importância das inter-relações e interconexões como elementos epistemológicos aparece em cena uma nova idéia e concepção de todo. O todo, totalidade, enquanto objeto de estudo delimitado, cercado e isolado pela razão lógica, não é o mesmo todo construído pela razão das relações, interações e padrões de interconexões. O primeiro caso oferece condições de possibilidade de compreensão da coisa-em-si, isolada do contexto; o segundo caso conduz à compreensão da coisa-para, isto é, das relações, conexões, interações e padrões de interconexões. São dinâmicas que originam processos e sistemas (SOETHE, 2003, p.24-25).

Obviamente, os padrões das relações, conexões e interconexões não aparecem na coisa-em-si, que chamamos processos midiáticos. O que aparece como visível para os olhos do pesquisador menos avisado são as suas partes. Isto é, o ente dos dispositivos, mas não o ser da comunicação. Daí advém a tentação da facilidade da análise, cingindo-se à consideração das partes visíveis. Pensa-se (residiria aqui a fragilidade e a carência dos estudos realizados?) que a compreensão de cada uma das partes que compõem os processos midiáticos é suficiente para a interpretação do todo. Pelo contrário, aqui a soma das partes é menor que o todo e entendê-la não possibilita o acesso à compreensão da totalidade do fenômeno. Assim como a totalidade de uma árvore não é dada pela soma de suas partes (galhos, folhas, tronco, raízes), mas pelos padrões de interconexões que ela constrói com o solo e com o ar (Idem, ibidem, p.

28), a totalidade dos processos midiáticos não é formada pela sua estrutura em si, mas pelos padrões de interconexões que eles constroem com a sociedade, com ela interagindo para a construção do sentido.

A midiatização gera, partindo da comunicação e seus dispositivos, o fenômeno de relações, inter-relações e interconexões na geração de uma nova ambiência. Esse processo complexo e sistêmico é o objeto da comunicação, sabido apenas a priori, redutivamente. É o com-sabido, pré-concebido, que acontece na razão. O fato de perguntar por ele já indica uma pré-compreensão do que seja.

Para compreender o que se pretende e como se compreende o processo de midiatização, podemos fazer analogia com a aplicação que Anselmo da Cantuária faz do problema de Deus.

Todos anseiam por desfrutar apenas o que consideram bens. Essa pluralidade dos bens em sua diversidade tão múltipla é experienciada com os sentidos do corpo e distinguida por meio da razão espiritual. Aí, no entanto, surge a seguinte pergunta: há algo uno através de cuja unicidade todos os bens são como bens, ou alguns dos bens o são por meio do Uno, e os outros bens por meio de outras coisas? (...) Todos os bens pressupõem um bem através do qual o que é bom é bom, seja lá o que for (MOJSISCH, 2005, p. 64).

Levantamos a hipótese de que se pode aplicar à midiatização aquele uno que possibilita e organiza a unicidade de todos os diversos meios, seja como empresas seja como dispositivos tecnológicos. Entretanto, isso ainda é um projeto que deve ser comprovado. Dentro dessa perspectiva inserem-se os processos midiáticos que unificam a existência de todos os meios de comunicação.

Para encontrar esse objeto, deve-se perguntar pelo seu ser¹⁵. A pergunta sobre a identidade e sobre o ponto de partida precede todo ponto de partida que se possa determinar. Entretanto, tal pergunta se dá a si mesma a resposta. Ela é o ponto de partida. Esse começo supera todo outro começo aceito como possível. Diz Coreth que todo começo deve ser questionado sobre a sua justificação e sua possibilidade como ponto de partida (CORETH, 1973, p. 59).

Para dar conta do trabalho, é necessário fazer incursões aos pensadores que, na filosofia, pensaram a questão fenomenológica. Aqui se situam as obras de Martin Heidegger (1969), Edmundo Husserl (1965 e 1986), Emerich Coreth (1964 e 1973), Karl Rahner (1963), Maurice Merleau-Ponty (1994), Armand Mattelart e Gastón Bachelard.

¹⁵ Aqui entra a relação com o ser da midiatização e o ponto de partida para se compreender o processo.

Esses autores detiveram-se na questão metafísica e tematizaram o método fenomenológico como adequado para compreender o conhecimento hoje. Cremos que suas intuições e reflexões possuem consistência suficiente para nos ajudar na busca pelo objeto da comunicação, realizando uma fenomenologia da midiatização hoje.

No âmbito dos processos midiáticos, Muniz Sodré, Otavio Ianni, Silverstone, Jesus Martin-Barbero, Dominique Wolton se farão presentes no grande painel a ser esboçado na busca do objeto da comunicação.

Bibliografia

BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico*. São Paulo: Contraponto.

..... *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*. São Paulo: Contraponto.

..... *O novo espírito científico*. Lisboa: Edições 70 e Estudos. São Paulo: Contraponto.

CORETH, Emerich (1964) *Metafísica*. Barcelona: Ediciones Ariel.

..... (1973) *Questões fundamentais de hermenêutica*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, USP.

GOMES, Pedro Gilberto (2006) *A filosofia e a ética da comunicação no processo de midiatização da sociedade*. São Leopoldo: Ed. Unisinos.

..... (2004) *Tópicos de Teoria da Comunicação*. Processos midiáticos em debate. 2, edição, cap. 2. São Leopoldo: Unisinos.

KILPP, Suzana (2003) *Ethicidades televisivas*. São Leopoldo: Editora Unisinos.

HEIDEGGER, Martin (1969) *O que é metafísica*. São Paulo: Duas Cidades.

..... *Ser e Tempo*

HERRERO, Xavier. *O homem como ser de linguagem*. Um capítulo da Antropologia Filosófica. Belo Horizonte.

HUSSERL, Edmund (1986) *A idéia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70 Ltda.

..... (1965) *A filosofia como ciência de rigor*. Biblioteca Filosófica Atlântida: Coimbra.

MERLEAU-PONTY, Maurice (1994) *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes.

MORIN, Edgar (1996) *O problema epistemológico da complexidade*. 2^a. ed. Lisboa: Europa-América.

..... (1990) *Introdução ao Pensamento Complexo*. 2^a. ed. Lisboa: Europa-América.

RAHNER, Karl (1963) *Espírito en el mundo*. Barcelona: Herder.

SILVEIRA, Fabrício Lopes da (2003) *Situacionalidades. Comunicação, consumo e cultura material*. São Leopoldo: UNISINOS. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo

SOETHE, José Renato (2003) "Transdisciplinaridade e teoria da complexidade" in LOBO DE SOUZA, Ielbo M. e FOLLMANN, José Ivo. *Transdisciplinaridade e Universidade. Uma proposta em construção*. São Leopoldo: Editora Unisinos, p. 21-28.

EXPLORAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DE HIPÓTESES: ENTRE O MÉTODO E OS CONTEXTOS DE PRODUÇÃO¹

Jairo Ferreira

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação
UNISINOS

Resumo:

O objeto específico deste artigo é o estudo da construção de hipóteses em projetos de pesquisa em comunicação, considerando as especificidades do corpus empírico analisado. A questão central que orienta a realização deste objetivo é: como os métodos dedutivos, indutivos e abduativos são acionados na construção de hipóteses? Através da análise de documentos e entrevistas com autores de projetos de investigação, identificamos relações entre o método e contextos de produção, indicando tensões entre construção e reprodução na construção do conhecimento na área da comunicação.

Palavras-Chave: *Campo epistemológico, método, comunicação*

Abstract:

The goal of this article is the study of the construction of hypotheses in projects of search in communication, taking into account the specificities of the empirical corpus analyzed. The core question that guides the fulfillment of this goal is: How deductive, inductive and abductive methods are added in the construction of the hypotheses? Through the analysis of documents and interviews with authors of projects of investigation, we identify relations between method and contexts of production, pointing out tensions between construction and reproduction in the construction of knowledge in the area of communication.

Key-words: *Epistemological field, method, communication*

¹ Este artigo foi apresentado inicialmente no XIX Compós, 2010, Rio de Janeiro, com o título A construção de hipóteses: entre o método e os contextos de produção, no GT de Epistemologia da Comunicação. Foi modificado, incluindo o título, a partir das discussões ocorridas ali, incluindo em especial o Relato da professora e pesquisadora Roseli Figaro (ECA/USP).

1. Questões de investigação²

O objeto específico deste artigo é o estudo da construção de hipóteses em projetos de pesquisa em comunicação, considerando as especificidades do corpus empírico analisado. Algumas perguntas preliminares orientaram a realização deste objetivo: Como os métodos dedutivos, indutivos e abduativos são acionados na construção de hipóteses? Há resultados empíricos preliminares em jogo? Em que medida as hipóteses são crenças do pesquisador, ou sugestões decorrentes de teorias conhecidas? Como essas crenças estão articuladas com hipóteses de pesquisa? Qual o campo epistemológico que produz essas teorias mobilizadas?

Este artigo abrange um corpus homogêneo, que nos permite configurar um caso de investigação sobre investigações em curso. Trata-se da análise de projetos de ingresso no doutorado de Comunicação da Universidade Nacional de Rosário, em torno do tema midiatização. Os projetos são de seis bolsistas do CONICET, todos ingressantes há três anos, em processo de avaliação da bolsa para mais dois anos em 2009, com idade entre 30-32 anos, formados em graduação de comunicação, sem terem cursado mestrado (o que é possível na Argentina). Dos seis, quatro estão vinculados ao mesmo grupo de pesquisa, dirigido por Sandra Valdetaro, em torno da investigação Interfaces y Pantallas, Mapas y Territorios. Outros doutorandos, fora dessa situação, também incluídos em nossa investigação, não estão nestas reflexões, pois pretendemos, com o recorte, delimitar um quadro homogêneo de indivíduos. Neste artigo, os materiais de referência autorizada estão citados no final.

Nossa hipótese é de que esse corpus com um grau de homogeneidade permite formular um estudo de caso na medida em que as variáveis empírico-demográficas dos indivíduos e dos

² Estas reflexiones se desarrollan en el ámbito del proyecto intitulado **CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA - Análisis de investigaciones en curso, con base en criterios epistemológicos para desarrollos reflexivos y praxiológicos en la investigación en Comunicación (CAPES/PROCAD, 2007)**. Se insertan también en el ámbito del proyecto **Matrices epistemológicas del campo de la comunicación en las investigaciones sobre la mediatización (CNPq/Unisinos)**. Becarios de IC: Cassiana Gorgen (FAPERGS) e Rita Allgayer (Unibic). Está en diálogo con algunas discusiones del área (Compós, Procad, Prosul y en el propio seminario) y con mi **formación posdoctoral, en la UNR-Argentina (CAPES/MINCYT)**. Agradezco en particular a las contribuciones del mi supervisora, profesora. Sandra Valdetaro, del profesores Roberto Retamorso y Luis Baggiolini (por sus aportes relacionados al pensamiento de Peirce) en el transcurso del seminario Epistemología de las Ciencias del Lenguaje, y a la profesora Natalia Raimondo Anselmino por la interlocución esclarecedora sobre tópicos abordados en ese seminario.

contextos são aproximadas e, por isso mesmo, permitem reflexões singulares – a construção de um caso - a partir um contexto teórico que desenvolvemos há alguns anos (em torno dos conceitos de campo epistemológico, método e da mediação como objeto de investigação). O termo “explorações” no título indica esse lugar deste texto, que é o de construção do caso considerando as especificidades demográficas dos indivíduos em estudo.

A metodologia dessa pesquisa empírica abrange análise de documentos, entrevistas individuais com os autores sobre as investigações observadas.

O primeiro passo é a leitura dos projetos de ingresso dos doutorandos, e, quando disponibilizado, de planos de trabalho dos mesmos. O foco da leitura são as hipóteses enunciadas de forma textual, e identificação, no texto, de sua relação possível com teorias explicitadas no corpus do projeto e com dados preliminarmente analisados. Observamos especialmente se as hipóteses são aplicações dessas teorias (do tipo: se a teoria afirma que A implica em B, o pesquisador se propõe a verificar no corpus que eleger, a ocorrência da relação de implicação entre A e B), ou se estão inseridos nas tensões e lacunas entre teorias enunciadas, ou ainda se resulta de observação de dados preliminares, entre outros ângulos possíveis de observar dessas questões preliminares.

Essas leituras e pré-análises são seguidas de entrevistas. As entrevistas seguiram um mesmo padrão. Preliminarmente, apresentamos aos doutorandos as referências teóricas da pesquisa que realizamos. Para eles, conhecedores de Peirce, e especificamente da discussão sobre o método, o compartilhamento dos conceitos com os quais estamos trabalhando foi imediato. Depois, a entrevista continua com nosso resumo do projeto, conforme a leitura que realizamos. Trata-se, num primeiro momento, de convergir compreensões entre a leitura realizada, o texto, e o reconhecimento por parte do doutorando de que a nossa compreensão converge com a sua, de que “estamos falando da mesma coisa”.

Num segundo momento, explicitamos, de forma oral, para o autor, algumas hipóteses prévias sobre as hipóteses do projeto escrito. Essas hipóteses que apresentamos sobre as hipóteses dos doutorandos são do tipo: “suas hipóteses partem de tais teorias...”; “seu projeto foi construído sem análise de dados preliminares...”; etc. Essas sugestões tem o sentido de desencadear uma conversação, aí sim, tensionada entre as nossas interpretações e as interpretações do autor

sobre o seu projeto. A intenção, aqui, é observar as crenças do pesquisador, tomando como eixo articulador as hipóteses dos projetos analisados.

Como as entrevistas foram abertas, com um roteiro mínimo, demarcado pelas sugestões que fizemos sobre as hipóteses dos projetos investigados, novas questões surgiram no decorrer de cada entrevista. Essas novas questões geraram elementos práticos operacionais de acompanhamento do tipo: pertinência com a pesquisa em andamento e homogeneidade do corpus em análise.

A pertinência foi equacionada com a ampliação do escopo do contexto reflexivo de análise. Assim, o contexto reflexivo, que apresentamos a seguir, se ampliou para além dos aspectos diretamente vinculados as questões preliminares deste artigo: a reflexão específica sobre o método (a construção de hipóteses conforme os argumentos dedutivo, indutivo e abduativos) foi ampliada à reflexão das relações do método com a problemática do campo de conhecimento (os contextos de produção, contratos e disposições discursivas). Isso porque, nas respostas, observamos a ocorrência de referências, em todos os depoimentos, a determinadas condições de produção de conhecimento. Inúmeras conversas informais também foram realizadas, visando consolidar percepções sobre esses contextos. Várias questões novas surgiram nessas angulações produzidas a partir das respostas: Como os contratos institucionais e discursivos condicionam a construção de hipóteses? Como as condições de produção afetam o método? Quais os movimentos dos doutorandos-pesquisadores para explicitarem suas perspectivas individuais perante esses contextos?

A homogeneidade (similaridade nas categorias de análise) foi encaminhada através dos processos de envio do diário das entrevistas realizadas aos entrevistados. As anotações desses diários, individuais, relativas a cada doutorando, foram enviadas a cada um, respectivamente, visando também a concordância entre o registro e as respostas dadas pelos doutorandos. Cada doutorando, sempre que necessário, fez correções nos registros. Simultaneamente, solicitamos esclarecimento de alguns pontos que consideramos necessários. Esse movimento metodológico visa a máxima fidelidade possível às entrevistas realizadas sem utilização de gravador, e, também, correções por partes dos entrevistados (do tipo, “não é isso que eu

disse”, ou “aqui, me equivoquei”, ou “prefiro que isso não seja publicado”, “aqui, é importante agregar o seguinte...”, etc.).

Os problemas éticos envolvidos na pesquisa nos levaram a separar a reflexão sobre as condições de produção (que abordamos como um discurso genérico sobre elas, preservando assim o anonimato de fontes) e as análises dos projetos individuais (aos quais fazemos referências na medida da necessidade de esclarecer nossas reflexões). Finalmente, é importante destacar que não pretendemos, com nossas reflexões, “normatizar” a investigação empírica, mas refletir sobre ela a partir do fazer dos investigadores.

2. Contexto reflexivo

O contexto reflexivo preliminar que mobilizamos para responder aos encaminhamentos metodológicos acima são nossas formulações sobre o método – dedução, indução e abdução - enquanto argumentação em torno de três proposições – regra, caso e resultado -, cujas articulações matriciais (Ferreira, 2009) não nos permitem falar em estágios da construção do conhecimento em campos científicos – tipo, primeiro isso, depois aquilo, mas em múltiplas operações argumentativas, que se sobrepõem em formatos fractalizados, paralelos e em conexões imprevisíveis, conforme os indivíduos pesquisadores, situados em determinadas condições de circulação do conhecimento no campo epistemológico da comunicação.

Uma regra pode ser tanto uma proposição teórica adotada a partir de algum autor, como pode ser uma proposição teórica construída pelo investigador a partir de suas análises empíricas preliminares (pesquisa exploratória). Em nossa formulação, o ponto de partida desses esquemas e estruturas é o ‘sujeito epistêmico’ sugerido pela psicologia cognitiva piagetiana. Essas construções são apreciadas historicamente e socialmente em confronto com outros esquemas e estruturas interpretativas consolidadas em teorias e conceitos.

Os resultados são desde informações sobre o empírico até formalizações em grupos de dados (agrupamentos categoriais empíricos). A organização de informações em dados, as relações estatísticas entre eventos agrupados empiricamente, etc., em si, não propicia interpretações no sentido teórico e conceitual. Essas sempre resultam de um ‘salto’ relativamente aos processos

demográficos (organizados enquanto categorias) de qualquer fenômeno, incidindo sobre o lugar que cada unidade em análise ocupa nas categorias em construção.

A constituição do caso pertence ao nível de concretizações, em que as proposições (próprias ou de outros) se articulam reflexivamente aos resultados (informações e agrupamento categoriais de dados). Os casos são, em nossa perspectiva, o momento mais delicado, criativo, e inovador, de uma investigação.

A pesquisa empírica deve abranger os três tipos de proposições (regras, casos e resultados). Uma hipótese que parta de um caso constituído (a partir de uma pesquisa exploratória) é de tipo mais abduativo; que parta de teorias constituídas, mais dedutiva; e de dados e informações, mais indutiva. Afirmamos “mais” porque não há um tipo de argumentação (dedutiva, abduativa e indutiva) que ocorra de forma “pura”. Se o processo é matricial, cada forma de argumento, mesmo quando constituído em hipótese de uma investigação, está em relação com os outros e é uma resultante de conclusões os outros dois. Essas reflexões fundamentaram nossas hipóteses sobre os documentos lidos, onde buscamos, nos mesmos, marcas de processos argumentativos (dedutivo, indutivo e abduativo).

Por outro lado, mobilizamos nossas formulações sobre o conceito de campo epistemológico (Ferreira, 2004, 2007) como resposta reflexiva as referências feitas pelos entrevistados sobre as condições institucionais de formulação de suas pesquisas, articulando-as com as perguntas centrais (relativas ao método na construção de hipóteses). Nossa reflexão é de que a hipótese é central na construção de conhecimento novo. É o momento em que as crenças são renovadas, transformando o habitus, criando novas possibilidades de interpretação no interior de um campo acadêmico.

Este processo de transformação resulta num aumento do grau de liberdade do pensamento individual social, liberando-se de sistemas classificatórios de cunho ideológico, dentro e fora do campo acadêmico (tipo: ideologia-habitus de ofícios midiáticos, ou sistemas de interpretação transformados em ideologias no interior do campo acadêmico). Porém, esses graus de liberdade estão acionados e condicionados por determinados habitus, condições sociais de produção e estratégias (estas mesmas se constituindo num mix entre o indivíduo psicológico e os sistemas sociais de interpretação compartilhados). O método aparece aí como uma operação de distinção entre reprodução e construção social do conhecimento.

3. Movimentos epistemológicos em casos analisados

Neste item listamos os movimentos identificados nos projetos analisados e entrevistas realizadas. São nossas sínteses de análise empírica, descritiva, com base em agrupamentos. O que organiza essa análise são nossas formulações sobre o método e campo epistemológico em conexão com as perguntas iniciais e nas construídas no decorrer do percurso de nosso estudo.

1. Um dos movimentos que identificamos é de hipóteses que mobilizam as lacunas de teorias de outras ciências sociais sobre o objeto percebido. Mesmo sem explicitação na esfera discursiva, **há um conjunto de operações indutivas-abdutivas** implícitos, reveladas nas entrevistas. São estas operações que permitem **identificar lacunas nas teorias mobilizadas**, nas quais se situa a construção do objeto pelo ângulo comunicacional. A hipótese se ergue em torno desse, em tensão com perspectivas de outras ciências sociais.

Esse é o caso da hipótese sugerida por María Cecilia Reviglio (REVIGLIO, 2008) em seu projeto de tese de doutorado tem essas características. Sua gênese, considerando o dito em entrevistas, decorre de um processo abdução-indutivo. A hipótese surge de sua prática docente na UNR com alunos recém ingressados. Observa que esses discentes não são adaptados ao âmbito da comunicação científica. Diz ela que era um problema muito regular, homogêneo, de dificuldade de se adaptar ao discurso científico. Busca, então, respostas preliminares a isso na literatura. Identifica três perspectivas: primeira, a partir das tecnologias, juventude e linguagens (“que no aborda el tema del discurso académico o científico”); segunda, de construção de dialetos de grupos através da linguagem; terceira, “las de la “alfabetización académica”, desde la lingüística o las ciencias de la educación”. Essas perspectivas não se encontravam unidas em uma determinada investigação sobre o tema. “Es decir, los estudios sobre la problemática del lenguaje académico no tiene en cuenta la influencia / presencia de las nuevas tecnologías en las prácticas discursivas de los jóvenes”, diz ela. Alguns enunciados do projeto de tese explicitam essa problemática:

Si bien la problemática del uso del lenguaje por estudiantes universitarios ha sido largamente investigada, ninguno de estos estudios se ha centrado en la influencia del lenguaje de las tecnologías de la información y comunicación, elemento central en la primera generación educada en entornos digitales (REVIGLIO, 2008, p. 2)...

Anunciando assim sua hipótese:

Las prácticas discursivas de los ingresantes están atravesadas por los códigos de las TICs y esto produce un desfase con los códigos del género académico que da lugar a crecientes conflictos de comunicación (REVIGLIO, 2008, p. 6).

Percurso similar identificamos em Juan Manuel Sodo (SODO, 2008). A fonte de sua hipótese é sua condição de torcedor de futebol, suas leituras sobre o esporte, e sua paixão pelos signos. Diz que sua hipótese nasceu de uma intuição, em 2005, e de leituras. Não tinha, ainda, a menor idéia que na academia se podia estudar o futebol. Pensava que somente o jornalismo poderia falar do futebol. Um amigo lhe deu um livro de Pablo Alabarces, investigador do CONICET. Era licenciado, todavia não sabia o que fazer. Quando ganhou o livro enviou um email para Pablo Alabarces. Alabarces sugere que apresente um projeto para concorrer a uma beca de investigações. Alabarces é co-orientador de seu projeto, aprovado em concurso de tese de 2006, do CONICET. Considerando que a banca de avaliadores pertence a sociologia, campo onde o diretor de tese é reconhecido, a diferenciação em relação às ciências sociais entretanto foi um ato de coragem epistemológica.

O contexto teórico de questionamentos nasce da identificação de lacunas nas ciências sociais a partir do **deslocamento do objeto empírico demandando uma nova interpretação**:

Circunscripta en Argentina a una socio-semiótica del deporte a la construcción histórica que de los hinchas nacionales han propuesto el cine (Alabarces, 2002) y la prensa gráfica deportiva (Conde, 2005), el interrogante por la mediatización de las pantallas es la relación vincular que nos convoca (“prácticas de sociabilidad” / producción de “ambientes de violencia”), y surge entonces como otro vacío teórico a considerar (SODO, 2008, p. 4).

Para sugerir que:

De hecho, es parte de una de nuestras hipótesis, las novedades en la construcción televisiva del fútbol argentino de primera división acontecidas desde fines de la década de 1990 con el tiempo han

introducido modificaciones en las “prácticas de sociabilidad” mismas de los hinchas, configurando la emergencia de un “hincha mediatizado” o “hincha espectacular” (SODO, 2008, p. 6).

Mas, justificando sua audácia, diz que essas hipóteses são válidas somente na medida em que dizem algo de novo. Em Sodo, o processo de tese mantém o objeto construído na seleção de 2006, com atualizações cada vez mais refinadas, que retomam de forma mais precisa a proposta de como a midiatização produz outro lugar de interpretação da violência vinculada ao futebol, relativamente às análises feitas pelas perspectivas sócio-antropológicas.

2. Este movimento parte de teorias reconhecidas como singulares ao campo epistemológico da comunicação, e adota, em relação a elas, uma postura dedutiva explícita. Mas tem um implícito indutivo-abdutiva, que tensiona os processos de reconstrução.

Esse é o caso do projeto de Natalia Raimondo Anselmino (ANSELMINO, 2008) tem suas referências no campo teórico da comunicação. O jogo se faz entre autores reconhecidos no campo. Suas hipóteses estão enunciadas assim:

Las estrategias de los periódicos “en línea” para con su público lector se concentran principalmente en la disposición de los espacios de intervención del lector.

Un aspecto central de las estrategias mencionadas consiste en canalizar los “afectos” del público, más que apelar a una intervención racionante del mismo.

El contrato de lectura en los diarios digitales es particularmente inestable, porque se ve constantemente alterado, tensionado y redefinido por la participación del lector que efectivamente emerge en la interfaz del diario.

El uso de los espacios destinados a la participación de los lectores se distancia, tendencialmente, de los esperados por el medio (ANSELMINO, 2008, p. 9).

Essas hipóteses expressam regras interpretativas identificáveis nos autores mobilizados em contexto e referências teóricas. A proponente se anuncia, em seu projeto, como adepta de um método abductivo. Entretanto, o formato discursivo do projeto é dedutivo, pois suas hipóteses são regras de interpretação fundadas em autores revisados, escolhidos, o que implica inclusive em adoção de objetos empíricos de investigação compatíveis com estes enunciados. Esse foi, inclusive, o ponto de partida de nossa entrevista.

Perante minha sugestão de que seu método é dedutivo, sua resposta é de que teria preferido desenvolver sua hipótese a partir de suas abduções. É no decorrer da entrevista que essa possibilidade se explicita. Sua hipótese, não revelada, oculta, seria sobre as formas de participação do leitor em jornais online, mais especificamente de como ocorre o *mise en scène* dessa participação em dispositivos.

A origem dessa hipótese oculta (porque não explícita no projeto analisado) está em sua vida de pesquisadora e profissional, simultaneamente. Recorda que participava de uma investigação sobre imprensa diária. O objeto eram os indícios do contato do diário com o leitor. Em determinado momento, colocou-se a opção de estudar diários digitais, ou de papel. Foi designada para a imprensa digital, considerando sua experiência como designer no site da Municipalidade de Rosário. Quanto começou a trabalhar, profissionalmente, no mercado, não tinha participação do leitor, eram poucos os dispositivos. Foi acompanhando a construção desses dispositivos. O aspecto central de sua hipótese, ‘apagado’ no texto, é, então, revelado: as estratégias de *mise en scene* de páginas dos espaços de intervenção dos leitores (identificamos aqui regras que nascem de um corpus de experiências pessoais – um eu – perante determinados resultados – uma massa de informações).

3. O terceiro movimento se caracteriza pela busca de articulações entre teorias sociais e teorias da comunicação, colocando os dois campos em jogo, partir de métodos dedutivos. As abduções são mobilizadas paulatinamente, passando a ocupar uma função central na investigação.

É o caso do projeto de Pablo Colacrai (COLACRAI, 2008). Esse é uma articulação entre um lugar filosófico assumido e o de pesquisador que parte de abduções empíricas. A memória como objeto tem uma fonte literário-filosófica. Foi a leitura de “Sobre utilidade e os prejuízos da história para a vida”, de Nitzche, e “Funes, o Memorioso”, de Jorge Luis Borges, que o leva a paixão pelo estudo da memória como tema. Suas leituras ganham contornos comunicacionais em seu trabalho de conclusão do curso de graduação. Neste momento, estuda como as sociedades registram suas memórias conforme as tecnologias de comunicação.

Suas hipóteses para o projeto de tese, entretanto, surgem da visualização de spots de campanhas eleitorais. Diz ter percebido ali, já “contaminado” por diversas teorias sobre, que as referências ao passado tinham a função de construir amplos coletivos, como de nação, por exemplo, retomando-as no presente. **Este momento, que concordamos ser abduutivo, passa a orientar o desenvolvimento de seu trabalho.** As teorias do campo da comunicação são vistas como respostas às lacunas percebidas nas ciências sociais:

Como ya se afirmó, a pesar de que el problema de la memoria colectiva –o social– ha sido trabajado por diferentes áreas del conocimiento, no se ha logrado aún un marco conceptual satisfactorio que otorgue respuestas concretas a la relación entre los recuerdos individuales y los procesos de rememoración grupal. El presente proyecto abordará la temática desde una perspectiva socio-semiótica que permitirá un acercamiento a la circulación de los discursos sociales acerca del pasado.

En el marco del análisis de la discursividad social seguiremos los postulados de Verón (1987) quien entiende a la semiosis como la “(...) red interdiscursiva de la producción social de sentido”. De esta manera, todo análisis del discurso implica extraer un fragmento de esa red e intentar reestablecer sus condiciones de producción o los procesos de reconocimiento. La sociosemiótica sostiene una definición amplia de discurso, entendiéndolo no sólo en su materia lingüística, sino como cualquier conjunto significativo, esto le permite acceder a paquetes compuestos por textos, imágenes, sonidos, etc (COLACRAI, 2008, p. 6).

Em sua revisão da literatura, Pablo identifica que os estudos sobre a memória não consideram de como a “mídia” trabalha a memória. Os materiais midiáticos, quando tomados, são apropriados em perspectivas psico-sócio-antropológicas. Por outro lado, tem um pressuposto comunicacional muitas vezes unidirecional, tipo teoria hipodérmica. Ou seja, não problematizam o discurso da mídia. É nesse momento que mobiliza teorias de produção, recepção e circulação, em particular Verón, para falar de mediatização da memória e da política, simultaneamente, para entender os spots políticos. O lugar privilegiado da mediatização da memória, ele credita às transformações das sociedades modernas, pós-fordistas, fragmentadas pela divisão do trabalho, gerando diferentes passados, em decorrência da divisão sócio-técnica da experiência.

O contexto teórico das ciências sociais também fica explícito no projeto de Tomás Lüders (LÜDERS, 2008) quando ele adota, como ponto de partida, a teoria dos campos de Bourdieu, a qual agrega as reflexões sócio-semióticas:

En la medida en que el fenómeno que estudiemos se produzca dentro de sociedades complejas con especialización en sus funciones y distribución asimétrica del poder social, se dará por supuesto que los mecanismos de funcionamiento de lo social se distribuyen en campos sociales (Bourdieu, 1997), de los cuales dichos mecanismos obtienen la especificidad de sus efectos sobre el conjunto de la sociedad, es decir sobre el conjunto de los campos sociales. Al mismo tiempo, si entendemos que toda práctica social es portadora de sentido (Verón, 1998) entonces todo campo social puede ser abordado a su vez como campo discursivo (LÜDERS, 2008, página 7).

Entretanto, busca as lacunas não nas teorias sociais sobre o tema (como em Reviglio e Sodo), mas sim nos estudos sobre mídia e política:

Si bien la relación entre medios de comunicación y sistema político ha sido ampliamente abordada, no hay estudios significativos que analicen la influencia del discurso de medios de comunicación sobre las estrategias políticas discursivas de construcción de legitimidad en el contexto propuesto, y particularmente en el caso abordado (Gobierno de Néstor Kirchner), cuya centralidad social y política fundamenta su elección (LÜDERS, 2008, p. 2).

Entretanto, as hipóteses em seu projeto foram enunciadas em conformidade, por homologias, com as regras interpretativas dos autores mobilizados:

-Los medios de comunicación periodísticos son construidos como destinatarios negativos por el enunciador Néstor Kirchner cuando son caracterizados en su discurso como críticos con su gestión de gobierno.

-La estrategia discursiva de Néstor Kirchner utiliza los dispositivos tecnológicos de los medios intentando romper con los condicionamientos que impone la mediatización al discurso político (LÜDERS, 2008, p. 4).

Sua postura dedutiva assumida o coloca em situação de buscar convergências e divergências com as teorias mobilizadas. Ou seja, sua tese inicial mais dedutiva e sem muita flexibilidade para abduções do autor, ficava fechada em enunciados que replicavam regras de interpretação já autorizadas por autores reconhecidos. Entretanto, seu projeto ‘evolui’ em direção a hipóteses mais complexas, instigantes, que demanda inclusive novas formulações teóricas relativamente às de partida, mesmo que as mobilizando. **Essas hipóteses se aproximam de sua experiência de vida, onde, como assessor parlamentar e militante de partido municipal, construiu algumas “hipóteses práticas” sobre as estratégias em jogo entre os**

agentes do campo político e o campo das mídias. E um processo aproximativo a lugares abduativos, que ultrapassam os lugares de acomodação a demandas institucionais exógenas aos pensamentos em construção. Em projeto atualizado, esse “amadurecimento” pode ser identificado:

se puede postular la **hipótesis** de que el discurso del enunciador NK ha construido a los medios más críticos hacia su gestión y hacia la gestión de CFK como sujetos antagonistas políticos privilegiados dentro de su estrategia de construcción de identidad política colectiva, antes que como destinatarios mediadores. A su vez, se sostiene la hipótesis de que a medida que el enunciador NK mencionaba en sus enunciaciones públicas al grupo Clarín como sujeto antagonista (dada la aparición en el discurso del mencionado grupo multimedia de argumentaciones críticas a su rol como líder político, particularmente el diario de dicho grupo), el enunciador diario Clarín fue modificando su estrategia de vinculación con su lectorado recurriendo modalidades enunciativas cercanas a las del discurso político, haciendo de la construcción de NK como contra-destinatario parte central de dicha estrategia (LÜDERS, 2009, 2009, p. 4).

4. O quarto movimento identificado tem âncora forte no âmbito das ciências sociais. A reflexão dedutiva se articula com percepções evidentes, mas não problematizadoras do real (hipóteses que confirmam o observado, ficando mais próximas a evidência probabilística, sem constituição de caso na medida em que não propõe interpretações articuladas com o que se vê).

Soledad Ayala (AYALA, 2008) é esse caso. Sua hipótese não nasce de uma experiência profissional em torno disso. Nasceu mais de seu lugar de leitora, e de observações. Leitora que usa a Web para consulta bibliográfica, que não fica restrita ao uso do suporte papel. Que observa os contextos e comportamentos. Viu que amigos em formação em outros campos científicos fazem consultas regulares em materiais bibliográficos na Web, mas, observando práticas em seu campo, e comparando com discursos institucionais sobre o uso de tecnologias, percebeu tensionamentos sociais em torno dos usos e apropriações das tecnologias que quis investigar. Sua primeira formulação tem um forte recorte nas teorias dos campos, combinados com as observações citadas:

a- El modo de readaptación de las prácticas previas de los estudiantes en entornos digitales depende de la relación que mantengan con la tecnología, de su capital económico, cultural, y según lo requerido por las carreras universitarias.

b- Existe un mayor uso de los procesos de búsqueda, selección y lectura del material académico en soporte digital en las carreras de las ciencias exactas debido a que el material publicado es constantemente actualizado como resultado de las innovaciones en los campos.

c- La ausencia de una política pública tecnológica nacional referida a la educación en el nivel superior no promueve el acceso, uso y consulta de material académico en soporte digital (AYALA, 2008, p. 8).

A crítica de que essa formulação replicava o observado (feita pelos pares), e não se tratava de uma proposição de hipótese, produz um tensionamento. A desobstrução vem através de um contato, com um recém doutor “que pesquisa o que ela queria pesquisar”. Isso produziu uma retomada de seu projeto original, refazendo as hipóteses:

Podemos hipotetizar entonces que las prácticas de lectura actuales poseen rasgos de complementariedad según la necesidad: saltan del papel a los bits, y en esta articulación crean procesos de transacción, negociación, colaboración y resistencia en el consumo del material leído y en su soporte, como un modo específico de adueñarse de los productos culturales y tecnológicos que la sociedad produce. En la elección del soporte y en la selección del formato de los materiales educativos, y en la interacción con la interfaz o en el contacto con el papel, reside un valor cognitivo para actuar significativamente en la vida social (AYALA, 2009, p. 2).

Essa hipótese, entretanto, não a afasta da forte referências em ciências sociais (De Certeau, Foucault, Bourdieu, entre outros). Sua inflexão ainda deve se acentuar com a adoção, como núcleo de sua tese, da teoria sobre a construção social da tecnologia, agregando elementos da sócio-semiótica.

4. Os contextos de produção

As condições de produção aqui resumidas não resultam de uma pesquisa sistemática. Não é este o objeto deste artigo. Elas são referidas na medida em que ganharam relevância nas entrevistas realizadas. De forma espontânea, todos os entrevistados remeteram a essas condições. Essa remissão foi mais ou menos politizada, percebemos posteriormente,

conforme as estratégias de cada investigador, e inclusive a eficácia simbólica dos mesmos na configuração e condução de suas pesquisas no decorrer de seus doutorados.

As condições principais que podem ser integradas ao espaço discursivo compartilhado, relativo às condições de produção, são:

1. Hegemonia das “ciências duras” sobre as ciências sociais, e ausência, no âmbito das últimas, de carreiras específicas de investigadores em comunicação, o que resulta num processo exógeno de seleção e avaliação dos projetos (no terceiro ano de doutorado, para renovação da bolsa por mais dois anos), por sociólogos, antropólogos, etc.
2. Formato de apresentação de projetos para seleção e avaliação rígidos, e concepções metodológicas desenhadas conforme paradigmas das disciplinas hegemônicas do CONICET.
3. Separação da carreira de investigador (CONICET) e de docência, incluindo a formação de doutores e mestres, gerando uma dissociação desses dois processos;

Nesse sentido, o que assegura o deslocamento é o processo formativo (seminários teóricos e oficinas de tese). Porém, mesmo este espaço está, na UNR, institucionalmente vinculado a Faculdade de Ciências Políticas e Relações Internacionais, onde funcionam cinco doutorados (Comunicação, Relações Internacionais, Trabalho Social e Ciência Política).

5. Conclusões

As hipóteses dos projetos de pesquisa em comunicação analisados podem ser sintetizados conforme os dois principais movimentos metodológicos que utilizamos (análise de documentos e entrevistas).

Nos documentos escritos (os projetos), é visível a predominância dos argumentos dedutivos na construção de hipóteses. A predominância do argumento dedutivo é observável através de duas marcas. Uma, nas hipóteses que replicam, em seus enunciados, proposições teóricas de autores reconhecidos. O outro lado da moeda, é a fragilidade do argumento indutivo e abduutivo, em termos discursivos, observável na ausência, nos projetos observados, de

resultados preliminares, ou seja, de informação e de dados agrupados sobre o objeto empírico a ser investigado, e da construção do caso.

Porém, apenas a análise da hipótese explicitada discursivamente não resolve nossa questão central (Como os métodos dedutivos, indutivos e abduativos são acionados na construção de hipóteses?). Essa conclusão – de predominância do argumento dedutivo - se altera na medida em que acionávamos o segundo movimento metodológico (entrevistas). Nas entrevistas, descobríamos hipóteses ocultas, cujas fontes estavam em “experiências” de vida (Sodo e Ayala) ou profissionais (Anselmino, Lüders e Reviglio), sem recorrência a modalidade “pesquisa exploratória”. Todos, invariavelmente, têm observáveis nessas experiências, mas temos também observações empíricas não explicitadas, em Colacrai Ayala, que situa os observáveis (os spots) como resultados que mobilizam sua problemática (e nesse sentido, são sintomas de um caso).

Nesse sentido, as hipóteses enunciadas nos projetos escritos analisados não expressam, necessariamente, as crenças do pesquisador. Caracterizam-se muito mais por serem crenças sugeridas, decorrentes de teorias conhecidas. Essa relação entre crenças individuais e hipóteses de pesquisa, entretanto, não é transparente. Não se trata aqui da ausência de transparência em decorrência de um mecanismo discursivo (do tipo: o discurso nunca é transparente, ou seu sentido só se explicita em atos seqüenciais de linguagem, dependendo da interação dos interlocutores). O sentido cognitivo-argumentativo se caracteriza exatamente por uma antecipação de seqüências argumentativas, ao contrário dos discursos instrumentais (muitas vezes dissimuladores, em especial tratando-se de sedução e desejo) e estéticos (polissêmicos, onde o sentido está sempre aberto a um jogo de interpretações). Nesse sentido, a ausência de transparência é resultante de um inconsciente cognitivo não revelado.

Ou seja, nossa metodologia permitiu verificar que as hipóteses têm elementos mais ou menos inconscientes, não revelados, que se manifestam de forma convergente ou até mesmo divergente, em relação às teorias autorizadas mobilizadas no projeto de investigação. Nossa hipótese sobre essa defasagem nas hipóteses dos projetos analisados, indica que trata-se mais de ausência decorrente da distancia entre um lugar pretendido de produção de conhecimento – comunicação – e os contextos institucionais “dominados” por outras ciências sociais,

incluindo os contratos sobre formatos discursivos de projeto de investigação, o que se manifesta em textos, em contratos, em rotinas formativas e investigativas.

Isso nos remete a duas outras questões apresentadas no início deste artigo (As hipóteses são desdobramentos de teorias sociais e de linguagem? Qual o campo epistemológico que produz essas teorias mobilizadas?). Os movimentos observados indicam fortes relações entre as hipóteses dos projetos (em análise, neste artigo, a partir de nossas formulações sobre o método) e a problemática de autonomia do campo epistemológico da comunicação. Concluímos que é interessante problematizar como essas condições de produção afetam a construção da investigação, em especial as hipóteses, em decorrência de uma inserção formativa de pós graduação no âmbito de outras ciências sociais, dissociação entre formação e instituição avaliadora, sendo essa hegemonizada por ciências duras e outras ciências sociais, sem carreiras específicas de comunicólogos. Isso se expressa nos projetos abordados neste artigo.

Ou seja, nas entrevistas, mesmo sendo individuais, percebemos que há um discurso de que as dificuldades em manifestar as fontes das hipóteses ocultas, fontes mais individuais, decorrem das condições de hegemonia dos processos de seleção e avaliação dos projetos, onde a ausência de comunicólogos faz com que, de forma que chamamos de acomodaticia, se diga o que “o inglês quer ver”. Daí a força de uma organização discursiva, em projetos, em formatos dedutivos, apesar da força da abdução subjacente a construção do problema de pesquisa. Fortalecidos pelo processo formativo, os investigadores vão ganhando coragem de arriscar, superando, sem dúvida, obstáculos epistemológicos. A superação do “medo epistemológico” é também a revelação do indivíduo, que arrisca sua liberdade intelectual perante aos condicionamentos institucionais, para se mostrar, negociando, deslocando, e se apaixonando, caso tenha sucesso em seus movimentos.

Entretanto, todos os projetos situam as suas problemáticas no jogo teórico entre os objetos e problemas de outras ciências sociais, situadas como insuficientes para dar conta do “novo”, e os ângulos e enfoques que localizam as relações tecno-sócio-semióticas, que consideramos comunicacional e midiática. Portanto, apropriar-se nas heranças das ciências sociais e da linguagem aí não desfaz o valor para a construção do campo. Pelo contrário, a maioria dos

projetos responde a determinadas condições de produção, e , simultaneamente, aposta num lugar próprio, em um movimento em que podem predominar as teorias reconhecidas na área da comunicação (Anselmino, Reviglio, Sodo e Colacrai), ou um jogo polêmico entre teorias de diversos campos (Lüders e Ayala), mas em torno dos mesmos ângulos de problematização (relações de comunicação mediadas por processos tecno-sócio-semióticas).

A descoberta individual, por sua vez, não assegura que os vícios decorrentes dos processos dedutivos e indutivos “puros” deixem de funcionar na pesquisa. Os processos de categorização dos processos sociais e de comunicação como “coisas”, mesmo quando fundados em categorias originais, resultantes do ato criativo do pesquisador, é de uma espécie de condensação dedutiva-indutiva que leva a classificações, estatísticas e probabilísticas improdutivas no sentido da interpretação, problematização e construção de hipóteses. Estabelece-se, nesses casos, uma relação tautológica com o próprio pensar, agora reificado como solução. A ideologia, aí, não é dos contextos de produção, mas dos indivíduos, que reificam o próprio pensar, numa espécie de egocentrismo cognitivo.

Essas relações analisadas indicam que o método não é esfera lógica abstrata em relação às condições sociais de produção e disposições discursivas dos agentes envolvidos na investigação. O social está entranhado no método, num movimento inercial e reprodutivo de conhecimentos constituídos (transformados em ideologias interpretativas). Os contratos discursivos (formatos de projeto), a autonomia do campo em relação aos campos científicos “duros” e das ciências sociais e da linguagem, os métodos aí praticados, incidem sobre os métodos mobilizados na área da comunicação, considerando o corpus analisado como um caso. Sendo assim, diferentes corpus de projetos deve propiciar a descoberta de outros movimentos em termos de construção das hipóteses conforme os métodos mobilizados.

Ao mesmo tempo, o método, no sentido lógico, é o caminho de construção do conhecimento novo. Sendo o método uma rede de operações matriciais (conforme nosso contexto reflexivo), o argumento dedutivo, quando isolado, perde a sua força, como pode se revelar nos projetos analisados textualmente. Isso não significa que o pesquisador não tenha subjacente a esse momento dedutivo operações indutivas e abduativas implícitas, que o movimentam, com reflexões sempre mais próximas a seus lugares de crença, caso consiga explicitá-las.

Referencias bibliográficas

FERREIRA, Jairo (2010) “Hipótesis sobre la abducción en el enredo de las argumentaciones de la Comunicación”, *La Trama*. Anuario del Departamento de Cs de la Comunicación, Volumen 14, Rosario, UNR Editora.

..... (2004) “Campo acadêmico e epistemologia da comunicação”. In: André Lemos; Angela Pryston; Juremir Machado da Silva; Simone Pereira de Sá. (Org.). *Mídia.br. Livro da XII Compós - 2003..* 1 ed. Porto Alegre: Sulina, v. 1, p. 115-129.

Materiais consultados

ANSELMINO, Natalia Raimondo. **El vínculo diario-lector en los periódicos “en línea”. Análisis sociosemiótico de los espacios de participación del lector en los diarios argentinos de alcance nacional.** Orientador y coOrientador: Luis Baggiolini e Rubén Biselli. Universidad Nacional de Rosario. Doutorado em Comunicação. 2008.

AYALA, Soledad. **Prácticas académicas a partir del uso de Internet. Un estudio de los procesos de búsqueda, selección y lectura de material académico en estudiantes universitarios durante 2009/2010.** Orientador: Prof. Luis Baggiolini. Universidad Nacional de Rosario. Doutorado em Comunicação. 2008.

AYALA, Soledad. **Prácticas de lectura en pantalla en las universidades: el uso de materiales educativos en soporte digital**”. Plan de trabajo. Universidad Nacional de Rosario. Doutorado em Comunicação. 2009.

COLACRAI, Pablo. **Estrategias discursivas de representación del pasado. Análisis de la campaña presidencial argentina del año 2007.** Orientadora: Sandra Valdetaro. Universidad Nacional de Rosario. Doutorado em Comunicação. 2008.

LÜDERS, Tomás. **Estrategias de construcción de legitimidad política en el contexto de la mediatización de lo social. El Gobierno de Néstor Kirchner (Argentina, 2003-2007).** Orientador y coOrientadora: Roberto Retamoso e Sandra Valdetaro. Universidad Nacional de Rosario. Doutorado em Comunicação. 2008.

LÜDERS, Tomás. **Relaciones interdiscursivas entre líderes políticos y diarios nacionales de referencia dominante en las sociedades mediatizadas. El caso Néstor Kirchner-diario Clarín (Argentina, 2003-2009).** Plan de Trabajo. Universidad Nacional de Rosario. Doutorado em Comunicação. 2009.

REVIGLIO, María Cecilia. **Las prácticas discursivas de los jóvenes ingresantes a la Universidad y su relación con el lenguaje académico. El caso de la Universidad Nacional de Rosario.** Universidad Nacional de Rosario. Doutorado em Comunicação. Orientadora Dra. Sandra Valdetaro. 2008.

SODO, Juan Manuel. **Prácticas de sociabilidad en grupos de hinchas del fútbol y sus vinculaciones con la producción de ambientes de violencia en torno del espectáculo futbolístico. El caso de los hinchas militantes del Club Atlético Rosario Central (Argentina).** Universidad Nacional de Rosario. Doutorado em Comunicação. Orientador: Alabarce, Pablo. 2008.

SODO, Juan Manuel. **Prácticas de sociabilidad en grupos de hinchas del fútbol y sus vinculaciones con la producción de ambientes de violencia en torno del espectáculo futbolístico. El caso de los hinchas militantes del Club Atlético Rosario Central (Argentina).** Plan de Trabajo. Universidad Nacional de Rosario. Doutorado em Comunicação. 2009.

SOBRE LAS HIPERAUDIENCIAS

Mariana Maestri

Profesora Adjunta de la Facultad de Ciencia Política y RR. II
Escuela de Comunicación Social – UNR

Directora del proyecto “Consumos y prácticas culturales: un
abordaje sociosemiótico del ámbito de la recepción”

Resumen:

El texto realiza un primer acercamiento a las transformaciones que se han dado en el ámbito de la recepción a partir de la denominada “convergencia de medios”. Si tenemos en cuenta que las habilidades comunicativa, las prácticas de recepción tradicionales, conviven actualmente con las nuevas consideramos pertinente realizar un mapa de estas últimas. Por lo tanto proponemos analizar algunos rasgos distintivos de las actuales experiencias mediáticas con las que habitualmente se encuentra las “hiperaudiencias”.

Palabras clave: *Convergencia, hiperaudiencias, recepción, mediatización, hipermediaciones*

Abstract:

The text takes a first look at the changes that have occurred in the area of reception from the so-called "media convergence". If we consider that communication skills, practices traditional reception, currently live new to be conducted with a map of the latter. We propose to analyze some features of the current media experiences with those usually found the "hiperaudiencias".

Key-words: *Convergence, hiperaudiencias, reception-mediation, hypermedia*

I

Las nociones de comunicación que van desde “acto”, “proceso”, “canal”, “mosaico”, “orquesta”, “red”, etc., se corresponden con diferentes teorías y paradigmas que intentan explicar y comprender el fenómeno comunicativo. Cada una de ellas representa también una idea particular de sujeto, actor, receptor o audiencia. El concepto de audiencia siempre ha sido motivo de debates y controversias en el ámbito de los estudios en comunicación. En general, cada vez que ha surgido un nuevo medio, se han disparados argumentos a favor y en contra sobre las posibilidades de las audiencias en relación a ese medio. Esta vez vinculado con el uso de los medios interactivos ha ocurrido lo mismo. La mirada de los investigadores se ha centrado, principalmente, sobre los individuos usuarios de la Web cayendo, en algunos casos, en una idealización de su participación activa y el desdibujamiento de los roles de emisor y receptor.

Desde mediados del siglo XX, el modelo uno a muchos que es característico de la comunicación masiva vinculada con los medios de comunicación tradicionales entra en tensión a partir de la digitalización de los mensajes y de los denominados sistemas p2p. “Si el modelo broadcasting se basaba en un emisor central, los sistemas p2p tienden a organizarse a partir de los gustos de los usuarios pero arman redes para organizar el contenido general. (Fernández, 2010:59) Las tramas lineales se entrecruzan con las tramas en mosaico.

La presencia de dispositivos comunicacionales basados en la interconexión, instantaneidad, simultaneidad y globalización de la comunicación han hecho que el esquema comunicativo tradicional basado en un modelo simple, de sentido único, emisor –receptor se modifique por el de redes múltiples en las que cada persona es el punto de inicio y de llegada de demandas y respuestas, en las que se ponen en juego las singularidades y homogeneidades que conforman esta cadena (casi infinita) de interacciones.

En el discurso académico se renueva el debate sobre el lugar de las audiencias ante estas nuevas potencialidades que brindan las tecnologías y los hábitos comunicativos desarrollados por los espectadores. De este modo, surgen diversas denominaciones que marcan la diferencia entre “los nuevos” y “los viejos” medios de comunicación y, lo que nos interesa en este trabajo, sus audiencias. La idea de un individuo aislado, pasivo pierde fuerza frente a conceptos como “actividad de la audiencia”, “públicos”, “consumidores”, “usuarios” entre otros. A medida que los “nuevos medios” se instalan se modifica la relación con sus audiencias y entre ellas.

Un factor relevante en relación al cambio de nociones, ha sido el de la *convergencia*. En 1983 era posible encontrar definiciones en las que se hacía referencia a la implicancia entre diferentes medios de comunicación anticipándose a lo que Negroponte (1995) denominaría “digitalización”.

“Un proceso llamado “convergencia de modos” está difuminando las líneas entre los medios, incluso entre las comunicaciones entre dos puntos, como el correo, el teléfono y el telégrafo, y las comunicaciones de masas, como la prensa, la radio y la televisión. Un solo medio físico

(ya se trate de cables o de ondas) puede transmitir servicios que en el pasado se proveía por un medio determinado (ya sea la radio, la televisión, la prensa, o la telefonía) hoy puede ofrecerse por varios medios físicos diferentes. Por consiguiente, se está erosionando la relación de uno a uno que solía existir entre un medio y su uso”. (JENKINS, 2008: 21)

Las audiencias, actualmente, compuestas en gran parte por los denominados *nativos digitales*¹ se han conformado en ambientes digitales interactivos y por lo tanto han adquirido una *plasticidad y elasticidad cultural y neuronal* (Barbero) que les permite desenvolverse con gran soltura entre lenguajes hipertextuales e hipermediatizados. La convergencia no sólo es tecnológica o de medios sino que también se manifiesta en el ámbito de la recepción.

Por lo tanto, “convergencia” es una palabra que logra describir los cambios tecnológicos, industriales, culturales y sociales en función de quienes hablen y de aquello a lo que crean estar refiriéndose”. (JENSKIN, 2008:14)

En este sentido consideramos que es pertinente hablar de hiperaudiencias es decir, audiencias interconectadas entre sí y con habilidades comunicativas adquiridas en el ambiente altamente mediatizado. Estas audiencias están integradas por sujetos con comportamientos migratorios, capaces de deambular por distintos dispositivos tecnológicos. La idea de hiperaudiencia intenta describir este momento de la recepción en la que los sujetos no sólo consumen sino que además utilizan las nuevas tecnologías interactivas para generar nuevos contenidos y cooperar con otros sujetos.

La noción de hiperaudiencias se desprende de la de “hipermediaciones” utilizada por Scolari en su libro *Hipermediaciones. Elementos para una Teoría de la Comunicación Digital Interactiva*. En el texto, el autor, propone sobreponernos al encanto que ejercen las nuevas tecnologías y comenzar con un análisis crítico de las mismas. “En este contexto el libro se propone analizar los procesos generados por la llegada de nuevas formas de comunicación

¹ En una entrevista realizada por la revista Ñ, Fogel, sostiene que las personas que en 1994 tenían 12 años, es decir los nativos digitales a los que se refería Rheingold, integran la primera generación que no consume más televisión que la anterior. El consumo se estabiliza. Esta es la primera vez que se registra este fenómeno desde el surgimiento de la televisión.

desde una perspectiva ecológica. Al hablar de “hipermediación” no nos referimos tanto a un producto o un medio sino a los procesos de intercambio, producción y consumo simbólico que se desarrollan en un entorno caracterizado por una gran cantidad de sujetos, medios y lenguajes interconectados tecnológicamente de manera reticular entre sí” (SCOLARI, 2008)

A pesar de que en la mayoría de la bibliografía desarrollada en relación con la temática de la comunicación digital se haya cambiado el concepto de audiencia –espectador pasivo- por el de usuario –individuo activo que navega y produce contenidos en la Red. Existe, sobre la noción de usuario, una idea peyorativa: “La misma idea de usuario está ya de por sí connota una relación parasitaria respecto a la tecnología. A diferencia del operador, el usuario desconoce el funcionamiento de los dispositivos que usa cotidianamente. Esta imagen del usuario como sujeto pasivo, a merced de las inevitables olas digitales, es a menudo compartida tanto por los filósofos ciberutópicos como por los apocalípticos de lo tecnológico.” (SCOLARI; 2008:260)

Creemos, además, que la noción de hiperaudiencia nos permite abarcar los estudios sobre audiencias previos a la convergencia de medios y que ya anticipaban algunas de las características de las audiencias post convergencia.

II

Las teorías de la comunicación de masas, como se ha dicho anteriormente, siempre se han ocupado de los receptores y es posible encontrar en los diferentes autores y paradigmas conceptos, rasgos, caracterizaciones que nos ayudan a describir lo que hoy son las *hiperaudiencias*. El uso de ciertos programas, herramientas y estrategias comunicativas es producto de un proceso de aprendizaje previo y continuo con las tecnologías vinculadas con los medios de comunicación e información.

Una de las referencias obligada es la de Marshall McLuhan y la caracterización de los medios en fríos y cálidos y el nivel de participación de las audiencias en cada una de esas categorías. La convergencia mediática ha generado medios intrínsecamente interactivos. Los sujetos

pueden interactuar con un objeto mediático y con otros sujetos. Es por esto que Internet, podría ser considerado un medio frío dada la interactividad que se da entre los sujetos que utilizan este dispositivo. La interactividad no es solamente la capacidad que tienen determinadas tecnologías para responder a las demandas de los sujetos sino, y en especial, la posibilidad que tiene los sujetos de generar y crear sus propias lecturas y recorridos.

El concepto de interactividad constituye un elemento clave en la caracterización de las hiperaudiencias. Esta noción fue desarrollada por Berners – Lee y definida de la siguiente manera: “Deberíamos ser capaces no sólo de encontrar cualquier tipo de documento en la Web, sino también de crear cualquier tipo de documento fácilmente. Deberíamos no sólo poder interactuar con otras personas, sino crear con otras personas. La interactividad es el proceso de hacer cosas o resolver problemas juntos” (BERNERS-LEE, 2000:156)

La interactividad es el factor que posibilita la “inteligencia colectiva”, es decir, la capacidad de los sujetos de formar comunidades virtuales y estimular el conocimiento a través de la colaboración y deliberación a nivel planetario.

“¿Qué es la inteligencia colectiva? Es una inteligencia repartida en todas partes, valorizada constantemente, coordinada en tiempo real, que conduce a una movilización efectiva de las competencias. Agregamos a nuestra definición esta idea indispensable: el fundamento y el objetivo de la inteligencia colectiva es el reconocimiento y enriquecimiento mutuo de las personas, y no el culto de comunidades fetichizadas o hipostasiadas”. (Lévy, 2004:19)

En concordancia con estos conceptos se encuentra el desarrollado por Rheingold, quien considera que la convergencia tecnológica repercute en la sociedad ya que las personas utilizan herramientas que les permiten adoptar nuevos formatos de interacción, coordinación y cooperación. La combinación de los ciclos de desarrollo tecnológico y su apropiación social generaron las condiciones para que existieran las *multitudes inteligentes*. (RHEINGOLD: 2004)

Estas ideas podemos encontrarlas, también, en Enzensberger (1971) quien, trató de apartarse de las miradas apocalípticas sobre los medios de comunicación anticipándose, de esta manera, a los análisis sobre las tecnologías participativas y los sistemas P2P. El autor sostiene que “una red de comunicaciones o de distribución, tan pronto sobrepasa cierta magnitud, ya no puede estar sujeta a un control centralizado” (1974:14) Por lo tanto, una red de estas características desdibuja las figuras estáticas del emisor y receptor. Los usos que se hacen de estas redes con calificados por el autor como “usos emancipadores” de los medios de comunicación.

Uso represivo de los medios	Uso emancipador de los medios
Programa de control central.	Programas descentralizados.
Un transmisor, muchos receptores.	Cada receptor, un transmisor en potencia.
Inmovilización de individuos aislados.	Movilización de las masas.
Conducta de abstención pasiva respecto al consumo.	Interacción de los participantes, feedback.
Producido por especialistas	Producción colectiva.

Fuente: Enzensberger (1974) y Scolari (2008)

Enzensberger sostiene que los medios electrónicos “están orientados hacia la acción, no la contemplación; hacia el presente, no hacia la tradición. Su actitud frente al tiempo es completamente opuesta a la representada por la cultura burguesa, la cual aspira a la posesión, esto es, duración y preferentemente eternidad. Los medios no producen objetos almacenables y subastables. Acaban por completo con la “propiedad intelectual” y liquidan la “herencia”, es decir, la transmisión de capital inmaterial, específico de clase (ibíd.:29)

Esta cita nos remite al concepto de “ser digital” de Negroponte. Para este autor “Ser digital nos proporciona motivos para ser optimistas. Como ocurre con las fuerzas de la naturaleza, no podemos negar o interrumpir la era digital. Posee cuatro cualidades muy poderosas que la harán triunfar: es descentralizadora, globalizadora, armonizadora y permisiva. (NEGROPONTE, 1995)

Si comparamos el uso emancipador descrito por Enzensberger con la caracterización de la vida digital realizada por Negroponte veinte años después, tal como lo hace Scolari (2008) obtenemos el siguiente cuadro:

Uso emancipador de los medios	Vida digital
Programas descentralizados.	Aplicaciones personales.
Cada receptor un transmisor en potencia.	Dispositivos móviles de comunicación y acceso a la red.
Interacción de los participantes, <i>feedback</i> .	Transferencia de poder del autor al lector.
Producción colectiva.	Escritura participativa en entornos virtuales.

Fuente: Scolari (2008)

Las audiencias se han habituado a la lógica hipertextual e interactividad y poseen una amplia experiencia en combinar diferentes medios en un mismo momento. Los jóvenes interactúan con todas las tecnologías que tienen a su alcance. Utilizan el teléfono celular, bajan música de Internet para su mp3, suben fotos en su blog y envían mensajes a través de facebook. Para algunos autores esto significa la fusión del emisor y el receptor.

“Los usuarios también pueden convertirse en productores de mensajes y subirlos a la web de un cibermedio. Son los usuarios quienes interactúan a partir de un diseño establecido previamente. El usuario desarrolla la interactividad con la tecnología de manera automática, con los contenidos informativos: recepción - añadidos – debates o con otros usuarios como sucede en las redes sociales. Aparece un actor comunicativo conocido comercialmente con el vocablo “prosumidor”, un acrónimo nacido de la unión de productor – consumidor, o como viene desarrollando Jean Cloutier (2001) con la denominación de “emerec”: un ser emisor-receptor”. (CEBRIÁN HERREROS, 2009,18).

Es en la Web 2.0, dadas sus características constitutivas, donde es posible demostrar mejor las características de las *hiperaudiencia* y la fusión del emisor- productos. La Web 2.0 pone su

acento en el proceso colaborativo de construcción del conocimiento, en la instantaneidad e interactividad.

“La Web 2.0 es en buena medida “la Web de la gente”, algo que en última instancia siempre debió haber sido la Web. Un espacio para la generación compartida de conocimientos, para el trabajo cooperativo a distancia y para la publicación a escala universal de todo tipo de contenidos (textos, imágenes, sonidos y videos)” (ORIHUELA; 2009: 78)

Coincidimos también en este sentido con lo dicho por Scolari “Si cada texto genera a su lector (Eco, 1979) y, por extensión, cada interfaz construye a su usuario (Scolari, 2004), puede resultar pertinente preguntarse cómo afecta la difusión de nuevas prácticas mediáticas interactivas (como navegar en la web, vivir en *Second Life* o videojugar) a los medios tradicionales. Esta experiencia de fruición hipertextual ha construido un tipo de lector acostumbrado a la interactividad y las redes, un usuario experto en textualidades fragmentadas con gran capacidad de adaptación a nuevos entorno de interacción”. (SCOLARI, 2008:5)

La consolidación de la Web 2.0, “la Web de la gente” con una interfaz más ágil y flexible, sumada a la ya existente Web 1.0, “la Web de los datos”, llevó a que los sujetos no solo navegaran por la Web, sino que además, generaran sus propias páginas, blogs, fotologs, videoblogs, etc. y participar en distintas comunidades virtuales y redes sociales.

WEB 1.0	WEB 2.0
Uno-a-muchos	Muchos-a-muchos
Producción individual / institucional	Producción colectiva
Contenidos generales	Contenidos personalizados
<i>Surfing</i> silencioso	Interacción ruidosa
Publicar	Producir

Fuente: SCOLARI (2008)

Las prácticas comunicativas desarrolladas por los individuos en este ambiente hipermediatizados también les permite entrar y salir del mundo virtual al real sin dificultad. El mundo real se superpone y se acopla con el virtual. La no presencia física de una persona es suplantada por su presencia virtual a través de la red. Se produce una interconexión entre los que están presentes y los que no gracias a la mediatización de las relaciones personales.

III

Por lo dicho hasta el momento podemos decir que el concepto de audiencias, elaborado en el marco de los medios de comunicación tradicionales, se va modificando en el intercambio generado entre los sujetos y los dispositivos digitales. Con el propósito de aportar a las descripciones de estas nuevas prácticas comunicativas hemos decidido elaborar el concepto de “hiperaudiencias”.

El intercambio cooperativo entre las personas y entre las personas y las tecnologías – la interactividad- es uno de los componentes centrales que nos permite hablar de “hiperaudiencia”. La interactividad, creemos, contribuye a formar un nuevo tipo de audiencia en la que se potencian la posibilidades de generar, modificar y crear contenidos.

Las hiperaudiencias están integradas por sujetos entrenados en el uso y consumo de medios digitales e interactivos. Sus principales características son:

- continuous feedback – instantaneidad.
- interactividad
- cambio de lo real a lo virtual
- producción a medida de cada sujeto.
- Flexibilidad en el uso de diferentes medios en el mismo momento.
- Intercambio muchos a muchos.

Como sostiene Fernández (2009) “nada nos habilita a pensar que hay una sola radio, así como no hay una sola televisión, ni un solo cine (ni qué hablar cuando nos referimos a algo así como a un metamedio tal como debería ser considerada la Internet)”.

La revista “Times”, desde 1927, designa al hombre del año –“Man of the Year”, en 1999 modificó el término “man” por “persons”. En el año 2006, el personaje del año para la revista “Times” fue cada usuario de Internet: “YOU”.

El concepto de hiperaudiencias, pretende englobar muchos otros conceptos que se han elaborado a partir de la digitalización de los medios como son los de “nativos digitales”, “generación –e”, “iPod Generation”, “Generación MySpace”, “SLG” (Second Life Generation). En definitiva cada una de las prácticas, de los modos de apropiarse y vincularse con las tecnologías.

Bibliografía

BERNERS-LEE (2000) *Tejiendo la red. El inventor del World Wide Web nos descubre su origen*. Siglo XXI, Madrid.

CEBRIÁN HERREROS, Mariano (2009) Comunicación interactiva en los cibermedios. Comunicar (en línea), vol XVII. Disponible en internet: <http://redalyc.uaemex/src/inicio/>. ISSN 1134-3478.

EZENSBERGER, H.M (1974) *Elementos para una teoría de los medios de comunicación*. Anagrama. Barcelona.

FERNANDEZ, J. L. (2009) “Broadcast yourself: ¿oxímoron o confusión entre medios?” en Revista *Comunicar* nº 33,v.XVII.

JENSKIN, *.Convergence Culture*

LEVY, P. (1992) *Le Technologie dell'intelligenza*, Bologna, Synergon.

MARTÍN BARBERO, J. “Los descentramientos del arte y la comunicación”. En, Ossa, Carlos (comp.): *La Pantalla Delirante*. Lom Ediciones, Universidad Arcis.

NEGROPONTE, N (1995) *El mundo digital*. Ediciones B. Barcelona.

ORIHUELA, José Luis, “Web 2.0: cuando los usuarios se convirtieron en medios y los medios no supieron en qué convertirse”.

RHEINGOLD, H. (2004) *Multitudes Inteligentes*. Gedisa. Barcelona.

SCOLARI, C. “Hacia la hipertelevisión. Los primeros síntomas de una nueva configuración del dispositivo televisivo”. Revista Diálogos – FELAFACS)

ESTUDIANTES Y PANTALLAS. UN CASO DE MEDIATIZACIÓN DEL DISCURSO ACADÉMICO EN EL UMBRAL DE INGRESO A LA UNIVERSIDAD.

Ma. Cecilia Reviglio

Docente de la Universidad Nacional de Rosario,
Becaria Doctoral CONICET.

Integrante del proyecto “Interfaces en Pantalla: Mapas y Territorio”

Resumen:

El trabajo presentado se propone indagar los modos de apropiación de un grupo de estudiantes universitarios de una interfaz educativa propuesta por una cátedra como tecnología de trabajo. Para ello, se trabajará con un corpus de análisis compuesto por una serie de textos escritos por los ingresantes a la carrera de Comunicación Social de la Universidad Nacional de Rosario, como respuesta a una consigna propuesta por la cátedra en la que se pedía explorar, navegar el blog y redactar un texto que diera cuenta del recorrido realizado así como también de las impresiones que el mismo les había generado.

Los mismos serán analizados teniendo en cuenta la situación de *umbralidad* que supone el ingreso a la universidad, su pertenencia a una sociedad digital y la combinación del discurso académico y el soporte tecnológico en el que se encabalga.

Palabras clave: *Estudiantes, weblog, umbral, universidad, convergencia.*

Abstract

The presented work proposes to investigate the appropriation ways of a group of university students of an educational interface proposed by a Departmental Subject as technology of work.

For this purpose, it will be done a work with an analysis corpus composed by a series of texts written by the entrants to the Social Communication career of Rosario's National University, as response to a request proposed by the Subject, in which it was asked to explore, navigate the blog and write a text that gave an account of the done path as well as also of the impressions that had generated to them.

These texts will be analyzed bearing the in mind the situation of *thresholdness* that supposes the beginning of an university career, their belonging to a digital society and the combination of the academic speech and the technological support in which are holded up.

Key-words: *Students, weblog, threshold, university, convergence*

Introducción: De los discursos académicos en los llamados nuevos medios

En el marco de la mediatización, se insertan los llamados *nuevos medios*, “formas culturales que dependen de componentes digitales físicos para ser almacenadas, distribuidas y representadas, capacidades que están asociadas, generalmente a la computadora” (Igarza, R.; 2008: 11). Todos ellos comparten tres características básicas propias de la convergencia de medios: son digitales, interactivos y los contenidos y servicios que ofrecen están en línea,

disponibles en cualquier momento, desde cualquier rincón del globo. Mucho se ha escrito y dicho acerca del nuevo papel del receptor en estos medios. Incluso, se ha relativizado el concepto mismo de “receptor” ya que, generalmente, estos nuevos espacios de interacción suponen una distinción entre emisores y receptores mucho más difusa, al punto de desaparecer¹. Este escenario parece estar poniendo en evidencia la necesidad de indagar acerca de las formas de interacción efectivas que los sujetos realizan con los sentidos vehiculizados en estos nuevos medios. Es pertinente situar aquí la pregunta por los modos en que, por un lado, los discursos académicos comienzan no sólo a ocuparse de esta nueva forma de mediatización, sino que también empiezan a construirse en este tipo de formato². Por otro lado, la sola presencia de estos tipos textuales en los nuevos medios, coloca la pregunta acerca de las maneras en que estos discursos son recibidos por los estudiantes, nativos digitales, acostumbrados a operar en la red con textos³ no vinculados a lo educativo, sino relacionados al tiempo de ocio y de socialización. ¿Es más fácil acercarse a nuevo tipo de discurso –el académico- si se construye sobre el soporte de los nuevos medios?

De cara a esta situación, el presente escrito se propone indagar en los modos en que este sujeto particular -el estudiante que ingresa a la universidad- se relaciona con los nuevos medios en un ámbito como la universidad que le es novedoso y con objetivos que se presentan con características también novedosas –aprendizaje formal⁴. Así, se estudiará un caso particular de mediatización donde los discursos construidos resultarían un producto de la imbricación de una lógica propia de estos nuevos formatos –el weblog o blog- y el género académico didáctico. Puntualmente, se abordará el modo en que estos discursos son recibidos por los estudiantes. Para ello, comenzaremos por caracterizar en líneas generales a los ingresantes actuales a la universidad. En segundo lugar, bucaremos en la categoría

¹ Una deriva: Recuerdo ahora un texto de Kerbrat Orecchioni (1986) acerca de la cuestión de la recepción como una actividad y no como mera pasividad donde planteaba que en el marco de la Teoría de la Enunciación, se sostiene que todo receptor era al mismo tiempo un emisor en potencia. Esta idea se desdibujaría aquí, ya que el receptor no sería potencialmente un emisor, sino que efectivamente cumpliría ambas funciones al mismo tiempo.

² Este dato no resulta nada menor, dado que sabemos que la significación de un discurso no está dada sólo ni principalmente por su contenido, sino que la forma, el canal en el que circula, entre otros elementos, coadyuvan a la producción de sentido. Incluso Marshal Mc Luhan iba más allá y planteaba que “el medio es el mensaje” (Cfr. Mc Luhan, M.; 1988)

³ Entiendo “texto” en un sentido amplio, aquel que refiere a un conjunto sígnico coherente.

⁴ La novedad radica aquí en la utilización de un medio o un tipo de medio típico de socialización y recreación para el colectivo joven en ámbitos formales, típicos de la vida adulta como lo supone el pasaje por la universidad.

semiológica de “umbral” para dar cuenta precisamente de la significación del ingreso y, por último, abordaremos exploratoriamente el corpus textual propuesto.

Los jóvenes de hoy y el nido semiótico⁵ –digital- en el que crecieron

La bibliografía disponible sobre juventud es en la actualidad mucho más que vasta. Estudios sobre tribus urbanas, redes sociales, prácticas culturales, etc. pueblan las publicaciones periodísticas y académicas, específicas o de tipo generalista, desde diversas disciplinas y con variados enfoques. Resulta dificultoso decir qué es hoy la juventud, concepto usado hasta el hartazgo, impregnado de huellas de época. Asimismo, es complicado encontrar un conjunto de características que den cuenta del colectivo joven y, al mismo tiempo, de su composición heterogénea. No obstante, podemos trazar un perfil bocetado de los jóvenes que llegan por primera vez a la universidad pública para comenzar sus estudios superiores, con algunos rasgos que con mayor o menor precisión o intensidad están presentes en toda la generación.

Con diferentes nominaciones, son muchos los estudiosos que coinciden en identificar a los jóvenes de hoy en relación con la marca de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TICs). Los jóvenes actuales son parte de la primera generación nacida en la era digital, con el impacto cultural que eso supone. Esta novedad ha producido, incluso, que algunos autores diferencien la generación “before computer” de la “after computer”, al punto de considerar que es imposible abordar la vida cotidiana de las culturas juveniles “sin considerar el impacto que las computadoras, las aplicaciones de software e Internet han tenido en el entorno vital de las familias y las generaciones menores, una condición en la que estas últimas se mueven con soltura y desinhibición, un medioambiente en el que crecen sin distancias ni sospechas, sino con la evidencia indudable del dato inmediato, una suerte de segunda naturaleza que en este caso les resulta propia” (Urresti, M.; 2008: 15). En los últimos años, incluso, la brecha tecnológica se ha achicado en este aspecto. Si bien en Argentina el acceso a las TICs comenzó por los jóvenes urbanos de sectores con ingresos y nivel educativo altos, rápidamente comenzó a difundirse hasta alcanzar un nivel generalizado en jóvenes y

⁵ Debo la expresión “nido semiótico” a la Dra. Ana Camblong quien diera cuenta de ella en una clase de posgrado dictada en el año 2009 en la Universidad Nacional de Rosario.

adolescentes más allá del sector social de pertenencia⁶. Todo esto hace que el componente que diferencia a la juventud actual de las anteriores sea claramente tecnológico. La utilización de estas tecnologías de comunicación e información no sólo deja huellas en el modo singular de apropiación y utilización del lenguaje de los jóvenes de principios de siglo XXI, sino que configura modalidades novedosas de constitución de los vínculos (cfr. Reviglio, M.; 2008)

Así, términos como “Generación red” (cfr. Feixa, C.; 2006) o “nativos digitales”⁷ se han popularizado en el último tiempo para dar cuenta del grupo etéreo nacido en la era digital quienes, por lo tanto, han descubierto y aprehendido un mundo donde las tecnologías digitales balizan el ambiente. Así, estos jóvenes aprendieron a moverse con naturalidad intercambiando cotidiana y constantemente música, imágenes y palabras digitalizadas, ya sea a través del teléfono celular o la PC, por correo electrónico o por canal de chat. Es frecuente que estas actividades sean realizadas de manera simultánea ya que parecen estar entrenados para una práctica conocida como multi-tasking, que “hace alusión a distintas actividades realizadas en simultáneo, a las que se presta una atención relativa, discontinua o flotante” (Urresti, M.; op. cit: 37).

Las tecnologías de pantallas necesitan de la palabra escrita para funcionar, sin embargo, no está de más aclarar que cuando los productos que se intercambian están formados por palabras escritas, los mensajes son, en general, breves, cortos, sintéticos, con una función predominantemente fáctica. Sumado a esto, encontramos todo un nuevo registro de lenguaje instalado a partir de los usos del teclado. Se trata de lo que en un principio se llamó “emoticones” o “smileys” pero que, actualmente, exceden ampliamente los signos de carácter icónico indicial construidos a partir de los elementos que forman el teclado alfanumérico de las PC e, incluso de los teléfonos móviles. Hoy, emoticones y abreviaturas forman una serie de elementos propios de los entornos digitales y han adquirido carácter convencional al punto de formar una suerte de diccionario, disponible en la web y compilado por la Asociación

⁶ Aunque el acceso se haya generalizado, esto no significa que exista homogeneidad en cuanto a los modos de acceso. Tal como lo expresa Urresti (Ibidem) existen diferencias nada despreciables respecto de la calidad de la conexión y el tiempo de exposición a Internet según el sector socioeconómico del que provienen.

⁷ El concepto ha sido acuñado por Marc Prensky en un artículo publicado en el año 2001 y ha sido muy extendido ya que estaría dando cuenta de un cambio fuerte de mentalidad que se traduciría en las prácticas cotidianas de este colectivo.

Usuarios de Internet⁸. Según Igarza, para los nativos digitales no existe distinción entre los diversos espacios del mundo digital al que perciben como una unidad. “Es natural entonces que su comportamiento en cualquier entorno de esa construcción se vea condicionado por la misma matriz de criterios (...) Un único mundo digital que adopta las mismas reglas de simplificación ortográfica en todos los soportes” (Igarza, R.; op. cit: 35).

Algunas reflexiones en torno a la noción semiótica de “Umbral” y sus especificidades del umbral universitario

Ya realizamos un dibujo a mano alzada de los jóvenes que ingresan a la universidad en estos tiempos de digitalización de la cultura. Tratemos ahora de situar a nuestros personajes en un escenario: el ingreso universitario. ¿Cómo describir y reflexionar acerca de la experiencia actual de ingresar a la Universidad? Desde la perspectiva semiótica, la consideración del concepto de *umbral* se presenta como una opción teórica pertinente. La semióloga argentina Ana Camblong, quien ha trabajado largamente este concepto, entiende al umbral como un constructo que refiere tanto a una dimensión espacial como temporal⁹. Así, mientras por un lado, encontramos los interpretantes de *entrada, acceso, paso, límite* entre un adentro y un afuera, *trazo* que marca una diferencia; el aspecto temporal, por otro lado, refiere a su *carácter procesual*. Así, el umbral es un límite pero también permite una entrada. En nuestro caso, la entrada a la universidad, que supone un pasaje de un nivel educativo a otro, pero también un pasaje del mundo de la adolescencia al mundo de la adultez, de la independencia, de la responsabilidad. En palabras de la autora, “La umbralidad, en tanto concepto, refiere simultáneamente al espacio fronterizo entre dos territorialidades y a la dinámica de un proceso de pasaje, ambos componentes necesarios y entramados en la misma definición” (Camblong, A.; 2003: 23). En este sentido, el concepto remite a discontinuidades –las que refieren a los límites- pero también a continuidades que dan cuenta del pasaje, del trayecto¹⁰.

⁸ Al respecto, consultar la página www.diccionariosms.com

⁹ Tal como ella misma lo explicita, el concepto tiene sus génesis en la idea de “crono-topo” de Mijail Bajtin cuya traducción literal refiere a tiempo-espacio. Así, Camblong lo definirá como “tiempo-espacio de crisis, un crono-topo de pasaje” (Camblong, A.; s/fecha).

¹⁰ Sin embargo, la idea de límite no está convencionalizada. Es decir, el umbral puede emerger en situaciones inesperadas ya que al hacerlo, instaura “... la discontinuidad del límite (supone el continuo interrumpido)” (Camblong, A.; 2003: 24), configurando “un nuevo punto de arranque o de inflexión de procesos, de prácticas, de significaciones, de sentidos” (Ibidem: 25).

¿Por qué pensar el ingreso a la universidad colocándolo como una situación de *umbral*? Precisamente, porque es posible encontrar allí los elementos con los que Camblong caracteriza a los umbrales¹¹. Así, podemos reconocer en la experiencia de ingresar a la vida universitaria, la metáfora del cruce de un umbral. En ese cruce, en ese trayecto, se suceden momentos de inestabilidad y disipaciones de sentido, emergen pasiones y afectos – característicos de la primeridad peirceana-, pero también cobran relevancia aquellos elementos cercanos a la secundidad como el contacto y los índices, todo esto inmerso en un universo incoativo donde se comienza, se inaugura, se reinicia, se reintenta¹².

Poco a poco, el alumno deberá ir transformándose en estudiante. Pero ¿cuándo ocurre efectivamente esto, cuándo pueden considerarse parte de la comunidad académica? Ello sólo ocurre al apropiarse de las reglas de juego institucionales y al aprender a utilizarlas, en particular, en las modalidades de lectura y de escritura características de la educación superior. Cuando el estudiante reconoce la inutilidad de los recursos que trae y comienza a incorporar nuevos recursos, cuando comienza a realizar el pasaje de lo que Camblong llama lo interno a lo externo, es allí cuando comienza a ser parte de esa nueva comunidad. Todo esto nos permite afirmar que los problemas de adaptación y comprensión en los ingresantes universitarios no sólo están relacionados con lo abstruso del lenguaje sino con la situación de umbral: todo resulta desconocido.

Esta situación de desconocimiento, de novedad, hace que la semiosis entre en crisis y se vuelva inestable. Por ello decimos que en los umbrales hay un debilitamiento del lenguaje, una caída o un colapso. Aparece una turbulencia de los interpretantes, relacionada con la lógica de los correlatos que se suspenden, se ponen en crisis. El hábito deja de ser tal. Y recordemos que es la reiteración lo que permite instalar el hábito (nuevos hábitos en este caso).

¹¹ Según la autora, hay umbrales de diversas naturalezas. Los hay lingüístico, escolar, laboral, sexual, sociocultural, ético, religioso, político, etc.

¹² Es frecuente encontrar en el primer año de las carreras universitarias, estudiantes que recursan materias (reintentan) o bien que comienzan una segunda carrera, luego de abandonar otra (reinician).

En algún punto, el umbral universitario puede compararse con el umbral escolar, tal como lo señala Camblong (2005), es decir, como aquella situación configurada por los primeros contactos del estudiante con la institución educativa, en la cual un sujeto se encuentra comprometido en tanto enfrenta el límite de sus posibles desempeños semióticos. Así, el estudiante que inicia su vida en la universidad, en tanto ingresa a un mundo semiótico nuevo, se pone de cara a sus posibles imposibilidades e incompetencias respecto de la actuación simbólica que de él se espera. ¿Será capaz de sumergirse en ese mundo de signos nuevos? ¿Podrá convertirse finalmente, en un interpretante de ese nuevo entorno semiótico? En otras palabras, ¿podrá ser capaz de atravesar el umbral?

Pensar entonces las prácticas discursivas de los estudiantes universitarios desde el concepto de umbral, implica reconocer que el ingreso a la universidad supone para quienes lo transitan un momento de pasaje, de transición difícil de habitar. “El umbral es un espacio de tránsito y transitivo; no es un lugar que aluda la ‘estadía’, la ‘morada’: el umbral supone ‘entrar’ o ‘salir’, no ‘habitar’. De ahí que la dimensión temporal de la umbralidad diseña una duración efímera, pasajera, breve” (Camblong, A; 2003: 24). La mixtura aparece también como un elemento presente en los umbrales. Algo de lo que se deja atrás y también algo de lo que se inaugura en el umbral se hacen presentes de manera coexistente¹³.

En este entramado complejo de continuidades y discontinuidades discursivas, en los discursos sociales que circulan en nuestro medio es posible rastrear la mediación, la pregnancia de los lenguajes propios de las tecnologías de la información y la comunicación. ¿Cómo aparece esta mediación en la apropiación discursiva de los jóvenes estudiantes que, transitando su umbral de ingreso universitario, deben incorporar nuevas jergas, modos de decir y de construir discurso más cercanos a ese ámbito que está del otro lado del umbral –del lado que comienza

¹³ Vinculada a la idea semiótica de umbral puede pensarse la idea de “zonas de pregnancia” trabajada por el francés Antoine Culioli y retomada por el brasileño Fausto Neto para dar cuenta de los modos en que los atravesamientos de enunciación presentes en las fronteras de los territorios de los medios de comunicación impregnan las actividades tecno-discursivas de los campos sociales. El investigador las define como “espaço onde se produziriam afetações, acoplamentos de processos discursivos” (ver Fausto Neto, A; 2009: s/n). En este sentido, si por *pregnancia* entendemos la combinatoria de modalidades de enunciación (cfr. Traversa: 2009), en el umbral es posible encontrar tales combinatorias en tanto que como espacio de pasajes se construye también como un espacio enunciativo híbrido.

a percibirse pero aún no se conoce, no se habita, no se ocupa- y del que todavía no son ciudadanos plenos?

Para abordar este cruce, indagaré la construcción por parte de los estudiantes de discursos sobre las tecnologías de pantalla en la situación de umbral de ingreso sobre un caso particular: una interfaz educativa propuesta por una cátedra como tecnología de trabajo.

De los textos a abordar

El corpus analizado está formado por una serie de textos escritos por los ingresantes a la carrera de Comunicación Social de la Universidad Nacional de Rosario, como respuesta a una consigna¹⁴ propuesta por la cátedra de Redacción 1 en la que se pedía explorar, navegar el blog de la materia y redactar un texto que diera cuenta del recorrido realizado, así como también de las impresiones que el mismo les había generado. Así, lo que pondremos en escena es una serie de metadiscursos que refieren, desde un registro de lenguaje formal, a un discurso inscripto en los llamados nuevos medios¹⁵ pero que, a diferencia de los textos conocidos por los jóvenes suponen un registro de lenguaje vinculado a lo didáctico-pedagógico-académico. Los escritos fueron publicados por los propios estudiantes como “comentario”¹⁶ a la consigna publicada en el blog.

Antes de mezclarnos entre las voces de los estudiantes, veamos sucintamente algunas características de la página en cuestión. Tiene una entrada principal donde docentes y ayudantes alumnos postean textos diversos, relacionados con los contenidos de la materia o bien con el mundo periodístico actual. En el sector izquierdo de la pantalla están ubicados los menús, entre los que se destacan un índice temático y el listado de comisiones. En el margen superior de la página se encuentran los vínculos hacia el programa de la asignatura, los

¹⁴ Esta consigna constituye el primer trabajo práctico que los estudiantes entregan para la materia. Es decir, estos textos están escritos en un momento muy cercano al inicio del umbral.

¹⁵ La expresión “nuevos medios” está usada en el sentido que ya le dimos en la introducción de este mismo artículo (cfr. primera página).

¹⁶ Sobre las características de los comentarios de los blogs en general y de este blog en particular, se puede consultar un artículo publicado recientemente (Reviglio, M.; 2010), donde se hace pie en las prácticas discursivas de los ingresantes universitarios. Particularmente, en él se abordan los modos del decir de los estudiantes en el espacio destinado a comentarios.

materiales de lectura y consignas de trabajo. Los espacios destinados a cada comisión tienen características particulares, ya que son coordinados por cada docente a cargo y allí se plasman las singularidades de cada comisión. Entre las coincidencias, podemos mencionar la presencia de imágenes fijas, anuncios o comunicaciones de los docentes -avisos, cronogramas, notas, consignas, resúmenes de clase, etc.- y trabajos de los estudiantes publicados por docentes o ayudantes¹⁷.

'Dimes y diretes' estudiantiles sobre el blog en cuestión

Pasemos ahora a analizar qué dicen los estudiantes acerca de esta herramienta. Para organizar el abordaje de los textos, hemos dividido el análisis en cuatro tópicos construidos a partir de los elementos que insistían en la lectura exploratoria del corpus textual. Así, la referencia al uso de blogs y las prácticas referidas a las TICs constituirán el primero de ellos. Seguidamente, se relevarán los fragmentos discursivos en torno a la relación entre educación y tecnologías, para pasar, en tercer lugar, a dar cuenta de la relevancia que toma en la mayoría de los textos seleccionados la cuestión del contacto. En cuarto y último lugar, abordaremos el tópico referido a la organización de los materiales.

La blogosfera y los estudiantes universitarios: ¿una relación de habitabilidad?

¿Cómo se presenta el blog para estos estudiantes en situación de umbral? Una clave para interrogar a los textos está dada en el nivel de práctica o de experiencia con estos tipos de herramientas con el que cuentan los ingresantes. Ello permitirá saber si resulta accesible, conocida o, por el contrario se presenta como un medio extraño y por ello, hostil. Si bien no todos los casos hacen referencia a la existencia previa de una práctica con blogs, entre aquellos que lo mencionan, podemos encontrar algunos alumnos que no se reconocen como lectores de este tipo de formato:

¹⁷ Para una descripción más general del sitio, ver el informe de avance de MARGARIT, Ana María (2005).

“En mi caso, nunca utilice blogs, y de esta manera estoy aprendiendo nuevos conocimientos y a navegar en él, de igual manera, la forma en que esta presentado, hace más fácil y dinámico su uso”¹⁸.

“Al no ser una persona que está constantemente buscando y leyendo blogs en la red, y escuché el método de lectura en clase, me resulto medio raro”.

Encontramos, incluso, algunos pocos casos en los que, más allá de la mención u omisión de la práctica con blogs, se hace referencia a cierta distancia en lo que a manejo de tecnología se refiere:

“Encuentro el material de trabajo con mucha facilidad, considerando lo alejada que me encuentro con la tecnología”.

“... es fácil manejarse en él y encontrar lo que se busca (lo dice una persona a la que a menudo le cuesta relacionarse con sitios web). Si bien yo soy reacia a leer via pc (prefiero la lectura convencional, los libros) puede ser una propuesta innovadora y en muchos aspectos interesante”.

En estos casos, se podría arriesgar que si bien el blog parecería un elemento de continuidad propio de los umbrales, -en este caso, el umbral que conecta el tiempo anterior al ingreso de la universidad y el ingreso mismo-, en algunos casos, aunque no en la mayoría, esta herramienta se presenta como un elemento de discontinuidad. El umbral universitario exige al estudiante una práctica nueva que, sumada a la novedad, se presenta como inesperada. En estos casos, el umbral parece estar relacionado con el interpretante de límite más que con el de acceso.

Sin embargo, para la mayoría parece constituir un elemento de continuidad. Son muchos los que de maneras diversas manifiestan una cercanía, o bien al formato blog, o bien al manejo y/o consumo de tecnología:

“... gracias a su formato de blog, al que estoy acostumbrado ya que suelo frecuentar por ellos en mi tiempo libre...”

¹⁸ Los fragmentos de texto citados están transcritos tal cual fueron publicados en la página o bien entregados en el documento electrónico. De allí que puedan aparecer algunos errores de puntuación, sintaxis o, incluso, ortografía. Sobre este último tipo de error, el más frecuente es la omisión del acento.

“La forma particular de publicación que tienen estos tipos de sitios de la era del internet 2.0 no me presentó muchas dificultades ya que era seguidor de otros blogs...”

En este último ejemplo, no sólo encontramos una referencia explícita al uso de blogs, sino que, además, se evidencia cierto manejo relativo al lenguaje propio de la tecnología que estaría dando cuenta de un tipo de usuario involucrado con el tema. Es decir, es algo más que un usuario –como lo podría ser cualquier adulto- es un nativo digital y en su discurso podemos reconocer las huellas de esta pertenencia. En el mismo sentido, otro ejemplo da cuenta de la conciencia respecto de la pertenencia a una generación con características propias del mundo de los nuevos medios:

“es valioso para nosotros que pertenecemos a una generación de competencia continua”.

Así, en su mayor parte, el blog es vivenciado como una experiencia propia de la continuidad, de un pasaje. Algo de lo viejo, de lo que quedó atrás, reaparece en el umbral universitario, pero resignificado, reutilizado. Estas reutilización y resignificación a la que aludimos se verán con mayor claridad en el tópico que sigue.

Nuevas tecnologías educativas, una convergencia posible

Otro aspecto relevante para dar cuenta del modo en que se transita el umbral universitario, es la relación entre educación y tecnologías. Algunas apreciaciones respecto de la incorporación de la herramienta informática a la educación formal, también traslucen cierta sorpresa inaugural frente a la utilización de un formato familiar pero relacionado con los ámbitos del entretenimiento, del placer, del tiempo libre y no así, con lo educativo:

“Admito que al principio me pareció un poco extraña la idea de que la materia Redacción se manejara desde un blog, pero luego de hacer este recorrido puedo afirmar que su utilización me parece práctica y funcional”.

“Sin dudas que la herramienta del Weblog es muy interesante para una cátedra universitaria, hecho que rompe con el molde antiguo de formas de dar clases, y permite el acercamiento de la tecnología con el estudio...”

“Cuando pronuncio la palabra Blog, por prejuicios propios, no guardo un buen concepto de los mismos. Sin embargo, puedo aseverar –en este momento- que: no sólo es un espacio en la Web donde prima el entretenimiento, donde la gente cuelga información poco contundente, demasiado efímera, incierta o sólo ‘como para decir algo’, sino que también, existe una base de datos o información para discutir”.

“Esta modalidad de trabajo es nueva ya que en la escuela secundaria no estaba acostumbrada a realizar los estudios a través de internet solo utilizábamos los libros y las fotocopias”.

En estos casos es precisamente el encuentro con algo conocido lo que genera la sorpresa – elemento también típico de las situaciones de umbral- y, al mismo tiempo, satisfacción y tal vez, alivio. Un espacio ya habitado, propio, incluso más propio del mundo al que pertenecen que del mundo al que están ingresando parece darles la bienvenida, parece decirles que no son tan extraños, ni tan ajenos, ni tan recién llegados. Esto es claro en los siguientes ejemplos:

“El navegar por la web es sin duda uno de los acontecimientos que mejor define a nuestra generación, ya que la mayoría de los jóvenes, con el avance de la tecnología, tienen acceso a la web en cualquier tiempo y espacio, lo que permite introducirse en redes sociales, buscar información, visitar blogs, etc. por ello la facultad no podía estar exenta...”

“Resulta interesante contar con un blog como soporte virtual para la materia. Creo que hacer uso de nuevas tecnologías, y sobre todo, de tecnologías que frecuentamos los jóvenes es un gol a favor de la educación en cualquier aspecto”.

“Sin dudas el blog es una original manera de llevar el estudio a lo cotidiano de la vida de los jóvenes”.

Las tecnologías aquí pertenecen a los jóvenes. No pasa desapercibido el verbo “frecuentar” para referirse al modo de relacionarse con la tecnología, verbo que también fue utilizado en un ejemplo anterior en el mismo sentido. Alguien que frecuenta un espacio se apropia de él, lo convierte en un ámbito de pertenencia¹⁹. Quienes frecuentan las nuevas tecnologías son los jóvenes y es por tanto, a ellos a quienes pertenecen. La educación simplemente se

¹⁹ La idea de “frecuentar” remite también a la idea de “habitué” de un lugar, palabra de origen francés que refiere a la persona que frecuenta habitualmente un lugar. El diccionario de la lengua francesa “Le Petit Robert” pone como ejemplo de “habitué” a las personas que frecuentan un café, sitio por excelencia de reunión, encuentro y vida comunitaria de las sociedades modernas. Frecuentar uno o varios sitios de internet, ser *habitué* de estos espacios virtuales implica tener una práctica de socialización relacionada con las TICs.

toma de ellas para usarlas en un ámbito extraño, pero, asimismo, puede sacar de ellas mucho provecho. Es un “gol” como explicita el estudiante.

Esta relación de pertenencia de los jóvenes con el mundo de las tecnologías, se vuelve visible en algunos textos que dan cuenta de la rápida apropiación del blog por parte de los ingresantes. No sólo son muchos quienes hacen sugerencias para mejorar el sitio –tipo, color y tamaño de letra, colores de fondo, disposición de los links, etc.- sino que rápidamente la incluyen dentro de los sitios de visita habituales:

“Como al parecer deberemos usar esta página constantemente, la agregué a favoritos, con el nombre de ‘Redacción I’”.

La sorpresa, entonces, típica de las umbralidad, se hace presente en lo que respecta a la relación que puede establecerse entre tecnologías y educación. Esta sorpresa, sin embargo, lejos de dejar a los estudiantes en una zona de perplejidad, los alienta a atravesar ese umbral, ya que del otro lado, si bien hay muchas cosas nuevas también los esperan viejos conocidos.

El blog como espacio de comunicación

La amplia mayoría de los textos analizados hace mención a la posibilidad de contacto o de comunicación que inaugura o posibilita el blog. Esta parece ser una marca de época en la cual el estar en contacto permanente deviene una necesidad imperiosa. Es muy común que los mensajes instantáneos, típicos de los teléfonos celulares, tengan una función predominantemente fáctica, es decir, que estén orientados a chequear que el canal esté abierto, que funcione. Así, lo importante no es tanto lo que se quiere decir, sino la posibilidad de establecer ese contacto.

“... veo el blog como una manera de estar siempre en contacto con el docente, la materia y los compañeros.”

“Ademas tenemos la facilidad de interactuar y compartir opiniones con el profesor y con los compañeros ya que si alguien tiene una duda la puede aclarar en el espacio”.

“Otro de los aspectos para destacar es que podemos tener un acercamiento hacia los docentes desde otra ‘perspectiva’, la que nos ofrece la tecnología, en este caso, internet”.

“La idea del blog es muy útil (...) con la comodidad de tener todo el material expuesto, y la rapidez para interactuar profesor-alumno”.

Encontramos aquí presentes dos cuestiones importantes para analizar. En primer lugar, la ya mencionada necesidad de saberse en contacto. Lo que hace importante al blog para la cursada, es precisamente, la posibilidad de comunicarse con el docente y los compañeros entre clase y clase. Despejar dudas, dar y conocer opiniones, interactuar, acercarse, son todas ellas acciones mencionadas en los textos para ponderar estas posibilidades que el blog viabiliza.

Pero en este aspecto, podemos encontrar algo más que una marca de época. Si lo analizamos desde los elementos que conforman el umbral de ingreso universitario, el blog pareciera venir a calmar un poco la ansiedad que produce el pasaje por este umbral. La interacción, la consulta, el establecimiento de un vínculo casi personal entre docente y alumno parece aludir a una necesidad propia de las situaciones de incertidumbre: tener cerca un guía que pueda indicar si el tránsito se está realizando en forma correcta o se aparta de los modos esperados de atravesar ese territorio. Al respecto, el siguiente ejemplo parece revelador:

“Lo que más me gustó (y con lo que no esperaba encontrarme) es que todos los contenidos subidos tienen un cierto grado de contención docente - alumno, la información es clara y es fácil manejarse dentro del blog”.

No es objetivo de este trabajo analizar los posibles lapsus de los escritos, pero llama la atención la expresión “contención docente – alumno” al referirse a los contenidos del sitio. Como si de lo que quisiera darse cuenta es precisamente de la necesidad de un vínculo, de la construcción de un espacio afectivo²⁰. En esta misma clave podrían leerse los fragmentos que siguen:

²⁰ Cabe recordar que muchos espacios de las TICs contienen una dimensión afectiva fuerte, muy presentes en las comunidades cuya constitución supone lazos afectivos como garantes de esa unión. Sobre esto mismo, ver REVIGLIO, M.; 2010: 284/285.

“Desde mi punto de vista este espacio puede crear un mejor vínculo, una mejor comunicación, entre el alumno y el profesor, si se sabe aprovechar”.

“En síntesis el tener un Weblog para la materia, me parece más que interesante, ya origina una relación directa entre el profesor y los alumnos”.

Estar en contacto en el umbral supone, entonces, no atravesarlo solo. Supone también la posibilidad de bajar los niveles de incertidumbre en la interacción con los pares, compañeros de viaje en este trayecto de duración incierta que propone el ingreso a la universidad. Pero también supone estar en contacto con el más allá del umbral, con voces que en el horizonte dan indicios de cómo continuar la travesía.

El medio es el masaje. De cómo el blog organiza sus contenidos

Dado todo lo que hemos planteado hasta aquí, no resulta sorprendente afirmar que en tanto material didáctico, el blog resulta accesible y organizado para los ingresantes. No podemos asegurar que esta percepción esté vinculada con características propias del blog en cuestión, sino más bien que se desprende de un saber hacer de los estudiantes respecto de este tipo de formato. Más allá de los contenidos, la forma de los discursos facilita su acceso, en tanto forman parte del ambiente tecnológico en que los estudiantes han nacido. Veamos un ejemplo representativo de muchos otros:

“La primera impresión que tuve del blog fue lo bien organizado que está. Resulta viable encontrar lo que uno busca ya que al estar dividido por secciones, navegar en él es muy fácil”.

Lo que en cambio, aparece como dificultad está relacionado con la lectura de textos directamente desde la pantalla:

“La única “dificultad”, por decirlo de alguna manera, que encontré, es la de tener que leer los textos para las próximas clases directamente del blog. Creo que sería mucho más fácil y llevadero, contar con el material en fotocopiadora, y luego en mano”.

“Yo acostumbrada a las fotocopias y a los trabajos entregados en mano no imaginaba ésta modernización en el mecanismo de estudio, pero me gustó mucho la idea”.

Este hallazgo que podría aparecer como contradictorio, en realidad, podría estar relacionado con la extensión de los materiales de lectura. Si bien los jóvenes están muy familiarizados con

los entornos virtuales, al punto de resultarles complicado pensar la vida por fuera de la pantalla –parafraseando el texto ya clásico de Sherry Turkle- o al menos, sin pantallas, los discursos verbales producidos y reconocidos en estos entornos suelen ser cortos y fragmentarios. El chat, los foros, los mensajes de texto, los fotologs son todos ellos tipos de discursos o bien con muy baja intensidad verbal o bien con un tipo de producción discursiva fragmentaria, lo que no exige una lectura sostenida de materiales extensos, sino un recorrido configurado con una suerte de “spots” textuales más similares a flashes televisivos que a libros de texto.

Esto parecería confirmarse cuando se observa que, por el contrario, la dimensión hipermedial es saludada calurosamente por los estudiantes, incluso por los mismos que exponían sus dificultades para leer en la pantalla:

“También me gustaron los links que agregan los profesores en el blog para poder saltar e irnos a otras páginas con otras informaciones”.

“Además me parece muy bueno que en algunas cátedras se presenten videos. Creo que motivan las ganas de recorrer el blog”.

“Con respecto al contenido, lo encontré, como dice en Navegación, muy didáctico e interactivo, ya que no se limitan solo a escribir, sino que también hay videos, fotos y links que complementan el artículo”

Esto estaría confirmando que mientras que el formato de blog aparece en el umbral como un elemento que puede trasladarse también del más acá al más allá del umbral, no ocurre lo mismo con los contenidos ni con el tipo de discurso construido por el mismo. Así, el blog mismo podría pensarse como un umbral en sí mismo, en tanto zona de pregnancia donde aparecen modalidades enunciativas tradicionales, propias del discurso académico – didáctico con modalidades del decir comunes a los nuevos medios. Las tecnologías de comunicación aplicadas a procesos educativos formales, podrían entonces ser ubicadas en tanto bisagras que permiten unas prácticas mixtas que recuperan varios saberes y modalidades de enunciación. De allí, el grado de facilidad y dificultad que suponen paralelamente.

Sin embargo, también hay algunos casos, que, precisamente por excepcionales, dan cuenta de la heterogeneidad en cuanto a competencias tecnológicas de los ingresantes a la universidad:

“Si al navegar por la página de la facultad sintieron que estaban atrapados en un laberinto, sintieron lo mismo que yo. Al menos esa fue mi primera impresión, y como verán no fue de las mejores. En mi segundo intento, con tiempo y sobrada paciencia logré por fin descifrar hacia dónde conducían los enlaces y qué sección era la que yo debía utilizar. (...) Aun continúo un poco confundida con el resto de las secciones, pero con el tiempo y la práctica diaria de uso creo que llegaré, no sin antes mucho esfuerzo y horas frente a la pantalla a ser una experta”.

“Mi primera experiencia no fue muy buena, no soy bueno para entender los mecanismos del weblog, mucho no los entiendo o me pierdo a la hora de buscar el material, pero esa fue mi primera experiencia, ahora lo entiendo mejor y me resulta muy accesible entrar”.

Reflexiones finales

Hasta aquí el análisis. Hemos visto cómo el ingreso a la universidad se instituye en un umbral para los estudiantes y cómo opera en su doble función de límite y pasaje, generando continuidades y discontinuidades, sorpresas y producciones semióticas convulsionadas. La incorporación de TICs a la modalidad de cursada de las materias funciona en líneas generales a modo de continuidad, aunque haya algunas excepciones. Las prácticas nuevas y viejas convergen para dar lugar a una nueva rutina que incluye rasgos familiares que la vuelven menos extraña, menos hostil.

Así, los contenidos de las materias, formateados por las nuevas tecnologías se presentan con una organización típica de los nuevos medios, donde reina la convergencia de lenguajes. Esto que genera sorpresa –las tecnologías participan en la vida de los jóvenes en el lugar del ocio, de la socialización, del tiempo libre- es vivido por los estudiantes como un “gol”, como un modo de “llevar el estudio a lo cotidiano de los jóvenes”, ya que, en sus propias palabras

“... sería de necio negar la importancia que tienen hoy en día las computadoras en la sociedad, en las formas del estudio y del conocimiento”.

El espacio analizado, entonces, podría pensarse en términos de umbral, de pasaje donde convergen modos de organizar y presentar la información propios de diferentes ámbitos de la

comunicación. Discurso académico, espacio de contacto, extensión del aula de clase, lenguaje audiovisual, hipervínculos, conforman un espacio heterogéneo donde lo nuevo y lo conocido se conjugan para que los recién llegados, comiencen a sentirse como en casa.

Bibliografía

CAMBLONG, Ana María (2003) “Umbral” en *Macedonio. Retórica y política de los discursos paradójicos*. EUDEBA. Buenos Aires.

..... (2005) *Mapa semiótico para la alfabetización intercultural en Misiones*, Talleres Gráficos La Impresión. Posadas.

..... (2010) “Instalaciones en los umbrales mestizo-criollos”, documento presentado en *Seminario de Políticas Lingüísticas*. Universidad Nacional Tres de Febrero. Sin fecha de publicación. Consultado el 3 de julio, en <http://www.programadesemiotica.edu.ar/publicaciones/Instalaciones%20en%20los%20umbrales%20mestizo-criollos.pdf>.

FAUSTO NETO, Antonio (2008) “Enunção midiática: Das gramáticas às ‘zonas de pregnâncias’”. Ponencia presentada en el coloquio *Midiatização e Processos Sociais - Aspectos Metodológicos*. UNISINOS. São Leopoldo, 19 al 21 de noviembre. Mimeo.

FEIXA, Carles (2006) “Generación XX. Teorías sobre la juventud en la era contemporánea” en *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*. Vol. 4 Consultado en www.umanizales.edu.co/revistacinde/vol4/Carles%20Feixa.pdf el 1 de julio de 2008

IGARZA, Roberto (2008) *Nuevos medios. Estrategias de convergencia*. La Crujía. Buenos Aires.

KERBRAT ORECCHIONI, Catherine (1986) *La enunciación. De la subjetividad en el lenguaje*. Hachette. Buenos Aires.

MARGARIT, Ana María (2005) *Innovaciones educativas para la enseñanza de la Redacción*. Informe de avance correspondiente al período 2003 – 2004. Mimeo. Rosario.

MC LUHAN, Marshall (1988) *El medio es el mensaje*. Paidós. Buenos Aires.

PRENSKY, Marc (2001) “Digital natives, digital immigrants” en *On the Horizon*, NCB University Press, Vol. 9 No. 5. Octubre. Consultado en <http://www.twitchspeed.com/site/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.htm> el 16 de julio de 2010.

REVIGLIO, María Cecilia (2008) “Hacia un abordaje de la problemática de los usos del

lenguaje en los estudiantes universitarios desde una mirada cultural” en *Revista Question*. Publicación académica de la Facultad de Periodismo y Comunicación Social de la Universidad Nacional de La Plata N° 20. Primavera. Disponible en <http://www.perio.unlp.edu.ar/question/home.html>

..... (2010) “La ‘voz’ de los estudiantes en un blog educativo” en *La Trama de la Comunicación*, Volumen 14, Anuario del Departamento de Comunicación. Facultad de Ciencia Política y RRII, Universidad Nacional de Rosario. UNR Editora. Rosario.

TRAVERSA, Oscar (2009) “Por qué y cómo estudiar las tapas de revistas: el papel de la noción de dispositivo” en *Revista Figuraciones* N° 5. Buenos Aires, Agosto. Disponible en <http://www.revistafiguraciones.com.ar/>

URRESTI, Marcelo (2008) “Ciberculturas juveniles: Vida cotidiana, subjetividad y pertenencia entre los jóvenes ante el impacto de las nuevas tecnologías de la comunicación y la información” en URRESTI, Marcelo (editor) *Ciberculturas juveniles*. La Crujía. Buenos Aires.

LA MEDIATIZACIÓN DEL SONIDO RESPECTO DE INTERNET Y LA VIDA MUSICAL. REVISIONES

José Luis Fernández

Ciencias de la Comunicación. FCS - UBA
Profesor Titular Semiótica de los Medios I

Director del Proyecto de Investigación con subsidio UBACyT (Secretaría de Ciencias y Técnica de la UBA) Letra, imagen, sonido. La construcción mediática de la ciudad. Programación 2008-2010

Resumen:

Desde 1986 venimos publicando resultados centrados en investigaciones sobre medios de sonido en fenómenos ocurridos en la ciudad de Buenos Aires. Hemos presentado *papers* relacionadas con la historia local de teléfono, el fonógrafo, la radio y los metadiscursos gráficos que han acompañado el desarrollo de estos medios de comunicación. En cada una de estas obras estamos desarrollando, con datos primarios o secundarios, la crónica de los fenómenos discursivos de los diferentes medios de comunicación acerca "la primera aparición de una serie" (primera publicidad, primeras emisiones, etc.). En la actualidad, estamos trabajando sobre fenómenos de convergencia de medios de comunicación, siempre con foco en medios de sonido que involucran información/periodismo, ficción y discursos musicales. En este documento revisamos algunos trabajos ya publicados, en el marco de las discusiones presentes, sobre medios de comunicación de sonido y sus relaciones con el desarrollo de Internet y la vida musical.

Palabras clave: *Radio, fonógrafo, teléfono, Internet, música*

Abstract:

Since 1986 we have been publishing papers focused on media of sound about phenomena that occurred in the city of Buenos Aires. We have presented works related with to the local history of the telephone, the phonograph, the radio and the graphic meta-discourses that have been accompanying the development of these media. In each of these works we are developing, with primary or secondary data, the chronicle of different media discursive phenomena and we usually run across "the first occurrence of a series" ("first" ad, "first" broadcast, "first" program, etc.). Nowadays, we are working on cross media phenomena, even always focused on media of sound which involve information/journalism, fiction and musical discourses. In this paper we review some already published works, in the framework of the present discussions, about media of sound and their relationships with Internet's development and musical life.

Key-words: *Radio, phonograph, telephone, Internet, music*

1. Un enfoque general

Mientras aceptamos que estamos en una época de *convergencia* de medios, que convive con discusiones sobre *vidas y muertes* de los medios *viejos* frente a la aparición y el éxito de

nuevos medios, mientras esos temas insoslayables ocupan el centro de la escena teórica de preocupación mediática, la radio aumenta su audiencia y mantiene su inversión publicitaria, se habla más que nunca por teléfono (además de escribir y de producir y distribuir textos audiovisuales mediante sus dispositivos móviles) y, a pesar de la crisis de la industria fonográfica, más que nunca se escucha música grabada. Es decir, todavía estamos en una inadvertida *época de la mediatización del sonido*, que comenzó a fines del siglo XIX y de la que todavía no se percibe su fin, ni siquiera su amesetamiento.

Aquí presentamos una revisión de artículos ya publicados, con algunos ajustes a lo que estamos discutiendo en estos días, sin pretensión de novedad, para ordenar nuestros materiales como aporte a la discusión. La decisión de incluir un capítulo sobre lo musical tiene que ver con tener un cuenta al que en general se le presta poca atención a pesar de que es uno de los cambios en la actualidad se hacen sentir con fuerza.

Desde nuestros primeros trabajos sobre el tema comprendimos que, por ejemplo, la radio es tanto un *buen objeto* de investigación como un *objeto secundario*: siempre debe haber, alguna investigación sobre radio, que será vista con simpatía y hasta emoción, nunca la radio deberá tener un lugar importante en la escena académica. El teléfono y el fonógrafo también, son reconocidos como muy importantes pero la teoría tardó en avanzar. Sin embargo, hoy podemos relacionarnos con otros avances. Consideramos, a partir de investigaciones individuales y grupales, propias y ajenas, sobre los medios de sonido --el teléfono, el fonógrafo y la radio, sus historias, sus lenguajes y sus sistemas--, sus condiciones discursivas y comunicacionales, su vida histórica y social y sus relaciones *inter*, *intra* y *metadiscursivas* con los otros medios se ha constituido un *campo de trabajo* que se distingue por sus diferencias, y a pesar de los parecidos, dentro del ancho campo de la mediatización.

El esfuerzo aquí remitirá, otra vez, a la cuestión de la *especificidad*, al menos por estrategia política defensiva: para evitar que cuando se hable de medios, automáticamente, se refieran como temas importantes a lo escritural o a lo audiovisual, hoy frecuentemente subsumidos en el campo de lo digital en red. Se trata de defender el derecho a una consideración autónoma.

No se trata, sin embargo, de discutir el hecho de que la cultura sea *naturalmente* audiovisual, en tanto que el campo perceptivo humano está constituido en *gran parte* como audiovisual. Pero ese componente de *naturalidad*, como siempre, oculta la trama oculta del trabajo

cultural. Nuestra cultura no es puramente audiovisual porque, en primer lugar, el régimen natural perceptivo humano excede largamente la actividad combinada de la mirada y la audición y --si bien, en el campo de los intercambios discursivos esos sentidos están en la base de la constitución espacio-temporal de la escena de intercambio, en múltiples escenas resultan claves-- el tacto, el olfato y el gusto. Por lo tanto, el tabú cultural sobre la materialidad de lo social en general, y lo discursivo en particular, no debería fundar en exclusividad el otorgamiento de las importancias perceptuales.

Por otro lado, se sabe al menos desde la *Galaxia Gutenberg* de McLuhan, y a pesar de su exageraciones, que no es solamente lo perceptual visual lo que sostiene las particularidades de la escritura. Si bien se lee con el ojo, la mirada sobre la letra y su comprensión implican una ruptura brutal de lo natural perceptivo y, en este sentido, la lectura en Braille es una confirmación de que en la lectoescritura lo visual es, al menos, secundario. Por último, en cuanto al peso de las imágenes en nuestra sociedad, si bien sigue repitiéndose que *una imagen vale más que mil palabras*, ahora sabemos que no hay cantidad suficiente de imágenes que puedan representar la extensión de los *conceptos* y *atribuciones* (perro, saludo, etc.) y que en nuestra propia cultura existe ámbitos *iconoclastas*, en las que la imagen está sometidas a tabúes.

Si bien desde el punto de vista general de la *mediatización del sonido*, presentamos aquí dos líneas de trabajo parcialmente convergentes. Por un lado, vamos a fundamentar la idea de que detrás del éxito de las nuevas mediatizaciones interactivas basadas en Internet, está la experiencia previa de la mediatización del sonido; por el otro, aprovecharemos aspectos de la mediatización musical para mostrar la necesidad de entender las particularidades de la mediatización en la evaluación de la vida cultural de lenguajes que, como los musicales, resisten el análisis de enfoques no aislantes y *especializados*.

Partiremos de la base conceptual de que, cada fenómeno nuevo en la mediatización es generado, y a la vez genera, dos movimientos, si bien convergentes, conceptualmente opuestos:

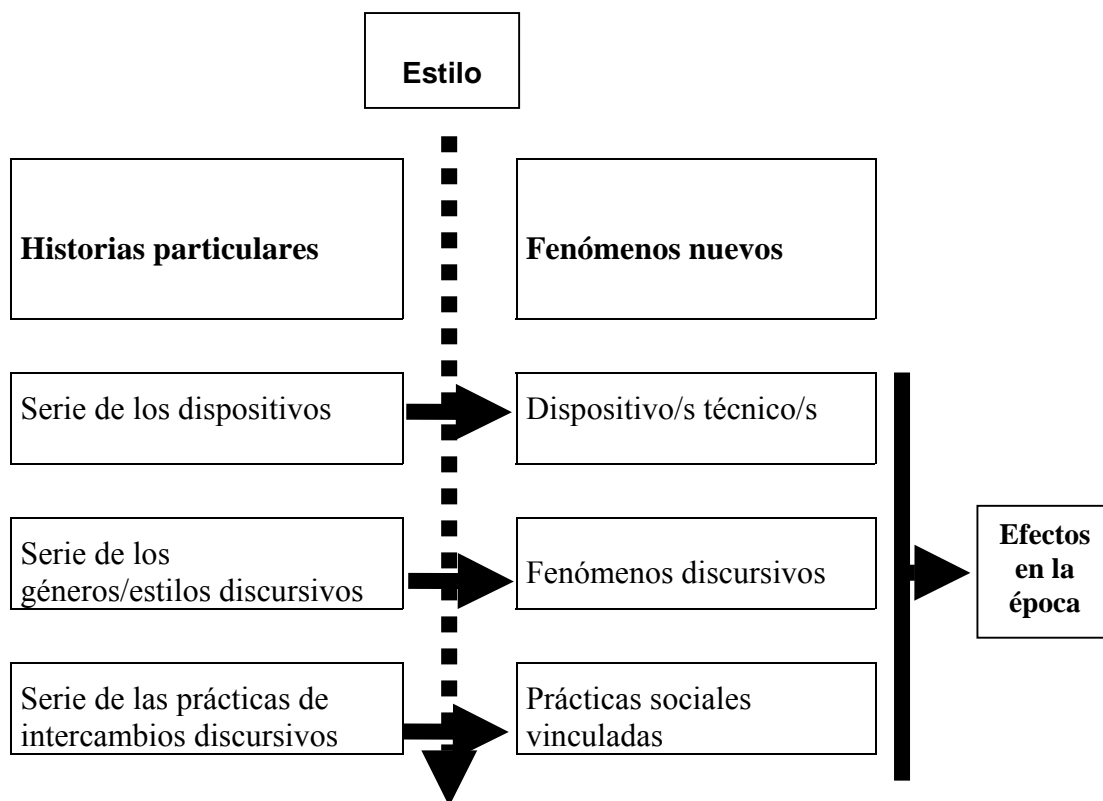
- la *acumulación*: para que un nuevo fenómeno novedoso dentro de los medios se consolide como social, debe recuperar, continuar, inscribir, rasgos de fenómenos previos, y

- la *transformación*: para que ese fenómeno pueda ser considerado como novedoso, deben cambiar usos y costumbres discursivas previas¹.

Esos movimientos pueden depositarse, tanto en los dispositivos técnicos (que suelen ser considerados erróneamente como la única fuente de novedad mediática), como en el paradigma genérico - estilístico de la época o en las prácticas sociales y metadiscursivas que acompañan los usos y costumbres de los diversos medios.

Para graficar esos complejos procesos, solemos utilizar el siguiente esquema:

Figura 1: Esquema de surgimiento de fenómenos mediáticos



¹ Podría objetarse que otro *movimiento* a tener en cuenta es el de la *permanencia*, dado que es evidente que en el pasaje discursivo social desde un medio de vida previa a otro que recién comienza su recorrido, siempre hay fenómenos de repetición (es más, gran parte de nuestra enseñanza se enfoca en evitar el efecto social que suele generar la aparición de un nuevo medio, de que se le atribuya una novedad absoluta). En este momento preferimos entender que esas repeticiones, por sí mismas, generan efecto de *acumulación*, con todas las consecuencias de ese concepto. Como todas nuestras formulaciones, éstas también están sometidas al escrutinio de los colegas o de los avances de nuestro conocimiento.

Como se ve, el objetivo de este esquema es, básicamente, el contribuir a tener presente que el desenvolvimiento de los medios es multidimensional y a discriminar que esas dimensiones son, al menos, tres y que, a su vez, pueden tener vidas relativamente independientes².

A partir de ese despliegue en el espacio gráfico podemos decir que *la aparición de un fenómeno discursivo mediático depende de que --en el contexto y con el impulso, conflictivos ambos, de un cierto estilo de época-- se articulen elementos de las historias particulares (de la tecnologías utilizables en comunicación, los géneros y estilos discursivos y las costumbres de intercambio comunicacional disponibles) generando efectos, a su vez, en el propio estilo de época*. Esas combinatorias, que pueden generar modos de intercambio inexistentes previamente y hasta imprevisibles, son el producto que va a contribuir, como los de las otras series de fenómenos, a la transformación de lo social.

Cuando hablamos, como en nuestro caso, de *teléfono, fonógrafo y radio* pensamos en medios muy diferentes entre sí, cuyo único rasgo en común es que mediatizan textos de sonido; esto quiere decir que aíslan el sonido de su fuente, lo convierten en señales transportables y, en ciertos casos, fijables por grabación. A partir de esos procesos tecnológicos esos textos, ya exclusivamente sonoros, pueden protagonizar saltos hacia receptores lejanos, espacial o temporalmente, o que se encuentren a ambas distancias a la vez. Si bien dicho así parece algo meramente técnico, estamos hablando de una de las novedades centrales de nuestra época porque, cuando hacemos referencia al sistema de medios de sonido, en realidad estamos haciendo referencia a un fenómeno con escasísima tradición previa³. Veamos ahora cómo nos ayuda nuestro esquema para enfocar, aunque sea superficialmente, el conjunto de dicho surgimiento.

² Una presentación más detallada sobre las series y sobre la noción de estilo de época en Fernández 2008 ; allí discutimos cada una de las nociones utilizadas, las razones de por qué no resulta obligatorio hablar en este plano de *lenguajes* y de por qué es suficiente mencionar *géneros y estilo*; detallábamos a qué nos referíamos con *prácticas de intercambios discursivos* y sus *prácticas sociales vinculadas* y, también, a la conflictiva necesidad de recurrir a la noción de *estilo de época*.

³ Debe insistirse en las especificidades de la mediatización del sonido dado que, como ya hemos observado repetidamente, la falta de tradición de la mediatización del sonido respecto de la de la imagen que permite relacionarla siempre, por ejemplo, con las imágenes prehistóricas rupestres. Por otra parte, desde su aparición, nuestra sociedad ha estado permanentemente intentando adosarle imágenes a los textos sonoros como en el caso de la música grabada a la que progresivamente se presenta acompañada con imágenes en las portadas de los discos, los video clips y los DVD, etc.

Para comenzar, desde el punto de vista de la *serie de los dispositivos*, la mediatización del sonido consiste en la captura de sonidos generados por fuentes, su conversión en señales eléctricas, su transporte y/o fijación mediante diferentes soportes materiales y su reconversión en señal audible para su emisión y recepción⁴.

Como se ve, los medios de sonido se integran en la búsqueda de indicialidad comenzada por la fotografía (que presupone una relación existencial entre aquello que es mediatizado y el resultado de su mediatización) y lo hacen de una manera muy específica. En efecto, la *captación del sonido* separándolo de su fuente y, además, la posibilidad, tanto de emisión en *toma directa*, como de su *registro y conservación*, expande ese *sistema técnico indicial* del que habla Carlón (2006) sobre el que volveremos.

Cuando hablamos de los medios de sonido debemos tener en cuenta que esto implica, en un primer paso, la *captura del sonido* (en la que, de modo equivalente a la de la óptica fotográfica, *algo* debe estar o haber estado allí en el momento de la captura, en tanto que *fuentes* del sonido a mediatizar); como novedad se agrega a esa captura la *toma directa* (el hecho de que *algo está allí en este momento*, lo que no había ocurrido con medios previos o contemporáneos como la fotografía o el cine ni, dentro de los medios de sonido con lo fonográfico pero sí, por ejemplo, con la televisión en directo).

Pero no solamente se trata de *toma directa*, dado que lo fonográfico incorpora la *impresión*, (es decir, la *fijación* de lo capturado cuando aparecen las técnicas fonográficas, con un efecto equivalente a la *impresión fotográfica*); el conjunto de estos dispositivos generan una *relación existencial (indicial) entre sonido y fuente* o, como un caso particular pero muy importante, entre *voz e individuo* (que es el nivel de indicialidad sobre el que trabajan, tanto los imitadores de ruidos y voces como en un plano tecnológico --es decir *no existencial*-- los sintetizadores con efecto equivalente al ejemplo clásico de indicialidad en la que el *humo indica el fuego*).

De estos diferentes niveles o tipos de indicialidad registrables en la mediatización del sonido, ninguno tiene el estatuto del *contacto visual* (**clave** en Verón para lo televisivo y que se produce cada vez y siempre que alguien mira a la cámara) porque desde el sonido mediatizado

⁴ Chion (1999) ha precisado esas operaciones y las ha presentado como: *Captación, Telefonía, Acusmatización sistemática, Amplificación/Desamplificación, Fonofijación* (grabación o producción fijada), *Fonogeneración, Remodelado*. No creemos que sea necesario aquí ese nivel de precisión pero la recuperaremos más adelante cuando nos refiramos a lo musical.

nadie puede mirarnos⁵. Sin embargo, se trata de fenómenos de una riqueza muy particular, encerrados en una aparente pobreza de materialidad de la expresión. Están allí todos los rasgos de *captación naturalista*, *registro/impresión* y búsqueda de *instantaneidad* que son los ingredientes que han constituido al *estilo de época* predominante en el siglo XIX en el motor de la sociedad *mediatizada*, *hiperinformada* y *globalizada* que estallará en siglo XX.

Desde el punto de vista de los *géneros y estilos discursivos* que se montan y se transforman en el surgimiento de los medios de sonido, debe notarse que, por ejemplo, el teléfono es un medio *vacío*, de puro contacto, utilizado por sus usuarios para hablar sin límites de tiempo, con intercambios discursivos *en vivo*; en el otro extremo de las posibilidades encontramos al fonógrafo, un artefacto exitoso en la fabricación y distribución de música, es decir, especializado como medio completo, *lleno*, que propone *puro* contenido y *pura* recepción, con un intercambio discursivo desplazado en el tiempo y desnivel con respecto a la instancia de emisión. Y la radio es, en este sentido, un medio ubicado entre lo telefónico y lo fonográfico: produce y emite contenidos múltiples *en vivo* (musicales o verbales, informativos o de ficción) pero, comparada con el teléfono, permite También la aparición de *individuos* (famosos o anónimos) y, tanto como el fonógrafo, fue un canal importante para *transmitir* música grabada.

Esa *multiplicidad* de utilizaciones resultante de la *multiplicidad* de medios generados con dispositivos técnicos al menos parcialmente equivalentes, generó una auténtica transformación en los géneros de la comunicación masiva: nuevos géneros informativos, como las *transmisiones deportivas*, acompañaron y en parte constituyeron a la masividad de los deportes que había comenzado a proponer el *olimpismo*; la ficción masiva se articuló en el radioteatro con estéticas abstractas de vínculos vanguardistas presentes También en la pintura y el diseño gráfico e industrial y géneros musicales populares, como el tango, el bolero y el jazz, crecieron y se consolidaron a través de las repeticiones fonográficas y radiofónicas.

⁵ Pero, además, cuando alguien habla desde el parlante hacia el público *individualizando*, si bien puede instituir un *Tú* en el sentido de Benveniste (1999), se ve sometido a regímenes especiales, que veremos luego dentro de la *serie de los géneros y estilos* y hemos resuelto en un trabajo previo, referido exclusivamente a la radio (Fernández 2006) con "...una fórmula provisoria ... que es la que *en la radio en vivo* (aunque encontremos componentes grabados) nos encontramos con una *indicialidad general* (*algo, todo el tiempo, está del otro lado del parlante*) y varias *indicialidades particulares* entre otras la del grabado).

Por último, desde el punto de vista de las *prácticas discursivas asociadas*⁶, debemos registrar, desde un punto de vista cercano a lo perceptivo, que la simple oposición *auricular* vs. *parlante* que, en un principio hay que inscribir en el desarrollo de la *serie de los dispositivos* (en primer lugar se escuchó por auriculares, recién luego, con la invención de la lámpara Audión, se construyó la amplificación), en la actualidad, y desde hace ya décadas, habilita a la práctica de escuchas *grupales* (en el extremo de la amplificación, actos políticos o grandes conciertos con rasgos de borramiento de lo individual en lo masivo) o escuchas *individuales* (nadie que no sea el individuo que usa los auriculares puede saber qué escucha).

La búsqueda tecnológica de la amplificación y el parlante, generadora de la posibilidad de una escucha grupal no intermediada, estuvo precedida por la instalación previa del fonógrafo en la que la imagen del perro escuchando la voz de su amo actuó como ejemplificación de una escucha atenta a la fuente de sonido, equivalente a la del *cara a cara* o a la teatral (Gutiérrez Reto 2003). Esta observación nos permite ver que, en primer lugar, ninguna posición de escucha es *natural* sino producto de una elaboración de la cultura y, además, con respecto a ella, vemos que es posible una escucha individual sin auricular pero que además existen posibilidades de generar escuchas distraídas o que, al menos, no obliguen a enfocarse visualmente en la fuente del sonido (ahora un *aparato técnico*, un parlante, y no un cuerpo, un instrumento o un fenómeno natural). Esa escucha sin visualidad, permitirá, desde el baile acompañado por la música surgida de la radio, hasta la realización de tareas que requieran solamente atención visual. A partir de allí, todos los medios de sonido, y la radio muy especialmente, competirán por la captura de la atención del escucha inmerso en un contexto de audición que puede ser compleja y abigarradamente social. El teléfono es un caso particular pero paradigmático porque permite la *conversación interindividual* y la *red* de vínculos entre individuos y posiciones urbanas, fijas durante décadas.

Un caso de prácticas discursivas que se relacionan con la expansión de los medios de sonido es la de las publicaciones gráficas que acompañan esa expansión aportando imágenes

⁶ Recordemos que en un trabajo anterior (Fernández 2007) clasificamos a esas prácticas como *directas* cuando, por ejemplo, se trata de la posibilidad de que se ejerciten escuchas individuales o grupales, la existencia de metadiscursos que ordenan la recepción -como los programas o las críticas-, o el uso efectivo (*informativo*) de la información producida por el medio. Y como *indirectas*, en cambio, los casos en que otros medios tematizan al medio de referencia por lo que, a partir de cierto momento, las familias representadas en los filmes costumbristas escuchan radio; o los cambios que se producen en las maneras de procesar la información en otros medios competidores; o, por ejemplo, la incidencia del medio y sus programas en el desarrollo de géneros musicales.

fotográficas de sus protagonistas (músicos, actores de radioteatro, cómicos, conductores, periodistas, etc.). Entre el 20 y el 30 aparecen y resultan exitosas distintas revistas dedicadas a la música y a la radio como *La canción moderna*, *El alma que canta*, *Sintonía*, *Radiolandia*, *Antena*, *Radio Cultura* y en los diarios y revistas de información general aparecen secciones dedicadas al comentario y la crítica de las grabaciones fonográficas y de los programas radiofónicos⁷.

En cuanto a las prácticas más *indirectas* en los intercambios discursivos que se ven influenciadas y hasta transformadas por el crecimiento de los medios de sonido, uno de los campos en que mejor se manifiesta esa influencia es en la consolidación masiva de los géneros de la canción popular dado que, de hecho, antes de esta mediatización no estaban fijados como géneros ni el tango, ni el bolero, ni el jazz y es partir de las grabaciones y transmisiones radiofónicas que se constituyen en géneros *locales* con trascendencia *global*⁸. Y por supuesto, algo así se produce con la consolidación del deporte con la trascendencia masiva con la que lo conocemos: las primeras emisiones de partidos de fútbol en la Argentina coinciden con la incapacidad de los estadios previamente existentes para contener las multitudes que comenzaban a convocar los encuentros (Famá: 2006).

Pero tal vez el área de las prácticas discursivas en las que se ve claramente la influencia de los medios de sonido en el desarrollo del sistema informativo social, que excede por definición a la mediatización del sonido, pero que a partir de cierto momento no deja de incluirlo, siempre con diferencias en cada momento histórico, pero con una importancia central creciente. En el origen, muchas de las emisoras radiofónicas surgieron como parte de compañías multimedia, dependiendo de editoriales que publicaban diarios y revistas o de grabadoras que vendían y/o editaban música; en ese sentido, desde el propio memorando de Sarnoff, las radios tenían un lugar subsidiario: se leía información o se emitía música previamente producidas y editadas.

⁷ Hemos hablado de *hipovisualidad* radiofónica y fonográfica frente a la *hipervisualidad* cinematográfica y hemos relacionado a la primera con cierto momento de abstracción estética que la radio supo aprovechar (Fernández et al. 2003). Esa hipovisualidad en lo fonográfico la vinculábamos al gran proceso de abstracción sufrido por la música desde su participación en ritos y eventos sociales y su acompañamiento a la letra, hasta el desarrollo y éxito de la música instrumental en la línea de la “emancipación de la música” de la que habla Nuebauer (1992).

⁸ Desde ese punto de vista, es el de cómo las acciones de los sectores sociales se llevan al conocimiento del conjunto de la sociedad a través de los medios, un mundo particular es de la música, cuyo sistema de circulación todavía consiste, por un lado, en compañías que producen música y, por el otro, en la existencia de medios, entre ellos la radio, que la difunden y comentan.

Pero el circuito informativo, que en principio comenzaba en la agencia de noticias o en el cablegrama del corresponsal, se recogía y comentaba en los diarios y se leía en las radios, cambia radicalmente con la utilización del teléfono, saliendo al aire en vivo dentro de la radio, como precursores de los ahora imprescindibles *móviles*; además, la incorporación de lo fonográfico, con las posibilidades de grabación de una declaración pública o de una entrevista, permitió la presencia de la *propia voz* del protagonista de la noticias, quedando sujeto al escarnio o al elogio repetido según la óptica de los periodistas que acompañan en vivo la puesta al aire de lo grabado⁹.

Si a la información general y a la distribución musical agregamos, hacia el lado de fenómenos masivos, el acceso al radioteatro y al *show*, y desde el lado de lo *interindividual* tenemos en cuenta la constitución de una red que cubre gran parte de la vida social, vemos que con el desarrollo de los medios de sonido se constituyen espacios sociales como la *gran ciudad* y lo *global*, en el sentido de que el tango es, al mismo tiempo, la música del Río de la Plata y un éxito mundial. Esto genero, en el centro mismo de nuestra cultura, la articulación entre lo *hiperindividual* (es tan *individuo* en la escucha quien *me* llama por teléfono, como quién *me* habla por la radio, como quien *me* canta a través de lo fonográfico) vemos que se integra ese gran sistema de medios y transposiciones de la ficción y de la información que todavía está vigente y al que luego se incorporó la televisión y que hoy comienza a desplegarse en Internet, en última instancia, ese circuito de distribución de la noticia que describimos recién y el despliegue del radioteatro son, en general, transposiciones.

Veamos ahora, a partir del esquema presentado en la *Figura 1*, cómo sintetizamos todos estos movimientos en la *Figura 2*. Vemos allí, en tanto síntesis de lo que hemos descrito que los *dispositivos de mediatización del sonido*, aparecen vinculados con el momento fotográfico del siglo XIX en sus búsquedas de *captura e impresión naturalistas*, en su despliegue de una *indicialidad* compleja y novedosa, pero aportando rasgos novedosos y definitivos a la noción de *actualidad* y con posibilidades de promover *nuevos modos de presencia de la individualidad* y de *construcción de escenografías abstractas* y dando alternativas de

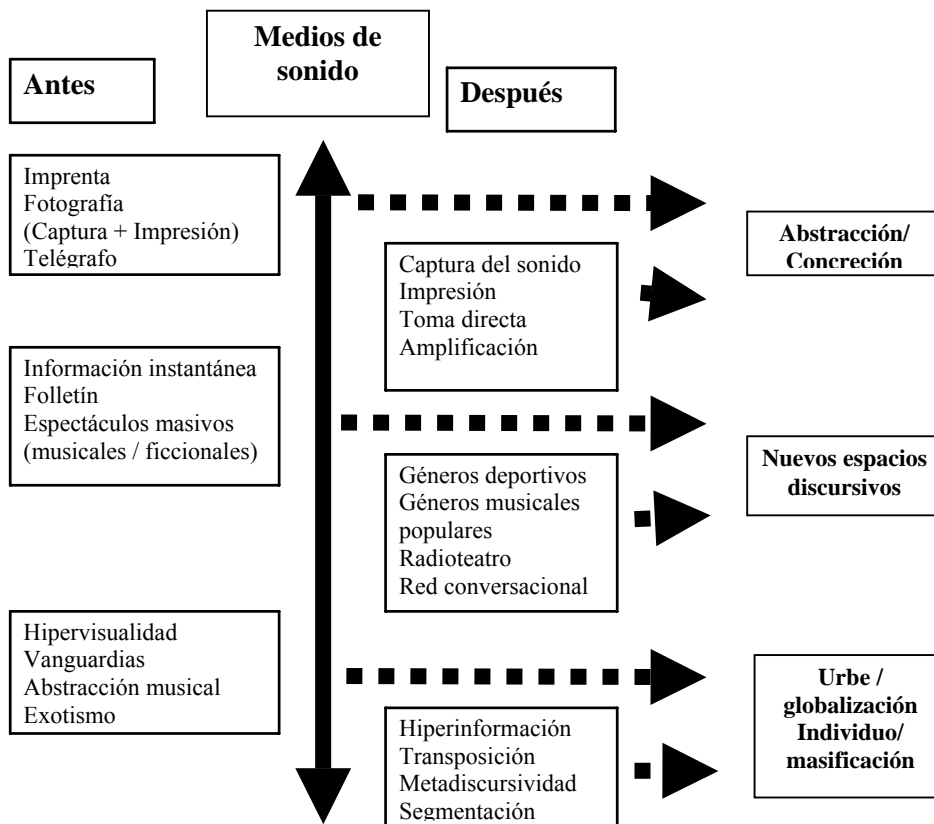
⁹ Para aproximarnos a las variaciones internas de ese circuito en el que sin embargo tienen siempre presencia los medios de sonido, vale la pena tener en cuenta que durante las décadas del '70 y el '80 en Buenos Aires, el circuito comenzaba en el periodismo radiofónico, que generaba noticias y entrevistas a las que se recogía en los noticieros y programas periodísticos de la TV nocturna y todo ese movimiento cotidiano, recién se comentaba en los diarios el día siguiente, mientras entraban en crisis sus ediciones vespertinas.

escuchas grupales o íntimas. Ese conjunto de *restricciones y posibilidades generadas por los dispositivos* compondrán la *base material* de los medios de sonido, con usos diferentes, como vimos, en lo telefónico, lo radiofónico o en lo fonográfico.

En cuanto a los *géneros y estilos discursivos*, más allá de los respectivos desarrollos de cada género y de los diferentes estilos que pueden encontrarse dentro de cada uno de ellos, lo que nos interesa aquí es que esos desenvolvimientos construyeron nuevas ofertas y posibilidades de interacción discursiva, es decir, nuevos espacios de la vida social, tanto en términos de los intercambios interindividuales (¿cuándo se pudo, antes del teléfono, conversar íntimamente con tanta facilidad, aboliendo las distancias territoriales?) como en términos de ofertas culturales. Resulta muy importante, en este sentido, la expansión de géneros musicales populares, combinaciones de letras y músicas en formatos de aproximadamente de tres minutos de duración, adaptados como *cápsulas portadoras de sentido*, tanto al formato industrial de los discos, como al de los *macrogéneros* radiofónicos que se constituyeron articulando, entre otras, esas cápsulas (También noticias, sketches humorísticos, pasos de comedia, recetas de cocina, partes meteorológicos, comentarios de encuentros deportivos, etc.). Y también, vinculado con lo anterior, esos géneros que, como los relatos deportivos, enseñaron a la sociedad, que la articulación de distintas esferas de la vida social podía constituirse (en realidad, *sólo* podía constituirse) en ese espacio mediático que relacionaba, por ejemplo, el relato de la acción deportiva, -construido desde diferentes puntos de vista-, con la información política y social más genéricas, y con la emisión publicitaria.

Y allí se constituyen, también, *prácticas discursivas y sociales* inexistentes previamente: prácticas que articulaban la *individualidad* de la voz del periodista, con la *generalidad* de la información y, desde el punto de vista de la extensión territorial, el espacio de una *ciudad* que ya no podía recorrerse (conocerse) desde el lugar del peatón, con las más amplias extensiones de una *globalización* que por primera vez relacionaba la *actualidad* con la contemporaneidad real.

Figura 2. Esquema de transformaciones por el surgimiento de los medios de sonido



2. Los medios de sonido entre las condiciones de producción de la Internet¹⁰

Desde el punto de vista que nos propusimos en el comienzo de este trabajo ahora deberíamos incorporar a nuestros esquemas descriptivos las *acumulaciones* y *transformaciones* que atraviesan a, o son producidas por, la Internet respecto de los aportes previos de los medios de sonido.

De todos modos, antes de enfocarnos en Internet, resulta inevitable el intento de otorgarle un lugar en el proceso, aunque sea un lugar provisorio, a fenómenos mediáticos de gran magnitud, y que han generado mucha mayor preocupación teórica que los medios de sonido, como lo son el cine y la televisión. No dejamos afuera de nuestra reflexión los cambios sufridos por las publicaciones gráficas contemporáneamente con el desarrollo de los medios de sonido, porque pensamos, como hemos formulado en un trabajo grupal anterior, que esa

¹⁰ Utilizamos la noción de *condición de producción* en sentido veroniano, respecto de la que no tiene sentido profundizar discutir aquí.

transformación se vincula a las generadas por los medios de sonido y consiste básicamente en la generación de nuevos espacios sociales de interacción discursiva y de construcción de *actualidad* (Fernández et al. 2006)¹¹. De todos modos, algunos de los aspectos a que nos referiremos aquí pueden vincularse con el desarrollo de la imagen fotográfica en la prensa.

Desde el punto de vista de la historia de los medios, el lugar de la imagen fotográfica y de sus sucedáneos ocupa un lugar absolutamente hegemónico por, al menos, dos series de razones de muy diferente entidad.

Una serie de esas razones tiene que ver con el lugar central, aunque cíclicamente repudiado, que ha ocupado la *representación a través de la imagen* en nuestra cultura; en esta serie, la fotografía es importante porque introduce la posibilidad de la producción y reproducción industrial e individual de imágenes, sin las limitaciones técnicas, de reproducción y de habilidad necesaria, propias tanto del arte como de las artesanías.

La otra serie tiene que ver con lo que ha significado la incorporación de la fotografía en la fundación de lo que finalmente Carlón, como mencionábamos más arriba, ha denominado como Sistema Técnico Indicial y que, a nuestro entender, incluye en un lugar privilegiado a la mediatización del sonido. La razón de ese lugar protagónico se encuentra en que con ellos se ha agregado una cuestión central del *contacto* que Carlón (2004) ha sabido valorar muy especialmente para lo televisivo y que es la de la *toma directa*; si bien desde el punto de vista técnico respecto a la teoría de los signos se trata de la problemática de lo *indicial*, nos interesa aquí el hecho de que, desde esta serie, es que se introduce en la vida de los discursos masivos la cuestión de ese *contacto* entre producción, emisión y recepción de textos construidos mediante dispositivos técnicos de acceso masivo. Muy simplificada, el *contacto* consiste en que *algo perceptible* presente en la construcción del texto, permanece en su emisión y en su recepción por lo que el receptor tiene acceso a ese *algo*, y que en los textos

¹¹ Hay que confesarlo: en los últimos años venimos bordeando este tema sin que ninguna de las soluciones propuestas nos deje tranquilos. Una primera aproximación a la periodización de los medios, desde este punto de vista, está presente en Fernández 2004. Allí sosteníamos que el proceso de desarrollo de mediatizaciones que generan efectos de globalización pueden afectar “la *distribución de contenidos*, como se denomina en la industria del espectáculo a los productos terminados --circulación internacional de filmes o textos televisivos— o... formas de *contacto*, tanto en términos espaciales o temporales o simultáneamente espaciotemporales con distintas relaciones entre imágenes y sonidos, entre textos *en vivo* y textos grabados, con diversas maneras de aparición de lo individual como representación o como modos de interacción”. Como se verá posteriormente, mantenemos esa diferenciación. Trabajos como el de Sandra Valdetaro incluido en este Encuentro, están entre los materiales que cuestionan lo que decimos y nos estimulan a la continuación.

telefónicos, radiofónicos y televisivos *en directo* ese *algo* incluye a la propia temporalidad individual y social de emisores y receptores.

Teniendo en cuenta lo que hemos visto hasta ahora, y organizando lo conceptual de un modo gráfico diferente sólo por comodidad (en realidad, lo que presentamos es una grilla que ordena *datos* y no un diagrama donde se presentan *tendencias*) tendremos el siguiente esquema en el que, cada vez que *no* aparezca una *acumulación*, debe entenderse como una *transformación*:

Figura 3. Acumulaciones y transformaciones de la Internet

<i>Serie</i>	<i>Fenómeno</i>	<i>Fuente de acumulación</i>
Dispositivos técnicos	Interfaz - Pantalla - Teclado - Mouse Hipertextualidad	---- TV Máquina de escribir, teléfono ---- (¿control remoto?) Teléfono en la radio y TV
Géneros y Estilos discursivos	Información E-mail Música Ficción Juegos	Biblioteca – Prensa multimediática Correo Fonografismo Cine y TV ficcional Juegos en radio y TV
Prácticas discursivas	Interacción emisión/recepción Acceso a información infinita E-mailing Chateo	Teléfono ---- Correo y teléfono Teléfono

Vemos, en primer lugar que, utilizando esta perspectiva de lectura diacrónica, la gran novedad de la Internet se acota a ciertas áreas: la presencia del conjunto de interacción con la máquina y sus accesos a contenidos (la *interfaz*) que sin embargo está constituido por dispositivos con presencia previa, salvo en el caso del *mouse*, y su capacidad de convertir a la pantalla en

espacio de interacción y no sólo de recepción; en cuanto a contenidos discursivos. Parece difícil sostener que Internet haya inventado géneros y estilos particulares (tal vez habría que entender como *estilo particular nuevo* la posibilidad de escritura desmañada e incompleta en el mail y el chateo, pero parece más preciso entenderlo como práctica discursiva con su respectiva carga estilística). Por último, aparece como *gran práctica discursiva nueva* el acceso poco dificultoso a un volumen de información que excede cualquier capacidad de procesamiento individual, con sus consiguientes problemas de interpretación.

Como se ve, el acotamiento de la novedad que genera esa manera de graficar no implica necesariamente un acotamiento de la importancia de la red en nuestra sociedad, pero sí un matiz de moderación respecto a la interpretación de sus orígenes y sus alcances. La Internet no es entonces pura *transformación*: es También *acumulación* que la inscribe en la cultura y en los sistemas previos de intercambio discursivo.

En otro plano, esta manera de reflexionar sobre los fenómenos y su organización en la grilla, nos permite defender la importancia estructural de la mediatización del sonido en la constitución de nuestro sistema de medios actual y en la posibilidad social de su procesamiento y desarrollo. En efecto, el único antecedente centralmente necesario al desarrollo del *contacto* en la red es la pantalla de la PC (o sus posibles sucedáneos), provenientes más de la pantalla televisiva *en vivo* que de la cinematográfica y tal vez el despliegue del control remoto (pero cuya expansión ya convive con la informática en el hogar). Para entender la importancia crucial que le otorgamos a los medios de sonido debe entenderse ese efecto de *hiperdispositivo* radio-teléfono-fonógrafo que nos permite acceder a través del parlante de la radio, por ejemplo, a la palabra de alguien que está fuera de la radio pero que ingresa por teléfono y habla con quienes están en el estudio, pero también otros espacios sociales no radiofónicos, todo esto combinable a su vez con una entrevista o una melodía grabadas en otros espacios y otros tiempos: consiste ese espacio *hojaldrado* en una especie de *pre* Internet a la que luego se le agregarán pantallas (e imágenes), teclados y mouses que posibilitarán un *transformador* modo de acceso que aprovechará la previa experiencia *acumulativa*.

Por último, este modo de enfocar nuestros temas tiene su utilidad para la comprensión del estilo de nuestra época y de nuestra cultura. Vemos en esa grilla que la imagen ocupa un lugar

lateral y hasta subsidiario. ¿Significa esto tomar partido por una disminución, conceptual o empírica, del peso de la imagen en nuestros discursos y en nuestras prácticas culturales? De ningún modo, pero sí nos permite, por ejemplo, poner entre paréntesis todas las grandes afirmaciones acerca de que estamos dentro de una *cultura de la imagen* y poner de manifiesto que, en realidad, se trata de una cultura de *letras, sonidos mediatizados* y, **también**, *imágenes*. Si esto fuera cierto, la historia de los medios debería tener dentro de los estudios sobre mediatización en la compleja actualidad, un lugar más destacado que el de simple procedimiento de reconstrucción del pasado.

3. Mediatizaciones de lo musical

En primer lugar, resulta necesario decir que en nuestro trabajo de investigación sobre lo musical, progresivamente nos vamos relacionando con dos corrientes musicológicas que producen conocimientos útiles para situar la mediatización musical en sentido estricto y que tienen que ver con fenómenos que se producen en la actualidad musical. Por un lado, una línea *etnomusicológica*, que estudia la diversidad de la vida musical *en vivo*, pero que no deja lado el constante aporte mediático a esas prácticas. Nuestro referente allí es Rubén López Cano, etnomusicólogo de origen mexicano, radicado en Barcelona y que enseña e investiga en la ESMUC (Escuela Superior de Música de Catalunya) (López Cano 2007). En el otro extremo, tenemos contacto con una corriente a la que podríamos denominar (seguramente generando enojo) como *tecno musicológica* que, desde la Universidad Nacional de Quilmes viene publicando trabajo, bajo la dirección de Oscar Pablo Di Liscia, sobre aspectos de la tecnología, la audición y la estética musical (Basso, Di Liscia, Pampín 2009). De esa interacción se registrarán los resultados en próximas publicaciones.

Por ahora, antes de introducirnos en el proceso de mediatización progresiva de la música hasta su actual presencia en Internet y los dispositivos digitales, conviene recuperar algunas de las precisiones de Chion acerca de las *operaciones* que las técnicas realizan sobre el sonido (Chion 1999: 250-262). Así tenemos la *captación*, que presupone la existencia previa de una fuente sonora, la *telefonía*, que presupone el transporte del sonido, en toma directa o en grabado, la *acusmatización sistemática*, es decir, que se acepte que de ciertos fenómenos naturales o sociales, el sonido tiene una vida propia diferenciable de la de su fuente, la

amplificación / desamplificación, en tanto que posibilidad de manipulación del volumen de emisión y recepción, la *fonofijación*, grabación o producción fijada, la *fonogeneración*, en la medida que se pueden producir ruidos o sonidos independientemente de toda fuente natural o instrumento musical (concepto clave en la música electroacústica), y el *remodelado* en tanto que trabajo de estudio sobre lo previamente fijado.

En trabajos previos, por nuestra parte (Fernández y Equipo 2008), denominábamos *fonografismo* a todas las técnicas de *impresión y reproducción* del sonido diferenciándolas, en primer lugar, de las de *producción* de sonido. En ese sentido, la genealogía del *fonografismo* se vinculaba más con dispositivos previos como el *fonoautógrafo*, que con el *organito*, o la *pianola mecánica*. Mientras el primero consistía en un aparato que fijaba en un papel el registro del paso del sonido por el mecanismo, el segundo producía sonidos de un modo más cercano a la idea actual de instrumentos electrónicos o de sintetizadores. Aquí hay un campo de discusión que comienza a formalizarse, y que pone en tensión las nociones de *producción* y las de *mediatización* musical.

El *fonografismo* es, como vimos y junto al teléfono y la radio, uno de los procedimientos de *abstracción* del sonido con respecto a su fuente sonora cuyo desarrollo se produce entre las últimas décadas del siglo XIX y primeras del siglo XX. Un campo de causas y consecuencias centrales de ese proceso que hemos descrito (Fernández 2008), es la tensión entre esa *abstracción* (entendida en este caso como *extracción* de componentes de su contexto de producción) y la *concreción* de sus resultados¹².

Fuimos desarrollando la noción de *fonografismo* de una manera silvestre hasta que, en un cierto sentido, *encontramos* que era un paso más de la *abstracción* de la música respecto de otras prácticas sociales. Sabíamos, gracias a una cierta información genérica sobre la cultura, que lo grandes géneros instrumentales y el formalismo de la *fuga* se fueron constituyendo progresivamente durante el barroco (Bukofzer) y seguramente estábamos influidos por las

¹² Aunque no desarrollemos el tema, recordemos que, por ejemplo, la voz o el timbre de un instrumento transmitidos por alguno de estos medios no son *representaciones* de la voz en el mismo sentido en que la imagen fotográfica – aún plena de su realismo-- es una representación de un cuerpo humano o de la figura de un instrumento. La voz o el sonido grabados, a pesar de los brutales procedimientos de transformación tecnológica a los que son sometidos en los procesos de grabación y reproducción, llegan al oído con sus mismas características de *individualidad*, en el caso de la voz con todo su componente *corporal* y en el de los instrumentos musicales, con su *autenticidad*, teniendo como único límite la *fidelidad* que, como veremos, ocupa un lugar importante en el desarrollo de estos dispositivos técnicos.

sugerentes reflexiones de Lévi-Strauss (1994: 113) acerca de “...la música denominada clásica...” que “en los tiempos modernos en nuestros países, en diversas épocas en otras culturas letradas, se emancipa y conquista una autonomía con respecto a la música popular, solidaria de otras formas de actividad...”, pero no conocíamos todavía los esfuerzos monumentales de Neubauer ([1986] 2002) para capturar esa *emancipación de la música* como un esfuerzo metadiscursivo formalista. Hoy vemos, detrás de ese complejo proceso de abstracción, un punto de vista específico a partir del desarrollo de los medios de sonido que podemos contribuir, aunque más no sea parcialmente, a la comprensión del desarrollo de lo musical en nuestra sociedad.

Por un lado, desde un punto de vista histórico, ahora sabemos que antes del fonógrafo y de la radio, no existían los grandes géneros musicales populares tal como los conocemos ahora (Fernández 2007; González y Lapuente 2008) y es más, investigaciones muy precisas sobre esos momentos fundantes muestran características específicas del desarrollo de géneros locales en países según el momento de incorporación de las grabaciones locales¹³.

Además, podemos determinar dos grandes momentos de aporte de la mediatización sonora a lo música son la ya mencionada búsqueda técnica de la *fidelidad* --en cuyo momento de éxito, en los 40 y 50, vuelve el ruido a la música a través del movimiento de la música concreta y de la electrónica junto con nuevas teorías de lo sobre lo musical¹⁴-- y, tal vez como aplicación de las novedades electroacústicas a la industria musical, la introducción en los 60 de la estereofonía, a partir de la cual, por primera vez, versiones producidas (grabadas) en el estudio tenían rasgos imposibles de reproducir en vivo. A partir de allí, la mediatización es definitivamente parte de la *producción material* de la música en tanto que obra y no solamente mera *reproducción*. A partir de ello, vemos ahora a la sociosemiótica de los medios como aporte, tanto a la etnomusicología como a las teorías musicales de base tecnológica¹⁵. Avancemos un poco más sobre ese desarrollo histórico-discursivo.

¹³ Ver para el caso de Colombia, el trabajo muy interesante de Santamaría Delgado incluido en la Bibliografía citada.

¹⁴ El *Tratado de los objetos musicales* de Pierre Schaeffer y su obra creativa es producto y producción de ese movimiento; ver el lugar que ocupa la noción de *utilaje* como fundamentación del cambio en la época (Schaeffer, P.: 20).

¹⁵ Una síntesis fecunda sobre el estado actual de los estudios musicales en López Cano 2007; un despliegue de los esfuerzos de la semiótica para capturar los problemas que le plantea lo musical, en Tarasti 2002: Part One y

El tipo de escucha que permitían los primeros fonógrafos era esencialmente pobre y más aún si el oyente tenía contacto frecuente con ejecuciones musicales dentro del hogar o en salas especializadas. Tal vez por esa razón, o simplemente porque, como decía el periodismo de la época, generaba interés la propia capacidad grabadora y reproductora del dispositivo, desde el momento de la invención del fonógrafo en 1877 hasta los comienzos del siglo XX, en la prensa general y especializada se previeron diversos usos para los diferentes dispositivos fonográficos. La grabación y atesoramiento de ejecuciones musicales fue sólo una entre las distintas posibilidades de uso de las que se hablaba. Se promovían otros como el atesoramiento de la voz, la grabación de ruidos curiosos, fragmentos de alguna obra teatral, aprendizaje de lenguas extranjeras, etc.

Puede decirse que hasta la segunda mitad de la década de 1910, no existía --al menos en la Argentina-- algo parecido a un sistema de géneros dentro de la música grabada. Todos los sonidos, fueran o no producidos por el talento humano, figuraban aparentemente en pie de igualdad. Recién con ese promediar de la década comienza a reconocerse un sistema de géneros y sus jerarquías estilísticas. Formas de la música popular y del folclore como la polca, la ranchera, el gato, etc., van siendo registradas y comercializadas por la incipiente industria fonográfica hasta llegar al tango, que rápidamente se convirtió en un género altamente *grabable*.

Desde el punto de vista del soporte de lo musical, los dispositivos fonográficos debieron superar diversas limitaciones técnicas. Por ejemplo, el tiempo del registro a duras penas superaba los dos minutos en los cilindros de fonógrafo al igual que en los discos de gramófono, los cuales hasta 1904 tenían un solo lado impreso; además, el mecanismo de tracción no era eléctrico, por lo que lograr una reproducción a velocidad constante fue el desarrollo que los fabricantes procuraron. Por esas razones, entre las ofertas de sonidos grabados y las publicidades que las promocionaban predominaban los sonidos obtenidos a partir de la voz humana por sobre la música instrumental. Entre las formas instrumentales tuvieron notable aceptación las marchas militares, quizá por su cadencia regular y ritmo percusivo.

un modo de enfrentar, desde lo musical, algunos de los problemas que aquí sólo se vislumbran, en Di Liscia 2006.

El proceso de *abstracción* del sonido respecto de su fuente sonora, necesario para el desarrollo del uso social de la grabación chocó en sus inicios también con obstáculos en sus *prácticas discursivas*. Los músicos y cantantes de lo que se consideraba música *culta* tenían serias dudas acerca de las posibilidades de lo fonográfico. Las *máquinas parlantes*, como se las llamó entonces, ofrecían poco a los oídos de las estrellas del mundo de la ópera. Según señala la historiografía de la música, un hito fundamental en el pasaje de la música del auditorio al disco fue la contratación del tenor Enrico Caruso por parte del sello Gramophone para que registrara sus interpretaciones en discos de gramófono en 1902. Caruso, el tenor más reconocido del momento produciría una reacción en cadena que logró que muchos otros artistas confiaran en la grabación fonográfica (Videla 2008).

Dentro de la fascinación que generaba la sucesiva creación de nuevos dispositivos, y al igual que ocurrió con el cinematógrafo en sus comienzos, el fonógrafo fue una atracción circense y son muchas las ilustraciones publicitarias de la época en las que se pueden observar escenas de escucha de ese tipo, de carácter festivo y ligero.

Las publicidades de los dispositivos privilegiaban como atributo principal de estos productos la posibilidad de perpetuar y *enlatar* el sonido. Así una publicidad de gramófonos en 1900 que llevaba por título "Sonidos cautivos" decía: "¡Quién hubiera imaginado que los sonidos serían artículos comercializables como cualquier otra mercancía! Efectivamente es así pues, debido a la ciencia y el genio norteamericano es posible recoger los sonidos del canto, la música, del habla, las campanas..."¹⁶.

A mediados de la década del '20 se abre el camino de la *fidelidad* en lo fonográfico. Las innovaciones en las tecnologías de grabación y amplificación incentivan el consumo de música grabada. En los estudios, la bocina metálica compartida es reemplazada por los micrófonos individuales y el rango de frecuencias a grabar se amplía haciendo posible registrar agudos y bajos con mayor aproximación. El proceso de abstracción abierto con el comienzo de la grabación de sonido se acentúa. La música grabada puede simular el efecto de la ejecución en vivo, el ruido ambiente y las interferencias del aparato reproductor se borran dejando a la música *brillando* en soledad.

¹⁶ Revista Caras y Caretas, Buenos Aires, 14 de julio de 1900.

En ese camino el disco de pasta del gramófono se estabiliza como el soporte de la música grabada mientras que los cilindros de cera de fonógrafo y el gramófono terminan por desaparecer del mercado y con ellos la posibilidad de la grabación de sonidos en el hogar. En Buenos Aires circulan discos grabados en el extranjero pero hacia los '20 surgen numerosos sellos discográficos nacionales, muchos de ellos dispuestos a satisfacer la fiebre del tango. Al comienzo, el tiempo de grabación de ambos soportes era similar, pero luego el disco se graba de ambos lados permitiendo duplicar los 3 a 4 minutos de grabación. Por otra parte, la calidad de reproducción del sonido supera a la del cilindro de cera teniendo además mayor vida útil por desgastarse menos en cada escucha¹⁷.

El nuevo medio radiofónico transmite mucha música en vivo. Los cantantes y los intérpretes en general, acompañados por sus grupos de músicos, realizan audiciones en los estudios de radio dando un soporte fundamental al desarrollo de la industria discográfica. Comienza la compra del *hit* de la radio, la canción de moda mediática (González y Lapuente 2008)¹⁸.

Por otra parte, desde las publicidades ya se perfila una manera dominante de la vida del disco: el soporte de sonido grabado es para escuchar música y no para otras actividades como mandar mensajes, atesorar la voz de los seres queridos, etc., que, como vimos, aparecen como posibles usos en el momento anterior.

Sintetizando, se puede señalar dos modos de la figuración de lo musical y de funcionamiento metatextual de lo visual del sistema de géneros musicales:

- *El modo de figuración de lo musical a través de motivos gráficos ligados a los temas de las canciones*, por la reiteración de esa relación ciertos motivos se constituyen como propios de ciertos géneros musicales y conforman en sí especies de sistemas iconográficos de los géneros.

¹⁷ El aumento de abstracción de la música producido en el desarrollo de la fidelidad estuvo acompañado por un movimiento similar en las imágenes que acompañaban al disco. Los grandes discos de pasta se comercializan en sobres de papel madera y se guardan dentro de especies de biblioratos en la discoteca. De esa forma el disco se resguarda de cualquier golpe fuerte que pudiera quebrarlo. Esos sobres no tienen imágenes, solamente suele aparecer el logotipo del sello discográfico o la tienda que los comercializaba.

¹⁸ El músico --cantante, intérprete o director de agrupación-- aparece como autor pero su obra es fragmentada en lo fonográfico porque en los discos no había más espacio que para dos piezas (cuando se editaba una ópera podía abarcar hasta 40 discos). El efecto de *obra completa de autor* era por lo tanto un efecto metadiscursivo básicamente gráfico. Es recién en el '48 que el disco abre materialmente la posibilidad de efecto del músico como autor de una obra porque, gracias al microsurco el disco soporta hasta 12 temas musicales de alrededor de tres minutos.

– *El modo de figuración de lo musical en la tensión discográfica-intérprete*: los géneros musicales se convocan en la identificación de los cantantes.

Cada uno de estos modos tuvo su predominio en diferentes regiones discursivas. El primero tuvo preeminencia en las tapas de las partituras mientras que el segundo en las publicidades y catálogos. Estos dos modos hacen un primer encuentro en las revistas especializadas y luego en la nueva área metadiscursiva que aparece abriendo el siguiente momento de la vida de la visualidad de *lo fonográfico*: las *tapas* de discos¹⁹.

Una de las características centrales que tuvo el período descrito previamente es que progresivamente se fueron constituyendo como autónomos los circuitos de *producción de aparatos reproductores* (máquinas) de los de *producción de contenidos audibles* (exclusivamente *discos* todavía en ese momento). Deja de ser condición necesaria entonces que el fabricante sea el mismo en ambos casos y, en el caso de serlo, no se presenta del mismo modo frente a lo que a partir de allí aparecen como mercados diferenciados: dos circuitos de producción generan dos universos de lo mostrable. El origen de esa bifurcación es que ya desde mediados de la década del 30 se instala la norma internacional que permite que todos los discos sean escuchados en cualquier dispositivo.

A partir de allí, las compañías fabricantes de dispositivos reproductores muestran escenas de escucha fonográfica. Ya no ponen en cuestión el tipo de utilidad del mecanismo del que ya está instalado que su uso básico es la escucha musical²⁰. Veremos, de todos modos, que la novedad tecnológica de uso cotidiano siempre debe ser explicada.

En casi todos los medios gráficos es muy importante, ya desde principios de la etapa anterior, la presencia de imágenes fotográficas de los artistas en general y de los intérpretes musicales en particular. Carlos Gardel, por citar un caso emblemático, grabó filmes en los Estados Unidos en los que ocupan un lugar importante sus temas musicales, considerados como fundantes del tango canción, aunque también incluían diversos géneros musicales camperos o inmigrados. En los medios gráficos su imagen aparece muy frecuentemente en diarios,

¹⁹ En Buenos Aires se denominaba *tapa de discos* a lo que en realidad eran sobres de cartón con un anverso y reverso claramente diferenciados y jerarquizados (de allí lo de *tapa*). Otro género gráfico entonces, la *tapa* de discos, del que recién estamos comenzando el estudio.

²⁰ Encontramos en ese momento motivos que referencian a la *musicalidad* (en ciertas publicidades de reproductores como el Discofonic, se grafican corcheas sueltas y en el caso del Barret, la tipografía simula una onda sonora, en el Winco, la escena de baile familiar (Figs 7/8/9).

revistas y partituras. Inclusive en artes populares como el *fileteado*, más aún después de su muerte, su rostro se convierte en un motivo recurrente. Lo curioso es que, en esa misma época, en las publicidades y tapas de sus discos la imagen es inexistente.

Ahora bien, si bien es en este momento que comienza a constituirse el tránsito de la *hipervisualidad* (*presentación* del o los intérpretes + *representación* de los motivos de géneros o estilos) a la *archivisualidad* cuando el disco pasa a ser no solo soporte musical sino un objeto conceptual soporte de varias artes, no debe pensarse que se trata de un recorrido lineal, como tampoco lo es el conjunto del trayecto descrito hasta aquí.

La *archivisualidad* de la música fonográfica, convive con dos series de fenómenos claramente visualizables en este momento: la *performance musical* en vivo, articulada con danzas o rituales colectivos y la *escucha individual* y todavía plenamente *abstracta*: del walk man, al disk man y a los múltiples soportes individuales de la grabación *mp3*²¹. Esto quiere decir, como último comentario, que los ataques visuales que ha soportado desde sus inicios la extrema *abstracción* de la mediatización musical, y que tienen mucho interés desde el punto de vista social, no ha impedido, que alrededor nuestro y casi inadvertida por la teoría, esa posición abstracta sigue viva.

Por último, en estos días, los medios de sonido han llegado a Internet. A través de ella podemos hablar por teléfono o chatear oralmente, escuchar radio o acceder a grabaciones fonográficas, Ahora bien ¿podemos hablar de *medios de sonido* si hay presencia visual de pantalla? Seguramente nada puede definirse ya, pero en este trabajo se pretende avanzar en la comprensión de ese complejo y novedoso universo a partir de nuestras experiencias de investigación sobre el conjunto de los medios de sonido. Sin pretensiones prescriptivas intentaremos comprender cuándo nos encontramos con fenómenos específicamente radiofónicos y cuándo se trata de otros tipos de mediatización del sonido. Puede parecer ocioso ese esfuerzo porque, en definitiva, es la vida social, la cultura en sentido amplio, la que va determinando las incumbencias de los medios, sus parecidos y diferencias con el único límite de las posibilidades de la base técnica. Pero la tarea de las ciencias sociales es indagar

²¹ Demás está decir que, otra vez, aparece en discusión la noción de *fidelidad* pero, también, que todo movimiento tipo *mp3* será respondido con acciones tipo *mp4*.

cómo se constituyen esos procesos, interpretarlos y comprender, aunque sea parcialmente, hacia dónde se dirigen.

Cuando *Last.fm* se presenta como «un servicio musical dispuesto a aprender de ti...» y propone «conectarte con otros usuarios con los que compartes las mismas preferencias musicales y recomendar canciones de sus colecciones o la tuya», evitando que se «nos inunde con baladas de Elvis y surf garaje japonés...» con la meta de «...siempre hacer más democrática la cultura musical: que cada uno pueda escuchar la música que quiera, cuando quiera. Sin un intermediario que diga lo que te tiene que gustar». Es decir que hay una propuesta utópica recuperando sin mencionar al *feed back* permanente, al modo en que Enzensberger (1984: 11-14), citando a Brecht, proponía en convertir a los «medios de distribución» en «medios de comunicación».

Por supuesto que este fenómeno todavía incipiente pero de gran crecimiento como muchos de los que tienen lugar en la red, posee una riqueza comunicacional que conviene que sea estimulada y una velocidad de desarrollo que pone en duda constante nuestro conocimiento (¿cuántas novedades ocurrirán en este campo antes de que este artículo sea publicado, o aún mientras está siendo escrito?). Nuestra opinión es que la aplicación del saber previo acumulado sobre el mismo tema o temas cercanos puede ser útil para estimular y hacer más consistente el avance y no para actuar como un freno, por otra parte imposible. Entonces, si hemos estudiado previamente el nacimiento de los medios de sonido ¿por qué no será útil ese conocimiento para la comprensión de esta nueva etapa de la mediatización sonora? Es de esperar que, como dijimos respecto de los medios de sonido (teléfono, fonógrafo y radio) cuando era medios *nuevos*, entre fines del siglo XIX y las primeras décadas del XX, también en estas nuevas mediatizaciones se produzcan alternativamente fenómenos, como ya hemos visto al principio, de *acumulación* y *transformación* respecto de las experiencias mediatizadoras anteriores (Fernández 2007).

Si revisamos lo que dijimos al principio, acerca de que *la aparición de un fenómeno discursivo mediático depende de que --en el contexto y con el impulso, conflictivos ambos, de un cierto estilo de época-- se articulen elementos de las historias particulares (de la tecnologías utilizables en comunicación, los géneros y estilos discursivos y las costumbres de intercambio comunicacional disponibles) generando efectos, a su vez, en el propio estilo de*

época, es decir que, dentro de los fenómenos de mediatización del sonido en Internet, deberíamos poder discriminar, en un marco de cierto estilo de época que privilegia las redes y la autogestión comunicacional, cómo nuevos dispositivos técnicos, soportando viejos o nuevos géneros y estilos basados en, o atravesando, el sonido, generaran nuevas prácticas sociales y discursivas para alimentar la continuidad o generar novedades en el propio estilo de época.

Sobre ese intertexto de sonidos mediatizados preexistentes es que debe entenderse dentro de la Internet el tratamiento de los medios de sonido en general, y de lo musical en particular, y no al revés. Si no, no hay manera de escapar a la vorágine de Internet y al efecto de novedad permanente que impide el movimiento comparativo. Revisemos ahora la oferta que conocemos, resignados como advertimos al principio a que hay mucho de lo que todavía no tenemos noticias y que, además, mucho más está apareciendo sin cesar.

En un primer nivel, a través de la Web podemos sintonizar ahora emisoras de radio, algunas de ellas también, y todavía la mayoría, presentes en el sintonizador de AM o FM, otras no y sólo se puede acceder a ellas por la red. Todas ellas con sus respectivas ofertas musicales. Es decir que hay nuevos modos de distribución hasta el parlante y ello permite, en principio, que se aumente la oferta de emisoras. Se trata, en este de plano, de un exclusivo de dispositivo técnico de distribución que complejiza el reparto de la escucha social radiofónica.

Además, como un fenómeno muy diferente de los anteriores, al menos a nuestro entender, están los portales, de mecanismo *peer to peer*, entre los que LastFM se ha desarrollado especialmente que se ofrece como «la mayor plataforma musical y social del mundo. Comparte tus gustos musicales, mira lo que tus amigos escuchan, descubre música nueva» y además, «crea tu propia radio» (Calvi 2004).

¿Qué es aquí «crear tu propia radio»? Inscribir un perfil y solicitar música; el sitio provee lo solicitado, propone músicas parecidas, y conecta al usuario con otros oyentes con gustos similares; además, agrega estadísticas, información gráfica sobre conciertos y grabaciones, videos y entrevistas videograbadas. Es decir que actúa como un gran portal de contacto social, como dice su eslogan de entrada, centrado en los gustos musicales. Si el modelo broadcasting se basaba en un emisor central, los sistemas *p2p* tienden a organizarse a partir de los gustos de los usuarios pero arman redes para organizar el contenido general.

Como se ve, los dos primeros procedimientos, son mecanismos que utilizan las emisoras radiofónicas para aprovechar la presencia de Internet y que van generando algunos cambios, a nuestro entender laterales aunque masivos, en el conjunto de la práctica radiofónica; en cambio LastFM, es un sistema equivalente a You Tube, Messenger, Facebook, Linkeldin y tantos más, cuyo objetivo principal es la red de contactos sociales y el intercambio de contenidos que cuestionan la institución del *broadcaster*. En el caso de los contenidos fonográficos, con la actual tecnología se afecta la riqueza sonora al utilizar los formatos mp3 o mp4²². En este caso, no parece estar en juego lo radiofónico, tal como la hemos descrito, sino que se trata más bien, de una sofisticación de prácticas de intercambio fonográfico que, si bien todavía no parece afectar claramente a los contenidos musicales, sí está generando una crisis de la industria discográfica a la que todavía no se le ve un final (Calvi 2007).

Una segunda conclusión, es que no parecen estar siendo afectados todavía los *contenidos genéricos estilísticos*, tanto de lo radiofónico como de lo fonográfico. Las variaciones que detecta Cebrián Herreros (2008) en los géneros radiofónicos no musicales, habrá que ver si se estabilizan o quedan solamente como variaciones estilísticas a partir de las nuevas interacciones en la red con los entrevistados por el medio y con sus oyentes.

Respecto de lo musical, al menos nosotros no hemos detectado cambios del tipo de lo que generó la estereofonía, a partir de la cual, por ejemplo, las grabaciones fonográficas musicales tuvieron por primera vez rasgos que no se pueden reproducir *en vivo*. Hasta allí, la búsqueda de lo fonográfico había sido la de la eliminación de las impurezas de la ejecución en vivo pero para construir un efecto de «pureza» musical.

Todavía la gran novedad de la mediatización del sonido en Internet parece ser, como en otros campos discursivos e informativos, la *extensión* y la comodidad de las interacciones interindividuales y las búsquedas de materiales previamente existentes, en este caso sonoros. Esto tiene consecuencias, difíciles de comprender todavía en sus límites, respecto de fenómenos como la globalización cultural y sus consecuencias industriales que, como vimos, no son necesariamente exitosas. De todos modos, es difícil pensar que no haya cambios en

²² La cuestión del supuesto abandono de la *alta fidelidad* no debe ser desdeñado porque la búsqueda de la calidad sonora fue central en el desarrollo de lo fonográfico hasta las décadas del 50 y 60 del siglo pasado y ese avance tuvo efectos, no sólo técnicos, sino también en estilos musicales y en prácticas de intercambio (Fernández 2008b).

todo ese movimiento que no afecten lo semiótico en un nivel algo más rico que la *world music*.

Respecto del lugar que ocupa la mediatización del sonido en el conjunto de las preocupaciones acerca de los medios, quedan dos últimas observaciones. Que en los sitios de contacto fonográfico se denomine radio a un proceso de selección y distribución musical nos muestra que la radio todavía es resistente al rigor teórico y que hay poca descripción social de su realidad semiótica. Además, la presencia *audiovisual* de la radio en la Web abre la posibilidad de dos tipos de escuchas diferentes y con consecuencias no secundarias según cuál prevalezca. Si se *escucha la radio a través del ordenador mientras se trabaja sobre la pantalla en cualquier otro software*, esa escucha sería independiente de la actividad social, a la manera de cuando escuchamos radio conduciendo un automóvil o mientras trabajamos. En cambio, si *escuchamos textos de sonido, radiofónicos o no, mediante interacciones con la interfaz teclado/pantalla del ordenador*, el modelo radiofónico es cuestionado en diversos niveles, desde la vigencia del modelo broadcasting, hasta la preeminencia de lo *grabado* sobre lo *en vivo* y, muy centralmente, por la necesidad de prestar atención visual a la interfaz. Si este último caso prevaleciera, sería muy difícil no entenderlo, aunque sea parcialmente, como una pérdida dentro de la producción social de sentido: el pago para obtener algo de independencia en la *selección*, sería una pérdida de independencia en la *interacción*. Pero al menos esta última observación, no es ni plenamente apocalíptica, ni plenamente integrada.

Bibliografía citada

ANTEBI, A. GONZÁLEZ, P. (2005) «De la Internacional al *sound system*: aproximación al paisaje sonoro de las manifestaciones». En: VV.AA. (2005) *Espacios sonoros, tecnopolítica y vida cotidiana. Aproximaciones a una antropología sonora*. Barcelona, Orquesta del Caos, Instituto Catalá d'Antropología.

BASSO, G.; DI LISCIA, O.P. y PAMPÍN, J. (comps.) (2009) *Música y espacio: ciencia, tecnología y estética*. Bernal, UNQ.

BUKOFZER, Manfred F. (1998) *La música en la época barroca* (Cap. 7 y 10) [1947]. Madrid, Alianza Ensayo.

CALVI, J. C. (2004) *Los sistemas de intercambio de usuario a usuario (P2P) en Internet. Análisis de una lógica de distribución, intercambio y reproducción de productos culturales*.

Tesis de doctorado. Madrid, Universidad Complutense, Facultad de Ciencias de la Información. ISBN: 84-669-2697-6.

..... (2007) «La industria de la música en España. De los mercados a las políticas culturales». En VV. AA. *Alternativas de política cultural*. Barcelona: Gedisa.

CARLÓN, M. (2004) *Sobre lo televisivo. Dispositivos, discursos y sujetos*. Buenos Aires, La Crujía.

..... (2006) *De lo cinematográfico a lo televisivo. Metatelevisión, lenguaje y temporalidad*. Buenos Aires, La Crujía.

CEBRIÁN HERREROS, M. (2008) *La radio en Internet*. Buenos Aires: La Crujía.

CHION, M. (1999b) “El corte”. En: *El sonido* [1998]. Barcelona, Paidós.

DI LISCIA, O. P. (2006) “La espacialidad del sonido y la música en la banda sonora cinematográfica”. En: Revista *Argumentos-Vol II*, Laborde-UNR, Rosario.

ENZENSBERGER, H.M. (1984) *Elementos para una teoría de los medios de comunicación*. Barcelona, Anagrama.

FERNÁNDEZ, J. L. (1994) *Los lenguajes de la radio*, Buenos Aires, Atuel.

..... (2007) «Acumulación y transformación en el surgimiento de los medios de sonido». En: Berman, M, Fernández, J.L., Fraticelli, D., Koldobsky, D. (comps.) Desde la Semiótica, Historia/s de los medios. Ponencias del 1er. Encuentro de presentación de resultados de investigaciones semióticas sobre historia/s de los medios . Ciencias de la Comunicación, FCS-UBA, ISBN 978-950-29-0998-1.

..... (2006) *La construcción discursiva de la audiencia radiofónica*. Tesis de Doctorado en Ciencias Sociales, UBA. Director: Oscar Steimberg.

..... (2007) “Media sonori e vita sociale”. En: Bertetti, P., Scolari, C. *MediAmerica: semiotica e analisi dei media in America Latina*. Torino.

..... (2008) La construcción de lo radiofónico: modos de producción de la novedad discursiva”. En: FERNÁNDEZ, J. L. (Director) *La construcción de lo radiofónico*, Buenos Aires, La Crujía.

..... y Equipo UBACyT SO24 (2008) “Momentos de visualidad en lo fonográfico”. En: L.I.S. *Letra, imagen, sonido. Ciudad mediatizada N° 2*. Buenos Aires, UBACyT, 2do. Semestre.

FRATICELLI, D. “El nacimiento de las transmisiones deportivas o cómo la radio comenzó a construir acontecimientos sociales en directo. En Fernández, J. L. (Director) *La construcción de lo radiofónico*. Buenos Aires, La Crujía, 2008.

..... (2002) “El cassette: la condensación de dos dispositivos”, *V Congreso Fels*, Bs. As.

GONZÁLEZ, B y LAPUENTE, M. (2008) “Escenas de la radio en los años 30: los shows de música en vivo y su inserción en la vida cotidiana de la época”. En: *La construcción de lo radiofónico*. Buenos Aires, La Crujía.

GUTIÉRREZ Reto, M. (2003) “Alta Fidelidad: el identificador de la RCA-Victor. Hacia la consolidación de un tipo de escucha fonográfica”, Buenos Aires, *Revista Tipográfica* n° 56, junio-julio.

KOLDOBSKY, D. (2005) “La visualidad del músico antes y después del fonografismo”. Informe de investigación UBACyT S135 *Letra e imagen del sonido. Surgimiento de fenómenos mediáticos en la Ciudad de Buenos Aires* (Inédito).

LAPUENTE, M. y VIDELA, S. (2008) “Construcciones gráficas de instituciones fonográficas”. En *L.I.S. N°*. Buenos Aires, Cs. de la Comunicación, FCS-UBA, 1er. Semestre.

LÉVI-STRAUSS, C. (1994) *Mirar. Escuchar. Leer*. (1993). Madrid, Siruela.

LÓPEZ CANO, R. (2007) “Musicología vs. Etnomusicología ¿un falso debate?” *Etno-Boletín Informativo de la SIBE* 16, pp. 6-10. Versión on-line: www.lopezcano.net (Consultado 03-06-08).

MANOVICH, L. (2006) *El lenguaje de los nuevos medios de comunicación*. Buenos Aires, Paidós.

NEUBAUER, J. (1986) *The Emancipation of Music from Language. Departure from Mimesis in Eighteen-Century Aesthetics*. Yale University. Traducción al español (1992) *La emancipación de la música*. Madrid: Visor.

SANTAMARÍA DELGADO, C. (2005) “De la generalidad de lo genérico al género: la industria musical y la producción de identidades latinoamericanas en la primera mitad del siglo XX”. En: *Actas del VI Congreso Latinoamericano IASPM – AL*, Buenos Aires. <http://www.hist.puc.cl/iaspm/actasbaires.html>

SCOLARI, C. (2004) *Hacer clic. Hacia una sociosemiótica de las interacciones digitales*. Barcelona, Gedisa.

SCHAEFFER, Pierre (1996) “Estructuras de percepción. Música y lenguaje”. En: *Tratados de los objetos musicales* [1966]. Madrid, Alianza.

SZENDY, P. (2003) *Escucha. Una historia del oído melómano* [2001]. Barcelona, Paidós.

TARASTI, E. (2002) *Signs of music: a guide to musical semiotics*. Berlin, Mouton de Gruyter.

TROUSSON, R. (1994) "Utopía y utopismo". En: Fortunati, V., Steimberg, O. y Volta, L. (comp.) *Utopías*. Buenos Aires, Corregidor.

ULANOVSKY, C. et Al. (1995) *Días de radio, historia de la radio argentina*, Bs. As., Espasa Calpe.

VERÓN, E. (1997) «De la imagen semiológica a las discursividades». En: Veyrat-Masson, I. y Dayan, D. (1994) *Hermès 13-14. Espaces Publics en Images*. Paris: CNRS Éditions. Traducción al español: (1997) *Espacios públicos en imágenes*. Barcelona: Gedisa.

LA MEDIATIZACIÓN DEL “MUNDO DEL ARTE”¹

Mario Carlón

Director Proyecto Ubacyt S417:
“Mundo del arte/mundo de la información”²
Instituto Gino Germani (UBA)

Resumen:

El artículo se propone dar cuenta de una serie de cambios que está viviendo actualmente el “mundo del arte” desde el punto de vista de su mediatización. La noción “mundo del arte” fue propuesta por Arthur C. Danto en 1964 y es revisada en función de los debates que generó la llamada Teoría Institucional (sostenida por George Dickie). La mediatización actual es diferente de la que se produjo entre fines del siglo XIX y el siglo XX porque se debe ya no a los Medios Masivos sino a los Nuevos Medios que tienen su base en Internet.

Palabras clave: *Mundo del arte, mediatización, medios masivos, nuevos medios*

Abstract:

The purpose of this paper is to give account of a serie of changes that “the artworld” is currently experiencing, from the standpoint of its mediatization. The concept of “artworld” was propose by Arthur C. Danto in 1964 and it is revised in light of the discussion that the so-called “Institutional Theory” (sustained by George Dickie) generated. The current mediatization is different from which took place between aims of century XIX and century XX because it is due not to Mass Media nowadays but the New Media that have their base in Internet.

Key-words: *Artworld, mediatization, mass media, new media*

*A Graciela Taquini.*³

Tras la emergencia de la posmodernidad el arte y los medios entraron en una nueva y más compleja relación. Desde entonces, nuevas hibridaciones de dos dimensiones que el modernismo concebía claramente diferenciadas (y hasta enfrentadas desde una posición

¹ Este documento es un desarrollo de una serie de planteos presentados en la mesa “Espacios culturales y espacios de pensamiento” en “Fase 2” *Del bicentenario al tercer milenio: utopías/ distopías/atopías, ¿cómo te ves en el futuro?* (2010), encuentro de *Arte y Tecnología*, dirigido por Pelusa Borthwick y curado por Graciela Taquini. Es, también, un adelanto conceptual del próximo proyecto Ubacyt que deseamos desarrollar, cuyo título provisorio es *La mediatización del ‘mundo del arte’*.

² Forman parte de este proyecto Damian Fraticelli, Ana Slimovich, Nadia Martín, Mónica Kirchheimer y Gustavo Aprea.

³ En cuanto a la dedicatoria, se debe a que desde hace aproximadamente un año, desde que tomó conocimiento de la existencia de nuestro Proyecto de Investigación, Graciela Taquini se interesó por él, colaboró en su difusión, y nos invitó a participar en distintos eventos que constituyeron fecundos desafíos que nos obligaron a dar un salto de calidad en nuestra reflexión. Todo esto además del hecho de que, sin dudas, es una interlocutora privilegiada sobre sus problemáticas principales.

elitista, como sucede en los escritos de Clement Greenberg (2002 [1961, 1939]), las del Arte y lo *kitsch*, los medios masivos y la cultura, se han sucedido. Y los límites entre el Arte y la cultura de los medios masivos (en adelante MM) se han vuelto más complejos y difusos, cuando no muchas veces imposibles de distinguir (Huysen, 2002 [1986])⁴. Pero la reflexión en torno al eje Arte/Medios Masivos ya no es suficiente.

Nos proponemos describir una serie de cambios que está viviendo actualmente el “mundo del arte” desde el punto de vista de su mediatización⁵. Esos cambios se deben en gran parte a que nos encontramos, a nivel global, en una *nueva era*: de crisis de los MM (Carlón y Scolari, 2009) y de emergencia de Nuevos Medios (NM), principalmente a partir de ese *metamedio*, es decir, *medio de medios*, que es Internet⁶. Esta mediatización afecta ya no sólo, como cada vez es más reconocido, a las obras y los *proyectos* artísticos, sino también, lo cual es no es menor, a las *instituciones* del “mundo del arte”. Para dar cuenta de estos cambios vamos a retomar el concepto “mundo del arte” poniendo especial acento en las cuestiones que quiso venir a resolver. Luego intentaremos dar cuenta de algunos rasgos que caracterizan la situación actual, explicando por qué el “mundo del arte” se encuentra hoy en inusual proceso de

⁴ Un claro ejemplo de lo que estamos señalando es la obra de Marcelo Cohn/Gaston Duprat, que se desarrolla entre el cine (*El artista*), el video-arte (*Enciclopedia*) y la televisión (*Televisión abierta*). Este tipo de obras, que trabaja a partir de una *hibridación no jerárquica entre lenguajes* posee indudables méritos, pero su valoración se retrasa (no se escribe sobre ellas, no se le dedican libros) principalmente debido a que en la esquemática organización del campo académico (que trabaja sobre géneros o lenguajes fijados: lo televisivo, el video arte, lo cinematográfico, siempre por separado) no termina de encontrar su lugar.

Más adelante haremos referencias a otros artistas que desde lo experimental no eluden su vínculo con los medios históricos, como Azucena Lozana (Azuloza), Leonello Zambón y Pablo Reche.

⁵ En el campo semiótico el término *mediatización* fue consagrado por Eliseo Verón en un curso dictado en 1986 en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (Verón, 1995 [1986]). Es claro que el objeto mediático trabajado por Verón en ese curso son los discursos de los MM.

Ahora bien, si nos alejamos por un momento del campo semiótico, advertimos que la problemática de la mediatización tiene importantes antecedentes. Para el tema que aquí vamos a tratar es clave, sin dudas, la obra de Walter Benjamin. Nos referimos a trabajos como “La obra de arte en la era de su reproductibilidad técnica” (2004 [1939]), en los que planteó importantes tesis acerca de los cambios que la emergencia de las masas (condición social) y de los MM (condición mediática) introducían en la definición de lo artístico en la época en que la definición del arte consagrada por el Sistema de Bellas Artes en el siglo XVIII entraba en una crisis radical y en la que los MM ganaban la escena en la vida social.

Hoy nos encontramos, desde nuestro punto de vista, en una situación diferente: a partir del uso cada vez más universal y cotidiano (condición social) de Internet y los nuevos medios (condición mediática), tanto las masas como los MM revisten menos relevancia. Desde nuestra óptica, este proceso de cambio social y de nueva mediatización está afectando también el estatuto de lo artístico.

⁶ Sugerimos considerar a Internet como un *metamedio* en *De lo cinematográfico a lo televisivo. Metatelevisión, lenguaje y temporalidad* (Carlón, 2006: 14). Internet puede conceptualizarse como un *metamedio* y, también, como un hiperdispositivo (Carlón, 2004 [1998]) de dispositivos.

mediatización. Es un recorrido que nos llevará, finalmente, a preguntarnos si producto de este proceso el arte no está cambiando de estatuto y definición una vez más.

1. El concepto “mundo del arte”

El concepto “mundo del arte”, en su sentido filosófico, surge en los años 60, en una época (hoy reconocida de *neovanguardias* (Foster, 2001 [1996]) en la que había comenzado a hablarse del “fin de las vanguardias” (Barthes, 1967 [1956]) y en la que se suceden (en particular en la cultura americana, aunque no sólo en ella) una serie de cambios fundamentales entre los cuales, sin pretensión de exhaustividad, podemos citar: expansión de lo artístico de sus espacios tradicionales (museos y galerías) a nuevos espacios urbanos (idea de que el arte “gana la calle”⁷); surgimiento del minimalismo, el pop art y del arte conceptual; desarrollo de una “contracultura” de amplias consecuencias (que afectó fuertemente a la juventud a nivel internacional, como fue evidente en el desarrollo del hippismo (Barry, 2003) y su politizado pacifismo contra la guerra de Vietnam, en el desarrollo de su arte gráfico y musical, etc.) y en la emergencia de nuevos planteos artísticos debido a figuras como John Cage y Nam June Paik. En este contexto, en el que no constituye un dato menor el progresivo reconocimiento que en Estados Unidos estaba alcanzando la obra de Marcel Duchamp⁸, es que Arthur C. Danto desarrolló el concepto “mundo del arte”, en un célebre artículo de 1964.

La historia es conocida, porque Danto la ha relatado varias veces. En el año 1964 asiste a una exposición de Andy Warhol en la Stable Gallery de la calle 74 Este en la que se acumulan, entre otros productos, una serie de “Cajas Brillo”. Había otros objetos que, como ha dicho, podría haber tomado para desarrollar su filosofía⁹. Sin embargo Danto eligió las *Brillo box* – en parte porque les gustaban, como ha confesado – que eran producto de un diseñador llamado James Harvey (algo que Danto por entonces no sabía), de fugaz paso por el *action painting*.

⁷ Rápidos ejemplos de lo que se está expresando: en el primer mundo, la obra de Christo (intervenciones urbanas y de paisaje); en el área local, los desarrollos de *Tucumán arde* – que se extendieron a la vía pública y a espacios sindicales (Longoni y Mestman, 2008).

⁸ Su primera gran retrospectiva en EEUU se realiza en 1965.

⁹ “Las dos salas principales de la Stable Gallery estaban repletas de montones de distintos embalajes de diferentes productos: cereales Kellogs; mitades de melocotón Delmonte; ketchup Heinz, sopas de tomate Campbell y quizás otras” (Danto, 2005a: 24).

Las “Cajas Brillo”, finalmente, terminaron siendo el tema principal no sólo de ese célebre artículo sino del resto de su filosofía.

En “The artworld”, luego de citar un pasaje de William Kennick en el que se dice que como “sabemos utilizar las palabras ‘arte’ y ‘obras de arte’ podemos distinguir los objetos que son arte de los que no lo son”¹⁰, Danto observa que esa ya no es la situación que en ese momento les toca vivir. Expresa:

... “pero distinguir obras de arte de otras cosas no es un asunto tan sencillo, incluso para los hablantes nativos, y hoy en día puede que uno no se dé cuenta de que está en un terreno artístico sin una teoría artística para distinguirlo. Parte de las razones para ello residen en el hecho de que dicho terreno está constituido como terreno artístico en virtud de las teorías artísticas, de modo que un uso de las teorías, además de ayudarnos a discriminar el arte de las demás cosas, consiste en hacer posible el arte” (Danto, 1964: 572); (Vilar, 2005: 83)

Luego de hacer referencia a Lichtenstein, Jasper Jones, Rauschenberg y Oldenburg, hecho que evidencia hasta qué punto su teoría está inspirada en el movimiento pop y sus antecesores, plantea un argumento clave: el de los *indiscernibles*¹¹. Rauschenberg y

¹⁰ “We know how correctly to use the word ‘art’ and apply the phrase ‘work of art’” (Danto, 1964: 572). Seguimos más arriba, como en otros lugares en que aparecen citas de textos de Danto que no han sido traducidos (como es el caso de “The artworld”), las versiones que presenta Gerard Vilar (2005) en *Las razones del arte* (quien, por otra parte, ha realizado uno de los mejores y más informados recorridos que conocemos del tema en español). Dicho esto, no podemos dejar de observar que hay diferencias entre nuestra perspectiva y la de Vilar que pasan, principalmente, porque Vilar (como muchos filósofos), posee una concepción basada en el “giro lingüístico”, por la cual entiende que “estamos ya siempre en un mundo simbólicamente estructurado de antemano, un mundo interpretado a través de nuestros esquemas conceptuales – que para Kant era nuestra ‘razón pura’ y para nosotros son las categorías y estructuras de nuestros lenguajes históricos y contingentes” (85). Esta concepción, desde nuestro punto de vista, es excesivamente antropocéntrica, y no puede explicar obras como las de Víctor Grippo (desde “Energía de una papa” (1972) hasta “La intimidad de la luz en St. Ives” (1997); o proyectos como “Desde el culo del pato”, de Marcela Cabutti, que ponen en interacción *maquinismo, naturaleza y sociedad* (Carlón, 2009). Tampoco alcanza para dar cuenta de la posición de Danto, como se advierte claramente en “Los animales como historiadores del arte: reflexiones sobre el ojo inocente” (Danto, 2003 [1992]: 29-43). Para Danto *ver* es diferente que *leer*. Y en la visión representativa interviene no sólo nuestra dimensión cultural sino, ante todo, nuestro ser natural (con el dispositivo óptico que la naturaleza nos ha brindado). Dicho en otros términos: la teoría del arte de Danto es cognitivista (e incluso esencialista, como se le ha observado), pero difícilmente pueda ser considerada antropocéntrica.

¹¹ Años después dirá en “Tres cajas de Brillo: cuestiones de estilo” (2005a: 19-40) que una de sus influencias fue el “Pierre Menard, autor del Quijote” de Jorge Luis Borges, en el que se demuestra cómo dos obras

Oldenburg han hecho camas, recuerda. Y se imagina a un personaje, “Testadura”, que no entiende que son obras de arte y las toma por camas reales. ¿A qué se debe? A que no posee una teoría que le permita constituir las en obras de arte. Dice Danto: “ver algo como arte requiere algo que el ojo no puede denunciar – una atmósfera de teoría artística, un conocimiento de la historia del arte: un mundo del arte” (1964: 580).

Su razonamiento implica que el “mundo del arte” está constituido entonces por: a) una “atmósfera de teoría”; b) un conocimiento de la historia del arte. Es bastante claro, por lo tanto, cuál es el vacío que esta teoría vino a intentar cubrir: ante la evidencia de que la romántica teoría expresionista (el arte como expresión) y la moderna formalista del arte (el arte como operación estética) habían entrado en crisis, Danto puso acento en el rol que los marcos teóricos e institucionales poseen como legitimadores de las prácticas artísticas. Y de ese modo encontró una “solución” a los problemas que le habían suscitado las *Cajas Brillo*: pese a que son tan semejantes a las que se encuentran expuestas en supermercados, las de Warhol son objetos artísticos porque una teoría del arte (que reconoce, por ejemplo, al pop art, ese movimiento que *tomó como referente a objetos de la cultura masiva*) las inviste de estatuto artístico, es decir, las legitima. Esa teoría del arte, que en definitiva surgió en la historia recién en los 60 (cuando se desarrolla el pop y, como dijimos, se recupera a Duchamp; dado que Danto reconoció pasado el tiempo que podría haber tomado como objeto de su teoría ciertos *readymades*¹²), *le impide a ese objeto sumergirse en el objeto cotidiano*

indiscernibles pueden tener estilos diferentes. Danto cita a Borges: “También es vívido el contraste de estilos. El estilo arcaizante de Menard – extranjero al fin – adolece de alguna afectación. No así el del precursor, que maneja con desenfado el español corriente de su época” (20). Y concluye: “Cuando por primera vez me encontré con esta obra, me pareció sorprendente que dos textos literarios pudieran ser indiscernibles y aún poseer estilos radicalmente diferentes. Como mínimo, esto implicaba que no se podía adscribir un estilo a un texto sin saber algo sobre cuándo fue escrito y cuál era la cultura literaria y filosófica de su autor” (20). Pero esta referencia a Borges se encuentra ausente en “The artworld”.

¹² En “Tres Cajas de Brillo: cuestiones de estilo”, hasta donde sabemos el último artículo dedicado al tema, dice: “La fotografía es un buen ejemplo de cómo el sistema de las artes, sobre el que mi fallecido colega Paul Oskar Kristeller escribió de manera tan penetrante, se modifica bajo diversas presiones. La tesis de Kristeller es que el ‘sistema moderno del arte’ ha evolucionado históricamente y que la inclusión de nuevos géneros – como el cine, por ejemplo – es una cuestión de negociación conceptual. El *nuevo* problema propuesto por Duchamp y de manera dramática por Warhol, no es determinar cómo el cine puede ser considerado parte de la extensión de ‘obra de arte’, sino más bien determinar cómo, dado un par de objetos prácticamente *indiscernibles*, uno de ellos puede ser una obra de arte y el otro no; esta es una cuestión ontológica y, de hecho, un asunto para el análisis filosófico, más que una renegociación de los límites” (Danto, 2005a: 31).

que en realidad es¹³. Este sentido artístico, que no es perceptible al ojo (re encontramos aquí la teoría del arte de Duchamp, como es sabido “anti-retiniana”) puede sólo ser reconocido por una teoría del arte más evolucionada, por ejemplo, que las del arte como belleza, como mimesis y como expresión¹⁴. En definitiva, en ninguna teoría basada en la estética, que bien muerta está: es lo que sostuve, dice Danto, “cuando entré en escena, con mi artículo de 1964, “The artworld”, en el que dije que la estética ya no desempeñaba ningún papel y que el nuevo arte al cual mi artículo respondía marcaba una nueva era en la filosofía del arte” (Danto, 2005: 29-41).

A lo largo de los años Danto retomó (e incluso sofisticó) los argumentos planteados en ese artículo. En el último texto que le conocemos, “Tres Cajas de Brillo: cuestiones de estilo” (2005a) sostiene que esa “atmósfera de teoría” - que en trabajos anteriores había considerado compuesta por un “mundo de razones” – comprende a la crítica (y teoría) de arte, que se ocupa de interpretar el “significado encarnado” que las obras detentan: “Ser una obra de arte

¹³ Expresa Danto (1964: 581): “Lo que en última instancia constituye la diferencia entre una caja Brillo y una obra de arte consistente en una Caja Brillo es una determinada teoría del arte. Es la teoría la que la integra en el mundo del arte y la sostiene para que no se hunda en el objeto real que es (en un sentido del *es* distinto del de la identificación artística). Desde luego, sin la teoría sería muy improbable que se la viera como arte, y para verla como parte del mundo del arte se tiene que dominar una buena dosis de teoría artística así como una considerable cantidad de historia del arte reciente de la pintura neoyorquina. No podía haber sido arte hace cincuenta años. Pero, siendo todo lo demás igual, tampoco pudo haber seguros de aviación en la Edad Media o correctores de escritura a máquina etruscos. El mundo tiene que estar maduro para ciertas cosas, el mundo del arte no menos que el mundo real. La función de las teorías artísticas, hoy en día igual que siempre, es hacer posible el mundo del arte y el arte. Tengo que creer que a los pintores de Lascaux nunca se les habría ocurrido que estaban produciendo *arte* en esas paredes. No a menos que hubiera teóricos del arte neolíticos” (Vilar, 2005: 96-97).

¹⁴ Es decir, por una filosofía del arte más evolucionada que las del arte legitimado por los relatos representativo o modernista, que Danto en su filosofía de la historia ha diferenciado. En su relato, el arte ha entrado en su etapa post-histórica. Advirtió ese proceso a partir de su contacto con las “Cajas Brillo”: “Así bosquejado, el relato legitimador de la historia del arte – en Occidente, aunque no sólo allí- es que hay una era de la imitación, seguida por una era de la ideología, seguida por nuestra era posthistórica, en la cual podemos decir, que vale todo. Cada uno de esos periodos está caracterizado por una estructura diferente de la crítica de arte. La crítica de arte en el período mimético o tradicional estaba basada en la verdad visual. La estructura de la crítica de arte en la era de la ideología es aquella de la que intenté liberarme: de manera característica fundó su idea filosófica acerca de qué es el arte en una distinción exclusivista entre el arte que ella aceptaba (el verdadero) y el resto, considerado no auténtico. El período posthistórico está marcado por la separación de los caminos entre la filosofía y el arte, lo que significa que la crítica de arte en el período posthistórico debe ser tan pluralista como el mismo arte posthistórico. Es absolutamente sorprendente que esa periodización tripartita corresponda, casi perturbadoramente, al estupendo relato político de Hegel, en el cual, primero, uno era libre, después sólo algunos eran libres, finalmente, en nuestra propia era, todos somos libres. En nuestro relato, al principio sólo la mimesis era arte, después varias cosas fueron arte pero cada una trató de aniquilar a sus competidoras, y finalmente, se hizo evidente que no hay restricciones filosóficas o estilísticas. La obra de arte no tiene que ser de un modo especial. Y éste es el presente y, como dije, el momento final en el relato legitimador. Es el fin del relato”. (Danto (1999 [1997]: 69).

implica la existencia de una interpretación crítica, que relaciona el significado de una obra con el modo en el que está encarnado en el objeto físico que es su vehículo” (34).

El artículo de Danto de 1964 se hizo famoso y fue retomado, en particular, por George Dickie, que formuló la teoría conocida como *institucional* (en adelante la Teoría Institucional del Arte). Su formulación tuvo dos momentos importantes: primero, en “Defining art” (1969)¹⁵; luego, en otros textos en los que intentó corregirse y precisarla aún más (como *El círculo del arte. Una teoría del arte* (Dickie, 2005 [1997])). Sintetizando brutalmente lo que Dickie termina diciendo es: “Por una aproximación institucional entiendo la idea de que las obras de arte son a causa de la posición que ocupan dentro de un marco o contexto institucional. La teoría institucional es, pues, una suerte de teoría *contextual*” (Dickie, 2005 [1997]):17). Esta teoría fue resistida por Danto, quien ha sostenido que Dickie olvidó el lugar que las teorías (y la crítica) ocupan en la legitimación de los objetos artísticos¹⁶ (y, también, por Gerard Vilar, quien por su parte señala: “La Teoría Institucionalista es verdadera en un sentido trivial completamente insuficiente” (Vilar, 2005: 93). Pero no nos detendremos ahora en el extenso debate que en torno a estas cuestiones se ha suscitado¹⁷, porque ya ha sido expuesto aquello que a nuestros fines en este artículo necesitamos.

¹⁵ En él señala que “A work of art in the descriptive sense is (1) an artifact (2) upon which some society or some sub-group of society has conferred the status of candidate for appreciation” (Dickie, 1969: 254).

¹⁶ En “El mundo del arte revisitado” Danto sostiene sobre su artículo de 1964 y la lectura a que fue sometido por Dickie: “Ahora bien, mi concepción del mundo del arte era la del mundo históricamente ordenado de las obras de arte, emancipado por teorías ellas mismas históricamente ordenadas. Como tal, supongo la mía una especie de teoría institucional por cuanto el mismo mundo del arte está institucionalizado. Pero no era la Teoría Institucional del Arte, que se alimentaba de una creativa mala comprensión de mi obra por parte de George Dickie, al cual preocupaba menos lo que hace posible una obra de arte como la de Warhol que lo que la hace real. Y su concepción del mundo del arte era en gran parte la del mundo de expertos que confieren ese *status* a algo mediante una autorización...(...) Fue mérito de Dickie haber sociologizado lo que se psicologizaba, pero en términos de las condiciones de verdad hay poco donde escoger: la suya era, o es, una Teoría No Cognitiva del Arte. Lo esencial de su teoría es que algo es arte cuando el mundo del arte declara que es arte. Y ésta ha sido la parte vulnerable de su posición. ¿Quién forma el mundo del arte? Es la pregunta típica, junto con ¿Cómo se hace uno miembro? ¿Pasan los representantes, si es que existen, revista a todos los candidatos al *status* de arte, y se lo conceden a unos miembros mientras se lo niegan a otros?” pregunta maliciosamente Richard Wollheim. ¿Quién levanta actas de estas decisiones? ¿Se publican en las revistas de arte? ¿Aguardan los escritores sobre arte fuera de los tribunales, desesperados por telefonar a sus publicaciones para comunicar las primicias? ¿Con qué literalidad puede decir Dickie lo que dice?” (Danto, 2003 [1992] 49-50).

¹⁷ Uno de los últimos desarrollos de este debate lo constituye la intervención de Robert Morgan “El fin del mundo del arte” (1998: 11-22), pero es claro que su reflexión corre por un andarivel diferente del que transita el debate Danto-Dickie: el fin del mundo del arte al que hace referencia se debe a la progresiva mercantilización que ese mundo ha sufrido desde los años 80. Y su texto es más un manifiesto o una declamación a favor del arte y los artistas antes que una discusión con los diversos desarrollos de la reflexión teórica institucional.

Hasta aquí hemos expuesto algunos aspectos centrales acerca de la noción “mundo del arte”, su desarrollo histórico y los debates que desencadenó. En el Proyecto de Investigación vigente (Ubacyt S417 “Mundo del arte/mundo de la información”) nos propusimos hacer algo que los filósofos no realizan: consultar al “mundo del arte” en la Argentina sobre lo que consideran que *es y no es arte hoy (y cuál es el vínculo actual entre el arte y las instituciones)* a través de una encuesta dirigida a artistas, críticos, curadores y figuras a cargo de instituciones relevantes¹⁸. De aquí en adelante intentaremos exponer algunos aspectos de la mediatización actual del “mundo del arte” a la que nos referimos al inicio de este artículo. Dicha mediatización será el tema central de nuestro próximo proyecto de investigación.

2. La mediatización del ‘mundo del arte’ implica interactividad, pero su estatuto es diferente de la que se hace presente en las relaciones sociales

Si en los 60, cuando surge la teoría de “mundo del arte”, lo que estaba en juego era *cómo el arte cambiaba* porque *se apropiaba* de objetos de la cultura de consumo masivo (pop art); porque *se desbordaban* los límites de los tradicionales espacios de exhibición (museos y galerías) y el arte, progresivamente, *se desmaterializaba* (Masotta (2004 [1969]), Lippard (2004 [1973])); *se mixturaba* (con la política – camino seguido en la Argentina por los artistas que participaron de *Tucumán arde* - o la publicidad – vía de artistas como Cancela y Puzzovio -) o *se fusionaba* con la vida (retomando el proyecto vanguardista de “cambiar la vida”, uno de cuyos desarrollos buscó eliminar las barreras entre arte y vida¹⁹) y, por consiguiente, perdía “autonomía”; hoy, la situación, pese a que en muchos aspectos es semejante (los 60 son permanentemente revisitados), en otros es radicalmente diferente. Y ese cambio se debe, en gran parte, al Sistema de Nuevos Medios (SNM) que tiene su base en Internet, que

¹⁸ Los resultados se presentarán al finalizar el Proyecto de Investigación S417, que se encuentra vigente. Pero podemos adelantar que parte de esa tarea fue llevar a cabo una extensa entrevista a un actor clave desde la década del 60, David Lamelas, en la que hace referencia al “mundo del arte” anterior y actual, expone su punto de vista sobre el arte conceptual, su revisa su carrera y, entre otros temas, habla de su vínculo con el “arte de los medios” (con el grupo de Masotta) y con los curadores.

Otras tareas llevadas a cabo fueron encuentros con otros investigadores y referentes de la reflexión sobre arte en la Argentina hoy: Ana Longoni y Mariano Mestman, y Jorge La Ferla. Actualmente está previsto otro encuentro, con Graciela Taquini, en el que expondrá sobre “videoperformances”.

¹⁹ Es sabido que así como John Cage se había propuesto superar la distinción entre música (arte) y ruido, el programa de *Fluxus* consistía en parte en ‘salvar la brecha existente entre el arte y la vida’.

diariamente parece consolidarse, y al uso que el “mundo del arte” está haciendo de estos dispositivos e interfaces²⁰ (sin haber olvidado, por otra parte, completamente a los MM).

Es decir, consideramos que este proceso es clave. En este sentido creemos que constituye actualmente un error (bastante común) establecer una homologación, a partir de la noción de *interactividad* (que funciona como un “puente de oro”), entre *dos procesos que indudablemente son distintos: por un lado, el propiamente “relacional”, que pone en paralelo “arte/vida” y culmina en una disolución y/o fusión del arte en la vida (o, al menos, en su no distinción²¹) y, por otro, el de la progresiva mediatización de los proyectos artísticos y del mundo del arte*. Si el primero es una clara continuación de una tendencia iniciada en los 60 (en la Argentina, por ejemplo, un representante de esta corriente fue Federico Manuel Peralta Ramos, quien sintetizó su proyecto artístico en la obra “My life is my best work of art”); el segundo es novedoso en otra dirección, como mínimo, porque estos dispositivos e interfaces no existían hasta hace poco, y presuponer que el “mundo del arte” no ha hecho nada significativo con ellos no sólo es demasiado pesimista sino bastante tonto.

3. Los procesos que caracterizan la mediatización del “mundo del arte” actual

En este contexto de progresiva mediatización del “mundo del arte” hay varios procesos a considerar. Enumeramos algunos a los cuales, brevemente, deseamos hacer referencia antes de terminar:

- a) La digitalización progresiva de una serie considerable de discursos artísticos;
- b) La extensión del “mundo del arte” en la red;
- c) La creación de nuevas “obras”, proyectos, espacios e instituciones;
- d) El desplazamiento e instalación de discursos artísticos en espacios virtuales de carácter no artístico.

²⁰ Sobre la noción de interfaz y algunos de los usos que se encontrarán en este trabajo remitimos a Lev Manovich (2006 [2001]) y a Carlos Scolari (2004), quien en *Hacer click. Hacia una sociosemiótica de las interacciones digitales* realizó un metódica puesta a punto del concepto. También Sandra Valdetaro (2007) ha trabajado la noción en español.

Para evitar malentendidos vale aclarar que estas conceptualizaciones difieren de la que haremos más adelante cuando, específicamente, consideremos a los MM interfaces entre naturaleza y cultura.

²¹ Con la conversión, por ejemplo, de prácticas cotidianas como la cocina o los oficios en Arte.

Estos procesos, que como decíamos son sólo algunos de los que están sucediendo, obligan al análisis de los discursos artísticos actuales a desarrollar nuevos esfuerzos. El análisis hoy debe ser realmente complejo porque, entre otras cosas, además de que hay nuevos procesos de mediatización, conviven distintos sistemas de producción de sentido a la vez y todos ellos son utilizados por los artistas para producir significación.

En lo que sigue nos detendremos rápidamente en estos procesos. Hacia el final, realizaremos un análisis de dos obras, *Des-agregaciones* (Pablo Reche y Leonello Zambón) y *Clear Signal*, (Azucena Lozana) en el que intentaremos mostrar cómo ciertos artistas que trabajan con tecnologías complejas actualmente producen obras que trabajan con distintos intertextos mediáticos e instauran singulares modalidades de mediatización.

3.1. La digitalización progresiva de una serie considerable de discursos artísticos

Desde los inicios de los 90, al menos, un desarrollo de las artes parece inevitable: su progresiva *digitalización*. Autores como Lev Manovich (2006 [2001]; 2004 [1994]) y Philippe Dubois (2001) han mostrado cómo este proceso ha afectado a la fotografía y al cine²². Estos nuevos lenguajes (porque ante todo de eso se trata) han “quebrado” por dentro la principal modalidad de producción de sentido que los MM, *máquinas* modernas surgidas a partir de la Revolución Industrial, habían impuesto en la vida social: la *indicialidad*. Al hacerlo instauraron otra lógica, quedando cada vez más claro que la Era de los MM fue excepcional en la historia de Occidente.

Pero hay algo más. Porque si bien este proceso es bastante reconocido, en lo que diferimos con otros autores radica en cómo interpretar esta transformación. Desde nuestro punto de vista la Era de los MM hegemónica, que acaba de terminar, se caracterizó, ante todo, por el diseño de *dispositivos maquinísticos*²³ que establecieron una verdadera interfaz entre naturaleza y

²² Realizamos este reconocimiento más allá de que ambos poseen un análisis antropocéntrico de los discursos de los MM, dado que si bien identifican a la *indicialidad*, entienden que hay un solo factor productor de sentido en estos discursos: la sociedad.

²³ Los que todos conocemos como característicos de esta era: fotografía, cine, toma directa televisiva, telefonía, fonógrafo.

cultura (es decir, entre los procesos de producción de sentido naturales – como los fenómenos meteorológicos, por ejemplo - y los sociales (Carlón, 2008).

En este contexto, por lo tanto, el sentido del cambio que la progresiva digitalización de los lenguajes mediáticos está instaurando puede interpretarse como un *giro antropocéntrico*: los discursos son ahora en mayor medida sociales, *constructivistas*; cada vez es menos determinante en el seno de la discursividad la interfaz naturaleza/cultura que, maquinismo mediante, caracterizó a los MM.

La etapa hegemónica de los MM está quedando atrás. Pero no todo el arte se digitalizará y la red no será el único escenario del arte ni de la política. Del mismo modo que la batalla política, la artística también seguirá aconteciendo en las calles. Y los artistas seguirán utilizando todos los lenguajes y operaciones que a lo largo de la historia Occidente ha generado: carteles, afiches, escraches, intervenciones, apropiaciones, etc. Todo esto es cierto, pero también aquello que estábamos manifestando anteriormente: que el proceso de digitalización y mediatización del “mundo del arte” ya no se detendrá.

3.2. La extensión del “mundo del arte” en la red

Desde hace un tiempo un proceso nos acompaña: a la par de lo que acontece en otros ámbitos, todas las instituciones del mundo artístico generan su propia extensión en la red²⁴. Hoy museos y galerías, artistas y curadores de arte, tienen sitios y páginas en internet²⁵. Este proceso es en sí mismo nuevo – en el sentido en que es propio de esta Era – y si bien sabemos que hay trabajos y estudios sobre algunas instituciones (la más típica son los museos) aún no ha sido aún demasiado analizado. Nos contentamos, de momento, con realizar dos observaciones.

La primera es que aunque parezca obvio es importante registrar que los sitios virtuales de los museos y galerías surgen como prolongación de su existencia arquitectónica y que, por

²⁴ Decimos extensión y no replicación porque en todo proceso de mediatización hay cambios.

²⁵ De hecho, ya hay empresas, como *Estudio de imagen* que publicitan en su sitio que han realizado gran cantidad de páginas de artistas (muchos de ellos consagrados).

consiguiente, el proceso actual es sistemático del cambio de Era: así como en el siglo XVIII se instauró el Arte como discurso artístico y un lenguaje del Sistema de Bellas Artes recién consagrado, la arquitectura, generó los espacios de exhibición, hoy la generación de estos nuevos espacios debe pensarse a la par del proceso de digitalización que está afectando a los discursos artísticos.

La segunda es que la inclusión de obras artísticas en estos espacios institucionales (museos y galerías) que son extensiones del “mundo del arte” arquitectónico (real) no debe pensarse como un proceso neutro; sino, también desde la perspectiva de la mediatización. Porque toda mediatización produce fenómenos nuevos de producción de sentido: por eso decimos que los museos y galerías virtuales son extensiones de sus referentes arquitectónicos, pero no réplicas. Este proceso constituye un desafío analítico para los estudios de mediatización.

3.3. La creación de nuevas “obras”, espacios e instituciones

Pero no todas las instituciones del “mundo del arte” que encontramos en la red son extensiones de instituciones del mundo real. Esto se debe a que gracias a este nuevo sistema mediático, que ha puesto en jaque la hegemonía histórica de los MM²⁶, se están generando hoy *nuevas formas de mediatización que afectan tanto a los proyectos artísticos como a las instituciones*²⁷. Y afectan no sólo, como decíamos, a las instituciones tradicionales: estos dispositivos e interfaces están permitiendo la *creación de nuevas instituciones que, a su vez, generan nuevas operaciones de producción de sentido en el “mundo del arte”*. Es decir que poco a poco se han ido desarrollando instituciones y proyectos que *sólo existen en la red*. Para

²⁶ Debido a tres razones fundamentales: la crisis de la indiciabilidad (emergencia de lo digital) en los lenguajes masivos históricos (fotografía digital, cine digital, etc.); nuevas prácticas sociales (de descargar, subir, postear, cortar, pegar, borrar, etc.) y la consolidación de un sistema de nuevos medios (NM) que tiene su centro en la hiperconectividad, los dispositivos móviles e Internet.

²⁷ Por supuesto que este no es el único cambio que está aconteciendo. La crisis de las instituciones tradicionales (museos y galerías, aunque no de todas, obviamente: algunas, como el MALBA o Espacio Fundación Telefónica, son muy pujantes) presenta también otras aristas. Proyectos como “¿Quién quiere vivir en esta casa?” o “La Mansion de Flores”, espacios gestionados por artistas (igualmente presentes en internet), nos obligan a reflexionar acerca de por qué estos nuevos espacios artísticos y experienciales emergen.

Y el lugar que actualmente ocupa el *grafitti* nos indica que la expansión del arte hacia los espacios urbanos continúa (aunque el hecho de que cada vez tengan más lugar en espacios “tradicionales” no deja poner a este arte en tensión).

ilustrar lo que estamos diciendo nos detendremos en tres ejemplos, que consideramos significativos.

El primero es *Redgalería. Arte argentino en red. Espacio Virtual*, dirigida por Santiago Bengolea. *Redgalería* es plenamente una galería digital y tiene cuatro salas que se pueden visitar a través del sitio de Internet además de un Auditorio. En la galería se exhiben actualmente obras de artistas que forman parte del proyecto de residencia URRRA²⁸ producidas antes de comenzar la residencia o durante la misma. En el auditorio puede verse un video de Cris Bierrenbach *Identidade*. También pueden verse en la Sala 1 fotogramas de otros videos (de Barbara Naegelin, *Rosli*) y, por ejemplo, fotos de objetos instalación (*Ara vai*, de Enrique Espínola). En la Sala 2 se exhibe una foto de una obra de Alan Phelan, una escultura en *papier maché* que sostiene un cartel que dice “Copenaghen” hecho con un artículo del diario *The Irish Times* sobre los cartoneros y, entre otras obras, una fotografía de la performance de Andrea Saemann *Levantamiento*, realizada el 4 de junio de 2010 en la Galería del Infinito Arte²⁹.

Como se ve, las obras que se exhiben son diversas. Más allá del contenido que cada artista quiso comunicar (o no) cada obra exhibida, en verdad, plantea problemas diferentes. No hay dudas de que la obra que se exhibe en el auditorio, *Identidade*, que nos muestra de frente los cambios a los que se somete una mujer cuando comienza a maquillarse, mirando a cámara como si fuera un espejo – cambios no menores, porque termina cortándose el pelo de forma irregular para luego ponerse una peluca que la deja con una imagen no tan lejana a su primera apariencia - es la que se ve más favorecida, porque el sujeto espectador que “visita” la galería virtual puede apreciarla completa, prácticamente sin pérdida de sentido. Una performance

²⁸ En la página inicial se dice: “URRA es un proyecto argentino cuyo objetivo es incentivar la producción artística y generar espacios para la reflexión y el conocimiento del arte contemporáneo por medio de proyectos culturales de distinta índole. A través de la interacción y el intercambio de saberes y experiencias entre profesionales de diferentes partes del mundo, URRRA propone plataformas de aprendizaje e inspiración.”

La primera edición de residencia de arte URRRA reunió “a un grupo de 18 artistas visuales de distintas partes del mundo para vivir y trabajar en Buenos Aires entre el 1 y el 30 de junio de 2010”.

²⁹ El hecho de que este proyecto asuma la forma de una galería y de que sus espacios de exhibición se dividan en salas, quizás sea un síntoma del momento que estamos viviendo, en el que recién comienzan a desarrollarse proyectos de este tipo. Porque es evidente que un espacio de exhibición de arte en internet no tiene por qué trabajar con la metáfora de la galería o el museo. No nos extrañaría que en el futuro otros formatos aparezcan y que debamos como sujetos adaptarnos a figuraciones muy diferentes a las vigentes.

fotografiada, en cambio, siempre tendrá pérdidas: lo que vemos será siempre una sinécdoque, sólo una parte de lo acontecido (y nos quedaremos pensando qué habrá pasado, cómo realmente habrá sido). Esta sola observación nos introduce directamente en la problemática de la mediatización, sobre la cual deseamos realizar algunos comentarios. Porque una pregunta que a partir de lo señalado no podemos dejar de realizarnos es: *¿hasta dónde llegará el proceso de mediatización del “mundo del arte” actual?*

El tema es muy complejo, pero sin embargo, una primera observación podemos esbozar a partir de lo señalado: las galerías virtuales tendrán dos destinos muy distintos de acuerdo al tipo de obras que exhiban. Por ejemplo: si inauguran una muestra de video y exhiben en su página los videos completos (como aparentemente sucede con *Identidade*), no parece necesario para los espectadores trasladarse hasta la sala. Uno puede ver la muestra desde cualquier lugar del país (incluso asistir a la “inauguración virtual”, el día de su inauguración) o del mundo y considerar que no se ha perdido nada. Las galerías pueden comunicar a través de mailings qué día inauguran a los interesados y la asistencia puede ser mayor de la que habitualmente asiste a las galerías. Incluso, los espectadores pueden luego comprar las obras a través de dispositivos como el que actualmente la propia *Redgalería* ofrece, que implica completar un formulario. En esta situación la mediatización del mundo del arte parece completa. No sólo es el “fin de las galerías y museos”, sino también es el “fin del público de arte” tal como surgió en el fin del siglo XVIII³⁰. Y hasta podría decirse que tiene sus ventajas: nadie pierde tiempo de traslado, incluso es un modo muy seguro de asistir. Sin embargo, las cosas pueden ser más complejas de lo que parecen. No hay cambio de un dispositivo de mediatización que sea neutro.

Señalamos rápidamente dos cambios significativos: en primer lugar, *varía la pantalla de recepción*. En el hogar (o en cualquier otro lugar, porque ¿por qué no se accederá a cierto tipo de obras desde un celular?), lo más probable es que, por ejemplo, un video, termine siendo visualizado en una notebook o en una netbook, mientras que en una galería habitualmente

³⁰ Por supuesto que al decir esto estamos exagerando: los espacios de exhibición físicos, reales, seguirán existiendo, entre otras cosas porque los artistas los utilizan como marco a sus obras o como materia expresiva. Pero este tipo de exageraciones tiene siempre un rédito cognitivo: extremar la idea permite reflexionar mejor sobre la dimensión del cambio al que estamos haciendo referencia.

estas obras son vistas en una pared a través de la proyección que ofrece un cañón o, también, en un plasma o LCD. No creo que para todos los artistas signifique exactamente lo mismo un dispositivo de exhibición que otro: *¿es lo mismo el video de un artista en un LCD que en la pantalla de un Iphone? ¿Construye el mismo sujeto espectador? ¿Hasta dónde? ¿Cuántos videos se adaptan hoy a ese formato y tamaño y cuántos no?*

Veamos ahora el segundo cambio significativo al que deseamos hacer referencia: *la variación de contexto receptivo*³¹. Cuando los museos nacieron, en el siglo XVIII, debieron pegarse carteles para que los espectadores no cantaran o jugaran en sus pasillos (Shinner, 2004: 193)³². Instalar como práctica habitual la silenciosa contemplación estética que caracterizó al “mundo del arte” durante un largo período llevó un cierto tiempo a la sociedad. Por supuesto que desde entonces ha habido cambios: la idea del Museo como santuario fue atacada por las vanguardias, que llegaron a pedir que se los quemara, y con el tiempo el arte desbordó los museos y se instaló en la calle y en múltiples y diferentes espacios. Pero los cambios a los que estamos haciendo referencia no pueden ser desdeñados. *¿Será un viaje en colectivo el contexto ideal para ver una obra de arte en un teléfono?*³³ *¿Deberán ser las obras pensadas para estos nuevos contextos? ¿Lo son hoy?* Estas preguntas apenas comienzan a instalarse, pero si la mediatización del mundo del arte, como creemos, es irreversible, nos esperan a la vuelta de la esquina. En el próximo ítem continuaremos con esta reflexión, porque parece inevitable en la actualidad. Ahora deseamos pasar al segundo ejemplo que prometimos considerar.

³¹ Estas cuestiones pueden parecer poco significativas para algunos, sin embargo, han dado lugar a cruciales debates en las teorías e investigaciones sobre efectos en el campo de estudios de los MM. Un solo ejemplo: cuando empieza a discutirse el *fin del cine* Susan Sontag (2007 [2001]) dice que “ver una gran película sólo por televisión es como no haberla visto realmente” (139). Y gran parte de la discusión actual sobre el fin del cine reside en el fin de esa práctica social que es *ir al cine* (es sabido que hoy la mayoría de los films se ven en otras pantallas y ámbitos de recepción). Así, es legítimo preguntarse: ver una obra destinada a una sala de galería y a una gran pantalla en la pantalla de un teléfono ¿es haberlo visto, experimentado realmente?

³² Como señala Larry Shiner (2004 [2001]): “El público también tuvo que ser entrenado para comportarse de acuerdo con la conducta correcta cuando acudía a los nuevos museos de arte. Cuando parte del Palacio del Louvre se convirtió en un museo público durante la Revolución, hubo que colocar letreros pidiendo a los asistentes que no cantaran ni hicieran bromas o jugaran en las galerías y que las respetaran como un ‘santuario de silencio y meditación’” (193).

³³ Como nota al pie podemos decir que *Geografías celulares*, la muestra que se realizó en Espacio Fundación Telefónica, desde el punto de vista de su producción de sentido fue realmente decepcionante, dado que el dispositivo en su especificidad prácticamente no fue indagado.

El segundo ejemplo es *Bola de nieve*, proyecto también plenamente digital que se destaca porque “organiza” el “mundo del arte” de forma novedosa: a través de vínculos entre artistas que se nominan entre sí y que aparecen presentados en la página de inicio de *Bola de Nieve* de acuerdo al lugar que cada artista ocupa por cantidad de menciones en el sistema de nominaciones. A través de *Bola de nieve* podemos conocer, virtualmente, obras, proyectos y pensamientos de los artistas que participan. Y, también, cómo ellos valoran la producción de sus pares. Este proyecto es original porque, de entrada, no puede definirse como un espacio de exhibición (aunque en cierto modo lo es), ni como una página de artistas (aunque en cierto sentido también lo es). Entonces ¿qué es *Bola de nieve*? Un espacio diferente, probablemente sin antecedentes en la historia institucional, que ha servido, incluso, para que muchos artistas utilicen su presencia en él como página propia en Internet. Mundo cerrado, que excluye a otros participantes del “mundo del arte”, como curadores, críticos o teóricos (les niega la posibilidad de nominar), *Bola de nieve* parece concretar, gracias a las nuevas tecnologías, una cierta utopía que probablemente haya tenido su origen en los grupos vanguardistas: la de que *sólo los artistas saben qué es el arte, sólo ellos lo pueden producir y valorar* (algo que era bastante real en la época de las vanguardias, cuando entre producción y reconocimiento se produjo una ruptura, porque el público, y mayormente la crítica, rechazaban como arte lo que ciertos artistas producían). Pero hoy, dado que la situación parece haber cambiado, y de que *Bola de nieve* no parece presentarse como la manifestación de un grupo vanguardista (antes bien parece ser un espacio de difusión de artistas emergentes, aunque muchos de los que se encuentran en el sitio son ya bastante conocidos), tal vez debamos preguntarnos: *¿qué expresa este gesto de considerar sólo la opinión de los artistas?*³⁴ *¿Qué valor asignarle?*

Es una pregunta abierta, que no puede tener, creemos, una respuesta fácil ni inmediata. Pero, aunque sea rápidamente, podemos ensayar una respuesta desde nuestra lectura de los textos de Danto: si para que haya arte hace falta “una atmósfera de teoría”, difícilmente con el comentario *comunitario*, entre pares, por más importante que sea, alcance para conocer ese mundo hoy. Porque esa “atmósfera de teoría” la producen los artistas, pero también los críticos, historiadores y teóricos que forman parte del “mundo del arte”. Y esta observación no pretende quitarle méritos a *Bola de nieve*, que constituye sin dudas un espacio singular.

³⁴ Instauramos esta reflexión que consideramos pertinente más allá de que *Bola de nieve* no aparezca.

El tercer ejemplo en el que nos deseamos detener trabaja en otro nivel con una propuesta diferente, de fuerte contenido político: LIMAC, de Sandra Gamarra³⁵. LIMAC significa Museo de Arte Contemporáneo de Lima, y es un espacio virtual en sentido pleno, porque no es la extensión de alguno existente. Según Gamarra la idea nació cuando advirtió una carencia: que en LIMA no hay ningún Museo de Arte Contemporáneo. Esta nueva y original institución es capaz de “engañar” a quien, desapercibido, no advierte su carácter de simulacro; no sólo porque el sitio es realmente semejante al de otros Museos que se encuentran en la red, sino porque realiza muchas de las funciones que esos sitios cumplen: presenta exposiciones e, incluso, permite adquirir *souvenirs* de una visita virtual. Proyecto artístico e institución legitimante a la vez (porque organiza muestras), LIMAC aparece como un *nuevo tipo de institución*³⁶, caso clave para pensar los movimientos del “mundo del arte” actual.

Por eso, el análisis al que convoca LIMAC es complejo, dado que obliga a reflexionar sobre las instituciones actuales del mundo del arte desde un punto de vista singular. El hecho de que *artistas instauren un Museo* (es decir, una institución artística), nos hace pensar en otros proyectos actuales, esta vez fuera de la red, también gestionados por artistas, como *¿Quién quiere vivir en este casa?* o *La Mansión de Flores*. Y las preguntas que se desencadenan son:

³⁵ LIMAC y *Bola de nieve* fueron objetos del Trabajo de Graduación de Constanza Castagnet “Nuevos parámetros en el arte de la era digital” que dirigí en el curso “Comunicación visual. Entre el arte y los medios” (Carrera de Comunicación, Universidad de San Andrés, 2009). El análisis que aquí presento se basa en el que Castagnet realizó, aunque no he dejado de introducir una serie de reflexiones personales en función de los objetivos de este artículo.

³⁶ En la página de LIMAC puede leerse: “LiMAC es un espacio que quiere servir de introducción al arte contemporáneo y en especial a la producción local. Mediante su colección de más de 2000 obras que se exponen rotativamente y de las exposiciones temporales, el LiMAC es un espacio pensado para que visitantes locales y extranjeros obtengan una visión general pero cercana de los proyectos artísticos que de una manera u otra intervienen e influyen en nuestra ciudad.

LiMAC es a la vez un espacio de encuentro de artistas, curadores, críticos y espectadores, cuya presencia hace de nuestro museo un centro vivo de producción artística.

Para ello el museo trabaja en sociedad con los artistas, siendo ellos la base de nuestro proyecto. A partir de esta base, es que curadores y críticos trabajan para crear vías de lectura y aproximación con el espectador. Este museo existe gracias a esta colaboración recíproca y generosa.

El museo organiza sus exhibiciones según la procedencia de la obra. En la sala Permanente, se realizan muestras con fondos de la colección del museo. Se le entrega a diferentes comisarios la oportunidad de hacer su propia selección en base a la lectura que quieren ofrecer. Por otro lado, el museo tiene dos salas de exposiciones temporales y estas muestran el trabajo de artistas que son invitados para realizar proyectos especiales para las salas y para presentar proyectos realizados fuera de Lima.

El LiMAC entiende que su principal interés es la revisión del trabajo realizado durante los últimos 10 años y que el entendimiento de este es la base para la comprensión del trabajo más reciente.”

¿por qué muchos artistas están gestionando hoy sus propias instituciones y espacios de exhibición? ¿Qué vacío vienen estos espacios a llenar? ¿Qué espacio y por qué quieren venir a ocupar? ¿En qué medida se debe a que, tal vez, las instituciones actuales no los satisfacen? ¿En qué medida son verdaderamente diferentes de las existentes? Son preguntas cruciales, porque ya advertimos en este trabajo la importancia que las instituciones poseen en la definición de lo artístico.

3.4. El desplazamiento e instalación de discursos artísticos a espacios virtuales no artísticos

Más allá de lo que venimos señalando hay otro proceso que está aconteciendo que merece nuestra atención: hoy hay discursos artísticos que habitan en la red espacios no artísticos, como *youtube*. Este proceso constituye un caso de mediatización singular, que abre también una serie de cuestiones a considerar.

Todo discurso despegado de su ámbito de legitimación institucional se ve afectado de forma no superficial. Para las obras de artistas consagrados quizás no sea un gran problema: quien ve en internet un corto de David G. Griffith o incluso uno de Andy Warhol o de Marcel Duchamp, difícilmente lo vea con un espíritu muy distinto del que activa para verlos en un dvd o en una sala de arte. La pertenencia de estas figuras al “mundo del arte” – más allá de las diferencias obvias que se presentan entre ellos – está fuera de discusión. Pero la obra, ¿sigue siendo la misma? ¿no cambian en algo en su estatuto discursos que fueron pensados para ser exhibidos en espacios tan diferentes a la pantalla de *youtube*? Se abren aquí una serie compleja de temas que afectan, directamente, a la problemática de la mediatización: dispositivo, sujeto espectador, etc. (sobre los cuales a partir de obras como las de Christian Metz y Jean-Louis Baudry e, incluso, Michel Foucault, se ha avanzado mucho en el estudio de los MM). Son cuestiones que en relación a la mediatización del “mundo del arte” algún día habrá que ordenar y seriar.

Ahora, más allá de lo señalado, ¿qué sucede con la circulación en estos espacios de discursos de artistas no consagrados, cuyas obras no vienen además acompañadas en *youtube* por suficientes paratextos que las sitúen en algún lugar preciso de la historia del arte local o

internacional?³⁷ Es decir, ¿qué sucede ahora, que el discurso artístico no tiene por qué ser, como diría Danto, de “modo especial”?

Vivimos un momento extraordinario. El cambio es cotidiano y el “mundo del arte” se encuentra no sólo en una progresiva mediatización sino, también, en una fuerte expansión. El uso de estos dispositivos posee grandes ventajas, porque permite una circulación inaudita a obras y proyectos artísticos (que, por ejemplo, tras producidos pueden ser expuestos inmediatamente en espacios de alcance global sin costo para los consumidores). Pero ese mundo encierra también fuertes riesgos. Dependerá como siempre de los artistas y del uso que hagan de estos dispositivos el destino futuro del arte. Y, dicho aún en forma más precisa: más que del arte en general, de cada obra, de cada proyecto, de cada discurso con aspiraciones de darse a conocer en particular.

4. Des-agregaciones y Clear Signal: intertextos mediáticos, artísticos y mediatizaciones.

Antes de pasar a realizar ciertos comentarios con los que queremos concluir, deseamos detenernos en dos obras que nos interesan especialmente, porque nos permiten pensar una serie de cuestiones que consideramos cruciales. La mediatización del “mundo del arte”, que como hemos dicho nos parece irreversible, no es obviamente el único aspecto a considerar hoy.

Actualmente los artistas aprovechan estos dispositivos e interfaces, estos nuevos medios; pero, también, siguen operando con y sobre los viejos, los MM, utilizándolos para producir significación. El desafío actual para el análisis, entonces, consiste también (y quizás ante todo) en poder determinar, en el seno del proceso de mediatización actual, cómo los artistas y el mundo del arte operan estos distintos sistemas que Occidente a lo largo de la historia generó (que antes que ser desestimados tienden a acumularse): por ejemplo, cómo hoy los artistas operan y articulan modos de producción de sentido provenientes de los MM con otros característicos de Internet.

³⁷ Planteamos esto sin ignorar que, por supuesto, un uso habitual consiste en enviar vía mail un aviso quienes se desea comunicar la presencia de la obra en la red (generalmente a través de un link).

Para ilustrar lo que estamos expresando nos concentraremos en dos proyectos artísticos cuyas performances *en vivo* pudimos observar en la edición 2009 de *Cultura y Media* en el Teatro General San Martín de Buenos Aires: *Des-agregaciones* (Pablo Reche y Leonello Zambón) y *Clear Signal* (Azucena Lozana, *Azulosa*). Nos interesan especialmente porque si bien en muchos sentidos parten de una idea semejante (*hacer arte* con los “deshechos”, las interferencias y los “ruidos” mediáticos, con todo aquello que aparentemente no produce significación³⁸) existen significativas diferencias entre ellos.

De estos proyectos hay diversas versiones mediáticas: en *youtube* hay un fragmento de la performance en vivo de *Des-agregaciones*; en *Facebook* pueden verse partes enteras de *Clear Signal*, al igual que en *My space*; los artistas han hecho circular en dvd una versión (¿original?) de *Des-agregaciones*, etc. Este hecho obliga a plantearnos una primera cuestión: ¿cuál es, en definitiva, la versión a analizar de *Des-agregaciones* o de *Clear signal*? ¿Hay una en la que debemos concentrarnos antes que en otras?

No son preguntas fáciles de responder, porque que lo palpita en ellas es, ni más ni menos, que la problemática de la mediatización (si hay diferentes versiones, hay diferentes mediatizaciones, y eso implica que la producción de sentido, en algún nivel, siempre varía). Lo que haremos será lo siguiente: empezar por ocuparnos de aquello que en distintos discursos se presenta como invariante. Y un factor clave aquí, porque nos interesa especialmente, son las *remisiones a distintos sistemas mediáticos que estas obras efectúan*: una, *Des-agregaciones*, vinculada más a los discursos históricos de los MM (en particular a la televisión); otra, *Clear signal*, con un pie en los canales televisivos y otro en Internet. Luego, al final, consideraremos los problemas que plantea la existencia de distintas versiones de estas obras multimedia. Realizada esta aclaración, podemos comenzar.

Recordamos anteriormente, al ocuparnos de Danto, cómo el *pop-art* introdujo un cambio en la historia del arte a partir de su remisión a la cultura de consumo masivo (*Cajas Brillo*) y, por supuesto, a los MM (cómic, publicidad, etc.). Desde nuestra lectura no podemos pensar *Des-*

³⁸ En cierto sentido parecen trabajar en los intersticios de la teoría del arte de John Cage (1999 [1961, 1968, 1973, 1980, 1985, 1987, 1989, 1992]) uno de cuyos objetivos fue borrar la diferencia entre música, silencio y ruido.

agregaciones, pese a su carácter disruptivo, sin referirnos a los MM: a las sintonizaciones de señales de televisión de aire cuando se efectuaban a gracias a antenas y a las interferencias que interrumpían, sonora o visualmente, esas señales (momento en que el espectador solía expresar: “tengo problemas con la señal” o, directamente, “perdí la señal”). Reche y Zambón trabajan con esos “deshechos”, con las partes que, desde la lógica de consumo de los MM, constituían los marcos no significativos de esos discursos: las manifestaciones visuales y sonoras que producían “ruido” antes de que el orden espacial renacentista de la cámara televisiva y el sistema de montaje de la Institución Emisora vinieran a construir un discurso pleno de sentido, apto para el consumo masivo (antes, incluso, de que la pauta publicitaria viniera a llenar los espacios entre los bloques de los programas).³⁹ Al concentrarse en el sentido que se producía en las sintonizaciones e interferencias en esas pantallas de antaño, un sentido que el consumidor sentía más bien como ausencia de sentido, como eso que sucedía “antes de que empezara la televisión”, Reche y Zambón ponen la lupa en su visualidad y sonoridad. Lo hacen porque el discurso que generan a partir de estas materias indómitas *termina finalmente construyendo un lenguaje*. E instaurado el lenguaje, generan un discurso (porque el hecho de que estos fenómenos se produjeran no quiere decir que fueran considerados, en su época, “hechos de lenguaje”, es decir, significativos: pasan a serlo recién cuando los artistas deciden utilizar estos recursos y construir con ese lenguaje a partir de un juego de recurrencia y variación, un discurso). Y porque al trabajar con ese lenguaje se concentran, ante todo, en *la forma*: no se puede seguir *Des-agregaciones* sin un *intertexto mediático* (las sintonizaciones e interferencias a las que hicimos referencia) y, tampoco, sin un *intertexto artístico* (la historia de la abstracción, el desarrollo del minimalismo, los tubos de luz de Dan Flavin). Formas abstractas aparecen y desaparecen en el discurso de *Des-agregaciones*, construyendo con su juego entre aparición, recurrencia, variación y desaparición, sentido. Y esa visualidad no puede ser pensada, a su vez, sin el sonido que la

³⁹ Si buscamos un antecedente podríamos nombrar *Situación de tiempo*, de David Lamelas, obra en la que 17 televisores permanecieron encendidos sin emitir la transmisión de ningún canal en particular en 1967. La diferencia consistiría en que mientras en la obra de Lamelas, como señala Inés Katzenstein “la televisión aparecía resignificada y reestetizada como fuente de luz, al emanar una forma blanquecina en forma continua... (haciendo)... coincidir la estética de la escultura minimalista con el uso de las tecnologías mediáticas (y) tenía como objetivo proponer una experiencia ambiental envolvente que se opusiera radicalmente al tipo de experiencia temporal fragmentaria o narrativa propuesta por los medios” (18), en *Des-agregaciones* ese material visual y sonoro (sobre el que Lamelas, con tanta precisión, llamó la atención), se vuelve, finalmente “lenguaje”: materia que a partir de una variación manipulada – que no deja afuera el azar – es capaz de construir un discurso significativo.

acompaña, que remite a los ruidos e interferencias que caracterizaban a la sintonización televisiva y radiofónica, pero que a su vez se despliega, también, sobre un fondo de recurrencia que obliga a pensar en intertextos musicales lejanos a los de los MM (a este autor le recuerdan, por ejemplo, ciertas obras o fragmentos de obras de Jon Hassell).

Pasemos ahora a considerar *Clear signal*. Semejanzas y diferencias se plantean si la comparamos con *Des-agregaciones*: mientras *Des-agregaciones* constituye el intento de generar con los deshechos de las sintonizaciones e interferencias televisivas históricas un lenguaje capaz de construir un discurso significativo, sonoro y visual (algo que verdaderamente logra), *Clear signal* es más bien resultado de una apropiación, un ejemplo de discurso de pos-producción que, a su vez, trabaja tanto sobre los discursos televisivos como sobre la práctica social de ver televisión (por ejemplo, el *zapping*) - además de, obviamente, el *streaming*. Decimos esto porque Azuloza, por un lado, parte de discursos televisivos “normales” que circulan por internet (con su espacio representativo renacentista y su evidente pertenencia genérica: un fragmento de show musical, otro de show religioso, muchas veces más de uno en la misma pantalla gracias al recurso de la pantalla partida) y los *deconstruye* (porque los edita de un modo que el histórico discurso televisivo jamás hizo: suspendiendo el sentido, impidiéndoles construir relato, interrumpiéndolos, convirtiéndolos en “motivos” recurrentes y repetitivos (o no) a disposición de una operatoria que, por momentos, posee el componente lúdico de un VJ que se divierte con la repetición rítmica y la aleatoriedad). Y, por otro, porque los *interrumpe y yuxtapone a partir de un juego de edición que remite a la práctica del zapping* a la que hacíamos referencia. Dado que por momentos la sucesión de imágenes que salta de un género televisivo a otro, de una señal temática a otra, nos produce este efecto: *estar viendo televisión mientras otro hace zapping* (los formalistas rusos decían que el cine consistía en *ver el sueño de otro*; Azuloza nos obliga, por momentos, a *ver cómo otro hace zapping, mira televisión* – aunque sea por Internet).

Pero hay más, porque *Clear signal* trabaja con otro momento “muerto” de las mediatizaciones, que ya no tiene nada que ver con el mundo de los MM: el *streaming* (*Clear signal* destaca momentos del *streaming*, tanto aquellos en los que se “construye arte abstracto en movimiento”, como en los que las formas se derrumban, se desfiguran, se deforman). Es

que si bien trabaja también con “restos”, no deja de haber una importante diferencia entre la materia con la que trabaja *Clear signal* de aquella con la que opera *Des-agregaciones*: mientras el intertexto de *Des-agregaciones* son los ruidos e interferencias, sonoras y visuales, de la cultura televisiva masiva; *Clear signal* trabaja sobre la televisión mediatizada por Internet, sobre los efectos que se producen en el *streaming*, en la visualización *on line*.

Veamos ahora la cuestión postergada: las distintas versiones que existen de estas obras, aspecto que tanto tiene que ver específicamente con la problemática de la mediatización. Como dijimos, tuvimos la oportunidad de ver tanto *Des-agregaciones* como *Clear signal* en vivo, en *Cultura y Media* (2009). Vamos a concentrarnos en *Des-agregaciones*, pero muchos de los señalamientos que realizaremos son válidos también para *Clear signal*.

La variación entre haber visto representada en vivo *Des-agregaciones* y en cualquier otro soporte es significativa en múltiples aspectos. No sólo porque en *Cultura y media* fue proyectada en una pantalla gigante mientras que en otras oportunidades pudimos visualizarla en una computadora (y luego en un LCD, aunque en alguna clase en que la que ejemplificamos con ella pudimos volver a verla en formato mayor, a través de un cañón), sino porque en vivo el sonido (por momentos claramente ruido) era más crudo, por instantes incluso ensordecedor. Y, mucho más importante aún, porque en vivo *los artistas se ubicaron entre la pantalla y el público* (de espaldas al público, mirando la pantalla), es decir, *expusieron a la vista de todos su trabajo, el modo en que generaban imágenes y sonidos* (en términos de análisis discursivo: expusieron sus condiciones de producción). Esa “puesta en escena”, que no era obligatoria (podrían haberse ubicado fuera de nuestra vista, por ejemplo) permitió advertir con claridad la lucha (y la pericia) de los artistas para dominar la materialidad sonora y visual con que trabajan; elementos caprichosos, azarosos, arduos de modelar. Es decir que esa performance tuvo muchos componentes en común con cualquier performance artística o musical en vivo (como cualquier performance en vivo se diferenció de una grabada porque fue mucho menos más prolija y cuidada; con menos marcas del hacer); pero, a su vez, gracias a su “puesta en escena”, permitió advertir especialmente las *condiciones de enunciación* de ese singular lenguaje auditivo y visual que Reche y Zambon

de algún modo han creado y con el cual se expresan⁴⁰. Un lenguaje que permite un control muy distinto (menor), de la materia con que trabajan —si comparamos sus “instrumentos” con instrumentos musicales tradicionales.

Con lo dicho damos por terminado este análisis. Esperamos que haya colaborado en mostrar, aunque sea rápidamente, desde nuestra perspectiva, la complejidad discursiva de ciertas “obras” multimedia obras actuales. Quedan sólo unas reflexiones finales, que pasamos a presentar a continuación.

5. Cuestiones finales

En la era en que la producción artística dependía de su “aura” (Benjamin, 2004 [1939]) surgió el Sistema de Bellas Artes (Shiner, 2004 [2001]), en el que un lenguaje consagrado artístico, la *arquitectura*, fue el responsable de brindar a las obras los espacios de exhibición (principalmente museos y galerías⁴¹). Los medios impresos (primeros MM, dominados por la lógica *one to many*) eran los espacios mediáticos desde los cuales se hacía referencia a las obras (catálogos, libros, reseñas en periódicos, etc.). Ese sistema, basado en el “aura”, fue carcomido en sus raíces a partir de la emergencia de la fotografía y los MM, como planteó con lucidez Walter Benjamin. Y dinamitado por la vanguardia, en particular por Marcel Duchamp.

Luego el Arte, como ya lo expresamos, trascendió esos espacios: la calle, los grandes espacios urbanos y hasta la naturaleza (*land art*) se convirtieron en espacios de exhibición. Los MM siguieron manteniendo un vínculo central con el fenómeno artístico, ya sea en sus desarrollos críticos (desde el cine de autor y de Hollywood); ya sea en sus referencias más ambiguas y complejas (como en Andy Warhol⁴²). Un ejemplo: la problemática principal del

⁴⁰ Condiciones de producción que sólo parcialmente se advierten, por ejemplo, en un fragmento de esa interpretación que hoy está en *youtube*, que carece de todo aquello que estamos señalando.

⁴¹ Análisis ya clásicos de los espacios de exhibición de la modernidad y de sus cambios en la posmodernidad nos brindó Rosalind Krauss en “Los espacios discursivos de la fotografía” (1996 [1985]) y en “La escultura en el campo expandido” (2002 [1983]).

⁴² Como ha mostrado, por ejemplo, Thomas Crow (2002, 1996: 55-71) en “*Saturday disasters: rastro y referencia en el primer Warhol*”. Y como sucede, también, en ciertos videos pioneros de David Lamelas (como *The violent tapes of 1975*).

“arte de medios” argentino de los 60 fue probablemente la *construcción del acontecimiento*⁴³ (antes de que las teorías mediáticas trataran teóricamente esta cuestión (Eco, 1994 [1983])⁴⁴; Verón, 1987). Pero estos fenómenos se enmarcaban en los espacios arquitectónicos tradicionales (a los que respetaban o hacían entrar en crisis) y en relación con los MM; no existía en la época un proceso de mediatización como el actual⁴⁵.

El arte de hoy no sólo se apoya en otros dispositivos, lenguajes e interfaces⁴⁶, sino que plantea otras cuestiones, otros problemas. Asistimos a una progresiva mediatización del “mundo del arte”: de sus proyectos, de la figura de artista y curador, de sus espacios de exhibición e incluso del espectador. Este proceso implica una desterritorialización y globalización progresiva del “mundo del arte” (porque el espacio es virtual y se puede acceder desde cualquier lugar), así como una profunda deshumanización” pero, también, *nuevas formas de producción de sentido* y, por sobre todo, *nuevas preguntas*. No sólo obvias como ¿Hasta dónde llegará ese proceso? ¿Seguiremos asistiendo a muestras? ¿Accederemos cada vez más al arte desde nuestros dispositivos (fijos o móviles)? Sino, también: ¿Seguirá siendo el arte como lo conocemos? ¿No cambiará también su estatuto ahora que está cambiando debido a su progresiva mediatización su institucionalización?

⁴³ Nos referimos a *Simultaneidad en simultaneidad*, de Marta Minujin (1966); a la actividad del Grupo Arte de Medios de Comunicación (1966-1967), en el que participaron Oscar Masotta, Roberto Jacoby, Raúl Escari y Eduardo Costa, con obras como *Happening para un jabalí difunto*, y a *Oficina de información sobre la Guerra de Vietnam en tres niveles: imagen visual, texto y audio*, de David Lamelas (1968).

⁴⁴ Según Eco (1994 [1983]: 210) durante los 80 se diluye la diferencia entre programas de información y programas de ficción en la televisión, y esta crisis “tiende cada vez más a implicar a la televisión en su conjunto transformándola de *vehículo de hechos* (considerado neutral) en *aparato para la producción de hechos*, es decir, de espejo de la realidad pasa a ser productora de realidad” (Una discusión crítica del *constructivismo radical* sostenido por Eco fue dada en “¿Autopsia a la televisión? Dispositivo y lenguaje en el fin de una era” (Carlón, 2009).

En cuanto a Verón, el título de su libro de 1987, *Construir el acontecimiento*, dice cuál es el principal tema tratado explícitamente.

⁴⁵ Un ejemplo: “el mundo del arte” en la Argentina de los 60 tal como lo reconstruye “*Del Di Tella a Tucuman arde*” (Longoni y Mestman, 2008), está compuesto por una serie de instituciones que modernizan el espacio cultural en los 60: nuevas instituciones (de formación, de gestión, de promoción, de exhibición); nuevos grupos de productores culturales (jóvenes que radicalizan sus prácticas) y un nuevo público (más amplio y abierto a la novedad); pero estas instituciones, actores sociales y artistas, estaban apenas mediatizados o su mediatización era muy diferente de la actual (por ejemplo, carecían de la interconexión que hoy se dispone, y su intertexto eran principalmente los MM).

⁴⁶ Hoy el Arte circula fluidamente por internet (en *youtube*, en las redes, en las páginas personales e institucionales, en los blogs, etc.) y los vínculos y la comunicación entre todos esos espacios es dinámica, cuando no *on line*.

Bibliografía

BARRY, Miles (2003) *Hippie*, Global Rhythm Press, Barcelona.

BARTHES, Roland (1967) “En la vanguardia ¿de qué teatro?”, en *Ensayos críticos*, Seix Barral, Barcelona.

BENJAMIN, Walter (2004) “La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica”, en *Sobre la fotografía*, Pre-textos, Valencia.

BREA, José Luis (2007) *cultura_RAM. Mutaciones de la cultura en la era de su distribución electrónica*, Gedisa, Barcelona.

BORRIAUD, Nicolás (2006) *Estética relacional*, Adriana Hidalgo, Buenos Aires.

BURGER, Peter (1987) *Teoría de la vanguardia*, Península, Barcelona.

CAGE, John (1999) *Escritos al oído*, Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de la Región de Murcia, Murcia.

CARLÓN, Mario y SCOLARI, Carlos (2009) *El fin de los medios masivos. El comienzo de un debate*, La Crujía, Buenos Aires.

.....“¿Autopsia a la televisión? Dispositivo y lenguaje en el fin de una era”,
Idem;

..... (2008)“Maquinismo, naturaleza y sociedad en el discurso de las cámaras de informes climáticos y de control de tránsito por televisión”, Cuadernos de Información y Comunicación (CIC), Vol. 13, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

..... (2006) *De lo cinematográfico a lo televisivo. Metatelevisión, lenguaje y temporalidad*, La Crujía, Buenos Aires.

..... (1994) *Imagen de arte/imagen de información*, Atuel, Buenos Aires.

CASTAGNET, Constanza (2010) “Nuevos parámetros en el arte en la era digital”, Tesis de Graduación, Universidad de San Andrés.

CROW, Thomas (2002) “*Saturday disasters*: rastro y referencia en el primer Warhol”, en *El arte moderno en la cultura de lo cotidiano*, Akal, Madrid.

DANTO, Arthur (2005a) “Tres cajas de brillo: cuestiones de estilo”, en *Estética después del fin del arte. Ensayos sobre Arthur Danto*, Editorial Machado, Madrid.

..... (2005b) “La crítica de arte moderna y posmoderna. Once respuestas a Anna María Guasch por Arthur C. Danto”, en *Artes, la revista*, Nº 9, Universidad de Antioquía.

- (2003) “Arte y significado”, en *La madonna del futuro. Ensayos en un mundo del arte plural*, Paidós, Barcelona.
- (2003) “El mundo del arte revisitado: comedias de similitud” y “Los animales como historiadores del arte: reflexiones sobre el ojo inocente”, en *Más allá de la Brillo Box. Las artes visuales desde la perspectiva posthistórica*, Madrid, Akal.
- (2002) *La transfiguración del lugar común. Una filosofía del arte*, Paidós, Barcelona.
- (1999) *Después del fin del arte (el arte contemporáneo y el linde de la historia)*, Paidós, Barcelona.
- (1964) “The Artworld”, *The Journal of Philosophy*, Vol. 61, No. 19, American Philosophical Association Eastern. Division Sixty-First Annual Meeting. (Oct. 15), pp. 571-584.
- DICKIE , George (2005) *El círculo del arte. Una teoría del arte*, Paidós, Buenos Aires.
- (1969) “Defining art”, *The American Philosophical Quarterly*, 6, pp. 253-256.
- DUBOIS, Phillipe (2001) “Máquinas de hacer imágenes: una cuestión de línea general”, en *Video, cine, Godard*”, Libros del Rojas, Buenos Aires.
- ECO, Umberto (1994) “TV: la transparencia perdida”, en *La estrategia de la ilusión*, Lumen, Buenos Aires.
- FERNÁNDEZ, José Luis (2008) *La construcción de lo radiofónico*, La Crujía, Buenos Aires.
- (1994), *Los lenguajes de la radio*, Atuel, Buenos Aires.
- FOSTER, Hal (2001) *El retorno de lo real. La vanguardia a fines de siglo*, Akal, Madrid.
- GREENBERG, Clement (2002) “Vanguardia y kitsch”, en *Arte y cultura. Ensayos críticos*, Paidós, Barcelona.
- HUYSEN, Andreas (2002) *Después de la gran división. Modernismo, cultura de masas, posmodernismo*, Adriana Hidalgo, Villa Ballester.
- KRAUSS, Rosalind (2002) “La escultura en el campo expandido”, en *La posmodernidad*, (ed. Hal Foster), Kairós, Barcelona.
- (1996) “Los espacios discursivos de la fotografía”, en *La originalidad de la vanguardia y otros mitos modernos*, Alianza, Madrid.

LADDAGA, Reinaldo (2006) *Estética de la emergencia*, Adriana Hidalgo.

LIPPARD, Lucy (2004) *Seis años: la desmaterialización del objeto artístico de 1966 a 1972*, Akal, Madrid.

LONGONI, Ana y MESTMAN, Mariano (2008) *Del Di Tella a Tucumán arde. Vanguardia artística y política en el 68 argentino*, Eudeba, Buenos Aires.

MANOVICH, Lev (2006) *El lenguaje de los nuevos medios de comunicación. La imagen en la era digital*, Paidós, Barcelona.

..... (2004) “Las paradojas de la fotografía digital”, en *Los usos de la imagen. Fotografía, film y video en la Colección Jímex*, Malba-Fundación Telefónica, Buenos Aires.

MASOTTA, Oscar (2004) *Revolución en el arte: pop-art, happenings y arte de los medios en la década del sesenta* (con “Estudio preliminar: vanguardia y revolución en los sesenta” de Ana Longoni), Buenos Aires, Edhasa.

..... (2004 [1969]) “Después del pop: nosotros desmaterializamos”, idem.

MORGAN, Robert (1998) *El fin del mundo del arte y otros ensayos*, Buenos Aires, Libros del Rojas.

THORNTON, Sarah (2008) *Siete días en el mundo del arte*, Edhasa, Buenos Aires.

TOMKINS, Calvin (1999) *Duchamp*, Anagrama, Barcelona.

SCOLARI, Carlos (2008) *Hipermediaciones. Elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva*, Gedisa, Barcelona.

..... (2004) *Hacer click. Hacia una sociosemiótica de las interacciones digitales*, Gedisa, Barcelona.

SHINER, Larry (2004) *La invención del arte (una historia cultural)*, Paidós, Barcelona.

SONTAG, Susan (2007) “Un siglo del cine”, en *Cuestión de énfasis*, Alfaguara, Buenos Aires.

VALDETTARO, Sandra (2007) “Notas sobre la diferencia. Aproximaciones a la interfaz”, en *Revista La trama* N° 12 (*Dossier de estudios semióticos*), UNR, Rosario.

VERÓN, Eliseo (1995) *Semiosis de lo ideológico y del poder/La mediatización*, FFyL (UBA), Buenos Aires.

..... (1987) *Construir el acontecimiento. Los medios de comunicación masiva y el accidente en la central nuclear Three Mile Island*, Gedisa, Buenos Aires.

Catálogos

David Lamelas (extranjero, foreigner, étranger, aüislander), Malba, Buenos Aires, 2006.

Eduardo Kac, Espacio Fundación Telefónica, Buenos Aires, 2006.

Federico Manuel Peralta Ramos, Museo de Arte Moderno, Buenos Aires, 2003.

Fluxus en Alemania 1962-1994. Una larga historia con muchos nudos. Malba, Buenos Aires, 2006-2007.

Grippio, Malba, Buenos Aires, 2004.

O LUGAR DO POÉTICO NA SOCIEDADE DAS MÍDIAS: CONVERGÊNCIAS DE SENSações, SABERES, LINGUAGENS

Goiamérico Felício C. dos Santos
Poeta, publicitário
Dr. em Letras pela PUC/RJ
prof. Associado da Universidade Federal de Goiás, onde
integra a LP “Mídia e cultura”, do PPG em Comunicação.

Resumo:

A sociedade participativa em que estamos enredados por meio das tecnologias imersivas, nos torna atores que encenam a cultura da interface. Esse *modus vivendi* impõe um alucinado fluxo à vida cotidiana. Assim, cada habitante da galáxia da internet vai construindo uma mitologia pessoal a partir do imperativo do consumo. Tecendo suas redes sócio-afetivas, esse processo coletivo se instaura sob o signo das intensidades. Na ribalta das nossas existências, somos brindados com a reinstauração do Simbolismo sob a égide dos tempos midiáticos. Nesse panorama, cada qual vai tecendo suas micro-narrativas em que as sensações, os saberes e as linguagens, em intenso fluxo, compõem uma grande teia narrativa sob o signo de um transitória simbologismo.

Palavras-chave: *Cultura convergente, Mídiações, Sociedade do consumo, Simbologismo*

A sociedade das mídias em que nos vemos enredados, assim se constituiu por ser esse um tempo em que as novas formas de pensar e de inserção social impõem, novos valores, novos desafios. Tal realidade se consagra como um verdadeiro anátema pelo fato de que, as relações afetivas, sociais e profissionais entraram no ritmo da velocidade. Por ser informacional, a sociedade em que as relações, os saberes e as necessidades encontram-se entrelaçadas, numa rede globalizante e em constante transformação. As novas formas de aprendizado, as novas percepções, os novos saberes, as novas ocupações são ditadas pelos dispositivos tecnológicos. Dessa forma um novo panorama se instala impregnado pelas tecnificações avançadas:

Escrita, leitura, visão, audição, criação, aprendizagem são capturados por uma informática cada vez mais avançada. Não se pode mais conceber a pesquisa científica sem uma aparelhagem complexa que redistribui as antigas divisões entre experiência e teoria. Emerge, neste final do século XX, um *conhecimento por simulação* que os epistemologistas ainda não inventariaram¹.

¹ LÉVY, Pierre. 1993; 07.

Não obstante vir suscitando debates em cada recanto do mundo ocidental, a questão da vida sob coerção das técnicas em todos os aspectos, as especulações filosóficas e sociológicas mal tangenciam a problemática. Poderíamos atribuir a esse distanciamento a discrepância que outrora se verificava entre um tempo que nem vai tão longe – lembremos que foi somente a partir da década de setenta do século findado que a sociedade passou a ser mais fortemente tangida pelas inovações técnicas e pelas intensificações tecnológicas–, quando as mutações eram lentas, não causando abalos capazes de tão rapidamente provocar desestabilizações no *modus vivendi*, sendo também tampouco, notadas as reações adversas.

Encontra-se hoje ultrapassada a aposta em que os espíritos da era da modernidade imprimiram na crença de que o progresso que propiciaria um bálsamo para todos os males da terra. Na era das mídias, as percepções, os valores e as crenças são constantemente abaladas de seus alicerces. O processo de informatização está disseminado em todos os âmbitos da vida regulada pela técnica. Esse domínio técnico, contudo, se faz à revelia da vontade e das ações de uma coletividade ativa.

Predominam as decisões tomadas por seletos grupos que fazem da era da técnica um rentável negócio. Certamente, essa perspectiva do lucro é que mantém o progresso o avanço das tecnologias da inteligência. Portanto, como postula Pierre Lévy: “Alguém talvez objete que a evolução da informática não é mito adequada a qualquer tipo de debate democrático ou decisões “políticas”.

Parece-nos, entretanto que a informatização das empresas, a criação da rede telemática ou a “introdução” dos computadores nas escolas podem muito bem prestar-se a debates de orientação, dar margem a múltiplos conflitos e negociações onde a técnica, políticas e projetos culturais misturam-se de forma inextricável.²

O que Pierre Lévy ressalta em sua abordagem acerca da natureza e das perspectivas que o presente vislumbra para as novas facetas do pensamento sob o influxo das tecnologias da inteligência não é tão simples como parece. Isso porque não devemos nos ater precipitadamente à informática numa perspectiva generalizada em que a sua essência está

² Idem, *ibidem*: 08.

vinculada à simples presença de computadores, máquinas programadas para cumprirem as tarefas a partir das operações matemáticas, do O-1-0-1.

Devemos estar conscientes de que o campo que se abre no horizonte das tecnologias da inteligência é conflituoso. Nada está determinado, nada pode ser perspectivado num telos naturalizado consabido. “As estratégias vitoriosas passam pelos mínimos detalhes ‘técnicos’, dos quais nenhum pode ser desprezado, e que são todos inseparavelmente políticos e culturais, ao mesmo tempo que são técnicos...”³.

Considera-se nessa cultura em que vicejam as tecnologias da inteligência a necessidade de se pensar no ensejo de uma democracia no império da técnica, a tecnodemocracia, não dissociada da política. Temos que considerar assim que um todo deve ser colocado em perspectiva. Pensar a questão da técnica fora das questões da política indicia um desvio de percepção da realidade que presentificamos. Os mínimos detalhes e as permeabilizações da técnica e da política impõem contínuas ações que transmutam os ambientes e os valores agora em permanente estado de instabilidade.

Assim, as micropolíticas são adotadas no lugar das macropolíticas até então vigentes. A política e o conhecimento ganham agora novas premissas, muito distanciadas daquelas que imprimiram o ritmo da vida e os padrões de existência num contínuo linear e teleológico. Dessa forma, a modernidade novamente apresenta sua face transgressora, apta a romper as fronteiras do conhecimento e dos valores para colocar tudo nos pés do chão.

O que está acontecendo hoje é, por assim dizer, uma redistribuição e relocação dos “poderes do derretimento” da modernidade. Primeiro eles afetaram as instituições existentes, as molduras que circunscreviam o domínio das ações-escolha possíveis como estamentos hereditários com sua alocação por atribuição, sem chance de apelação⁴.

Nessa mudança de perspectiva as tecnologias da inteligência configuram novas constelações de saberes nada estabilizados, sempre provisórios e postos em xeque. Passamos da fase gutenberguiana, em que a imposição da escrita linear que propiciou as extensões do homem no tempo e no espaço e que possibilitou novos poderes. Poderes para colocar em extensão a

³ Idem, *ibidem*: 09.

⁴ BAUMAN, Zygmunt. 2001: 13.

capacidade de agir fragmentariamente para impor idéias e valores sem que a eles se imprimisse possibilidade de reação num tempo suficientemente hábil.

Não por acaso, Marshall MacLuhan provocou espécie a apontar o declínio da Era Mecânica na qual as ações empreendidas não acarretavam maiores consequências. Tais imobilizações se davam exatamente por ser essa uma era da lentidão: “Hoje, ação e reação ocorrem quase que ao mesmo tempo. Vivemos como que miticamente e integralmente, mas continuamos a pensar dentro dos velhos padrões da idade pré-elétrica e do espaço e tempo fracionados”⁵.

Assim MacLuhan, arauto da aldeia global, provoca a nossa percepção de que estamos numa fase em que a eletricidade imprime novos ritmos, novas instâncias de participação e de deveres, pois novos são os desafios que se interpõem no cotidiano:

Esta é a Idade da Angústia, por força da implosão elétrica, que obriga ao compromisso e à participação, independentemente de qualquer “ponto de vista”. Por nobre que seja, o caráter parcial e especializado do ponto de vista não tem maior utilidade na idade da eletricidade. Ao nível da informação, o mesmo abalo ocorreu com a substituição do simples ponto de vista pela *imagem inclusiva*⁶.

Nesse sentido, a cultura contemporânea não pode ser submetida a qualquer avaliação, juízo de valor, sem que seja levada em consideração as influências que exercem os dispositivos eletrônicos e digitais. Mas as inferências sobre o choque provocado pela televisão e pela rede informática sobre a cena cultural contemporânea tampouco pode ser levada a efeitos positivos se cairmos na armadilha de separar o homem da técnica. Há que se levar em conta uma operação perpretada por uma inteligência coletiva: os homens com seus valores, suas linguagens, os seus símbolos constituem um todo não sujeitos a serem decompostos, separados.

Portanto, devemos entender que “Não há nenhuma distinção real bem definida entre o homem e a técnica, nem entre a vida e a ciência, ou entre o símbolo e a operação eficaz ou a *poiésis* e

⁵ MACLUHAN, Marshall. 1979: 18.

⁶ Idem, *ibidem*: 19.

o arrazoado”⁷. Todo esse compósito que promove a performance da cultura contemporânea imprimindo uma concepção de sociedade miditizada, onde as interfaces com os dispositivos tecnológicos colocam em rede intergaláctica os seres desterritorializados, impondo a todos uma só condenação: devemos todos, permanentemente, ficarmos em estreita e intensiva conexão, por meio da multimídia interativa. Isso porque a informática faz parte do tecido das nossas vidas.

Portanto, Nicholas Negroponte considera que a onipresença dos dispositivos tecnológicos cada vez mais acarretará substanciais transformações em nossas vidas. A nossa percepção acerca do tempo entrará em outras dimensões. O espaço rugoso da vida experienciada *off line* cederá lugar para a noção do espaço liso da internet. Nesse diapasão, insidiosamente, a informática não mais estará presentificada tão ostensivamente apenas através da máquina (*hardware*).

Cada vez menor, graças aos avanços da nanotecnologia, o computador se insere nos menores espaços alargando sua presença. No lugar da máquina, agora somos induzidos por uma operação maquínica, com nossas vidas dependentes do seu funcionamento e do sistema que a tudo interliga. A informática, decisivamente, faz parte do cotidiano das pessoas, em seus valores, em suas vidas profissionais, sociais e afetivas a tudo transformando indelevelmente. Dessa forma, as profecias do Oráculo da vida digital, Nicholas Negroponte, foram sendo confirmadas. Todas as suas previsões foram sendo confirmadas e até mesmo atropeladas pelos devires da sociedade tecnológica:

À medida que formos nos interconectando, muitos dos valores nacionais cederão lugar àqueles de comunidades eletrônicas maiores ou menores. Nós nos socializaremos em bairros digitais, nos quais o espaço físico será irrelevante e o tempo desempenhará um papel diferentes [...]. O ato de ler um livro sobre a Patagônia em menos de um segundo poderá incluir a experiência sensorial de lá estar de fato. Um livro de William Buckley poderá ser uma conversa com o autor⁸.

⁷ LÉVY, Pierre. 1993; 14.

⁸ NEGROPONTE, Nicholas. 1995: 12.

Nessas novas possibilidades de experiência sensorial, não estaríamos face a uma nova reencenação da resistência experimentada pelos poetas românticos. Esses poetas-profetas emprenderam uma reação ao espírito cientificista que impunha a separação entre o homem e a natureza, estando esta à parte da vida.

Assim, uma verdadeira revolução filosófica foi levada a efeito pelos românticos em resposta à ciência do século XVIII. Para os idealistas românticos, somente devia prevalecer a vida intensificada pelas sensações que deviam presidir as suas ações. Imperioso se fazia dar vazão à capacidade de imaginar, sentir, sonhar do homem. O que daria sentido às suas existências deveria estar na ordem do imaginal. Para o espírito científico de então, o homem estaria à parte de um Universo mecanicista, estando alheio a tudo o que se-lhe apresentasse.

Em suas recalcitrantes reações, os poetas românticos consideravam que o mundo deve ser considerado – e principalmente sentido! – como um todo orgânico, estando o homem a ele indissolúvelmente integrado. Todo o Universo é vivo, tudo nele fazendo sentido. Assim, o homem e tudo o que ele sente estaria num perpétuo relacionamento intrínseco.

Mas verifica-se, nos meados do século XIX, novos e substanciais progressos das ciências, principalmente no campo da biologia. As premissas do Naturalismo contra-atacaram. O homem, elevado pelo românticos à estatura do herói trágico, foi novamente apanhado pela Teoria da Evolução. A natureza, o ambiente, *a priori*, determinavam o ser e o destino do homem rebaixados a uma pequenina e insignificante existência biológica à mercê das forças deterministas da mãe-natureza.

Esse movimento provocou novamente reação agora ainda mais forte, naquilo que ficou cristalizado como Movimento Simbolista. Esse fruir poético devolveu a lírica ao seu estado privilegiado que é se apresentar como um enigma musical. O privilégio dado ao poeta seria recolocar a música como essência do poético. Também se esmeravam eles em provocar a fusão entre o imaginário e o real, entre as sensações e a fantasia com o real vivido.

Era tendência do simbolismo – aquela segunda oscilação do pêndulo para longe de uma visão mecanicista da Natureza e de uma concepção social do homem – fazer da poesia uma questão de sensações e emoções do indivíduo, mais ainda do que fora o caso do Romantismo:

na verdade, o Simbolismo acabou, algumas vezes, fazendo da poesia assunto privado do poeta⁹.

Verifica-se nesse êxtase criativo que cada sensação, cada expressão do sentir seria singularmente única. Cada poeta viveria sua experiência inaugural do instante e a suas sensações, que na linguagem comum seria impossível de serem representadas. Assim, caberia ao poeta o poder extremado de invenção imaginativa, construindo ele a sua linguagem própria, sob o signo dos transitórios símbolos.

Entendemos, portanto, com Pierre Lévy que absurdamente incongruente seria efetuarmos a separação entre o homem e a técnica. Afinal, na era tecnológica vivemos sob a orquestração da cultura da convergência. Nessa concepção, tudo entra em profusa relação, nada pode ser compartimentalizado: os valores, as linguagens, os objetos e suas simbolizações, tudo se funde. Com efeito, hoje as interações constituem uma pregnância nos laços afetivos, sociais e profissionais.

Todo esse amálgama perfaz a cultura contemporânea, por essência midiaticizada, cada dia sendo mais demarcada por uma intensa interatividade propiciada pelos laços das interfaces.

“Bem cedo, no início da década de 1960, a pesquisa da interface homem-computador dividiu-se em duas correntes que não voltariam a se unir ao longo de vinte anos. Uma delas dedicou-se à inatividade; a outra dirigiu seu foco para a riqueza sensorial”¹⁰.

Mas seria a interface apenas aquilo que o entendimento mais ligeiro e comum se agarraria, qual seja, a interação entre o homem e o computador possibilitando uma relação amigável, sem grandes conflitos nos usos mais elementares? Conforme Steven Johnson, a relação que rege a interface está na ordem da semântica, colocando em relação o significado e a expressão. E mais: os computadores pensam linguagem metafórica, para nós muito incompreensível: zero: desligado; um: ligado, quando ativados por pulsos elétricos. Através

⁹ WILSON, Edmund. 1993: 21.

¹⁰ Negroponte, Nicholas: 1995: 95.

de uma belíssima metáfora, assim define Johnson os computadores digitais: “máquinas literárias”¹¹.

Dessa forma, um computador seria mais que um dispositivo com gigantesca capacidade de proceder a cálculos numéricos. Assim, ele se configuraria como um sistema simbólico. Uma máquina que extrapola as funções indiciais de entrar em ação com as causas e os efeitos em sucessão. O computador seria uma máquina de auto-representação e que também representa simbolicamente o mundo, quando em interação com o homem, estando este na programação e no comando¹².

No âmbito dos avanços propiciados pela cultura da interface, parece que uma terceira revolução se configura para fazer face às mais novas tentativas do espírito rigorosamente científico. A capacidade de se representar sensorialmente recebeu novos investimentos na medida em que a cultura da interface se intensificou. Os dispositivos midiáticos, a partir da década de 80, promove a inserção de uma sociedade pós-massiva. Os meios de comunicação digitais estimulam a capacidade sensorial dos usuários potencializando as suas percepções do mundo. Novamente entram em cena, com nova força, a capacidade imaginativa que enseja a reconfiguração das existências com uma multiplicidade de identidades em cadeias desejantes. O imaginário coletivo performatiza uma inteligência em rede capaz de driblar os sistemas de força que dominam economicamente o mundo.

Assim, consideramos ser necessário novos olhares sobre a cultura midiaticizada. A natureza líquida que perfaz uma modernidade em que os espaços de fluxos tornam às vezes o estado virtual tão ou mais significativo que o próprio real. Agora sob suspeição de que não passa de uma construção, a realidade, o mundo especular que nos oferta a televisão e ou dispositivos de comunicação digital, propiciam a reimaginação do presente que, no estágio em que se encontra a nossa modernidade, tem por natureza se negar. Portanto, há que se buscar nossas bases epistemológicas que levem em conta as interações, as instabilidades, o estado líquido da

¹¹ JOHNSON, Steven. 2001: 17.

¹² Idem, ibidem: 17.

vida moderna, dos afetos provisórios, das desterritorializações dos indivíduos multiplicados em muitos “Eus”.

Melhor seria nos arriscarmos em novas propostas teóricas que sejam minimamente capazes de propiciar uma satisfatória problematização da insurgência dessas novas realidades. Afinal, tais paradigmas se impõem como verdadeiros enigmas. Como entender essas ressignificações da existência cada vez mais fluidas, nômades e abertas a novas experiências estéticas?

Os empreendimentos nessas searas da racionalidade extremada, que ainda hoje são praticadas nos âmbitos das ciências sociais e da comunicação para abordagens dos fenômenos da vida hodierna, talvez estejam embalados numa imperdoável incompreensão acerca de um inexistente contencioso entre as forças míticas representadas pelo par Apolo e Dioniso. Foi justamente nesse grandioso gesto de Friedrich Nietzsche, ao enunciar-nos o caráter singular da estética de sua contemporaneidade.

Em seu seminal escrito de homenagem ao amigo Richard Wagner, *A origem da tragédia na música*¹³ o filósofo empreende a ruptura com o pessimismo através do qual o seu mestre Schopenhauer, ao lado de Kant, firmou toda uma tendência do pensamento alemão. Em seu desvio do princípio de individuação como vontade em oposição ao mundo como representação, Nietzsche entendeu que, a liberdade auferida faz com que o homem cultive a extremada angústia que enseja, provoca, o desespero.

Dessa maneira, em seu desvio, Nietzsche propõe uma alternativa inserida em novas configurações estéticas: “a evolução progressiva da arte resulta do duplo caráter de *espírito apolíneo* e do *espírito dionisíaco*, tal como a dualidade dos sexos gera a vida no meio de lutas que são perpétuas e por aproximações que são periódicas”¹⁴. Assim, Nietzsche considera que os dois instintos agem impulsivamente, ao mesmo tempo em que estão em guerra, estão continuamente juntos, numa relação interdependente.

Será justamente nessa relação fratricida de extremadas forças em guerra que o equilíbrio se enseja propiciando novas criações, filhas das vontades de potência que constituem as

¹³ NIETZSCHE, Friedrich. S/D.

¹⁴ Idem: 35.

essências do espírito apolíneo e dionisíaco. Compreende-se que o espírito artístico é comum às duas forças que se antagonizam e que, “devido a um milagre metafísico da ‘vontade helênica’, os dois instintos se encontrem e se abracem para, num amplexo, gerarem a obra superior que será ao mesmo tempo apolínea e dionisíaca – a tragédia ática”¹⁵.

Isso por que também compreendia Nietzsche que a vida é uma luta permanente. Um combate deflagrado no mundo visível, mensurável, e também no mundo invisível. Afinal, a luta aguerrida pela sobrevivência está presentificada na natureza onde somente sobrevivem os mais fortes, aqueles mais capazes de resistir aos sortilégios, aos duros combates. Assim, o conflito estaria disseminado por toda parte no interior do homem, no seu corpo multiplicado em órgãos, espaço privilegiado para uma arena em que os combates são permanentes, sem trégua, sem contemplação, pois uma vida depende da morte de outrem. Assim, o princípio da agonística regendo a vida a partir das suas mais ínfimas presentificações.

Essas proposições de Nietzsche acerca da estética do século XIX, ao mesmo tempo em que inauguram uma nova visada na filosofia do trágico, mostram-se capazes de nos ajudar a apreender as forças culturais da nossa contemporaneidade. Mais do que nunca, impõe-se a necessidade de colocarmos em nossas perspetivações que o extremado racionalismo se desgastou. Devemos entender que, sob o primado da razão totalitária estaremos diante um incômodo óbice para o nosso entendimento dos novos paradigmas que regulam hoje as nossas vidas. Faz-se necessário, portanto, reconhecer que há uma razão abstrata com a qual podemos (e devemos!) contar.

Isso posto, será preciso entender que devemos saber, sibilamente, jogar o jogo com Apolo e Dioniso. Saber conciliar as forças do sensível e do inteligível, ambas forças tanto destrutivas quanto criadoras, mas que podem ser jogadas em nosso favor, desde que articuladas em judicioso equilíbrio. Essas duas forças míticas, ainda hoje e mais do que nunca, ainda que nem suspeitemos, tem o condão de influir em nossos destinos. Nesse sentido, torna-se necessário ficarmos atentos às transformações epistemológicas que a nossa modernidade comporta.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

Precisemos desde já, que tal desvio epistemológico não deve ser considerado um jogo acadêmico. Está carregado de conseqüências para a compreensão em profundidade, dessa vida nova de aspectos matizados e efervescentes que vêm de todo lado chocar com nossos espíritos e sentidos. É preciso compreender que o racionalismo, em sua pretensão científica, é particularmente inapto para perceber, ainda mais apreender, o aspecto denso, imagético, simbólico, da experiência vivida¹⁶.

Cada tempo impõe seus valores, seus termos de desafios às nossas experiências. Vivemos sob o primado da cultura midiaticizada, com novos enlaces, novos compromissos, novas perspectivas, novos desafios. Isso exige de nós um plausível entendimento acerca do espírito do nosso tempo. Os tempos midiáticos. Isso posto, temos que admitir que vivemos tempos em que a destotalização, a destemporalização e a desreferencialização demarcam o ritmo das nossas vidas. Assim, a modernidade continua a desempenhar o seu papel, o seu destino, qual seja, o de quebrar os próprios paradigmas nos quais se sustenta ainda que temporariamente, como rege o espírito do nosso tempo.

É consabido hoje que, sob as mais diferentes tentativas de narratizações, cada qual a seu modo, cada habitante da galáxia da internet vai construindo uma mitologia pessoal a partir do imperativo do consumo. Tecendo suas redes sociais, esse processo coletivo se instaura sob o signo das intensidades. Na ribalta das nossas existências, somos brindados com a reinstauração do Simbolismo sob a pregnância de uma ambiência tecno-digital, que, à força das discursividades, midiaticiza as instituições, as socialidades e as afetividades. Nesse panorama, cada qual vai tecendo suas micro-narrativas em que as sensações, os saberes e as linguagens, em intenso fluxo, compõem uma grande teia narrativa sob o signo de um transitório simbologismo.

Faz-se necessário, portanto, levar adiante o empreendimento de esboçar novas estratégias discursivas. Sabemos que infindas são as possibilidades interacionais que a comunicação tecno-digital possibilita. Mas, nesse jogo, cada jogador deve ter habilidade para colocar como cacife na aposta a sua capacidade de apreender o mundo e também a sua capacidade para

¹⁶ MAFFESOLI, Michel. 2008: 27.

jogar o jogo da linguagem. É consabido que hoje já não se obtém suficiente resultado satisfatório apenas dotado de capacidade para expressar e interpretar conteúdos.

Há que saber deslindar na teia discursiva as tramas formais também as colocando em diálogo com as sensibilidades dos que entram no jogo discursivo. Há que saber onde se posiciona o sujeito do discurso, que lugar ocupa ele na cadeia discursiva, com que estratégias interpretativas devo me colocar no jogo? Ou seja, não mais podemos nos contentar com a cômoda posição de receptores passivos dos discursos. Será necessário assumir uma atitude mais que contemplativa, de encantamento ante as palavras, as imagens sedutoras.

Em termos mais práticos, a questão pode ser resumida assim: Quem é, para mim, este outro com quem eu falo e vice-versa? Esta é a situação enunciativa, da qual não dão conta por inteiro a racionalidade linguística, nem as muitas lógicas argumentativas da comunicação. Aqui têm lugar o que nos permitimos designar como estratégias sensíveis, para nos referirmos aos jogos de vinculação dos atos discursivos às realizações de localização e afetação dos sujeitos no interior da linguagem¹⁷.

Nessas estratégias, as instâncias dos valores do Simbolismo tendem a se afirmarem na medida em que as interfaces discursivas potencializam as sensoaridades do homem. A comunicação se vale de uma linguagem para a qual ocorrem variedades discursivas que é, por natureza plurissígnica. Assim, a semântica também ganha novas cintilações, novas reverberações de sentidos. As linguagens plurissígnicas exigem novos engajamentos em nossas atividades hemenêuticas. Isso porque, essas intensificações sígnicas convocam-nos a novas percepções. Afinal, as novas sensações sensoriais, sinestesticamente intensificadas, entram novamente na ordem do dia, reencenando as nossas vidas.

Será preciso assim que cada um se coloque prontamente para o acontecer poético. Que cada qual se abra para as intensidades do sentir. Quem sabe cada um se predispondo ao acontecer das fusões intensificadas de suas sensações sensoriais não estariam ajudando a compor uma sinfonia que convoque os sentidos para os novos modos do Ser?. As condições propícias a

¹⁷ SODRÉ, Muniz. 2006: 10.

esse acontecimento estão aí, basta saber buscá-las. Afinal, como nos mostra esse feliz postulado de Muniz Sodré:

A diversidade dos modos de sentir e , ao mesmo tempo, a singularidade por vezes radical de cada experiência configurada fazem do sensível uma espécie de terrenos brumoso para a consciência do sujeito auto-reflexivo, porque o lança numa imediatez múltipla e fragmentada, onde os julgamentos tendem a ser mais estéticos que morais¹⁸.

Essas estratégias apontam para novas perspectivas teóricas, para criativas abordagens em torno aos modelos de enunciação que circulam nos mais profusos meios; e que, sob diferentes linguagens, suportes, ou dispositivos tecnológicos, procuram fazer as representações de si e do mundo. A cultura midiaticizada exige, pois, novas interpretações, olhares estranhados sob novos prismas. Esses novos postulados certamente provocarão novas visadas do mundo e do nosso lugar nessa ciranda existencial. Isso por que podemos contar com novos aparatos psíquicos. Ou seja, novas percepções que permitam provocar a fusão de discursos que possibilitem a expressão dos afectos e dos perceptos dos quais nos encontramos tão distanciados. Mais do que nunca esse é um tempo de alvíssaras. Um tempo privilegiado para que expressemos simbolicamente as nossas sensações frutificadas pela força da imaginação e da capacidade de sentir.

Portanto, será preciso mais que antes buscar aparatos para ressignificar as nossas existências. As interfaces midiáticas certamente constituem ferramentas ideais para essa primordial tarefa: reencontrar o sentido perdido da existência em detrimento da crueza dos simulacros de realidade. Afinal, devemos nos ater ao fato de que as dicotomias, trazem em seus bojos, tentam continuamente impor velhos preconceitos que impossibilitam frutíferas interpretações. Mais que nunca, torna-se necessário relativizar os conteúdos das mensagens. Deve-se levar em conta que, necessária e fundamentalmente, a forma deve expressar o conteúdo e vice-versa. Quem não souber levar esse pressuposto em conta mais dificuldades terá para resistir, não se sujeitando às instâncias coercitivas do mundo. Fundamental será então compreender

¹⁸ Idem, *ibidem*: 11.

que a linguagem não expressa naturalmente o mundo, que as palavras estão separadas das coisas, que elas constroem a realidade.

Portanto, precisamos sempre colocar em perspectiva que na cultura midiaticizada o sensorial e o afetivo têm sido retomados entrando em cena como elementos essenciais na criação das estratégias mercadológicas. Estratégias que quando levadas a efeito pelas corporações de mídia e pelo mercado produtor de bens materiais e simbólicos ajudar a provocar o fascínio, as imaginações, os sonhos, os necessários desejos. Teoricamente, não estariam de volta ao jogo da vida em que as instâncias do poético hostilizando a pobreza do mundo real?

Ao promover as intensificações sinestésicas, através dos plurissígnos que as interfaces multimidiáticas disponibilizam podemos fazer num registro único aquilo que é essencial ao humano. Nessas fusões de sensações, impressões provenientes de dois ou mais sentidos, temos a abertura para novas reverberações do sentir. Quem sabe assim não estaríamos, no caminho do poético, dando ensejo a que seja enigmaticamente respondida esta questão que resposta alguma jamais contemplou: qual é o propósito da vida?

Sabemos que as estratégias de simbolização entram como uma pletores de signos e metáforas capazes de neutralizar a razão ao mesmo tempo em que são açuladas a sensibilidade e a emoção dramatizadas pelos novos dispositivos tecnológicos. Graças à magia de que se constitui a linguagem poética, vivificada em novas imagens, a cultura da interface dá prosseguimento à tarefa de continuar disseminando novos sentidos, novas necessidades, sensações, desejos...

É particularmente visível a urgência de uma outra posição interpretativa para o campo da comunicação, capaz de liberar o agir comunicacional das concepções que o limitam ao nível de interação entre forças puramente mecânicas e de abarcar a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes os signos representativos ou intelectuais, mas principalmente os poderosos dispositivos do afeto¹⁹

¹⁹ Idem, ibidem: 12-13.

Nessas ponderações de Muniz Sodré, ao justificar a necessidade de se estabelecer abordagens teóricas acerca do apagamento do primado da razão instrumental face às estratégias que privilegiam a recuperação dos afetos na cultura contemporânea somos levados a considerar a latência da dualidade Apolo/Dioniso. Pois, Nietzsche entendeu que, a liberdade auferida faz com que o homem cultive a extremada angústia que enseja o desespero. Assim, ele propõe uma alternativa inserida em novas configurações estéticas, considerando que os dois instintos agem impulsivamente, ao mesmo tempo em que estão em guerra, estão continuamente juntos, numa relação interdependente: “A evolução progressiva da arte resulta do duplo caráter de *espírito apolíneo* e do *espírito dionisíaco*, tal como a dualidade dos sexos gera a vida no meio de lutas que são perpétuas e por aproximações que são periódicas”²⁰.

Somos levados a compreender que o espírito artístico é comum às duas forças – apolíneas e dionisíacas – em perpétuo estado agonístico para que, “devido a um milagre metafísico da ‘vontade helênica’, os dois instintos se encontrem e se abracem para, num amplexo, gerarem a obra superior que será ao mesmo tempo apolínea e dionisíaca – a tragédia ática”²¹.

Contemplamos assim uma proposta epistemológica que coloca toda carga semântica nas representações discursivas que provocam os apelos emocionais, poéticos, afetivos e míticos. Essas são estratégias emergentes que as interfaces discursivas provocam. Afinal, está em pleno processo a fusão da vida. Desta maneira, a info-tecnologia, colocando-nos frente aos novos desafios para compreender o espírito do nosso tempo. A liquidez das socialidades da vida midiaticizada nos convoca a novos estamentos, novas posturas frente aos devires que se interpõem em nosso cotidiano: pensar poeticamente as intensidades sinestésicas que permeiam a cultura midiaticizada.

Referências

JOHNSON, Steven (2001) *Cultura da interface*: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

²⁰ NIETZSCHE, Friedrich. S/D: 35.

²¹ Idem, *ibidem*.

LÉVY, Pierre (1997) *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34 Letras.

MAFFESOLI, Michel (2006) *O tempo das tribos: declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 4ª ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

NEGROPONTE, Nicholas (1995) *A vida digital*. 2ª ed. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Cia das Letras.

NIETZSCHE, Friedrich. *A origem da tragédia*. 3ª. ed. Trad. Álvaro Ribeiro. Lisboa: Guimarães, s/d.

SODRÉ, Muniz (2006) *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis/RJ: Vozes.

WILSON, Edmund (1996) *O castelo de Axel* (estudo sobre a literatura imaginativa de 1870 a 1930). Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.